



**UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

LISSANDRA MENDES RIBEIRO

**SUSTENTABILIDADE URBANA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE VITÓRIA DA
CONQUISTA-BA: INFERÊNCIAS PARA A QUALIDADE DE VIDA URBANA**

Salvador
2017

LISSANDRA MENDES RIBEIRO

**SUSTENTABILIDADE URBANA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE VITÓRIA DA
CONQUISTA-BA: INFERÊNCIAS PARA A QUALIDADE DE VIDA URBANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Profa. Dra. Ana Licks Almeida Silva.

Salvador
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador,
Laureate International Universities).

Ribeiro, Lissandra Mendes

Sustentabilidade urbana nas políticas públicas de Vitória da Conquista-BA: inferências para a qualidade de vida urbana. / Lissandra Mendes Ribeiro. – Salvador: Unifacs 2017.

292 f.: il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Prof^ª. Ana Licks Almeida Silva.

1. Sustentabilidade urbana. 2. Qualidade de vida urbana. 3. Políticas públicas. I. Silva, Ana Licks Almeida, orient. II. Título.

CDD: 363.7

LISSANDRA MENDES RIBEIRO

SUSTENTABILIDADE URBANA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE VITÓRIA DA
CONQUISTA-BA: INFERÊNCIAS PARA A QUALIDADE DE VIDA URBANA

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Ana Licks Almeida Silva - Orientadora _____
Doutora em Saúde pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Márcia Maria Couto Mello _____
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Liliane Ferreira Mariano da Silva _____
Doutora em L' Etudes de l' Amerique Latine pela Université Sorbonne Nouvelle – Paris III,
França
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Laumar Neves de Souza _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Salvador UNIFACS, Laureate International Universities

Salvador, de de 2017.

A meu Pai, que me ensinou a amar arquitetura.
À minha mãe Nilce, pelo grande incentivo e
amor incondicional.
Ao meu marido José Roberto e filho Gabriel,
pela paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas oportunidades.

À Professora Ana Licks Almeida Silva, pela orientação e confiança.

Às Professoras Márcia Maria C. Mello e Liliane F. M. da Silva, pela orientação nas bancas.

Aos demais professores do PPDRU, pelo ensino.

Aos colegas de curso, pela ajuda.

Entre nós, ricos e pobres fecham seus espaços de vida, aumentam sua segregação sócio-espacial e aprofundam as lutas de classes travestidas de vários matizes na cidade, no campo, nas florestas, nos espaços de fluxos das drogas, das armas, do dinheiro lavado. A cidade do espetáculo, a cidade-empresa neo-liberal, a cidade que busca se inserir no circuito do capital financeiro, do capital do entretenimento, do turismo, dos grandes espetáculos esportivos, das grandes exposições e dos parques temáticos, da construção de novos imaginários da cidade e da vida futura, se perde também em células fechadas onde as heterotopias são impossíveis e apenas a vida entre iguais é segura. A cidade do simulacro, das simulações, das articulações distantes no espaço e no tempo é cada dia mais virtual, não apenas no sentido da representação do espaço social nas imagens ‘fotshopadas’ das telinhas da televisão e/ou do computador, mas virtual no sentido lefebvriano, isto é, do futuro que já está contido no presente, que o informa e que lhe dá a forma atual. A modificação desse virtual, tanto no sentido do resgate da utopia quanto no processo das lutas políticas que herdamos da repolitização do espaço urbano e da vida quotidiana, implica o avanço nas reivindicações do direito à cidade e à cidadania, extensiva no país, e eventualmente, no espaço globalizado. A compreensão do processo de produção do espaço urbano no qual virtualmente todos vivemos é um dos primeiros passos mais importantes para a emancipação do homem-cidadão contemporâneo (MONTE-MÓR, 2006, p.27).

RESUMO

Essa pesquisa avalia em qual medida as ações e as propostas das políticas públicas municipais contribuíram para a sustentabilidade urbana e qualidade de vida na cidade de Vitória da Conquista, no ano de 2010. Para tanto, busca as políticas públicas nacionais e políticas públicas do município em estudo, incluindo os Planos Diretores de 1976 e de 2006, os Programas Municipais de Habitação Popular, o Código de Ordenamento do Uso do Solo e os Planos Municipais para o Meio Ambiente verificando de que forma tratam as questões de sustentabilidade e qualidade de vida. Examina os conceitos de sustentabilidade, sustentabilidade urbana e qualidade de vida urbana. Analisa, também, o crescimento populacional, a evolução urbana do município desde a sua origem até os dias atuais e os resultados obtidos na configuração espacial da cidade. Seleciona os indicadores de sustentabilidade urbana e qualidade de vida urbana relacionados aos aspectos urbanos e demonstra os dados encontrados com tabelas e mapas específicos, por bairro, nas dimensões social e ambiental. Através dos indicadores demográficos, econômicos, sociais, habitacionais, educacionais, ambientais e de infraestrutura define os níveis de sustentabilidade utilizando a ferramenta do Barômetro da Sustentabilidade. Com um único índice agregado dos dados obtidos, constrói o diagrama do Barômetro da Sustentabilidade e demonstra o resultado final apresentando o nível de sustentabilidade da cidade como quase sustentável. Avalia, também, indicadores econômicos, humanos, sociais e de saúde selecionados. Por fim, com todos os dados encontrados e as avaliações realizadas infere para a qualidade de vida urbana de Vitória da Conquista objetivando contribuir para um melhor direcionamento das políticas públicas urbanas municipais.

Palavras-chave: Sustentabilidade urbana. Qualidade de vida urbana. Indicadores. Políticas públicas.

ABSTRACT

This research evaluates to what extent the actions and proposals of municipal public policies contributed for urban sustainability and life quality in the city of Vitória da Conquista, in the year 2010. To do so, it seeks the national public policies and public policies of the municipality under study, including the Master Plans of 1976 and of 2006, the Municipal Programs of Popular Housing, the Code of Land Use Planning, and the Municipal Plans for the Environment, verifying how they deal with issues of sustainability and life quality. It examines the concepts of sustainability, urban sustainability and urban life quality. It also analyzes the population growth, the urban evolution of the municipality from its origin to the present day and results obtained in the city's spatial configuration. It selects indicators of sustainability and life quality related to urban aspects and demonstrates the data found with specific tables and maps, by neighborhood, in the social and environmental dimensions. Through the demographic, economic, social, housing, environmental and infrastructure indicators, it defines the levels of sustainability using the tool of the Barometer of Sustainability. With a single aggregated index of the obtained data, it constructs the diagram of the Barometer of Sustainability and demonstrates the final result presenting the level of sustainability of the city as almost sustainable. It also evaluates selected economic, human, social and health indicators. Finally, with all the data found and the evaluations carried out, it infers the life quality of Vitória da Conquista with the aim of contributing to a better targeting of municipal urban public policies.

Key-words: Urban Sustainability. Urban Life Quality. Indicators. Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões dos Sistemas Humanos e Ambiental.....	33
Figura 2 - Diagrama do Barômetro da Sustentabilidade.....	34
Figura 3 - Planta de Chandigarh	70
Figura 4 - Planta do Plano Piloto da cidade de Brasília	71
Figura 5 - Diagrama do Barômetro da Sustentabilidade.....	250
Figura 6 - Diagrama do Barômetro da Sustentabilidade Urbana da cidade de Vitória da Conquista.....	253
Figura 7 - Faixa de desenvolvimento humano.....	255

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Catedral Nossa Senhora das Vitórias, a primeira igreja.....	110
Foto 2 - Praça com casas no entorno e a atual igreja ao fundo.....	113
Foto 3 - Vista parcial da Rua Grande, início do século XX	113
Foto 4 - Vista parcial de Vitória da Conquista no século XX	116
Foto 5 - Vista Parcial da Praça Jardim das Borboletas, [1950]	116
Foto 6 - Vista Parcial Praça Barão do Rio Branco, década de 1960.....	117
Foto 7 - Jardim das Borboletas inaugurado em 1956	117
Foto 8 - Avenida Presidente Dutra, localizada no Bairro Centro	119
Foto 9 - Avenida Presidente Dutra, localizada no Bairro Centro (hoje).....	119
Foto 10 - Praça Barão do Rio Branco (hoje)	120
Foto 11 - Praça Tancredo Neves, Centro (hoje)	120
Foto 12 - Praça Tancredo Neves, Centro.....	121
Foto 13 - Bairro Brasil em Vitória da Conquista.....	135
Foto 14 - Loteamento Parque Candeias.....	138
Foto 15 - Loteamento Kadija.....	139
Foto 16 - Assentamento Conjunto Vitória, 1991.....	149
Foto 17 - Verticalização do bairro Recreio.....	153
Foto 18 - Entrada de um condomínio fechado em Vitória da Conquista	155
Fotos 19 e 20 - Aspecto da floresta Ombrófila Densa no Povoado do Capinal e a Vegetação de transição entre a Floresta Ombrófila Densa e Caatinga em Vitória da Conquista	184
Foto 21 - Aspecto da vegetação do tipo caatinga aberta no povoado da Gameleira em Vitória da Conquista	184
Foto 22 - Fonte da Avenida Olívia Flores	187
Foto 23 - Ciclovia da Avenida Olívia Flores.....	188
Foto 24 - Avenida Olivia Flores	188
Foto 25 - Anel viário e da Serra do Peri-Peri, cota máxima 1.100 metros.....	189
Foto 26 - Reserva do Poço Escuro.....	190
Foto 27 - Parque Lagoa das Bateias, bairro Zabelê, Vitória da Conquista/BA	191
Foto 28 - Parque Lagoa das Bateias, bairro Zabelê, Vitória da Conquista/BA	191
Foto 29 - Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema.....	191
Foto 30 - Estádio Lomanto Junior	194

Foto 31 - Estádio Edvaldo Flores	194
Foto 32 - Praça da Juventude, bairro Guarani, Vitória da Conquista/BA	196
Foto 33 - Praça Sá Barreto, bairro Cruzeiro, Vitória da Conquista/BA	196
Foto 34 - Praça Tancredo Neves, Vitória da Conquista/BA.....	196
Foto 35 - Praça Tancredo Neves, bairro Centro, Vitória da Conquista/BA	196

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população mundial do ano 0 até 2050 (estimado a partir de 2001)...	45
Gráfico 2 - Evolução da população residente no país.....	75
Gráfico 3 - Distribuição da população por sexo, por grupo e idade	162
Gráfico 4 - Evolução das exportações e importações no município de Vitória da Conquista (2002-2012)	170
Gráfico 5 - Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado, coleta de lixo adequada e esgotamento sanitário adequado – Bahia, TI Vitória da Conquista e municípios do TI (2010).....	174
Gráfico 6 - Grau de urbanização – Bahia, TI Vitória da Conquista e municípios do TI, 2010	174
Gráfico 7 - Climograma de Vitória de Conquista - BA normal climatologia, 1961-1990	180
Gráfico 8 - Forma de abastecimento de água na cidade de Vitória da Conquista, 2010	200
Gráfico 9 - Evolução da taxa de mortalidade infantil segundo a faixa etária (até 1 ano) - Vitória da Conquista - 2005-2015	259
Gráfico 10 - Evolução da taxa de mortalidade segundo as principais causas externas - Vitória da Conquista - 2005-2015.....	261

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Divisão Político-Administrativa da Região Nordeste do Brasil, em Carta Imagem .	25
Mapa 2 - Localização do município de Vitória da Conquista na Bahia	26
Mapa 3 - Zoneamento urbano de Vitória da Conquista.....	94
Mapa 4 - Planta 01 com Macrozoneamento de Ocupação do Solo de Vitória da Conquista – BA.....	101
Mapa 5 - Áreas de Interesse Ambiental na sede de Vitória da Conquista, BA, PDU-2006, 2009	102
Mapa 6 - Mapa dos principais povoamentos da Comarca Santo Antônio de Jacobina – Séc. XVIII.....	108
Mapa 7 - Território ocupado por João Gonçalves na segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX	109
Mapa 8 - Território da Imperial Villa da Victoria e os principais povoamentos da época, em 1840	111
Mapa 9 - Sede da Imperial Villa da Victória -século XIX	112
Mapa 10 - Localização do centro principal de Vitória da Conquista/BA, 2015.....	122
Mapa 11 - Malha urbana de Vitória da Conquista em 1976.....	124
Mapa 12 - Malha urbana de Vitória da Conquista em 1986.....	125
Mapa 13 - Principais rodovias e bairros de Vitória da Conquista, 1996.....	126
Mapa 14 - Malha urbana de Vitória da Conquista em 1996.....	127
Mapa 15 - Vitória da Conquista/BA. Regiões de influência-REGIC/2008.....	129
Mapa 16 - Conexões externas e rede de influência de Vitória da Conquista	130
Mapa 17 - Principais rodovias (estaduais e federais) no perímetro urbano, Vitória da Conquista/BA	132
Mapa 18 - Distrito sede de Vitória da Conquista	133
Mapa 19 - Alguns loteamentos de Vitória da Conquista, 1996.....	137
Mapa 20 - Loteamentos implantados em Vitória da Conquista até 1996 pelos proprietários com ano de deferimento	140
Mapa 21 - Principais conjuntos habitacionais de Vitória da Conquista, 1996.....	142

Mapa 22 - Assentamentos populares implantados pelo Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP) em Vitória da Conquista, 1996	145
Mapa 23 - Assentamentos populares Alto Conquista e Conjunto Vitória implantados pelo Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP) em Vitória da Conquista, 1996	147
Mapa 24 - Uso na cidade de Vitoria da Conquista	151
Mapa 25 - Verticalização na cidade Vitória da Conquista por setor Censitário-2010	154
Mapa 26 - Condomínios fechados na cidade Vitória da Conquista por setor Censitário-2010	155
Mapa 27 - Percentual da População Urbana e Rural no Município de Vitória da Conquista	160
Mapa 28 - Mapa da população da cidade de Vitória da Conquista por sexo, por bairro.....	161
Mapa 29 - População da cidade de Vitória da Conquista por grupo de idade, por bairro	164
Mapa 30 - Mapa da população da cidade de Vitória da Conquista, por Bairro, 2010.....	165
Mapa 31 - Densidade populacional no Município de Vitória da Conquista, por setor Censitário, 2010.....	167
Mapa 32 - Perfil Socioeconômico da cidade de Vitória da Conquista, por bairro, 2010	172
Mapa 33 - Divisão político-administrativa do Território de Identidade Vitória da Conquista	173
Mapa 34 - Renda média na cidade de Vitória da Conquista, por classe salarial, por bairro, 2010	176
Mapa 35 - Índice de alfabetização e taxa de analfabetismo na cidade de Vitória da Conquista, por bairro, 2010	179
Mapa 36 - Clima do Município de Vitória da Conquista	181
Mapa 37 - Planaltimetria de Vitória de Conquista- BA, 1999	182
Mapa 38 - Mapa da morfologia de Vitória da Conquista, em carta imagem.....	183
Mapa 39 - Vegetação do Município de Vitória da Conquista	185
Mapa 40 - Bacias Hidrográficas do município de Vitória da Conquista.....	186
Mapa 41 - Localização das áreas de lazer indicadas no PDU de 1976. Vitória da Conquista/BA.	193
Mapa 42 - Localização da Praça da Juventude (bairro Guarani); Praça Sá Barreto (bairro Cruzeiro); Praça Tancredo Neves (bairro Centro); Parque Lagoa das Bateias (bairro Bateias), Vitória da Conquista/BA	195

Mapa 43 - Coleta de Resíduo Doméstico na cidade de Vitória da Conquista, por bairro, 2010	198
Mapa 44 - Densidade Demográfica encontrada e bruta, coeficiente de sustentabilidade, por bairros de Vitória da Conquista/BA, 2010	210
Mapa 45 - Nível de sustentabilidade dos bairros para densidade demográfica, por bairros de Vitória da Conquista/BA, 2010	212
Mapa 46 - Sustentabilidade relacionada à renda domiciliar e salários mínimos, por bairro — Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	217
Mapa 47 - Sustentabilidade em relação à alfabetização, por bairro — Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	222
Mapa 48 - Nível de sustentabilidade em relação a domicílios sem banheiros (2010) - Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	227
Mapa 49 - Vegetação na cidade de Vitória da Conquista.....	230
Mapa 50 - Zonas de fragilidade ambiental e áreas de preservação na cidade de Vitória da Conquista.....	231
Mapa 51 - Uso da Terra no Município de Vitoria da Conquista	233
Mapa 52 - Sustentabilidade em relação à coleta de lixo, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	239
Mapa 53 - Percentual do Nível de sustentabilidade relacionado ao abastecimento de água potável, por bairro, Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	242
Mapa 54 - Nível de sustentabilidade relacionado ao abastecimento de água potável, por bairro, Vitória da Conquista, Bahia, 2010	244
Mapa 55 - Aquíferos Subterrâneos no município de Vitória da Conquista.....	245
Mapa 56 - Nível de sustentabilidade em relação à rede geral de esgoto ou pluvial, por bairro — Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	249
Mapa 57 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Vitória da Conquista- IDH-M, 1991	256
Mapa 58 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Vitória da Conquista- IDH-M, 2000	257
Mapa 59 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Vitória da Conquista- IDH-M, 2010	257

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grupo de dimensão Social segundo Diagrama da Sustentabilidade	35
Quadro 2 - Grupo de dimensão Ambiental segundo Diagrama da Sustentabilidade.....	35
Quadro 3 - Resumo dos marcos, perspectiva histórica, cronológica e principais temas abordados relacionados à sustentabilidade urbana	47
Quadro 4 - Resumo dos conceitos de sustentabilidade e sustentabilidade urbana com os respectivos autores.....	59
Quadro 5 - Resumo dos conceitos de qualidade de vida e os respectivos autores	63
Quadro 6 - Resumo dos conceitos de cidades saudáveis e os respectivos autores	66
Quadro 7 - Zoneamento Urbano estabelecido pelo PDU 1976 de Vitória da Conquista	95
Quadro 8 - Quadro do Adensamento e Consolidação da Ocupação nos Limites Desejáveis – PDU-2006.....	99
Quadro 9 - Formas de manejo e disposição dos esgotos primários nas sedes municipais – RDS 20	202
Quadro 10 - Formas de manejo e disposição dos esgotos secundários nas sedes municipais – RDS 20	203
Quadro 11 - Densidade Bruta do PDU-2006 e critérios de sustentabilidade.....	208
Quadro 12 - Critérios sustentabilidade para população alfabetizada.....	219
Quadro 13 - Critérios de sustentabilidade para domicílios sem banheiros.....	224
Quadro 14 - Critérios de sustentabilidade para domicílios com acesso a coleta de lixo	236
Quadro 15 - Critérios de sustentabilidade para os domicílios atendidos pela rede geral de abastecimento de água	240
Quadro 16 - Critérios de Sustentabilidade para os domicílios atendidos pela rede geral de esgotamento sanitário	246
Quadro 17 - Valores dos índices obtidos, para o sistema ambiental, distribuição percentual para a cidade de Vitória da Conquista segundo o Diagrama da Sustentabilidade.....	251
Quadro 18 - Valores dos índices obtidos para o sistema social, distribuição percentual para a cidade de Vitória da Conquista segundo o Diagrama da Sustentabilidade.....	251
Quadro 19 - Valores dos índices obtidos, para o sistema ambiental, distribuição percentual para a cidade de Vitória da Conquista segundo o Diagrama da Sustentabilidade.....	252
Quadro 20 - Valores dos índices obtidos, para o sistema social, distribuição percentual para a cidade de Vitória da Conquista segundo o Diagrama da Sustentabilidade.....	252

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População da Imperial Villa da Victória, por sexo-1875	114
Tabela 2 - População de Vitória da Conquista por situação domiciliar, 1940 a 2010.....	123
Tabela 3 - Censo Demográfico 1991, Contagem populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem populacional 2007 e Censo Demográfico 2010	131
Tabela 4 - População censitária por situação de moradia, 2010.....	158
Tabela 5 - População com projeção para 2013.....	159
Tabela 6 - Maiores Municípios da Bahia em população, 2015	159
Tabela 7 - População censitária por faixa etária e por gênero - 2010.....	161
Tabela 8 - Dados da distância a capital, área e densidade demográfica de Vitória da Conquista	166
Tabela 9 - PIB Vitória da Conquista de 2010 a 2013	169
Tabela 10 - PIB 2013.....	169
Tabela 11 - População em Idade Ativa. População Economicamente Ativa. Taxa de Desocupação (2010). Mercado do Trabalho Formal (RAIS).....	170
Tabela 12 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais e número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, Vitória da Conquista, Bahia, Região Nordeste e Brasil, 1970, 1980 e 1991	177
Tabela 13 - Taxa de analfabetismo, 2000 e 2010	177
Tabela 14 - Percentual comparativo do índice de alfabetização, por bairro, Vitória da Conquista, por bairro, 2010	178
Tabela 15 - Número de moradores segundo forma de coleta de lixo, Vitória da Conquista, BA, 1991	197
Tabela 16 - Domicílios particulares permanentes, por forma de destino do lixo, por bairro, Vitória da Conquista em 2010.....	197
Tabela 17 - Número de Moradores segundo o tipo de abastecimento de água, Vitória da Conquista (BA), 1991.....	199
Tabela 18 - Número de moradores segundo a forma de instalação sanitária. Vitória da Conquista (BA), 1991.....	201
Tabela 19 - Número de moradores segundo o tipo de instalação sanitária. Vitória da Conquista (BA), 1991	201
Tabela 20 - Distribuição absoluta da população, área e densidade demográfica, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	206
Tabela 21 - Distribuição absoluta da população, área e densidade demográfica, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	207

Tabela 22 - Escalas e níveis de sustentabilidade em percentual do Barômetro de Sustentabilidade.....	208
Tabela 23 - Densidade Demográfica encontrada e bruta, coeficiente de sustentabilidade, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	209
Tabela 24 - Nível de sustentabilidade dos bairros para densidade demográfica- Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	211
Tabela 25 - Rendimento médio em número de salários mínimos, domiciliar e per capita, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	215
Tabela 26 - Escalas e níveis de sustentabilidade para renda domiciliar	216
Tabela 27 - Sustentabilidade relacionada à renda domiciliar, por bairro — Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	216
Tabela 28 - População com 5 anos ou mais total, alfabetizada e sua distribuição percentual, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010	220
Tabela 29 - Sustentabilidade para alfabetização, por bairro — Vitória da Conquista, Bahia, 2010	221
Tabela 30 - Total de domicílio, domicílios sem banheiro e sua distribuição percentual, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	225
Tabela 31 - Sustentabilidade relacionada aos domicílios sem banheiro, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	226
Tabela 32 - Percentual de domicílios particulares permanentes, com banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário, por bairro, Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	228
Tabela 33 - Total de domicílio, domicílios com coleta de lixo e sua distribuição percentual, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010	236
Tabela 34 - Sustentabilidade em relação à coleta de lixo, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	237
Tabela 35 - Total de domicílios, domicílios com rede geral de água potável e sua distribuição percentual, por bairro — Vitória da Conquista, Bahia, 2010	241
Tabela 36 - Nível de sustentabilidade relacionado ao abastecimento de água potável, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	243
Tabela 37 - Total de domicílios com rede geral de esgoto e sua distribuição percentual, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	247
Tabela 38 - Nível de sustentabilidade em relação à rede geral de esgoto ou pluvial, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010.....	248
Tabela 39 – Produto Interno Bruto (PIB) – 2012 a 2014.....	254
Tabela 40 - Índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM), segundo as componentes - Vitória da Conquista, Bahia - 1991, 2000 e 2010	256
Tabela 41 - Índices de desigualdade de renda e fração da população extremamente pobre - Vitória da Conquista, Bahia - 1991, 2000 e 2010	258

Tabela 42 - Número de óbitos infantis anual, segundo a faixa etária (até 1 ano), 1000 nascidos vivos - Vitória da Conquista - 2005-2015	258
Tabela 43 - Taxa de mortalidade infantil anual, segundo a faixa etária (até 1 ano), 1000 nascidos vivos - Vitória da Conquista - 2005-2015	259
Tabela 44 - Número de óbitos anual por causas externas, segundo os grandes grupos (CID10) - Vitória da Conquista - 2005-2015	260
Tabela 45 - Taxa de mortalidade (100 mil pessoas) anual por causas externas, segundo os grandes grupos (CID10) - Vitória da Conquista - 2005-2015	261

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNH	Banco Nacional da Habitação
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CGSDI	Consultative Group on Sustainable Development Indicators
CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
CINVA	Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNBB	Documento da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNU	Congresso para o Novo Urbanismo
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias municipais de Saúde
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DB	Densidade Bruta
DE	Densidade Encontrada
EMBASA	Empresa Baiana de Água e Saneamento
EMURC	Empresa Pública Municipal de Urbanização de Vitória Da Conquista
FAINOR	Faculdade Independente do Nordeste
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciências
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBR	Instituto Brandão de Reabilitação
IDE	Índice de Desenvolvimento Econômico
IDH	Índice de desenvolvimento humano
IDHAD	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
IDH-M	Índice de desenvolvimento humano municipal
IDRC	International Development Research Centre
IDS	Índice de desenvolvimento social
IFBA	Instituto Federal da Bahia
INOCOOP	Cooperativa para Construção de Habitação Popular
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
IQVU-BH	Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte
IQVU-BR	Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte
ISA	Índice de Sustentabilidade Ambiental
IUCN	União Mundial para Conservação
MST	Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra
NRTEE	National Round Table on the Environment and the Economy
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONGs	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-americana da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PDI	Planos de Desenvolvimento Integrado
PIB	Produto Interno Bruto
PMHP	Programa Municipal de Habitação Popular
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PNUD	Programa das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROFILURB	Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PROMORAR	Programa de Moradia
SAGMACS	Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMMA	Secretaria Municipal do meio Ambiente
SNPU	Secretarias Nacionais de Programas Urbanos
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento e Tecnologia
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TI	Territórios de Identidade
UE	União Europeia
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste Baiano
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFSBA	Universidade Federal do Sudoeste da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
URBIS	Companhia de Habitação e Urbanização
VSA	Vigilância Saúde Ambiental
WWF	Fundo Mundial para Conservação
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	21
1.1 TEMA E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	21
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	31
3 REFERENCIAL TEÓRICO	42
3.1 SUSTENTABILIDADE URBANA E QUALIDADE DE VIDA URBANA.....	42
4 OS PROBLEMAS URBANOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: RUMO À SUSTENTABILIDADE URBANA	68
4.1 PROBLEMAS URBANOS NO MUNDO: DO PLANEJAMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS	68
4.2 PROBLEMAS URBANOS NO BRASIL: DO PLANEJAMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS	73
5 POLÍTICAS PÚBLICAS E A EVOLUÇÃO URBANA DE VITÓRIA DA CONQUISTA.....	84
5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS E SEUS INSTRUMENTOS DE APLICAÇÃO RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE URBANA E QUALIDADE DE VIDA URBANA	84
5.1.1 As políticas públicas urbanas brasileiras	84
5.1.2 Políticas públicas urbanas de Vitória da Conquista	91
5.2 EVOLUÇÃO URBANA EM VITÓRIA DA CONQUISTA: DA ORIGEM À ATUALIDADE	107
6 PERFIL DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA	158
6.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS - DENSIDADE DEMOGRÁFICA.....	158
7 RESULTADOS DA PESQUISA: SUSTENTABILIDADE URBANA E QUALIDADE DE VIDA URBANA, UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	205
7.1 INDICADOR DEMOGRÁFICO.....	205
7.1.1 Densidade demográfica	205
7.1.2 Sustentabilidade para densidade demográfica	207
7.2 INDICADOR ECONÔMICO.....	214
7.2.1 Renda domiciliar.....	214
7.2.2 Sustentabilidade relacionada à renda domiciliar	215
7.3 INDICADOR PARA EDUCAÇÃO	218
7.3.1 População alfabetizada	218

7.3.2 Sustentabilidade para população alfabetizada	219
7.4 INDICADOR PARA HABITAÇÃO	222
7.4.1 Condições de habitação - domicílios sem banheiros.....	222
7.4.2 Sustentabilidade para condições de habitação- domicílios sem banheiros	223
7.5 INDICADOR PARA MEIO AMBIENTE.....	228
7.5.1 Áreas verdes e de lazer	228
7.5.2 Acesso à coleta de lixo	235
7.5.2.1 Sustentabilidade para acesso à coleta de lixo.....	235
7.6 INDICADORES PARA SANEAMENTO	239
7.6.1 Domicílios atendidos pela rede geral de água potável.....	239
7.6.1.1 Sustentabilidade para domicílios atendidos pela rede geral de água potável.....	240
7.6.2 Domicílios atendidos pela rede geral de esgoto.....	245
7.6.2.1 Sustentabilidade para domicílios atendidos pela rede geral de esgoto.....	246
7.7 DIAGRAMA DO BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE.....	250
7.8 INFERÊNCIAS PARA QUALIDADE DE VIDA URBANA	253
7.8.1 Indicadores de qualidade de vida urbana	253
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	263
REFERÊNCIAS.....	266
ANEXO A – ESTATUTO DA CIDADE, LEI N° 6.766.....	280
ANEXO B – PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU) - LEI N° 118/76.....	281
ANEXO C – O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU) - LEI N° 1.385/2006.....	283
ANEXO D - CÓDIGO DE ORDENAMENTO DO USO DO SOLO E DE OBRAS E EDIFICAÇÕES – LEI N.º 1.481/2007	287
ANEXO E - CÓDIGO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, LEI N° 1.410/2007	288

1 APRESENTAÇÃO

1.1 TEMA E CONTEXTUALIZAÇÃO

A palavra “vida” exprime em si o que dá sentido à existência dos seres vivos. A palavra qualidade manifesta um valor positivo ou negativo de algo. O termo qualidade de vida supõe uma avaliação de algo importante e que abrange a vida do homem em diversos aspectos e com significados diferentes de acordo com as necessidades e percepções de cada um. Entretanto o tema qualidade de vida urbana está relacionado com a capacidade da cidade se sustentar e oferecer as condições de vida e de bem-estar digna ao homem da cidade que habita.

A qualidade de vida de um ser humano está relacionada com o bem estar individual, enquanto a qualidade de vida urbana, além de se relacionar com o individual, relaciona-se com o bem estar coletivo determinado pelo grau de satisfação das pessoas. Segundo Harvey (2012) para satisfazer a essas necessidades coletivas, é importante que todos possuam pleno acesso à cidade, direito fundamental dos cidadãos.

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a si mesmos por mudar a cidade. É, sobretudo, um direito coletivo, ao invés de individual, pois esta transformação inevitavelmente depende do exercício de um poder coletivo para dar nova forma ao processo de urbanização. O direito a fazer e refazer nossas cidades e nós mesmos é, como quero argumentar, um dos mais preciosos, e ainda assim mais negligenciados, de nossos direitos humanos. (HARVEY, 2012, p. 74).

Nos conceitos de cidade desenvolvidos por Aristóteles, ele considera a cidade (polis) uma comunidade última, a que tem por finalidade o bem soberano, assim é somente nela que o homem pode alcançar a vida perfeita e a felicidade, um lugar para se viver bem.

A comunidade constituída a partir de vários povoados é a cidade definitiva, após atingir ao ponto máximo de uma auto suficiência praticamente completa; assim, ao mesmo tempo que já tem condições para assegurar a vida de seus membros, ela passa a existir também para lhes proporcionar uma vida melhor. Toda a cidade, portanto, existe naturalmente, da mesma forma que as primeiras comunidades; aquela é o estágio final destas, pois a natureza de uma coisa é o seu estágio final [...]. Estas considerações deixam claro que a cidade é uma criação natural, e que o homem é por natureza um animal social, e um homem que por natureza, e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma, seria desprezível ou estaria acima da

humanidade [...], e se poderia compará-lo a uma peça isolada do jogo de gamão. (ARISTÓTELES, 1253, p. 15).

Segundo Cullen (1971, p. 9), a cidade “é uma unidade geradora de um excedente de bem estar e facilidades”. As pessoas buscam nas cidades conforto, lazer, facilidades, porém a cidade tem oferecido o inverso. O aumento da quantidade de pessoas nas cidades vem dificultando o acesso aos serviços, aos bens sociais e à infraestrutura urbana como o saneamento básico, a educação, a saúde e o transporte público. As cidades, como centros de desenvolvimento urbano, poder e riqueza, apresentam também problemas como a desigualdade e exclusão social, a violência urbana e, conseqüentemente, a insegurança. Além disso, o crescimento da população e o incremento do consumo estão, mesmo que de uma forma diferenciada, provocando a degradação ambiental, as alterações climáticas, desmatamento desenfreado, entre outros. Conseqüentemente este conjunto de fatores vem impactando a qualidade de vida e a realização dos sonhos de viver bem em uma cidade.

Os problemas são provocados, principalmente, pelo aumento da concentração das populações que, aliada a um processo de urbanização intenso e desordenado, interferem nas condições de vida urbana dos cidadãos. Nos últimos 50 anos, a distribuição da população no espaço nacional brasileiro se inverteu. Em 1945, a população urbana era de apenas 25% da população total de 45 milhões. Já em 2000, era de 82% sob um total de 169 milhões. Projeções estatísticas do IBGE (2004) demonstram que a população brasileira atingirá o ápice com o patamar de 260 milhões de habitantes por volta de 2060, quando, a partir de então, a população deverá regredir lentamente.

As cidades mais desenvolvidas têm apresentado um espaço não muito agradável de viver devido aos diversos fatores que causam baixa qualidade de vida urbana. As cidades médias brasileiras e, principalmente, as de maior porte também já apresentam problemas urbanos.

As questões sobre qualidade de vida urbana e sustentabilidade urbana tem sido tema de extrema importância na atualidade e por isso alvo de estudos de diversos pesquisadores e especialistas. Desde 1987, com a divulgação da concepção de Desenvolvimento Sustentável (DS), com o Relatório Brundtland (“Nosso Futuro Comum” - WCED), em que foi definido que este é “aquele que responde as necessidades do presente de forma igualitária sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras” (BRUNDTLAND, 1987, p.11) o assunto tem se tornado cada vez mais presente em nosso cotidiano.

Para melhoria da sustentabilidade urbana e qualidade de vida urbana a maioria dos países, inclusive o Brasil, dependem das políticas públicas urbanas. Como parte integrante destas políticas públicas, existem os planos diretores, instrumentos normativos que devem orientar o ordenamento territorial de todo o município e estabelecer diretrizes básicas e gerais de desenvolvimento urbano de uma cidade. Entretanto essas diretrizes devem propor condições justas de habitação, saúde, educação, infraestrutura como saneamento, serviços públicos, transporte e lazer, preservando a história, a cultura e a paisagem. Estas propostas têm um papel fundamental na sustentabilidade urbana e na melhoria da qualidade de vida de todos os seus habitantes, inclusive idosos, crianças e portadores de necessidades.

Em busca desta melhoria na qualidade de vida urbana, as administrações públicas têm buscado incluir nas discussões sobre políticas públicas urbanas e gestão das cidades soluções para estas questões. Na dimensão política esta procura pela qualidade de vida passa a se relacionar com aspectos de planejamento, da democracia, da cidadania, dos direitos fundamentais e sociais das pessoas e da sustentabilidade urbana.

Os planos diretores, instrumentos legítimos e importantes das políticas públicas urbanas são responsáveis pelos destinos das cidades e de seus habitantes. Eles são estimuladores de um desenvolvimento socioeconômico sustentável, da equidade social e, conseqüentemente, da melhoria de qualidade de vida da população, cumprindo assim uma função social importante.

Por definição, o "plano diretor é o Instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados". (ABNT, 1992, p. 1).

É chamado de plano, porque estabelece os objetivos a ser atingidos e o prazo em que estes devem ser alcançados [...], as atividades a serem executadas e quem deve executá-las. É diretor, porque fixa as diretrizes do desenvolvimento urbano do Município. (SILVA, 1995, p. 124).

É a partir dos planos que se faz de um diagnóstico técnico-científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região e onde se apresenta um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico de uma organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e dos elementos fundamentais urbanos, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazo, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1999).

Foi a partir do conhecimento dos objetivos básicos dos planos diretores brasileiros, cujo conteúdo contém o conjunto de princípios, diretrizes, normas e regras que orientam as ações e decisões dos agentes dos municípios na construção do espaço e no processo de desenvolvimento urbano, que surgiu o interesse de analisar os planos diretores e as políticas públicas urbanas de um dos municípios do Brasil e sua relação com a sustentabilidade urbana e a qualidade de vida urbana.

Baseado nestes conhecimentos e na observação do crescimento urbano significativo, nas últimas décadas, de uma cidade baiana, Vitória da Conquista, onde nasci e possuo larga convivência que foi considerado relevante avaliá-la quanto à sustentabilidade urbana e à qualidade de vida de seus habitantes no espaço urbano. Este período inédito para a cidade proporcionou uma riqueza de aspectos a serem observados em relação ao tema escolhido para pesquisa.

Vitória da Conquista é um núcleo urbano de médio porte, localizada no sudoeste da Bahia, considerada a segunda maior cidade do interior do estado e representante de um importante polo de desenvolvimento regional. Além disso, tem uma grande importância no cenário estadual, sendo o terceiro município em número de habitantes do estado da Bahia. A influência do município se estende a toda região sudoeste do estado e para outros estados. Isso se dá pela diversidade e pelo dinamismo do setor de comércio e serviços, que serve também de entreposto na malha rodoviária federal.

A cidade de Vitória da Conquista se localiza na mesorregião Centro Sul Baiano, entre as coordenadas aproximadas de 14° a 15°45' de latitude sul e 40°15' a 42°45' de longitude oeste (Mapa 1), ocupando uma área aproximada de 27.275,6 km² (IBGE, 2011), correspondendo a aproximadamente 4,8% do território estadual.

Mapa 1 - Divisão Político-Administrativa da Região Nordeste do Brasil, em Carta Imagem



Fonte: Imagem Blue Marble (NASA, 2011 apud ROCHA; FERRAZ, 2015).

A região faz parte da área de abrangência do Semiárido e está totalmente inserida nesta. A região econômica é a Sudoeste (Mapa 2) e se encontra a uma distância da capital, Salvador, de 509 km e a 278 km do Porto de Ilhéus. Possui uma área de 3.356,90 km², população, segundo o censo de 2010, de 306.866 pessoas, com densidade demográfica de 91,41 hab./km² e estimada para 2017 em 348.718 pessoas.

Mapa 2 - Localização do município de Vitória da Conquista na Bahia



Fonte: Cidades. Bahia, Vitória da Conquista. Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE, 2011).

Em relação à classificação relacionada com o tamanho populacional, Vitória da Conquista é considerada uma cidade média. Esta classificação foi concedida através de estudos da década de 1970, que adotaram como limites o intervalo entre 50 mil e 250 mil habitantes para as cidades médias. Santos (1997) definiu, posteriormente, o patamar mínimo de 100 mil habitantes. As cidades médias também podem ser chamadas de intermédias ou intermediárias, uma vez que têm o papel de articuladoras e criadoras das redes. São consideradas nós de ligação entre os centros locais e as metrópoles. Outros critérios, além do tamanho populacional, são utilizados para definir as cidades médias, como os critérios econômicos, o grau de urbanização, a centralidade e a qualidade de vida. O tamanho econômico está relacionado com infraestrutura e o poder de atração das cidades médias. (CASTELO BRANCO, 2006).

Vitória da Conquista foi considerada, em 2015, uma das 100 melhores cidades do Brasil, de acordo com o Índice das Melhores e Maiores Cidades Brasileiras (BCI) 100¹, elaborado pela Delta Economics & Finance e divulgado pelo site da Revista América Economia (2014, p. 10).

A avaliação foi feita nas dimensões finanças, governança, bem-estar, econômica, segurança, domicílios, saúde, educação, digital e geral. Vitória da Conquista aparece em 95º lugar entre os 5.564 municípios pesquisados pelo estudo. A seleção das 100 cidades avaliadas pela pesquisa teve como base o ordenamento de acordo com a população residente, levando-se em conta os dados do Censo 2010.

O BCI 100 de Vitória da Conquista apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,678 em 2010. A dimensão econômica atingiu 3,93. A saúde chegou a 4,90 e a educação, a 2,77.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), Vitória da Conquista fechou o ano de 2013 com um superior a R\$ 4,5 bilhões. O PIB de Vitória da Conquista mais do que triplicou em dez anos (1999-2009): um crescimento estimado em 340%. Atualmente a cidade ocupa a sexta colocação entre as maiores economias da Bahia.

Nas últimas décadas a construção civil foi um dos maiores responsáveis pelo crescimento econômico e urbano. Outros segmentos que se destacaram foram o comércio e o de serviços. Estes dois setores geraram muitos empregos melhorando as condições de renda e social. Atualmente, mediante a crise econômica que vive o país, todos os segmentos foram atingidos provocando uma diminuição em relação aos anos anteriores.

Quanto à qualidade de vida, um estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) revelou melhorias na vida da população de Vitória da Conquista. Entre 2000 e 2010, houve um registro de uma diminuição significativa da situação de “extrema pobreza” – aquelas que vivem com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70. Em 2000, essas pessoas correspondiam a quase 16% da população conquistense. Dez anos depois, o número havia caído para 6,7%. No setor educacional, a cidade passou por grandes mudanças e

¹ As informações utilizadas pelo Delta Economics & Finance para a produção do BCI 100 são provenientes de fontes primárias obtidas diretamente da administração pública direta, bem como de órgãos e instituições governamentais e disponibilizadas por meio de: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013, uma iniciativa conjunta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação João Pinheiro (FJP), Ministério das Comunicações, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, da Secretaria Nacional da Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Federal de Odontologia.

hoje se destaca por possuir um setor educacional privilegiado, formado por escolas e várias faculdades, tais como: Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), desmembrada da UFBA com a criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia (UFSBA), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB) entre outras que a consagram como um importante polo de educação superior com cerca de 12 mil universitários, não só para o estado da Bahia, como para todo o Brasil.

Apesar dos dados citados, percebeu-se, através da observação na sua configuração espacial e no conhecimento de alguns dados estatísticos relacionados à infraestrutura urbana, que a cidade de Vitória da Conquista tem vivenciado muitos problemas, seja de carácter físico, social, ambiental, político e econômico.

Sobre a habitação percebeu-se que não houve oferta suficiente de moradias para população de baixa renda oferecida pelo poder público provocando a busca ilegal e informal de ocupação ou aquisição de terrenos em loteamentos irregulares. Muitas destas ocupações acabaram ficando sem atendimento pela infraestrutura básica.

Na infraestrutura em geral, nota-se que muitas ruas ainda se encontram sem pavimentação e sem calçadas. A falta de água também tem sido um problema constante na cidade devido as constantes secas.

Atualmente o crescimento urbano continua em expansão, porém mais lento, especialmente na malha imobiliária. A arquitetura original tem sido substituída por edifícios residenciais e comerciais e têm surgido sempre novos loteamentos e condomínios residenciais, visíveis em várias partes da cidade. Ao mesmo tempo percebe-se o surgimento de habitações na periferia da cidade onde reside a população mais pobre que não teve condições de adquirir um imóvel. Esta situação vem provocando a segregação espacial e demonstrando a desigualdade social.

Quanto à mobilidade urbana, foram construídas algumas ciclovias, mas não o suficiente para interligar todos os pontos da cidade a partir de suas principais avenidas, que poderia contribuir para a diminuição de veículos e reduzir os congestionamentos, observados diariamente na cidade. Muitas avenidas e ruas têm surgido em função da expansão da cidade.

Sobre o meio ambiente, algumas áreas, parte do patrimônio ambiental, foram degradadas como a Serra do Peri-Peri. Há também poucas áreas arborizadas dentro da cidade.

Supõe-se que alguns destes problemas foram causados pelo crescimento populacional desproporcional à criação da infraestrutura urbana. A falta de ações e de políticas públicas

adequadas, a omissão da prefeitura e o privilegio pelos interesses privados do mercado imobiliário têm correlação com a formação do espaço urbano e certamente com a ampliação dos problemas urbanos, interferindo na sustentabilidade urbana e na qualidade das condições de vida urbana de parte da população.

As políticas públicas urbanas municipais de Vitória da Conquista, além de conter vários princípios e diretrizes que dizem respeito às questões sociais como habitação, justiça, inclusão social, transporte, lazer, saúde, questões econômicas e ambientais, também estão submetidas ao Estatuto das Cidades, que reconhece o direito à cidade como um direito fundamental para todas as pessoas – sem discriminação de classe, gênero, idade, raça, etnia e orientação, seja ela política, religiosa ou sexual. Desta forma as políticas urbanas podem contribuir para a sustentabilidade urbana e, conseqüentemente, para uma melhor qualidade de vida da população de uma cidade. Acredita-se que há uma relação entre o seu conteúdo e ações e a atual situação em que a cidade se encontra.

Portanto o objetivo geral desta pesquisa é avaliar a sustentabilidade urbana a partir das políticas públicas em Vitória da Conquista, BA, utilizando o método do Barômetro da Sustentabilidade.

Quanto aos objetivos específicos, consistem em:

- a) identificar principais indicadores de sustentabilidade urbana e qualidade de vida urbana;
- b) identificar nas políticas públicas urbanas as diretrizes relacionadas com a sustentabilidade urbana e qualidade de vida urbana;
- c) avaliar as relações entre políticas públicas urbanas e os indicadores de sustentabilidade urbana e de qualidade de vida urbana.

Para tanto, foi feito um recorte temporal entre 1976 até os dias atuais.

Foram dois os planos diretores que a cidade experimentou até o momento. O primeiro, em 1976, Lei n° 118 e o segundo de 2006, Lei n° 1.481, que foi complementada, em 26 de junho de 2015, pela Lei n° 2.043.

Devido à visível expansão territorial e urbana do município na década de 70, a prefeitura de Vitória da Conquista decidiu, em 1973, firmar um convênio junto com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) para elaborar o primeiro Plano Diretor Urbano. Este plano se restringiu apenas aos estudos físico-estruturais urbanos, um estudo socioeconômico (diagnóstico feito pela SEPLANTEC em 1974) e outro sobre localização industrial feito pela

Secretaria da Indústria e Comércio, em 1973. Em 22 de dezembro 1976, foi sancionado este primeiro Plano Diretor Urbano da cidade.

Após 31 anos, em 2006, foi aprovado um novo Plano Diretor do Município de Vitória da Conquista sancionado pela Câmara Municipal e que vigora até hoje. Ao contrário do plano anterior, este contém diretrizes destinadas ao acompanhamento e controle social do planejamento urbano que buscam estruturar, estimular, promover, criar projetos estratégicos, controlar o desenvolvimento urbano, contendo como um dos princípios fundamentais o compromisso social, em seus diversos aspectos, objetivando naturalmente a sustentabilidade e qualidade de vida urbana.

Como parte das políticas públicas urbanas de Vitória da Conquista, além dos planos diretores, foram analisados, nesta pesquisa, o Código de Ordenamento do Uso do Solo e de Obras e Edificações, os Programas Municipais de Habitação Popular e os Planos Municipais para o Meio Ambiente.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para realização desta pesquisa, a metodologia aplicada foi o estudo de caso feito a partir de pesquisa documental, utilizando o arquivo público, as fontes estatísticas, fotos e levantamento bibliográfico, cartográfico. Foi utilizado para formação da fundamentação teórica fontes como bibliotecas, internet, instituições públicas municipais e federais, entre outros. Inicialmente, privilegiou-se a revisão bibliográfica, procurando uma maior clareza teórica a partir da leitura de artigos, livros, monografias, dissertações e teses.

Foram colhidos dados relativos aos aspectos históricos, demográficos, socioeconômicos, de infraestrutura urbana, geoambientais e socioespaciais, com o objetivo de apresentar o perfil da cidade e compreender a evolução urbana através de livros e atlas geográfico sobre o município, sites da prefeitura, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), O estudo sobre o perfil da cidade e da evolução urbana da cidade, desde a sua fundação até os dias atuais, auxiliou na compreensão do seu crescimento e desenvolvimento. Também foram feitas consultas às leis relativas às políticas públicas urbanas nacionais e municipais e seus instrumentos relativos à sustentabilidade urbana e qualidade de vida urbana.

Especificamente para esta pesquisa foram elaborados mapas e tabelas com os níveis de sustentabilidade urbana para a cidade de Vitória da Conquista para o ano 2010. Os dados relativos aos indicadores de sustentabilidade urbana foram retirados do sistema de informações geográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Também foram feitas tabelas com dados relativo à qualidade de vida urbana utilizando dados do Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e alguns dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) melhor descritas neste capítulo.

As variáveis selecionadas para os indicadores de níveis de sustentabilidade foram densidade demográfica, renda domiciliar, rede de abastecimento de água potável, rede de esgoto, condições de habitação para domicílios sem banheiro, acesso à coleta de lixo e população alfabetizada. As variáveis foram escolhidas por estarem relacionadas diretamente com a qualidade de vida urbana e com sustentabilidade urbana de uma cidade. A construção

destas tabelas e mapas teve como objetivo obter maior precisão nos resultados e na avaliação acerca da sustentabilidade urbana e qualidade de vida urbana da cidade.

Os resultados encontrados serviram como indicativos da situação em que se encontra a cidade nestes aspectos. Os resultados para os níveis de sustentabilidade urbana foram analisados através do método do Barômetro da Sustentabilidade.

O Barômetro da Sustentabilidade é a principal ferramenta usada por Prescott- Allen, principal pesquisador envolvido no desenvolvimento desta. Segundo este pesquisador, uma característica importante do Barômetro da Sustentabilidade é a capacidade de combinar indicadores, permitindo aos usuários chegarem a conclusões a partir de muitos dados considerados (PRESCOTT-ALLEN, 1999). Este autor considera que a avaliação do estado das pessoas e do meio ambiente em busca do desenvolvimento sustentável requer indicadores de uma grande variedade de questões ou dimensões. Existe a necessidade de integrar dados relativos a vários aspectos de um sistema, como, por exemplo: qualidade da água, emprego, economia, educação, crime, violência etc. Embora cada indicador possa representar o que ocorre dentro de uma área específica, a falta de ordenação e combinação coerente dos sinais que estes emitem conduz a dados relativos e altamente confusos (PRESCOTT-ALLEN, 1999, 2001).

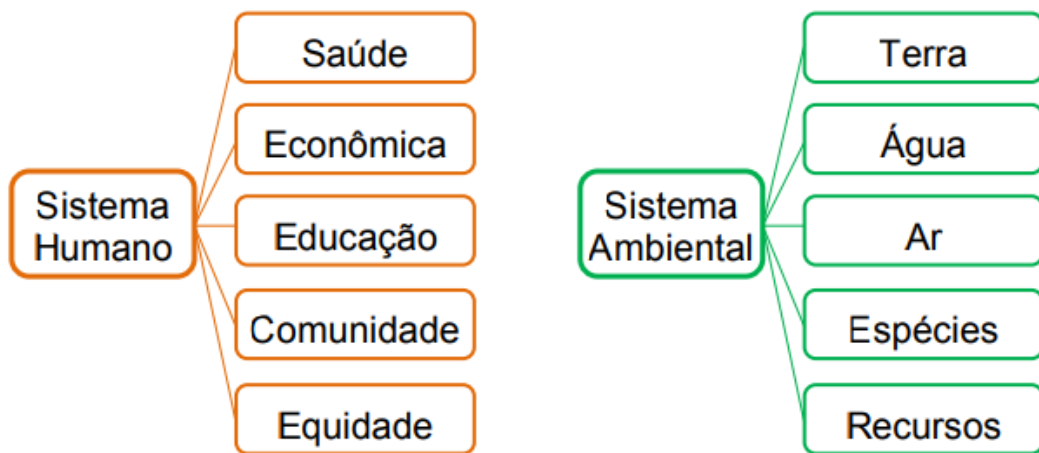
Segundo Bellen (2007, p. 96; 153), o Barômetro de Sustentabilidade é um dos métodos mais aplicados nas escalas internacionais. Van Bellen (2007) cita que é um modelo sistêmico desenvolvido por diversos especialistas ligados, principalmente, a dois institutos: o The World Conservation Union (IUCN) e o The International Development Research Centre (IDRC). É uma ferramenta de avaliação das condições humanas e ambientais e foca nas dimensões ecológicas, sociais e econômicas, com o objetivo de mensurar com uma visão mais ampla do todo, do bem-estar da sociedade e do ecossistema, pois esses subsistemas definem a sustentabilidade. O resultado é a combinação das duas dimensões retratadas pelo índice conhecido como de bem estar. O bem estar do ecossistema considerado como o da manutenção de sua diversidade e qualidade, com sua capacidade de suporte para a vida humana e dos seres vivos, enquanto que o bem estar humano perpassa pela satisfação das necessidades humanas e possibilidade de alcançar seu potencial.

É um método coerente para as análises da sustentabilidade de uma região ou município pela sua confiabilidade, fácil utilização e visualização dos resultados por parte de todos em direção à sustentabilidade urbana. Segundo seus autores, o Barômetro de Sustentabilidade foi destinado às agências governamentais e não governamentais, tomadores de decisão e de

peças envolvidas com questões relativas à formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável (PRESCOTT ALLEN, 2001).

O Barômetro da Sustentabilidade, que faz uso de indicadores conectados ao bem estar humano e ao bem estar do meio ambiente, decompõe cada uma das suas dimensões em outras cinco (Figura 1): para o bem estar do meio ambiente, a terra, o ar, a água, as espécies e utilização de recursos; e para o bem estar humano: saúde e população (saúde), riqueza (econômica), conhecimento e cultura (educação), comunidade e equidade (LUCENA; CAVALCANTE; CÂNDIDO, 2011, p. 19-49).

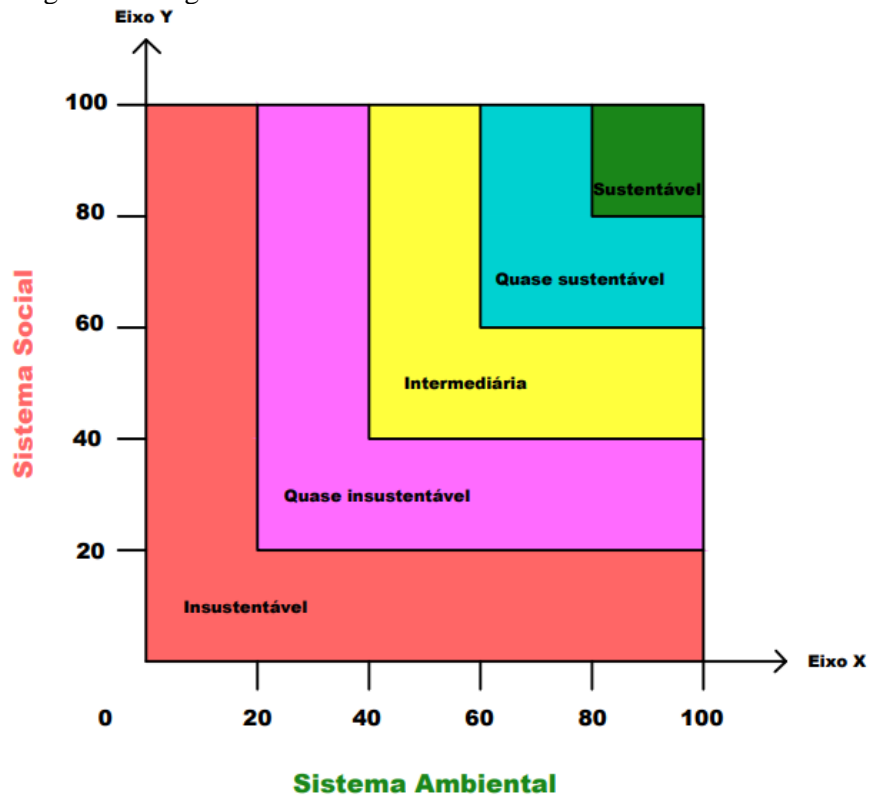
Figura 1 - Dimensões dos Sistemas Humanos e Ambiental



Fonte: Adaptado de Prestes (2010).

No método do barômetro, o sistema ambiental se encontra no eixo “X”, na horizontal e o sistema sociedade (humano) na vertical, no eixo “Y” e são representados em forma de um diagrama bidimensional de cinco cores, mostrando as condições em que se encontra o sistema em sua totalidade. Para a cor vermelha, insustentável, cor rosa, quase insustentável, cor amarela, intermediária, cor azul, quase sustentável e a cor verde, sustentável.

Figura 2 - Diagrama do Barômetro da Sustentabilidade



Fonte: Siena (2002, p. 54) e Ribeiro (2017).

Os resultados são representados por um único índice agregado obtido pela média aritmética, somando-se os índices obtidos para cada sistema analisado e é dado pelo cruzamento entre os subsistemas sociedade e ambiente, compondo as avaliações da sustentabilidade de forma integrada.

Através das notas máximas (sustentável) até a nota mínima (insustentável) (Figura 2) determinada pelo Barômetro de Sustentabilidade, torna-se possível identificar algumas fragilidades locais e indicar o direcionamento de políticas públicas, ações, programas e projetos futuros para a uma cidade.

Na escala utilizada no barômetro, em cada um dos eixos os valores variam de 0 a 100 com cinco intervalos de classe de 20 pontos cada. Nesse sentido, os valores obtidos na pesquisa serão enquadrados como 0 - 20, ruim, 21 - 40, fraco, 41 - 60, médio, 61 - 80, moderado e 81 - 100, bom.

Essa metodologia de avaliação permite que o pesquisador escolha as suas próprias dimensões, de acordo com a realidade e conhecimento sobre o local estudado, devendo-se trabalhar com, no mínimo, três e, no máximo, cinco dimensões para cada sistema, humano e ambiental (PRESCOTT-ALLEN, 2001). Siena (2002) acredita que a vantagem de utilizar o

Barômetro da Sustentabilidade em relação aos outros indicadores é a capacidade de combinar indicadores, permitindo ao usuário chegar a uma conclusão a partir de muitos dados considerados na pesquisa. Essa característica é relevante frente à grande variedade de questões e dimensões encontradas ao avaliar o estado das pessoas e do meio ambiente em busca do desenvolvimento sustentável.

Segundo Lucena, Cavalcante e Cândido (2011), o Barômetro da Sustentabilidade é um método ilimitado no que se refere a sua aplicação e pode ser utilizado para análise em escala local, como no caso desta pesquisa, ou quanto em escala global.

Para os indicadores de sustentabilidade urbana foram selecionados dois grupos, o primeiro grupo de dimensão social (Quadro 1) e o segundo de dimensão ambiental (Quadro 2) que compõem os pilares da sustentabilidade. No grupo de dimensão social, as variáveis foram densidade demográfica, renda domiciliar e educação (população alfabetizada). No grupo de dimensão ambiental as variáveis foram condições de habitação (existência de banheiros nas residências), acesso à coleta de lixo, abastecimento pela rede geral de água potável, rede geral de esgoto e por fim o indicador para meio ambiente. Quanto ao nível de sustentabilidade urbana para o meio ambiente, não foi possível inseri-lo no Diagrama do Barômetro por não haver dados suficientes que viabilizassem um resultado satisfatório; porém, foi feita uma análise com os dados disponíveis e através da observação local. Portanto as escolhas destes indicadores dependeram da disponibilidade de dados.

Quadro 1 - Grupo de dimensão Social segundo Diagrama da Sustentabilidade

SISTEMA SOCIAL
Densidade Demográfica
Renda Domiciliar
Educação (população alfabetizada)

Fonte: Ribeiro (2017).

Quadro 2 - Grupo de dimensão Ambiental segundo Diagrama da Sustentabilidade

SISTEMA AMBIENTAL
Rede Geral de Esgoto
Acesso à Coleta de Lixo
Condições de Habitação (existência de banheiros nas residências)
Abastecimento de Água Potável

Fonte: Ribeiro (2017).

As análises dos aspectos escolhidos para cada dimensão foram feitas por bairros para promover uma maior compreensão dos fenômenos estudados. Assim se torna possível obter um resultado mais detalhado do espaço urbano, indicando os bairros que necessitam de maior

atenção de acordo com as políticas públicas urbanas para o seu adequado desempenho e indicam tendências futuras promovendo maior compreensão dos fenômenos estudados.

Nos resultados finais da pesquisa, será exposto o diagrama bidimensional do Barômetro da Sustentabilidade, mostrando as condições em que se encontra o sistema em sua totalidade.

Para compor a Escala de Desempenho, necessário para padronização dos dados, foram levantados o maior e menor índice referente a cada indicador com resultados enquadrados em um intervalo de 0 a 100, considerando quanto mais próximos a 100, mais sustentáveis. Portanto, a maioria dos indicadores seguiram a lógica direta, quanto maior o valor do indicador, melhor o resultado - foi o caso do Abastecimento pela Rede Geral de Água, Educação (população alfabetizada), Rede Geral de Esgoto e Acesso à Coleta de Lixo, Renda Domiciliar. Apenas dois indicadores seguiram a lógica diferenciada - foi o caso da Densidade Demográfica e as Condições de Habitação (existência de banheiros nas residências). Para os indicadores de lógica diferenciada, foi utilizada a metodologia do cálculo da Equivalência de Escalas. Desta forma, a partir da padronização dos indicadores foi possível agregá-los, formando médias aritméticas por dimensão. Configurando os índices, um para o Sistema Social (Humano) e outro para o Sistema Ambiental, por sua vez, foram lançados nos dois eixos do Gráfico do Barômetro da Sustentabilidade para um único resultado objetivando avaliar a sustentabilidade urbana da cidade de Vitória da Conquista e inferindo para a qualidade de vida urbana.

Em relação aos indicadores de qualidade de vida urbana, não foi possível encontrar indicadores específicos em relação à qualidade de vida urbana. O método utilizado foi o uso de indicadores que se aproximasse o máximo da questão analisada.

Foram confeccionadas tabelas especificamente para a pesquisa a cerca da qualidade de vida urbana com os seguintes indicadores relacionados com qualidade de vida: Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) nesta pesquisa e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e alguns dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) como as taxas de mortalidade infantil até um ano de idade e as taxas de mortalidade por causas externas.

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* considera a dimensão econômica do desenvolvimento e é um indicador sintético da riqueza que foi utilizado como medidor de qualidade de vida. Porém, começou a ser questionado porque seus métodos de mensuração

provocavam dúvidas. Em 1990, ocorreu o lançamento do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano e seu índice IDH na tentativa de aferir melhor o bem-estar e a qualidade de vida.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador de dimensão social e foi criado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD). Criado por Mahbub Ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.

Surgiu para oferecer um contraponto ao PIB. Tem como parâmetro os índices de longevidade (expectativa de vida ao nascer), educação (índice de analfabetismo, taxa de matrícula em todos os níveis de ensino) e padrão de vida decente (receita *per capita*). Mesmo tendo sido pensado para ampliar a visão sobre o desenvolvimento humano, o IDH não consegue abranger todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Alguns dados relativos à democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH.

Este índice é calculado anualmente e desde 2010 sua série histórica é recalculada devido ao movimento de entrada e saída de países e às adaptações metodológicas, o que possibilita uma análise de tendências. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial.

Para avaliação e ajustes metodológicos ao IDH Global, criou-se, em 1998, o IDH do desenvolvimento humano municipal, o Programa das Nações Unidas (PNUD), o IDH-M. Esse índice é obtido pela relação da média aritmética simples de três sub-índices: Longevidade, IDH-Longevidade; Educação, IDH-Educação; e Renda IDH-Renda (PNUD, 2008). É um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais.

O indicador pode ser consultado nas respectivas edições do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, que compreende um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre todos os municípios e estados do país e Distrito Federal. Uma nova versão do Atlas do DHA, com dados do Censo 2010, foi produzida pelo PNUD e lançada no início de 2013.

Desde 2010, novas metodologias foram incorporadas ao cálculo do IDH.

Atualmente são três pilares que o constitui é:

- a) saúde;
- b) educação;

c) renda.

e medidos da seguinte forma:

- a) uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- b) o acesso ao conhecimento (educação), que é medido pela média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar.
- c) o padrão de vida (renda) é medido pela renda nacional bruta (rnb) *per capita*, expressa em poder de paridade de compra (ppp) constante em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

Em 2010, IDH introduziu o IDH Ajustado à Desigualdade que é o IDHAD, que leva em consideração a desigualdade em todas as três dimensões do IDH “descontando” o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade.

Com a introdução do IDHAD, o IDH tradicional pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano “potencial” e o IDHAD como um índice do desenvolvimento humano “real”. A “perda” no desenvolvimento humano potencial devido à desigualdade é dada pela diferença entre o IDH e o IDHAD e pode ser expressa por um percentual.

Outro índice utilizado foi o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) que fornece subsídios para o acompanhamento da sustentabilidade do padrão de desenvolvimento brasileiro nas dimensões ambiental, social, econômica e institucional, oferecendo um panorama abrangente de informações necessárias ao conhecimento da realidade do país, ao exercício da cidadania e ao planejamento e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Foi analisado as taxas de Mortalidade Infantil (Índice do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)), índice relacionado com a saúde da população, principalmente as crianças e gestantes, que consiste na morte de crianças no primeiro ano de vida, referida ao número de nascidos vivos do mesmo período.

A taxa de mortalidade infantil também é um indicador que pode ser usado para medir a qualidade de vida da população por estar relacionada com o ambiente e as condições das famílias relativas ao saneamento, educação, saúde, renda, entre outros. Estas condições interferem na saúde da mãe e do bebê e, por isso, influencia na mortalidade infantil. Na medida em que as ações e as políticas públicas são direcionadas para melhoria da

infraestrutura urbana, os programas de saúde e educação poderá haver uma queda na taxa de mortalidade infantil.

E por último foi analisado a taxa de Mortalidade por causas externas (Índice do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde ((DATASUS). O indicador mede o número de óbitos por causas externas (conjunto de acidentes e violências) por 100.000 habitantes.

O indicador “Taxa de Mortalidade por Causas Externas” apresenta-se subdividido segundo os principais tipos de acidentes e violências: taxa de mortalidade por acidentes de transporte, taxa de mortalidade por agressões e intervenções legais (homicídios), taxa de mortalidade por lesões autoinfligidas (suicídios), taxa de mortalidade por todas as demais causas externas, taxa de mortalidade por lesões em que se ignora se foram acidental ou intencionalmente infligidas.

No Brasil os acidentes de trânsito, os homicídios e os suicídios respondem, em conjunto, por cerca de dois terços dos óbitos por causas externas e por isso são importantes de serem avaliados nesta pesquisa. Este indicador poderá indicar as condições de segurança urbana (agressões), de transporte (coletivo) e saúde (atenção à saúde física e psicológica).

O Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) que é um indicador capaz de fornecer um resultado de melhor mais precisão em torno da análise da qualidade de vida urbana não foi utilizado nesta pesquisa por não haver dados suficientes para compor o cálculo e encontrar um resultado seguro. Este foi criado entre novembro de 2004 e dezembro de 2005 pelo Ministério das Cidades (2005, p. 146) em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e o Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável. Eles produziram um relatório contendo a Construção do Sistema Nacional de Indicadores para Cidades, com proposições teórico-metodológicas dos indicadores “ideais” a serem utilizados no índice de qualidade de vida urbano dos municípios brasileiros.

As proposições estão baseadas na experiência de Belo Horizonte quanto ao Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU-BH), que foi um dos pioneiros na formulação e institucionalização de política ambiental local no Brasil. É um índice multidimensional intraurbano, que quantifica a desigualdade espacial no interior do tecido urbano em termos de disponibilidade e acesso a bens e serviços urbanos. Ao expressar, em números, a complexidade de fatores que interferem na qualidade de vida urbana dos diversos espaços da cidade, o objetivo do índice é avaliar o nível da infraestrutura de serviços urbanos disponível

nas diversas regiões da cidade e permitir a delimitação de áreas prioritárias para os investimentos públicos na cidade, com vista à qualidade de vida urbana e ambiental.

Este índice foi construído para ser mais uma ferramenta de diagnóstico dos municípios brasileiros, tomado como a possibilidade espacial de acesso da população à oferta de serviços e recursos urbanos, destinando-se a ser utilizado como instrumento de auxílio no planejamento de políticas públicas municipais a cargo do Ministério das Cidades.

O índice IQVU-BR tomou como referência teórico-metodológica a experiência do IQVU-BH, incorporando resultados a partir das seis etapas da construção: seleção dos temas para compor o índice; proposição metodológica de “indicadores ideais” para expressar os temas; pesquisa e seleção de dados para elaborar os indicadores; cálculo dos indicadores; seleção dos indicadores; cálculo do índice. Além disso, são considerados alguns procedimentos matemáticos para a aplicação do modelo concebido e o cálculo do índice final. Tais peculiaridades fazem com que o IQVU-BR se diferencie dos outros índices existentes no Brasil para comparar os municípios, mostrando-se mais adequado ao planejamento urbano em nível federal ou regional.

As variáveis componentes do IQVU–BH, obtidas pelo Relatório geral sobre o cálculo do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (2006) na Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento, necessário para o cálculo são:

- a) abastecimento (equipamentos de abastecimento);
- b) cultura (comércio e serviços culturais);
- c) educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio);
- d) esportes (espaços públicos para recreação);
- e) habitação (qualidade da habitação);
- f) infraestrutura urbana;
- g) meio ambiente;
- h) saúde;
- i) serviços urbanos; e
- j) segurança urbana.

Infelizmente neste estudo relacionado com a qualidade de vida urbana de Vitória da Conquista não foi possível utilizá-lo como referência por não existir dados suficientes para compor o cálculo do IQVU.

A escolha dos indicadores dependeu da disponibilidade de dados. Através dos mapas e tabelas confeccionados, dos indicadores, das pesquisas bibliográficas, da observação local e o

diálogo com antigos moradores foi possível entender a estrutura urbana da cidade e fazer avaliações pertinentes sobre os níveis de sustentabilidade urbana dos bairros e fazer inferências para qualidade de vida urbana de Vitória da Conquista para 2010.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo contém um breve relato acerca da origem das cidades e surgimento do urbanismo como disciplina que objetivou solucionar as questões urbanas que se iniciaram a partir da revolução industrial. Em seguida o capítulo expõe os temas sustentabilidade urbana e qualidade de vida urbana e suas relações com os problemas urbanos atuais.

3.1 SUSTENTABILIDADE URBANA E QUALIDADE DE VIDA URBANA

Dos primeiros aglomerados às edificações de concreto das metrópoles contemporâneas do século XXI, a cidade vem exercendo atração e repulsão, reunindo e concentrando uma gama de pessoas que circulam, trabalham, vivem e sobrevivem de forma individual e coletiva. (ROLNIK, 2012).

A cidade é um espaço de trocas entre a produção, o consumo e o lazer dirigidos pelo poder administrativo, responsável pela sua condução e pelos atores, seus habitantes.

Que é a cidade – um lugar de trocas. Trocas materiais antes de tudo: o lugar mais favorável à distribuição dos produtos da terra, à produção e distribuição dos produtos manufaturados e industriais e, enfim, ao consumo de bens e serviços mais diversos. A essas trocas materiais ligam-se, de maneira inseparável, as trocas do espírito: a cidade é por excelência o lugar do poder administrativo [...] e é, igualmente, o espaço privilegiado da função educadora e de um grande número de lazeres [...]. (AUZELLE *apud* ROSS, 1998, p. 400).

Inicialmente as cidades eram pequenas e suas populações, fixas ou migratórias, eram relativamente baixas. Eram espaços mais simples, menos complexos em suas relações do que as cidades atuais.

Na Europa, já existiam cidades desde a Idade Média; porém, foi no Renascimento que ocorreu o início da expansão mundial da civilização europeia e no resto do mundo, que até então era pouco desenvolvido.

Algumas das novas cidades, que surgem neste período, seguem um modelo uniforme: um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade, suprimindo ou reduzindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas dos mercadores e dos colonos mais ricos (BENEVOLO, 1999).

Foi a partir de 1495, entre o período Renascentista e o Barroco, que ocorreu um aumento da importância das cidades, nas capitais de Estados e nas ligadas ao comércio, às portuárias. O desenvolvimento do urbanismo começa a surgir a partir do período Barroco. Após este período, ocorreu uma mudança fundamental nas cidades, consequência dos acontecimentos gerados pela "Revolução Industrial" que, segundo o historiador Eric Hobsbawm, só "explodiu" na Grã-Bretanha na década de 1780, sendo totalmente percebida na década de 1830 ou de 1840.

Neste período, ocorre um explosivo crescimento demográfico das cidades, primeiro na Inglaterra, seguida pela França e Alemanha. A partir de 1850, a população mundial quadruplica e a população urbana aumenta dez vezes mais. Esse aumento demográfico e a revolução industrial modificaram radicalmente a forma de distribuição dos habitantes nos territórios. Muitas famílias abandonaram o campo e se instalaram nos aglomerados industriais, em alojamentos, dentro dos bairros antigos ou nas novas construções erigidas na periferia.

As novas construções deram origem a bairros novos e extensos ao redor dos núcleos primitivos que passaram a ser denominadas por cidades industriais. Compostas por áreas de comércio, residências, serviços e industrial elas surgiram muito rapidamente afetando todo o desenvolvimento da sociedade, da economia nas cidades.

Neste momento, de crescimento muito rápido e desordenado, não havia ainda uma forma de controlar os processos de crescimento trazendo como consequência os congestionamentos, a insalubridade, a falta de sistema de abastecimento de água, a necessidades de esgotamento sanitário e de coleta de lixo.

Benevolo (1971) considera que Londres, no século XVIII, já era uma cidade com problemas característicos das cidades contemporâneas, que iram se acentuar com a revolução industrial.

O termo urbanismo surge então como uma disciplina que procura entender e solucionar os problemas urbanos que começam a surgir. Conforme Benevolo (1971, p. 39), pode-se dizer que o urbanismo moderno nasceu até mesmo antes de se utilizar este termo, isto é, entre 1830 e 1850. Benevolo (1971) cita que, segundo Bardet (1971, p. 39), este termo é mais recente e surge pela primeira vez em 1910.

Entre 1800 a 1914, a população europeia passou de 180 milhões para 460 milhões de pessoas, triplicando o volume populacional. Esta população se concentrou nas áreas a serviço das indústrias, dando origem às novas cidades e, nas já existentes, transformando-as. Inicia, então, o chamado fenômeno da urbanização.

Por volta de 1816, cidades, principalmente da Inglaterra, apresentam péssimas condições de moradia. Consideradas “miseráveis” provocam revolta de parte da sociedade, sendo chamada de "a cidade monstruosa", denominada assim devido à miséria dos guetos.

A cidade industrial foi construída, principalmente, pela iniciativa privada que buscava preferencialmente o lucro. As soluções de melhoria destas cidades apresentadas pelo setor privado tinham objetivos individuais, de curto prazo e em escala reduzida e sem nenhum controle.

Surge então a necessidade de ações públicas ordenadas e com propostas de soluções para problemas urbanos mais significativos. Como resultado do envolvimento público nas questões, surge o urbanismo sanitarista, a fim de trazer melhorias nas condições de salubridade das cidades, não só através da iniciativa privada, mas com objetivos públicos e gerais. A fim de controlar e evitar os graves problemas de saúde pública observados foi aprovada, em 1848, a primeira lei sanitária, a Public Health Act., na Inglaterra. Esta lei foi precursora dos Códigos Sanitários brasileiros.

Nos Estados Unidos, no início do século XIX, ocorre um grande crescimento urbano impulsionado pelo desenvolvimento industrial. A cidade de New York, neste período, possuía 100.000 habitantes, concentrados na ilha de Manhattan, que cresce de forma desordenada. Neste momento, uma comissão americana inicia estudo de projeto de urbanização que viria a ser proposto e executado em 1811.

Na França as preocupações urbanas foram diferentes. Eram voltadas mais para o urbanismo estético-viário. O grande mentor deste projeto foi o barão Haussman, que foi prefeito do Sena, em Paris, entre 1853 e 1870. Esta foi uma fase de mudanças de Paris com a abertura de grandes espaços urbanos e avenidas modificando os quarteirões medievais.

Este urbanismo estético-viário,

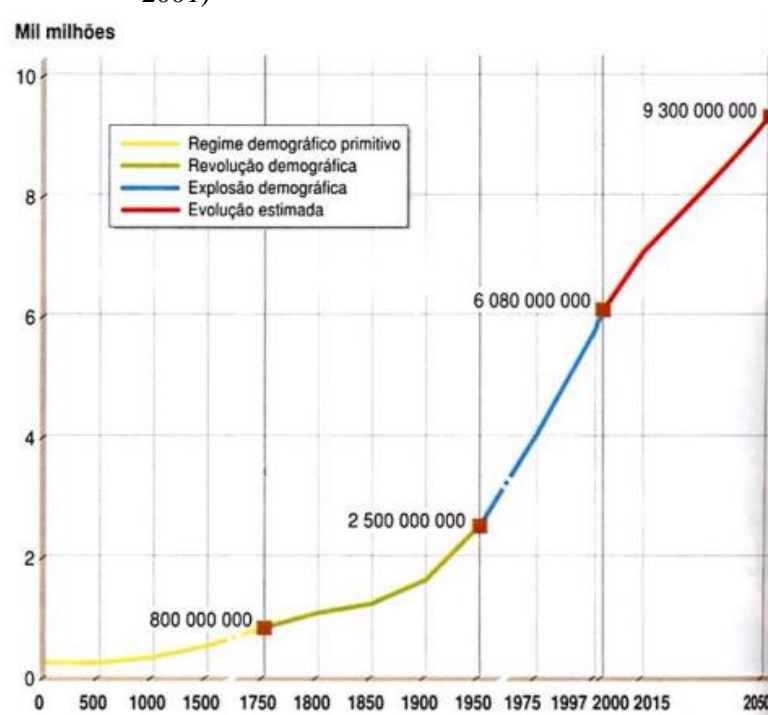
nascido ao tempo das carruagens e dos bondes puxados a burro, no final do século XIX, será, na primeira metade do século XX, extremamente funcional para o surgimento e a implantação plena das cidades contemporâneas, dos veículos automotores: o bonde elétrico, os ônibus, os caminhões e os próprios automóveis. (CAMPOS FILHO, 1999, p. 8).

O barão Haussman além de influenciar várias outras cidades na França também influenciou outras cidades da Europa como Torino, Viena e Bruxelas. No Brasil, a influência “Haussmanniana” nas intervenções urbanísticas foi nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Belém.

Esta evolução populacional que iniciou a partir de 1950 (Gráfico 1) e o crescimento urbano, muitas vezes desordenado, tem provocado degradação ambiental, poluição do ar, maior necessidade de alimentos e água, mudanças climáticas, contribuindo para o aumento de riscos em relação à manutenção da vida em condições razoáveis.

Atualmente, segundo o IBGE, são 6,1 bilhões de habitantes e que deverá chegar a 9,3 bilhões em 2050, principalmente nos países em desenvolvimento. A cada ano surgem em torno de 90 milhões de novos seres humanos.

Gráfico 1 - Evolução da população mundial do ano 0 até 2050 (estimado a partir de 2001)



Fonte: U.S. Bureau of The Census, World Population (2001).

Com o crescimento da população em ritmo diferente e mais acelerado do que a expansão dos serviços e infraestrutura a vida urbana tem se tornado cada dia menos sustentável. A incapacidade das cidades fornecerem, na maioria das vezes, condições adequadas de sobrevivência tem prejudicando a qualidade de vida urbana e tem sido uma das questões mais discutidas na atualidade. É preciso ser revista de uma forma mais objetiva as políticas públicas, buscando propostas urbanísticas mais sustentáveis com o crescimento econômico e a sociedade.

Algumas das cidades da atualidade, considerando as exceções, não são muito agradáveis de viver. Rogers (2001) diz que a cidade deve ser bela, na qual a arte, a arquitetura

e a paisagem possam emocionar e satisfazer o espírito humano. No livro “Cidades para um pequeno Planeta”, ele cita que a cidade hoje é vista apenas como edifícios e carros e não como ruas e praças.

Os atenienses da Grécia antiga reconheciam a importância da cidade e o papel que desempenhava no estímulo da moral e da democracia intelectual de seu tempo. Os espaços públicos eram para eles expressão artística grandiosa da cultura helênica e os estimuladores do seu desenvolvimento humanista. Os cidadãos gregos deixaram um juramento que demonstrava a preocupação deles com a qualidade de vida. Para eles a cidade era o local da política, da democracia e da crítica: “Deixaremos a cidade não menor, porém maior, melhor e mais bonita do que aquela que nos foi deixada” - Juramento dos atenienses da Grécia.

Como um sistema dinâmico, com seus elementos formadores, sua natureza, sua organização e processos, que ocorrem nesse espaço urbano, à cidade constitui um aparato importante de análise. O conhecimento dos processos, que envolvem o ambiente urbano, é imprescindível para a criação de políticas públicas mais adequadas no sentido de promover a sustentabilidade urbana e contribuir para uma melhor qualidade de vida urbana.

De uma forma clara Benevolo (1999, p. 9) cita, no livro História da Cidade, que todos os cidadãos “deveriam aprender a compreender – sistemática e historicamente – o ambiente físico em que vivem: a ler e escrever o mundo dos objetos materiais, além do mundo dos discursos, de modo a poder discuti-lo, modificá-lo e não apenas suportá-lo passivamente”. É importante destacar como ele defende a participação de todos, dentro das possibilidades de cada um no planejamento da cidade.

A cidade como obra arquitetônica é uma construção no espaço, uma construção em grande escala; uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos de tempo. Os elementos móveis de uma cidade, em especial as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto às partes físicas estacionárias. Não somos meros observadores desse espetáculo, somos parte dele. “Um ambiente urbano belo e aprazível constitui uma singularidade, ou, como diriam alguns, uma impossibilidade”. (LYNCH, 2011, p. 5).

Alguns conceitos importantes serão expostos para o melhor entendimento das questões abordadas em torno do tema desta pesquisa. Dentre eles estão os conceitos de sustentabilidade, sustentabilidade urbana e qualidade de vida urbana.

Antes de conceituar o termo sustentabilidade urbana, é interessante conhecer o conceito do termo sustentabilidade. A palavra sustentabilidade remete a um significado de

algo que existe no presente e que necessita permanecer no futuro, seja ele próximo ou distante.

Ao longo do Século XX, houve uma grande transformação da relação homem com a natureza que incentivou, desde 1970, às discussões dos temas sustentabilidade em relação ao rumo das sociedades. Com a crise do modelo capitalista surge a necessidade de uma nova fórmula que possa resolver ou minimizar os problemas encontrados nas cidades do mundo todo.

Este tema tem estado na vida cotidiana, em cada parte do mundo globalizado. Entretanto, o termo sustentabilidade carregam contradições que devem ser observadas com cuidado. Deve ser identificada a intenção do discurso sobre o assunto para saber os interesses que estão por detrás. Para Milton Santos (1997, p. 65), toda ação é repleta de intencionalidade. O autor acredita que “as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar”. É necessário diferenciar a realização das ações de quem comanda. No caso do discurso da sustentabilidade, devemos analisar qual intencionalidade está direcionando determinadas ações em nível global.

Alguns marcos importantes contribuíram, desde 1934, para o aumento das atenções voltadas para a questão da sustentabilidade. O resumo é apresentado a seguir no Quadro 3.

Quadro 3 - Resumo dos marcos, perspectiva histórica, cronológica e principais temas abordados relacionados à sustentabilidade urbana

ANO	MARCOS	TEMAS ABORDADOS
1934	1ª Conferência Brasileira	Proteção à natureza.
1948	ONU	Proteção à natureza, publica a Declaração dos Direitos Humanos e a Criação da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)
1958	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza	Proteção à natureza
1972	1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Estocolmo, Suécia	Crise ambiental e desenvolvimento sustentável
1974	Reunião da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTD) e do PNUMA	Declaração de Cocoyok - Explosão demográfica, pobreza e degradação ambiental
1975	PNUMA e ONU	Relatório Dag - Hammarskjold - Abuso do poder e a degradação ambiental
1976	III Relatório do Clube de Roma	Esgotamento dos recursos naturais do planeta
1980	Documento World Conservation Strategy	Conservação da natureza, miséria e pobreza
1987	Relatório Brundtland, Our Common Future (Nosso Futuro Comum), feito pela	Conceito de desenvolvimento sustentável formalizado

ANO	MARCOS	TEMAS ABORDADOS
	Comissão de Brundtland	
1992	Relatório “Nosso Futuro Comum”, feito pela Comissão de Brundtland	Definição de desenvolvimento sustentável
1992	Rio 92, Agenda 21, Convenção sobre Alterações Climáticas, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente, Declaração dos Princípios das Florestas	Reversão da insustentabilidade no mundo
1994	V Programa Ação Ambiente da União Europeia (UE)	Cidades sustentáveis
1996	Conferência de Habitat, em Istambul e a 2º Conferência das Nações Unidas	Cidades europeias sustentáveis
1997	3ª Conferência das Nações Unidas	Protocolo de Quioto - Alterações climáticas
1998	Conferência de Ottawa	Desenvolvimento sustentável
1999	Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan	Lança bases para o Pacto de Desenvolvimento Sustentável
2000	Declaração do Milênio e Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis	Cidades sustentáveis europeias
2002	Carta da Terra	Código ético planetário em relação à sustentabilidade, à equidade e justiça
2004	7º Reunião Ministerial da Conferência sobre Diversidade Biológica, Declaração Kuala Lumpur e a Conferência Aalborg +10	Apelo a todos da Europa pelas cidades sustentáveis
2006	Comissão Europeia ao Parlamento Europeu	Estratégia no ambiente urbano - qualidade de vida e bem estar social no espaço urbano
2007	Carta de Leipzig	Cidades sustentáveis europeias
2009	Declaração de Gaia se implanta o Condomínio da Terra no I Fórum Internacional do Condomínio da Terra	Desenvolvimento sustentável
2012	Rio+20, Conferência das Nações Unidas I no Rio de Janeiro	Desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2017).

Inicialmente as discussões eram em torno das questões ambientais ligadas à conservação da natureza. Em 1948, quando as questões ambientais começaram a se agravar juntamente com a crise social, iniciaram-se alguns estudos mais voltados para sustentabilidade. Foi neste período, na segunda metade do século XX, que a Organização das Nações Unidas (ONU) resolveu iniciar um estudo sobre mudanças climáticas, surgindo o termo “desenvolvimento sustentável”.

Ao longo dos anos 60, muitos começaram a reivindicar uma nova forma de intervir nas cidades e, concomitantemente, iniciaram os debates públicos acerca das questões relativas aos recursos naturais não renováveis e a utilização de tecnologias apropriadas, dando início ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Nesta época, o desenvolvimento sustentável estava mais voltado para sustentabilidade ecológica e ambiental (SACHS, 1993).

A ONU denominou a década de 1960 como a "Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento", acreditando que a cooperação internacional proporcionaria um crescimento econômico pela transferência de tecnologia, experiência e fundos monetários, de modo a resolver os problemas dos países mais pobres.

O debate sobre a crise ambiental e o desenvolvimento sustentável surgiu a partir do conceito de ecodesenvolvimento, uma Estratégia Mundial para Conservação lançada pela União Mundial para Conservação (IUCN) e pelo Fundo Mundial para Conservação (WWF), apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o meio ambiente (PNUMA), que ocorreu na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia, em 1972. O conceito estava mais relacionado com as questões de preservação ambiental e desenvolvimento econômico em busca de produzir mais utilizando menos recursos da natureza. O termo ecodesenvolvimento foi colocado como alternativa à concepção clássica de desenvolvimento, com alguns aspectos articulados por Ignacy Sachs, os quais abordavam prioritariamente a questão da educação, da participação, da preservação dos recursos naturais juntamente com a satisfação das necessidades básicas.

Segundo Guimarães (1997), as discussões nesta reunião foram em torno dos aspectos técnicos da contaminação ambiental, do crescimento populacional e da urbanização, imprimindo, nas palavras do autor, um caráter essencialmente “primeiro mundista” ao encontro.

No III Relatório do Clube (1976) de Roma, relacionado mais com aspectos sociais, afirmou que “muito antes de esgotarmos os limites físicos do nosso planeta ocorrerão graves convulsões sociais provocadas pelo grande desnível existente entre a renda dos países ricos e dos países pobres”. (PECCEI; KING, 1976, p. 32). Da mesma forma em 1980, a UICN juntamente com o PNUMA e o WWF lançam o documento World Conservation Strategy, o qual afirma que a conservação da natureza não poderia ser alcançada sem o desenvolvimento necessário para aliviar a pobreza e a miséria.

Em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável nas cidades foi formalizado, pela primeira vez, no Relatório Brundtland, Our Common Future (Nosso Futuro Comum), preparado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1987). Foi nesta Conferência que a Comissão, também conhecida como Comissão de

Brundtland, presidida pela norueguesa Gro Haalen Brundtland, publicou o relatório lançando um desafio para o desenvolvimento sustentável.

Tal relatório continha informações colhidas pela comissão ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando-se as questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano.

Em seguida, no relatório “Nosso Futuro Comum”, de 1992, feito pela Comissão de Brundtland (p. 11), foi exposta uma das definições mais difundidas de desenvolvimento sustentável: “o desenvolvimento sustentável é capaz de suprir as necessidades dos seres humanos da atualidade, sem comprometer a capacidade do planeta para atender as futuras gerações”. Portanto, é o desenvolvimento que não esgota os recursos, tornando-os perenemente disponíveis, se possível.

A expressão se apropriou do termo sustentabilidade, com suas bases na ecologia. Para Fonseca (2005) houve nos trabalhos deste encontro a articulação da conservação ambiental com desenvolvimento econômico contando com a cooperação internacional.

O relatório também tratou da importância da participação democrática da sociedade nas decisões ligadas ao planejamento e desenvolvimento urbano. O relatório ainda ressaltou, em relação às questões urbanas, que os recursos financeiros e humanos deveriam ser em escala local e não centralizados e que o poder político deveria apoiar essa ideia. Em relação aos recursos naturais, avaliou-se a capacidade da biosfera de absorver os efeitos causados pela atividade humana.

Apesar de não definir claramente as necessidades do presente nem as do futuro, o relatório chamou atenção para se discutir o desenvolvimento econômico sem reduzir os recursos naturais e sem danificar o meio ambiente. Ficaram definidos os três princípios básicos a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social.

Houve muitas críticas ao relatório porque este atribuía a questão da insustentabilidade à pobreza e ao descontrole populacional dos países subdesenvolvidos e não a poluição provocada pelos países desenvolvidos.

Várias redes internacionais de municipalidades, notadamente europeias, foram articuladas, a partir de 1992, com o fim de por em prática os preceitos globais do desenvolvimento sustentável sob a forma de orientações práticas e tangíveis.

De 3 a 14 de junho de 1992, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (segunda "Cimeira da Terra"), onde nasce a Agenda 21, e quando foi aprovada a Convenção sobre Alterações Climáticas, a Convenção sobre Diversidade Biológica (Declaração do Rio), bem como a Declaração de Princípios sobre Florestas. O Rio 92 ou Eco 92 ou Cúpula da Terra foi saudada como o mais importante e promissor encontro planetário do século XX, com representantes de 179 países e 100 chefes de Estado, na qual foram aprovados os seguintes documentos oficiais: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Convenção sobre Mudanças Climáticas; Declaração de Princípios sobre Florestas; Agenda 21 Global da ONU, na qual os signatários comprometeram-se a definir sua própria Agenda, fixando prioridades, envolvendo a sociedade e o governo, promovendo parcerias e introduzindo meios de implementação de políticas e programas capazes de reverter os processos de insustentabilidade do modelo de desenvolvimento em vigor no mundo.

A Agenda 21, resultante também da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, documento desenvolvido e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos, foi uma carta destinada a todos os países, contendo os objetivos que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável e as diretrizes, como meta global, relacionados com o processo de crescimento da cidade e objetiva a conservação do uso racional dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas. Entre esses objetivos estão:

- a) crescimento renovável;
- b) mudança de qualidade do crescimento;
- c) satisfação das necessidades essenciais por emprego, água, energia, alimento e saneamento básico;
- d) garantia de um nível sustentável da população;
- e) conservação e proteção da base de recursos;
- f) reorientação da tecnologia e do gerenciamento de risco;
- g) reorientação das relações econômicas internacionais.

Além da Agenda 21, outro importante documento foi escrito. No “Rio 92”, com uma grande participação de organizações não governamentais e representantes da sociedade civil, foi escrita “A Carta da Terra”. Esta Conferência ocorrida na cidade do Rio de Janeiro foi um momento importante para o debate ambiental, onde o conceito de desenvolvimento sustentável foi firmado.

A Carta da Terra, Rio 92 trouxe importantes ressalvas sobre o meio ambiente e foi retificada pela UNESCO e aprovada pela ONU em 2002:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações. (A CARTA ..., 2002, p. 1).

A Carta da Terra, apresentada e assumida pela ONU em 2002, baseava-se em princípios e valores fundamentais e serviu como um código ético planetário equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos no que concerne à sustentabilidade, à equidade e à justiça.

Para Guimarães (1997, p. 14), a Rio 92 “significou uma evolução importante do pensamento internacional a respeito dos desafios do Terceiro Milênio”.

Para Marquardt (2006), afirma que, desde que se realizou a Rio 92, o princípio fundamental da sustentabilidade tornou-se bem conhecido nos discursos tanto políticos quanto científicos internacionais.

A partir daí se intensificaram os movimentos em torno do tema. Em 1994, por exemplo, aconteceu o V Programa Ação Ambiente da União Europeia (UE): Rumo a um Desenvolvimento Sustentável. Foi apresentada uma nova estratégia da UE em matéria de ambiente e as ações a serem tomadas para alcançar um desenvolvimento sustentável para o período 1992-2000.

O conceito de Cidades Sustentáveis surgiu neste período, em 27 de maio de 1994, na Primeira Conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis em Aalborg (Dinamarca), de onde surgiu a Carta de Aalborg.

As abordagens de cidades sustentáveis perpassam pela integração urbanística, antrópica e ecológica com sustentáculo da qualidade de vida, elementos estratégicos políticos, institucionais e socioambientais e, por fim, a resolução das desigualdades sociais para alcançar o modelo real de sustentabilidade para as cidades. (CARRERA, 2005).

Sobre a gestão da cidade sustentável, Carrera (2005) destaca princípios básicos como: os limites ambientais, tendo a preocupação com a capacidade de suporte; a gestão através da configuração e funcionamento das cidades com vista as aspirações sociais de qualidade de vida conciliada com a gestão pública; a eficácia ambiental, por meio dos benefícios econômicos, unidade de recursos utilizados e de resíduos produzidos; e da equidade, por meio da distribuição equitativa de bens e serviços e das capacidades e oportunidades para as gerações atuais e futuras. Esses princípios são importantes para adaptação dos modelos de cidades sustentáveis.

Foram organizadas outras conferências mundiais depois da Rio-92, como a Conferência de Habitat em 1996, em Istambul, e a segunda Conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis, em outubro de 1996.

Em 1997, houve a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, em Quioto, onde se estabelece o Protocolo de Quioto.

No ano seguinte, em 1998, houve a Conferência de Ottawa, que estabelece cinco requisitos para se alcançar o desenvolvimento sustentável:

- a) integração da conservação e do desenvolvimento;
- b) satisfação das necessidades básicas humanas;
- c) alcance de equidade e justiça social;
- d) provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural;
- e) manutenção da integração ecológica.

Em 1999, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, lança as bases para o Pacto de Desenvolvimento Sustentável: paradigmas, conceitos, dimensões e estratégias.

Em setembro de 2000, aconteceu, após os três dias da Cimeira do Milênio de líderes mundiais na sede das Nações Unidas, a Assembleia Geral que aprovou a Declaração do Milênio. No mesmo ano ocorreu a terceira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis.

Em setembro de 2002, ocorreu a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), em Joanesburgo, onde reafirmou o desenvolvimento sustentável como o elemento central da agenda internacional e se deu um novo impulso à ação mundial para combater a pobreza assim como a proteção do ambiente. Neste momento, o conceito de desenvolvimento sustentável assume uma abordagem integrada, pois passa a incluir, além dos aspectos sociais, econômicos e ambientais (o tradicional tripé) as questões políticas (ou político-institucional) e culturais na busca do equilíbrio entre as necessidades e as prioridades

não somente de gerações distintas, mas também entre diferentes grupos e gerações no presente.

Aspásia Camargo faz um retrospecto sobre os dez anos que se passaram entre a Conferência do Rio e a da África do Sul e destaca que foram muitas as frustrações quanto às perspectivas positivas do Rio 92, mas o que avançou foi o reconhecimento do desenvolvimento sustentável como uma possível e aceitável solução para os problemas ambientais e sociais enfrentados pelo mundo. (CAMARGO, 2004).

Em 2002, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), criada por decreto presidencial em 26/02/1997, publica o documento Agenda 21 Brasileira - ações prioritárias com o objetivo de internalizar nas políticas públicas do país os valores e princípios do desenvolvimento sustentável.

Em fevereiro de 2004, houve a sétima reunião ministerial da Conferência sobre Diversidade Biológica, celebrada com a Declaração Kuala Lumpur, que gerou descontentamento entre os países pobres e não satisfaz plenamente as nações ricas.

Em 2004, na Conferência Aalborg +10, houve um apelo a todos os governos locais e regionais da Europa, para participar na assinatura do compromisso de Aalborg e fazer parte da Campanha Europeia das Cidades Sustentáveis.

Em janeiro de 2006, aconteceu a Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu sobre a Estratégia temática sobre o ambiente urbano. É uma das sete estratégias do Sexto Programa de Ação Ambiental para o Ambiente da União Europeia, desenvolvido com o objetivo de contribuir para uma melhor qualidade de vida, através de uma abordagem integrada e centrada nas zonas urbanas, e para tornar possível um elevado nível de qualidade de vida e bem-estar social para os cidadãos, proporcionando um ambiente em que níveis da poluição não tenha efeitos adversos sobre a saúde humana e o ambiente, assim como promover o desenvolvimento urbano sustentável.

Em 2007, foi feita a Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis além da Cimeira de Bali, com o intuito de criar um sucessor do Protocolo de Quioto, com metas mais ambiciosas e mais exigentes no que diz respeito às alterações climáticas.

Em julho de 2009, com a Declaração de Gaia se implanta o Condomínio da Terra no I Fórum Internacional do Condomínio da Terra.

Em junho de 2012, ocorre a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro.

Em relação às definições do termo sustentabilidade irão depender do ponto de vista e interesses de cada grupo. Na área política, por exemplo, procura-se legitimar as perspectivas dos seus atores em relação ao desenvolvimento das cidades a partir das políticas públicas de cada região. Na visão dos ecologistas, o discurso é no campo ambiental. No campo econômico, a cidade também tem sido vista como cidade-empresa, cidade sustentável que pode se tornar atraente para investimentos e economicamente interessante. Nesta pesquisa o termo será abordado relacionando-o mais especificamente aos instrumentos existentes nas políticas públicas nacionais e do município em estudo.

O termo desenvolvimento sustentável foi conceituado por alguns autores importantes como Roberto Constanza (1994), José Eli da Veiga (2005) e Carla Canepa (2007).

O desenvolvimento sustentável não se caracteriza como estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico, as mudanças institucionais, políticas e sociais com o presente e o futuro. (CANEPA, 2007, p. 6).

É um processo em movimento e em constantes mudanças como a vida. A busca por um equilíbrio se torna um constante desafio.

Para Veiga (2005), o desenvolvimento sustentável é considerado um enigma que pode ser dissecado, mesmo que ainda não resolvido. Em seu livro “Desenvolvimento Sustentável: o desafio para o século XXI” ele afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável é uma utopia para o século XXI, apesar de defender a necessidade de se buscar um novo paradigma científico capaz de substituir os paradigmas do “globalismo”. Mesmo considerado utopia pelo autor, existe a necessidade de mudanças no sistema atual de desenvolvimento das cidades e essas mudanças podem ser através do desenvolvimento sustentável ou não.

Para Constanza (1994, p. 23), baseado na teoria do ecossistema separa a ideia de progresso da ideia de evolução e economista-ecológico:

[...] a ideia de progresso e de desenvolvimento econômico envolve a noção de crescimento em uma determinada direção formando um sistema de equilíbrio estático frequentemente considerado pela economia convencional; já o desenvolvimento sustentável exige a ideia de evolução, a qual implica num sistema de não equilíbrio dinâmico e em adaptação.

Cavalcanti (2003) menciona que o termo sustentabilidade significa a possibilidade das pessoas e seus sucessores obterem de uma forma contínua condições iguais ou superiores de vida em dado ecossistema.

Sachs (1993) dividiu em cinco dimensões o conceito de sustentabilidade: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade social e a sustentabilidade política.

O conceito descrito por Sachs (1993, p. 29-56) refere-se à sustentabilidade como:

Sustentabilidade ecológica – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados as atividades produtivas.

Sustentabilidade ambiental – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.

Sustentabilidade social – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.

Sustentabilidade política – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.

Sustentabilidade econômica – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implicam na avaliação da eficiência por processos macro sociais (Agenda 21 Brasileira).

Embora a apropriação do significado da sustentabilidade seja utilizada como discurso, Carrera (2005) considera que gradativamente a cidade sustentável vai perdendo a característica de instituição utópica e atinge a forma de pensar dos gestores públicos. Em contraposição, Afonso (2006, p. 70) salienta que a sustentabilidade se realiza apenas no discurso, embora reconheça que “será preciso compreender que o bem comum, a cidadania acessível a todos e o contato com sistemas naturais saudáveis podem tornar a vida muito mais agradável [...]”. Essa consciência possibilitará alcançar uma prática possível para modificar os rumos do planeta, com vista à qualidade de vida para os seres humanos.

Em relação à sustentabilidade urbana ou sustentabilidade no ambiente urbano mais especificamente o termo é complexo por estar relacionado com a dinâmica das estruturas urbanas, da sociedade, das gestões de cidades, do meio ambiente.

O discurso sobre sustentabilidade urbana pode ser distribuído em dois campos: o que privilegia a representação técnica das cidades articulando a noção de sustentabilidade urbana aos “modos de gestão dos fluxos de energia e materiais associados ao crescimento urbano”; do outro, aquele que define a insustentabilidade das cidades pela queda da produtividade dos investimentos urbanos, ou seja, pela “incapacidade destes últimos acompanharem o ritmo de

crescimento das demandas sociais”, o que coloca em jogo, conseqüentemente, o espaço urbano como território político (ACSELRAD, 1999, p. 1).

Em uma visão bem clara e contemporânea, Acselrad (1999) cita que há várias articulações lógicas entre a reprodução das estruturas urbanas e sua base especificamente material. Em particular são três as representações básicas e distintas da cidade: como espaço da “qualidade de vida”, como espaço de legitimação das políticas urbanas e a representação tecnomaterial, às quais corresponderão também diferentes sentidos do que se pretende legitimamente ser capaz de dar durabilidade à integridade do urbano. Na primeira representação, a sustentabilidade é vista como uma possibilidade de busca de equilíbrio energético para proporcionar qualidade de vida. A noção de sustentabilidade urbana está articulada às estratégias argumentativas da eficiência ecoenergética e da qualidade de vida na consideração da forma urbana como “fator determinante da sustentabilidade”. (BREHENY; ROOKWOOD, 1996, p. 151). A pesquisa aproximou mais desta primeira representação.

Na terceira representação, a tecnomaterial, as cidades são vistas como uma empresa que contém material de estoque e fluxos com “racionalidade ecoenergética” ou de “metabolismo urbano”. Na perspectiva da eficiência especificamente material, a cidade sustentável será aquela que, para uma mesma oferta de serviços, minimiza o consumo de energia fóssil e de outros recursos materiais, explorando ao máximo os fluxos locais e satisfazendo o critério de conservação de estoques e de redução do volume de rejeitos.

Em relação às políticas urbanas, é vista como a capacidade destas se adaptarem à oferta de serviços, à qualidade e à quantidade das demandas sociais, buscando o equilíbrio entre as demandas de serviços urbanos e investimentos em estrutura (ACSELRAD, 1999). Desta forma, os direitos básicos seriam atendidos tais como o direito ao saneamento básico, a moradia, à alimentação, à saúde, à educação, entre outros.

Para Acselrad (1999), a insustentabilidade estaria, portanto, relacionada a um processo instável existente nas bases de legitimidade dos responsáveis pelas políticas urbanas. Esta insustentabilidade poderá estar relacionada, por um lado, com a incapacidade de imprimir eficiência na administração dos recursos públicos ou, por outro, com a indisposição para democratizar o acesso aos serviços urbanos.

Quando não alcançada, a sustentabilidade incorreria uma insustentabilidade que exprime, assim, a incapacidade das políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais, provocando um “desequilíbrio entre necessidades quotidianas da população e os meios de satisfazê-las. Entre a demanda por

serviços urbanos e os investimentos em redes e infraestrutura”. (GODARD, 1996, p. 31). Como consequência, ocorreria a perda de qualidade de vida.

Outra teoria é da compactidade (densidade urbana) que tem um valor considerado central do urbanismo sustentável. Com as tecnologias de energias renováveis, de transporte público moderno, utilização de produtos ecologicamente corretos e o avanço no tratamento de esgotos, água e lixo as cidades não precisam necessariamente ser extensas. A compactidade está relacionada com densidade e, segundo o índice do LEED for Neighborhood Development, o urbanismo sustentável é impossível em baixas densidades inferiores à média de 17,5 ou 20 unidades de habitação por hectare.

A premissa da cidade compacta é que as intervenções acionam uma série de oportunidades extras em termos de eficiência (ROGERS, 2001). A cidade composta de atividades sobrepostas permite maior convivência e redução de deslocamentos em automóveis com redução de energia para o transporte que significa um quarto da energia global da cidade. Este tipo de cidade é estimulante para fazer o cidadão andar de bicicleta ou a pé. Com menos carros e menos congestionamentos, diminui-se também a poluição do ar e sonora, promovendo maior qualidade de vida. As teorias das cidades compactas são vistas como uma possibilidade de busca de equilíbrio energético. Estas teorias defendem cidades socialmente diversificadas com atividades econômicas e sociais sobrepostas concentradas em torno das unidades de vizinhança.

Sabe-se que o mercado imobiliário influencia na densidade urbana, mesmo não sendo o único agente. Quando se aumenta a densidade urbana, aumenta-se a densidade populacional e, conseqüentemente, a possibilidade de melhoria dos serviços, o número de tipo de transporte (ônibus, metro, etc.) e a concentração dos pontos de transporte público, facilitando o acesso e melhorando a distância, favorecendo a caminhada até o ponto ou estação. Além disso, o aumento da população em um bairro também proporciona aumento da área de bens e serviços, melhorando a sustentabilidade desses empreendimentos comerciais com oportunidades de um comércio viável e de longo prazo. Segundo Douglas Farr (2013), o desenvolvimento compacto, se comparado ao convencional, é essencial para que os possíveis benefícios do urbanismo sustentável na comunidade, regiões e no planeta sejam alcançados.

Em artigo sobre o Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida, de Marcia Faria Westphal (2000), ela lembra que o fundamento político da sustentabilidade encontra-se estreitamente vinculado ao processo de fortalecimento da democracia e da construção da cidadania. Isso significa a incorporação plena dos indivíduos

no processo de desenvolvimento, que se resume, no nível micro, à democratização da sociedade civil e, no nível macro, à democratização do estado.

A sustentabilidade não é promovida sem planejamento e sem proposta de desenvolvimento urbano. Devem ser considerados, de uma forma equacionada, os diversos setores da sociedade, da economia, da cultura, do território e das políticas. A sustentabilidade decorre de:

[...] formas planejadas de apropriação e uso do meio ambiente, de acordo com critérios de crescimento populacional e crescimento econômico, que restringe a pressão sobre o ambiente físico e persegue modelos de eficiência e equidade na distribuição de recursos, entre outras coisas. (COELHO, 2001, p. 39).

A seguir, o Quadro 4 apresenta resumo com os conceitos de sustentabilidade citados e os seus respectivos autores:

Quadro 4 - Resumo dos conceitos de sustentabilidade e sustentabilidade urbana com os respectivos autores

AUTOR	CONCEITOS – SUSTENTABILIDADE
Cavalcanti (2003)	Condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema.
Sachs (1993)	Dividido em cinco dimensões: sustentabilidade ambiental, econômica, ecológica, social e a política.
Canepa (2007)	Processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico, as mudanças institucionais, políticas e sociais com o presente e o futuro.
Veiga (2005)	Uma utopia. Defende a necessidade de mudanças no sistema atual de desenvolvimento das cidades, podem ser através do desenvolvimento sustentável ou não.
Constanza (1994)	O desenvolvimento sustentável exige a ideia de evolução, a qual implica num sistema de não equilíbrio dinâmico e em adaptação.
Acselrad (1999)	Gestão dos fluxos de energia associados ao crescimento urbano.
Breheny e rookwood (1996)	Eficiência ecoenergética com qualidade de vida da forma urbana como fator determinante da sustentabilidade.
Rogers, 2001	Teoria da compacidade (densidade urbana) – Cidade Compacta.
Farr (2013)	Teoria da compacidade / Urbanismo Sustentável na comunidade, regiões e no planeta.
Coelho (2001)	Formas planejadas de apropriação e uso do meio ambiente, de acordo com critérios de crescimento populacional e crescimento econômico.
Afonso (2006)	Bem comum, cidadania acessível a todos e o contato com sistemas naturais saudáveis podem tornar a vida muito mais agradável.

Fonte: Ribeiro (2017).

A maioria destes conceitos estão relacionados com os aspectos sociais, econômicos, políticos e com o equilíbrio no uso dos recursos naturais no meio ambiente. Dentre todos, o conceito de sustentabilidade de Sachs (1993) foi o escolhido como mais adequado para esta pesquisa. A definição que foi adotada está presente no texto da Agenda 21 Brasileira (resultante da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente) quando ela define sustentabilidade social. A sustentabilidade social avaliada focará nos aspectos urbanos e sociais relacionados com densidade demográfica, renda, habitação, saneamento básico e saúde a partir das propostas contidas nas políticas públicas e nas ações do estado.

Neste de Sachs a sustentabilidade urbana se relaciona, na dimensão social, com um processo de desenvolvimento acompanhado de equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres. Na dimensão econômica, através do gerenciamento mais eficiente dos recursos e investimentos públicos e privados. Na dimensão ambiental, quando sugere que deve haver normas para uma adequada proteção ambiental, através de instrumentos legais e administrativos necessários para o seu cumprimento. Na dimensão espacial, sugere uma configuração urbana mais equilibrada conseguida através de uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e de atividades econômicas.

Em relação a qualidade de vida urbana ela foi oficialmente levada em consideração também no Relatório Brundland quando considerou que o desenvolvimento de uma cidade devitaria privilegiar o atendimento das necessidades básicas de todos e oferecer oportunidades de melhoria de qualidade de vida para a população

A qualidade de vida urbana está intimamente relacionada com qualidade do meio ambiente. As primeiras ideias relacionadas com a preservação do meio ambiente, nos EUA, derivaram de três movimentos de reforma do final do século XX: o Movimento do Crescimento Urbano Inteligente (Smart Growth ou Crescimento Esperto) criados nos movimentos ambientais em 1970, o Novo Urbanismo e o das Construções Sustentáveis. A partir daí se intensificaram os movimentos em torno do tema.

A partir do século XX quando a urbanização acelerou e houve o aumento e concentração nas populações mais significativas, percebeu-se, nas cidades a perda da qualidade de vida urbana. A degradação ecológica, a poluição, a escassez de infraestrutura, os conflitos sociais e violência causada pelo modelo de desenvolvimento urbano desequilibrado refletiu nas populações problemas como pobreza, fome, desigualdade, doenças, estresse, etc.

Esse estado deu origem, neste período, às proposições gerais relativas ao desenvolvimento urbano. Além disso, surgiu também um movimento massivo da reforma urbana que deu luz aos arquitetos, planejadores, teóricos sociais e comentaristas de todos os quadrantes políticos uma vasta onda de energia dirigida no sentido de encontrar a “cidade bela” e as soluções para os problemas das grandes cidades. Buscou-se uma reforma baseada nas necessidades de eficiência, limpeza e nas necessidades básicas humanas, com o objetivo de fazer com que as cidades funcionassem melhor a partir do fornecimento de água e energia, habitação, infraestrutura básica, saneamento e qualidade do ar adequada (HARVEY, 2014).

A partir do século XXI, quando as populações e as cidades se tornaram cada vez maiores, a qualidade de vida urbana irá definir as qualidades da própria civilização. Mas, a julgar superficialmente pelo atual estado das cidades do mundo, as gerações futuras não irão achar a civilização particularmente agradável (HARVEY, 2014).

Quanto à conceituação do tema qualidade de vida, há conceituações objetivas e subjetivas. Na dimensão objetiva, a qualidade de vida se relaciona com as necessidades básicas humanas, com as condições de vida da população no seu dia a dia que podem ser analisadas através de dados e indicadores. A análise subjetiva, segundo Pontual (2002), está relacionada com as emoções, com os sonhos, os medos, desejos, suas causas de sofrimento, suas possibilidades de escolha, de decidir e de percepção dos indivíduos ou dos grupos sociais diferenciados de acordo com a exigência e aspirações de cada um.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o conceito “qualidade de vida” refere-se “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL GROUP, 1994, p. 1569-1585). Um conceito que vai além do que simplesmente o controle de sintomas, a diminuição da mortalidade ou o aumento da expectativa de vida. Para a medicina, qualidade de vida tem outros sinônimos como “condições de vida” e “funcionamento social”, relacionando-se com a subjetividade do estado de saúde.

Em um conceito mais amplo, a qualidade de vida é o grau de bem estar individual e em grupo, determinado pelas necessidades básicas da população (BRAVO; VERA, 1993b, p. 279-80).

Para satisfazer as necessidades coletivas, é necessário um planejamento governamental com políticas públicas urbanas que possam atender a necessidades, resultando em melhores condições de vida. Nessa dimensão política, a busca da qualidade de vida urbana passa a se

relacionar com aspectos do planejamento, da democracia, da cidadania e dos direitos fundamentais e sociais das pessoas, objetivando amenizar as desigualdades socioespaciais e permitir acesso pleno à vida urbana.

A palavra necessidades deixa dúvidas quanto à definição. Cabe aqui citar alguns conceitos de necessidade. Bravo (1993) e Vera (1993) apontam diversos autores que discutem as necessidades humanas que dividiram em dois conjuntos: os que se relacionam com o bem-estar individual social e os relacionados com a diferença. O bem-estar tem vínculo com a saúde, segurança e riqueza. A diferença se refere a respeito, integridade, afeto e derivados da relação humana.

Quanto aos aspectos subjetivos e individuais, Maslow (1973) define as necessidades relacionadas à sobrevivência, à segurança, ao pertencimento e ao amor, do afeto nas relações pessoais.

Allardt (1993) resume as necessidades em ser, amar e ter. As relacionadas ao ter seriam as básicas, de sobrevivência. Segundo Allardt (1993), as necessidades básicas que estão mais relacionadas à qualidade de vida urbana são:

- a) recursos econômicos: renda e riqueza;
- b) condições de moradia medidas pelo espaço disponível e equipamentos domésticos;
- c) emprego (ausência ou ocorrência de emprego);
- d) condições de trabalho: barulho, temperatura, rotina, medidas de estresse, etc.;
- e) saúde: presença ou ausência de vários sintomas de dor ou doença, os cuidados médicos disponíveis;
- f) educação: anos de educação formal.

A qualidade de vida também está relacionada ao sentimento do indivíduo em relação à cidade e a sua percepção da mesma. As paisagens urbanas constituem, então, elemento representativo da qualidade de vida urbana. Acessibilidade, fluidez, limpeza, iluminação, a qualidade das edificações, o tamanho das residências, a presença de áreas verdes e a disponibilidade de serviços básicos são indicativos do grau de satisfação de necessidades básicas (MANSILLA, 2001) e referenciais para gestões locais que almejem a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida. Desta forma, é importante identificar como o indivíduo enxerga a cidade em que vive e como estas necessidades básicas são atendidas causando o mínimo de conforto e bem-estar.

O desenho urbano pode contribuir para melhoria da qualidade de vida. O urbanismo sustentável chama a atenção para a oportunidade enorme de redesenhar o ambiente construído

de uma maneira que sustente uma maior qualidade de vida e promova um estilo de vida saudável e sustentável (FARR, 2013).

A natureza e sua proximidade podem trazer benefícios e bem-estar aos habitantes de uma cidade. Deste modo, o desenho urbano de uma cidade pode contribuir para o urbanismo sustentável quando se preserva a natureza, permitindo a sua proximidade com o homem. Para Douglas (2013), os assentamentos humanos precisam ser planejados e projetados para que os fluxos de recursos se tornem visíveis e sensíveis. A possibilidade de ver e sentir onde os recursos são produzidos e para onde vão depois de serem usados promove um estilo de vida mais integrado com os sistemas naturais.

Outra forma de promover a qualidade de vida urbana é reduzindo as distâncias entre as zonas de trabalho, moradia e lazer, objetivando uma autossuficiência urbana. Sendo assim, o desenho urbano também pode ser pensado de forma a reduzir essas distâncias diminuindo o gasto energético com a mobilidade das pessoas e dos bens com redução dos custos e de distâncias.

A seguir, o Quadro 5 apresenta resumo com os conceitos de qualidade de vida urbana citados e os respectivos autores:

Quadro 5 - Resumo dos conceitos de qualidade de vida e os respectivos autores

AUTOR	QUALIDADE DE VIDA
Harvey (2014)	Definidor da qualidade da própria civilização.
Pontual (2002)	Relacionada com as emoções, os sonhos, os medos, desejos, suas causas de sofrimento, suas possibilidades de escolha, de decidir e de percepção dos indivíduos ou dos grupos sociais de acordo com a exigência e aspirações de cada um.
Organização Mundial de Saúde (OMS) Whoqol Group (1994)	Refere-se à percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.
Bravo e vera (1993)	Bem-estar individual e em grupo, determinado pelas necessidades básicas da população. Grau de satisfação como definidor.
Mansilla (2001)	Relacionada ao sentimento do indivíduo em relação à cidade e as necessidades básicas atendidas. As paisagens urbanas, elemento representativo da qualidade de vida urbana. Acessibilidade, fluidez, limpeza, iluminação, a qualidade das edificações, o tamanho das residências, a presença de áreas verdes e a disponibilidade de serviços básicos, conforto e bem-estar.
Farr (2013)	Estilo de vida saudável e sustentável.

Fonte: Ribeiro (2017).

Alguns movimentos impulsionaram a busca pela melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Nas propostas de Cidades Saudáveis de 1980, ocorrida no Canadá, oriunda de um movimento chamado Cidades/Municípios Saudáveis, a cidade começou a ser vista como um espaço promotor de melhoria da qualidade de vida. Este movimento decorreu a partir das demandas produzidas pela globalização e urbanização e a ideia de relacionar a saúde física e mental com as condições sociais como disponibilidade de alimentos, condições de trabalho e um ambiente saudável.

A primeira definição de cidades saudáveis é aquela que está continuamente criando e melhorando os ambientes físicos e sociais, fortalecendo os recursos comunitários que possibilitam às pessoas se apoiarem mutuamente no sentido de desenvolverem seu potencial e melhorarem sua qualidade de vida (HANCOCK, 1993). Desta forma, uma cidade saudável contemplaria saúde inter-relacionada com transporte, educação, habitação, saneamento, lazer e qualidade do meio ambiente. Produzir saúde socialmente é acordar a intervenção coletiva, organizada para remover determinantes ambientais, sociais, econômicos e culturais de enfermidades para mudar práticas que atentam contra a saúde.

Duhl (1986), psiquiatra e urbanista da Universidade de Berkeley, tenta conceituar e expor as condições essenciais para se estabelecer uma cidade “saudável”. A primeira condição é que a cidade cumpra com as necessidades de desenvolvimento, para as organizações e para as pessoas; a segunda é que a cidade seja capaz de lidar com as crises do sistema e de seus membros; a terceira condição é que a cidade seja flexível para atender às exigências emergentes e, finalmente, o quarto requisito é que ela deve capacitar sua população para usufruir as vantagens do desenvolvimento para seu bem-estar em processo educativo e de mobilização, importante para o movimento por cidades saudáveis.

Na definição da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) (2003), cidade saudável é “[...] aquela que coloca em prática de modo contínuo a melhoria de seu meio ambiente físico e social utilizando todos os recursos de sua comunidade”. Portanto considera-se uma cidade ou município saudável aquela em que os seus dirigentes municipais enfatizam a saúde de seus cidadãos dentro de uma ótica ampliada de qualidade de vida.

Em 1986, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e suas agências regionais como a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e parte de um conjunto de políticas urbanas da Organização das Nações Unidas (ONU) iniciaram o Movimento Cidades Saudáveis, objetivando motivar governos e a sociedade civil a criar estratégias, através de políticas públicas, para realizar projetos em vários setores, a fim de melhorar a saúde e qualidade de vida da população urbana com ênfase na intersectorialidade e na participação social.

Neste sentido, para que uma cidade seja saudável, ela precisa atender a dez requisitos definidos pela OMS:

- a) ambiente físico limpo e seguro;
- b) ecossistema estável e sustentável;
- c) alto suporte social, sem exploração;
- d) alto grau de participação social;
- e) satisfação das necessidades básicas;
- f) acesso a experiências, recursos, contatos, interações e comunicações;
- g) economia local diversificada e inovadora;
- h) orgulho e respeito pela herança biológica e cultural;
- i) serviço de saúde acessível a todos;
- j) alto nível de saúde.

Além do Canadá, este movimento ocorreu também em diversos países da Europa, sendo que, somente em 1990, alcançou a América Latina através da OPAS/OMS, sob a denominação de municípios saudáveis.

No Brasil, o projeto Cidades Saudáveis ocorreu de maneira diferente dos países ricos porque os investimentos em saúde, educação, saneamento são muito baixos para uma população muito carente e de grande volume. Dezenove municípios estão tentando desenvolver essa experiência, sendo que, atualmente, apenas treze municípios de diferentes regiões do país continuaram perseguindo estes objetivos.

A partir de 1998, o movimento recebe um impulso quando realiza, na cidade de Sobral, no estado do Ceará, o I Fórum Brasileiro de Municípios Saudáveis, sob iniciativa da própria cidade, em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), o Ministério da Saúde e OPAS/OMS, além de outras instituições acadêmicas e a participação de prefeitos, profissionais de saúde e associações comunitárias.

Em 1999, durante o XV Congresso do CONASEMS, foi lançada a Rede Brasileira de Municípios Saudáveis, com a participação de cerca de 40 secretarias municipais de saúde interessadas. Foi então constituída uma comissão provisória de quatro prefeitos municipais sob a coordenação do prefeito de Crateús/CE.

No Brasil, Mendes (2002) foi a primeira a abordar o tema “projeto estruturante do campo da saúde”, em que os atores sociais (governo, organizações da sociedade civil e organizações não governamentais) procuram, por meio da gestão social, transformar a cidade em um espaço de “produção social da saúde”.

Cidades saudáveis não significam cidades sem pessoas doentes, mas sim aquela que seus gestores, conscientemente, promovem a saúde e o bem-estar dos cidadãos e a consideram prioridades em suas decisões. A cidade saudável é aquela que promove o bem-estar físico, mental, social e ambiental dos que nela vivem e trabalham.

Para José Luiz Riani Costa, professor do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), o tema cidade saudável deve ser analisado considerando a relação entre os homens, a natureza, em especial o espaço urbano e as relações entre os seres humanos entre si, sobretudo nas grandes cidades. Para ele, como a cidade é uma expressão da sociedade que ela produz e consome, seria necessário “construir” uma sociedade saudável para que a cidade também fosse saudável. É necessário, então, transformar a sociedade, mudar a forma como se organizar, que significa mudar a relação do ser humano, como os demais componentes da natureza, portanto, também com os seus semelhantes.

A seguir, o Quadro 6 apresenta resumo com os conceitos de cidades saudáveis e os respectivos autores:

Quadro 6 - Resumo dos conceitos de cidades saudáveis e os respectivos autores

AUTOR	CIDADES SAUDÁVEIS
Cidades Saudáveis (1980), Canadá	Promotora de melhoria da qualidade de vida. Saúde física e mental relacionada com as condições sociais como disponibilidade de alimentos, condições de trabalho e um ambiente saudável.
Hancock (1993)	Aquela que está criando e melhorando os ambientes físicos e sociais, fortalecendo os recursos comunitários que possibilitam às pessoas se apoiarem mutuamente no sentido de desenvolverem seu potencial e melhorarem sua qualidade de vida.
Duhl (1986)	Cidade que cumpre com as necessidades de desenvolvimento, para as organizações e para as pessoas, a que seja capaz de lidar com as crises do sistema e de seus membros, que seja flexível para atender às exigências emergentes e deve capacitar sua população para usufruir as vantagens do desenvolvimento para seu bem estar em processo educativo e de mobilização.
Cidades Saudáveis - Organização Mundial de Saúde (OMS), 1986.	Cidade saudável é busca a melhoria de seu meio ambiente físico e social utilizando todos os recursos de sua comunidade e aquela em que os seus dirigentes municipais enfatizam a saúde de seus cidadãos dentro de uma ótica ampliada de qualidade de vida.

Fonte: Ribeiro (2017).

Dentro da conceituação de qualidade de vida o que mais se aproxima dessa pesquisa é o conceito cuja dimensão é objetiva relacionada com o atendimento das necessidades básicas humanas vividas no dia a dia, e que, segundo os autores Bravo e Vera, podem proporcionar a qualidade de vida e de bem estar individual e em grupo. Portanto, é necessário políticas integradas e com propostas diferentes no processo, no planejamento e na gestão, além do

comprometimento das autoridades e da participação popular como meta de obter qualidade de vida urbana.

4 OS PROBLEMAS URBANOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: RUMO À SUSTENTABILIDADE URBANA

Neste capítulo será abordado, em breve relato, os problemas urbanos no mundo no Brasil da sua origem até o surgimento das primeiras legislações, do planejamento e das políticas públicas urbanas e os dilemas atuais enfrentados.

4.1 PROBLEMAS URBANOS NO MUNDO: DO PLANEJAMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS

As primeiras tentativas de enfrentar os problemas urbanos neste período deram origem aos primeiros estudos sobre as cidades e os males provocados pela industrialização estes estudos estavam relacionados inicialmente aos planejamentos urbanos e posteriormente às políticas públicas urbanas.

Alguns tentaram introduzir na cidade novos regulamentos de higiene e as novas instalações, que, através dos meios técnicos e jurídicos, fariam as modificações, dando efetivamente início à moderna legislação urbanística onde seriam definidas as densidades, critérios para a implantação de loteamentos, distância entre edificações, seus gabaritos de altura e até a característica de cada edificação, isto é, espaços, aberturas e materiais a serem empregados.

Inicialmente a mudança ocorre quando a cidade passa a ser vista como um fenômeno urbano dinâmico, produto de um determinado contexto histórico e não mais como um modelo ideal a ser concebido pelos urbanistas (KOHLSDORF, 1985). Ocorre, então, a busca pelo modelo de cidade real com soluções práticas, concretas e não da ideal a partir de mecanismos de controle dos processos urbanos no decorrer do tempo.

Diversos profissionais, de diversas áreas do conhecimento, entram em cena, cada um com a sua visão sobre os problemas da cidade, antes direcionada apenas para a visão do arquiteto. Kohlsdorf (1985, p. 35) argumenta que: “Ao receber a colaboração de sociólogos, historiadores, economistas, juristas, geógrafos, psicólogos etc., a definição de cidade realizada pela arquitetura entrou, talvez, na maior crise de toda a história desta última.”

Nesta nova concepção, o planejamento parte da escolha de um processo contendo um conjunto de ações mais adequadas possíveis que possam conduzir a um desenvolvimento desejado.

A cidade do século XIX começa tomar uma forma própria trazendo um novo movimento, o da observação e da reflexão, e em alguns casos formular leis de crescimento das

idades em uma abordagem científica e isolada de alguns sábios. Mesmo ainda de forma incipiente, o espaço da cidade começa a ser questionado quanto a ser um espaço que deve proporcionar algum tipo de bem-estar aos seus habitantes.

O período moderno será caracterizado pela ruptura radical na estrutura, na forma, na distribuição, nos conteúdos e propostas urbanísticas da cidade.

Entre 1900 e 1910, as cidades se tornam objeto de estudos e intervenções nos EUA, França e Inglaterra. Em 1914, ano da Primeira Guerra Mundial, ocorreram os trabalhos de alguns urbanistas europeus progressistas e racionalistas como Tony Garnier na França, Walter Gropius, na Alemanha, e Hendrik Petrus Berlage, na Holanda que defendiam o conceito de cidades ordenadas em conjunto com soluções utilitárias e plásticas.

A partir de 1923, o modelo progressista encontra um movimento de reforma do desenho urbano, o Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM), que irá difundir esse modelo. Contou com a participação de europeus, americanos e brasileiros como, Le Corbusier, Gropius, Rietveld, Sert, Van Eesteren, Neutra, Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

O movimento buscava o aprimoramento das cidades e moradias, focando na saúde pública e saneamento. Uma das correntes do movimento CIAM foi o de reformas humanísticas relativas à provisão de habitações dignas, melhor saneamento e saúde. De 1923 a 1928, o CIAM trabalhou os problemas habitacionais.

Entre 1933 e 1947, o movimento foi influenciado fortemente por Le Corbusier. As questões abordadas foram do planejamento urbano sob a ótica do funcionalismo.

Em 1933, foi formulada a Carta de Atenas. Publicada, em 1943, por iniciativa de Le Corbusier, a carta possuía os princípios do urbanismo funcionalista e seus objetivos eram a ocupação do solo, a organização da circulação e a legislação.

Um dos principais fundamentos da Carta de Atenas era a "cidade é parte de um conjunto econômico, social e político, que constitui a Região" e que não se podia abordar um problema de urbanismo sem referência constante aos elementos constitutivos da região. Nesse contexto, o urbanismo era uma das chaves para uma mudança qualitativa da sociedade e da vida humana. A Carta de Atenas também estabelecia que a estética não deveria ditar as regras, mas ter sua própria essência de ordem funcional.

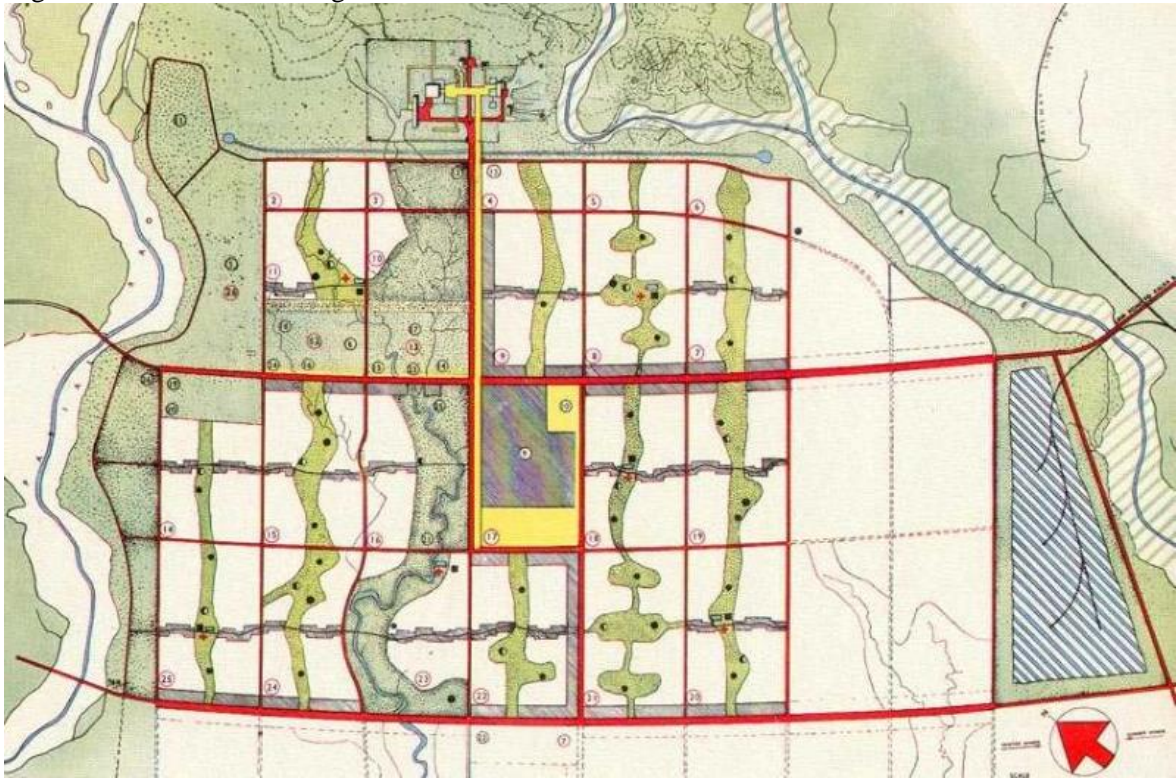
Alguns exemplos de planos urbanísticos inspirados na Carta de Atenas foram os propostos para a França, Japão, Estados Unidos, Rio de Janeiro, Brasília e Argel.

Brasília, projeto do arquiteto Lúcio Costa, é o resultado de um urbanismo que teve como origem a Carta de Atenas: zonas urbanas bem definidas e separadas (setor público, setor

residencial, hoteleiro, comercial, bancário), grandes espaços entre as edificações, circulação bem definida e eficiente.

A Figura 3 mostra a planta de Chandighard, na Índia, projeto de Le Courbusier, um exemplo de urbanismo racionalista-progressista. A planta demonstra um traçado viário ortogonal com as vias de circulação dispostas hierarquicamente. As quadras são grandes na proporção de uma nova capital, para melhor atender a escala da vida cotidiana e familiar dos cidadãos. Os centros comerciais (*inner market*) possuem ruas internas com estacionamentos, formando um conjunto muito movimentado por pedestres que percorrem as galerias e as ruelas cheias de árvores.

Figura 3 - Planta de Chandigarh



Fonte: <http://historiaearquitetura.blogspot.com.br/2012/07/chandigarh-visao-de-cidade-de-le.html>.

Nos anos 50, o urbanismo abandona o dogmatismo racionalista e procura novos caminhos como o outro movimento no urbanismo, o progressista.

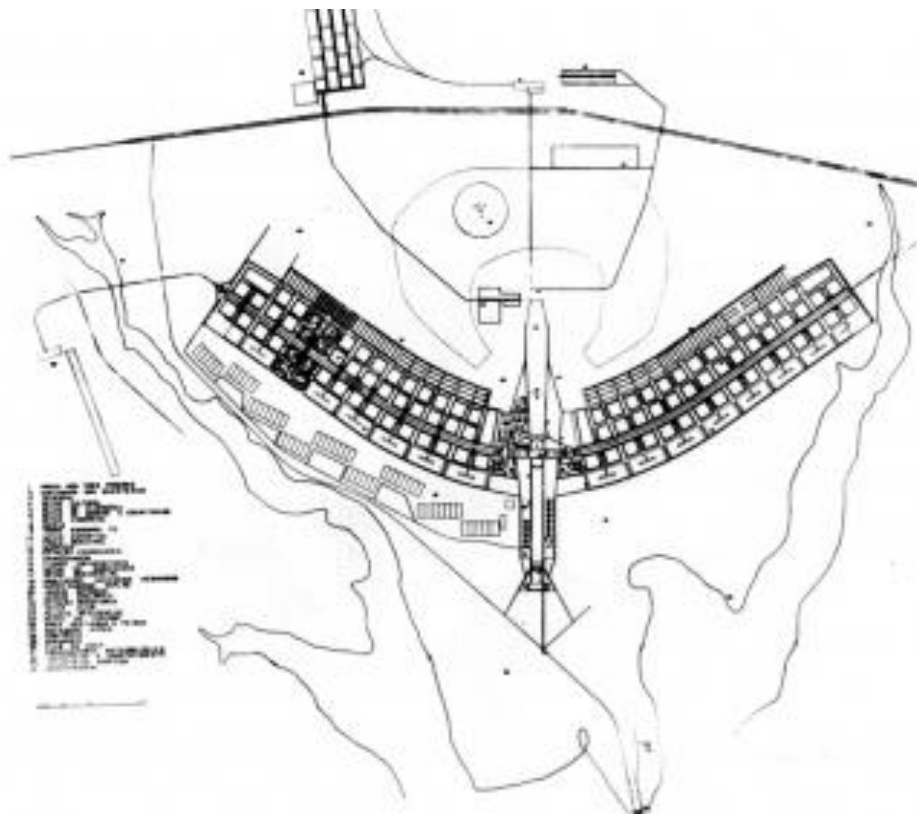
Segundo Choay (2000), este movimento propunha espaços mais abertos, rompido por vazios de verdes e tinha como exigência a higiene. O verde ofereceria particularmente um quadro para momentos de lazer, consagrado à jardinagem e à educação, uma sistemática ao corpo. O espaço urbano era traçado conforme uma análise das funções humanas, classificadas e localizadas separadamente de acordo com as diversas formas de trabalho como industrial, liberal e agrícola. A lógica e a beleza devem coincidir.

Entre 1947 e 1959, tenta-se ultrapassar a abstrata cidade funcional buscando um ambiente físico que atendesse as necessidades emocionais e materiais do homem.

Em 1958 é elaborada a Carta dos Andes, que constitui um documento sobre o Planejamento Territorial Contemporâneo. Na Carta dos Andes definia planejamento desta forma: “planejamento é um processo de ordenamento e previsão para conseguir, mediante a fixação de objetivos e por meio de uma ação racional, a utilização ótima dos recursos de uma sociedade em uma época determinada. O Planejamento é, portanto, um processo do pensamento, um método de trabalho e um meio para propiciar o melhor uso da inteligência e das capacidades potenciais do homem para benefício próprio e comum” (BIRKHOLZ, 1967).

No Brasil, a urbanização veio depois, praticamente na segunda metade do século XX, sendo o urbanismo progressista representado pela nova capital federal Brasília (Figura 4), construída no final da década de cinquenta dentro de um novo sentido de modernidade, que marcou o país no seu processo inicial de desenvolvimento urbano e industrialização.

Figura 4 - Planta do Plano Piloto da cidade de Brasília



Fonte: Acervo Arquivo Público do Distrito Federal (2017).

Como exemplo de outros planos urbanísticos no Brasil temos o de Aarão Reis para a cidade de Belo Horizonte, ocorrido nas últimas décadas do século XX, e em outras capitais como Manaus, Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, além de cidades médias como a cidade de

Santos. Alguns engenheiros se envolveram nas reformas urbanas, como Saturnino de Brito, Pereira Passos e Prestes Maia, entre outros. Eles empregaram seus ensinamentos voltados para um urbanismo sanitaria em diversas cidades brasileiras. Foram influenciados por arquitetos urbanistas europeus que valorizavam os aspectos artísticos das cidades, como Saturnino de Brito, influenciado por Camilo Sitte (ANDRADE, 1992). Todas estas cidades citadas se encontravam em um contexto urbano e econômico do capitalismo.

Os médicos e engenheiros sanitaristas das escolas politécnicas também se envolveram, porém, preocupavam-se com problemas técnicos e não com as questões arquitetônicas e estéticas. Estas questões preocupavam mais os arquitetos das escolas de Belas Artes.

Na década de 70, a cidade começa a ser vista de modo diferente. A cidade da prosperidade, do progresso e do desenvolvimento começou a ser vista como a cidade do capital. Este novo momento trouxe muitas avaliações, críticas e análises de diversos autores acerca das questões urbanas a partir de uma visão política, social e ambiental.

Autores como Castells (1977c) e Harvey (1975) deram forma inicial às formulações críticas dos estudos urbanos e regionais das cidades capitalistas. Na década de 70, Castells (1976; 1977a; 1977b) escreveu sobre os movimentos sociais urbanos que cresceram nas cidades e sobre a politização do espaço de forma mais ampla, abrangendo diversos movimentos de cidadania que se articulavam a partir da questão da reprodução, urbana e ambiental (CASTELLS, 1983).

Harvey também se dedicou à questão da “consciência urbana”, não apenas no período contemporâneo, mas buscando suas raízes no século XIX (HARVEY, 1985a, 1985b).

Entre 1968 e 1970, Lefebvre (1968) criticou a questão urbana sob outros ângulos relacionados com as questões da transformação “do rural ao urbano”, do “direito à cidade”, da “vida cotidiana no mundo moderno” expressada pela sociedade reprimida pelo “capitalismo burocrático de consumo dirigido”, na sistematização crítica da “cidade do capital” extraída dos escritos de Marx e Engels e, finalmente, na “revolução urbana” (LEFEBVRE, 1968, 1971, 1976, 1999a, 1999b). Em 1974, Lefebvre vai focar na produção do espaço (1991a) e na politização do espaço de vida, dando início a uma nova politização na gestão das cidades.

Somente na década de 1960 se inicia, no Brasil, esse tipo de discussão voltada para as reformas urbanas, defendendo o direito à cidade, mesmo que, ainda parcialmente reprimidas. As remoções de favelas e de populações de áreas pobres degradadas para conjuntos de periferia, dos quais a Cidade de Deus foi exemplo, também estimularam tais discursos.

Em relação ao urbanismo sustentável, foi a partir de 1970 que se iniciaram as discussões em torno do tema. Nos EUA, o urbanismo sustentável derivou de três movimentos de reforma do final do século XX: o Movimento do Crescimento Urbano Inteligente (Smart Growth ou Crescimento “Esperto”) criado nos movimentos ambientais em 1970, o Novo Urbanismo e o das Construções Sustentáveis. O urbanismo sustentável tenta unir esses três movimentos importantes e entrelaçá-los em uma filosofia de desenho urbano que permita e crie ambientes humanos realmente sustentáveis. Todos forneceram bases filosóficas e práticas para o urbanismo sustentável, embora compartilhassem do interesse por reformas econômicas, sociais, ambientais com abordagens e focos diferentes.

O Smart Growth foi uma teoria de planejamento urbano que sustentava o crescimento concentrado em regiões centrais da cidade em contraposição ao “espraiamento” urbano, evitando os “caros” vazios com infraestrutura vinculados à especulação imobiliária e protegendo o ambiente e seus recursos naturais.

Atualmente estão contidas em muitas políticas públicas urbanas ações voltadas para a necessidade de um planejamento que busque a sustentabilidade urbana. Para a realização deste tipo de planejamento, como proposta de ordenamento do território é necessário, *a priori*, conhecer a realidade local. Além disso, deve ser posto em prática a democratização das decisões quanto ao crescimento urbano, buscando um equilíbrio dinâmico do ambiente natural com os diferentes atores sociais, econômicos e políticos que fazem parte da construção e crescimento de uma cidade sustentável.

Do século XIX até os dias atuais, as políticas públicas urbanas vem se transformando e, como não poderia deixar de ser, reinventando-se. As cidades são vivas e, por isso, dinâmicas, e estão sempre precisando ser reavaliadas na sua forma de se desenvolver.

4.2 PROBLEMAS URBANOS NO BRASIL: DO PLANEJAMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS

Para Villaça (1999), o planejamento urbano no Brasil se dividiu em três períodos: o primeiro de 1875 até 1930, o segundo período de 1930 até 1992 e o terceiro de 1992 até fim do século XX.

Até 1930, não havia um planejamento urbano, havia uma preocupação com a higiene e a estética da cidade. Neste período da história nacional, verifica-se uma maior organização e consciência das classes operárias e enfraquecimento das classes dominantes, que se refletiu na Revolução de 30. Essas mudanças econômicas e sociais da Revolução refletiram no

planejamento urbano no Brasil, quando abre espaço para o capital imobiliário na cidade, que passa a ser um local de produção antes restrito à área rural. A cidade valorizada pela estética é substituída pela cidade eficiente.

Os primeiros planos diretores surgiram em 1930, com enfoque na estrutura da infraestrutura e transporte, o plano Agache para o Rio de Janeiro e o plano Prestes Maia para São Paulo.

Este primeiro plano diretor, criado no Brasil em 1930 para o Rio de Janeiro, não deu certo, ficando nas gavetas dos órgãos públicos. Depois deste, outras experiências frustradas desenvolveram-se mais tarde.

Para Villaça (1999), os primeiros planos destacaram o centro das cidades apesar de, no discurso, o plano abordar a cidade inteira.

A partir da década 40, começaram as inovações nas práticas, no modelo das instituições e na formação de urbanistas. Este novo formato irá perdurar nos 50 anos seguintes. As duas principais inovações foram a separação entre quem planeja e quem executa e a distinção entre quem projeta e quem planeja, ou seja, entre arquitetura e urbanismo. Os órgãos municipais passam a determinar que os urbanistas são os responsáveis pelo processo de elaboração de um plano, incluindo a pesquisa, o detalhamento de objetivos, diretrizes e elaboração de normas para sua efetivação.

O processo acelerado de urbanização, que se intensificou após a Segunda Guerra Mundial, causado pelo deslocamento migratório da população brasileira, não foi totalmente espontâneo, como afirma Maricato (2001), uma vez que o Estado, na tentativa de ampliar os mercados que garantiriam à instalação de parques industriais e reforçar o comércio exportador, provocou a migração da população entre as cidades e o campo (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Evolução da população residente no país



Fonte: Censo 2010. (IBGE, 2010).

Foi em 1950 que o Brasil passou a ser majoritariamente urbano, sendo que, a partir da metade dos anos 60, começam os debates voltados à formulação de políticas específicas para as cidades brasileiras, desenvolvidos em função do crescimento populacional urbano, do processo acelerado de urbanização e da constituição de um sistema nacional, dando início ao planejamento urbano. Foi uma época marcada pelo autoritarismo associado ao regime político militar e possuía cunho globalizado do tipo compreensivo ou integrado. Estava relacionado com o binômio segurança nacional/desenvolvimento econômico.

Em 1964, foi criado o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), regulamentado em 1966. Este órgão determinava a liberação de recursos para elaboração de planos. Os órgãos de planejamento das administrações municipais eram responsáveis por contratar empresas de consultoria para elaboração de planos.

É, portanto, a partir desse momento que se define o que se vai ser chamado de planejamento urbano tecnocrático, visão de planejamento associada ao período militar que se inicia em 1964.

Neste modelo de planejamento, a questão social não era considerada. Então outra instituição não governamental, a Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), passa a ser a responsável por estas questões. Esta instituição foi criada, em 1947, pelo padre Luís Joseph Lebret, porém, suas ideias só foram usadas nas administrações municipais no período democrático. O Padre realizou um trabalho

urbanístico através da SAGMACS, uma instituição de estudos e pesquisas, entre 1950 e 1960, com foco no planejamento urbano e regional e no desenvolvimento econômico com a inserção da pesquisa social como um instrumento nas ações do planejamento econômico e territorial, o que contribuiu com o aprimoramento da metodologia de pesquisa urbana sobre a realidade social, política e econômica da cidade e de seus habitantes. Mesmo sem existir ainda a temática relacionada com a qualidade de vida urbana, pode-se perceber, indiretamente, a preocupação com a realidade social, entre outras, dos habitantes na cidade.

Segundo Lebre (2017), o que foi desenvolvido pelos órgãos de planejamento ficou bastante distante do que foi difundido. Os órgãos de planejamento não assumiram o papel coordenador e nem elaboraram planos. Estes foram desenvolvidos por instituições de assistência técnica ou por empresas de consultoria. Eles vão apenas elaborar e aplicar leis de zoneamento e se consolidam como elementos normativos. Diante disso, os planos perdem a sua importância e credibilidade dando lugar ao zoneamento como instrumento de planejamento.

Os zoneamentos eram vinculados aos interesses imobiliários que influenciavam nos preços dos terrenos e imóveis. Desta forma, o zoneamento foi utilizado no Brasil como um instrumento em si e por isso se tornava poderoso. Estas normas de zoneamentos não se articularam com as políticas de desenvolvimento urbano ou a políticas habitacionais, sendo colocada em cheque a sua efetividade neste período.

Em 1970, o planejamento urbano foi fruto da concepção de um planejamento que se difundiu, a partir dos anos 1930, no contexto da reforma administrativa e de modernização do serviço público empreendida na era Vargas. Segundo Fania Fridman (2012, p. 1), texto retirado da resenha “Urbanismo na Era Vargas”:

A administração pública desempenhou relevante papel enquanto agente da modernização e do controle da produção e do espaço mediante a criação de novos organismos – ministérios, autarquias, departamentos e institutos – e a promulgação de leis e códigos. [...]

E desde o início da década de 1930 são propostos tanto planos de remodelação das cidades brasileiras quanto programas territoriais constando de políticas de povoamento, de transporte e de comunicação. Nesse sentido, nos Anos Getúlio institucionalizaram-se no Brasil o urbanismo e o planejamento por intermédio da geração de uma burocracia técnica para atuar na estrutura governamental.

Em 1970, mediante os muitos problemas sociais, deu-se origem a um movimento pela reforma urbana com as mobilizações e reivindicações urbanas organizadas por movimentos

por parte da população que morava nas cidades, exigindo participação na definição das ações públicas e soluções nas questões sociais no âmbito urbano.

A partir do final da década de 1970, delinea-se uma nova conjuntura política, moldada pelas tensões sociais no campo, pela reorganização sindical e a mobilização por melhores condições de vida, gerando uma acirrada disputa em torno dos benefícios oriundos da ação estatal. A questão urbana passou a constituir-se dimensão social necessária ao crescimento econômico e o urbanismo foi acionado como instrumento de diagnóstico dos problemas urbanos, resultando em um arsenal de políticas urbanas e regionais.

Esse foi um período de maior desenvolvimento urbano devido à elaboração de alguns programas vinculados às questões urbanas na área da habitação. Como exemplo pode ser citado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), Metas e Bases para o Planejamento, e Planos Nacionais de Desenvolvimento I, II e III.

Para dar apoio financeiro a estes programas, foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH) e foram instituídos os Planos de Desenvolvimento Integrado (PDIs).

O Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) foram criados para atender as primeiras políticas nacionais urbanas de planejamento. Até 1970, o SERFHAU coordenou e financiou os planos de desenvolvimento das cidades brasileiras de médio e grande porte.

De 1974 a 1979, durante o governo Geisel, as mudanças foram no âmbito habitacional com a incorporação de mutirões e/ou autoconstrução promovida pelos setores populares na solução de questões de moradia.

Entre 1975 e 1984, surgiram programas como o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), lançado em todo o Brasil na década 70, criados para resolver o problema da subhabitação que possibilitou a aprovação de financiamentos individuais e a urbanização das favelas, e o Programa de Erradicação da Sub-habitação (PROMOAR) promovido pelo Banco Nacional da Habitação direcionadas à população de baixa renda.

Todos os programas serviram para resolver questões mais urgentes e pontuais como as de moradia e infraestrutura básica, atendendo a um segmento da população com a execução de pequenas obras locais, como as realizadas nas favelas.

Estes projetos não se consolidaram e não tiveram os resultados esperados porque não alcançaram a implantação de sistemas locais de planejamento e nem executou o que se tinha planejado. Em 1974, foi extinto o SERFHAU e, em 1986, o BNH, devido a sua ineficácia.

A partir de 1970, foram criadas diversas e rigorosas leis de zoneamento, parcelamento do solo e códigos de edificações. Muitas destas já incluíam, mesmo que de forma ainda indireta e incipiente, propostas voltadas para melhoria de qualidade de vida urbana.

De 1970 a 1980, começa uma nova fase baseada em vários movimentos, ideias, conceitos nacionais e globais nos setores sociais, que se articulam, entrecortam-se, sobrepõem-se. É um período onde ocorrerá uma articulação nacional - o Movimento Nacional pela Reforma Urbana e a politização da questão urbana.

Em 1982, temos a publicação do anteprojeto de Lei Federal de Desenvolvimento Urbano, elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e do Documento da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - "Solo Urbano e Ação Pastoral", ambos estavam voltados para a questão da propriedade urbana em busca da justa distribuição social do solo urbano, a partir da criação de instrumentos de controle do uso e ocupação do solo, que estabelecia novos limites ao exercício da propriedade a partir de reformas na legislação.

Em 1987, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), articulado por entidades da sociedade organizada, lutou pela democratização da gestão das cidades e pela garantia de condições dignas de vida para todas e todos e criou espaços de discussão de políticas públicas relacionadas com a gestão de cidades.

Neste fórum, as ações que mais se relacionaram com os aspectos urbanos foram: o monitoramento e avaliação da implementação e difusão dos instrumentos de exigibilidade do direito à moradia e à cidade e a efetivação e implementação de leis, programas e projetos que enfrentem as desigualdades sociais vivenciadas pelas mulheres e pelos grupos étnico-raciais historicamente marginalizados e excluídos do direito à cidade.

Segundo Maricato (2006), o Fórum de Reforma Urbana, que ocorreu antes da constituição de 1988, foi um dos responsáveis pela inserção na Carta Magna de uma Emenda Popular de Reforma com algumas das conquistas relacionadas à ampliação do direito à cidade, bem como da inclusão dos Planos Diretores Municipais com execução obrigatória para municípios com mais de 20.000 habitantes.

Teoricamente o projeto da Reforma Urbana voltou-se para a lógica imediatista do capital como fonte de acumulação contrária à visão da cidade como valor de uso, onde todos podem ter acesso aos custos e benefícios da urbanização, prevalecendo o direito à cidade.

Em 1988, a Constituição Federal apresentou um artigo muito importante que incluía a função social da propriedade e a função social da cidade. Foi estabelecida, também, uma

política descentralizadora do poder em relação a implementação de políticas e à aplicação de recursos fiscais, que obrigaram os estados e municípios a se adequarem ao novo desenho federativo estabelecido, que prevê a consolidação de uma Federação. Os municípios, a partir de então, teriam autonomia de governo e, por meio dos tributos, financiariam as políticas sociais. Contudo, deveriam contemplar a participação social local para legitimar seu funcionamento autônomo e atender as demandas, ordenando o território adequadamente através de planejamento e controle do uso do solo.

A descentralização política foi muito importante porque trouxe a sociedade para mais perto da participação nas decisões, tornando mais democrático o planejamento urbano junto aos gestores. Foi uma significativa conquista da sociedade civil nas últimas décadas, porém, um desafio ante o histórico político e administrativo de um país marcado por um sistema político predominantemente coronelista, clientelista e centralizador. Embora descentralização não seja sinônimo de participação, como ressalta Castro (1991), os novos dispositivos constitucionais preveem a criação de conselhos municipais em quase todas as áreas de intervenção setorial.

Desde 1986, a política urbana seguiu um rumo errático no âmbito do governo federal. Não faltaram formulações e tentativas, mas todas elas tiveram vida muito curta. (MARICATO, 2006). Os modelos se restringiam a processos de consulta e legitimação.

Em relação à história do planejamento urbano brasileiro, Maricato (2002) assegura que sua base estava cravada na matriz modernista/funcionalista que exerceu a função de instrumento para a dominação ideológica na medida em que favoreceu a ocultação da cidade real e a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. Deste modo, criou-se uma cidade ilegal onde as novas políticas públicas urbanas que estavam sendo criadas não eram obedecidas, já que eram divididas entre os interesses imobiliários e públicos e a lei.

Na realidade os problemas das cidades brasileiras pós-Constituição de 1988 continuaram os mesmos: a irregularidade fundiária, o elevado déficit habitacional, a precariedade ou a total ausência de saneamento, baixa mobilidade e degradação ambiental. Para Maricato (2006), a manutenção desse cenário é a comprovação de que os paradigmas de urbanismo e planejamento urbano criados no país não foram capazes de equacionar os graves problemas que atingem a maior parte da população das grandes cidades.

A questão do planejamento e do urbanismo praticados no Brasil, segundo Ribeiro e Cardoso (1994), compõe o arcabouço de ideias atreladas ao projeto de modernização, desenvolvimento e construção da nacionalidade. No entanto, os problemas urbanos no Brasil,

ao contrário do que ocorreu nos países europeus e nos Estados Unidos, não conformaram a preocupação com a questão social. “No Brasil, os padrões de planejamento urbano são identificados como o conjunto de princípios que orientam o diagnóstico da realidade urbana e a definição da forma, objeto e objetivos da intervenção (RICARDO; CARDOSO, 1994) que indicarão a necessidade de produção de equipamentos e serviços.

Para Cintra (1974), na sociedade capitalista o planejamento enfrenta vários dilemas como igualdade e desigualdade, quando planos favorecem uns em detrimento de outros, democracia e autocracia, quando os envolvidos se relacionam com distribuição dos recursos de poder e com os critérios de acesso ao processo de tomada de decisões públicas. Esses dilemas sugerem a definição de modalidades específicas de planejamento urbano.

O planejamento urbano no Brasil passa a ser identificado com a atividade intelectual de elaborar planos. Uma atividade fechada dentro de si própria, desvinculada das políticas públicas e da ação concreta do Estado, mesmo que procure justificá-las. Na maioria dos casos, entretanto, na verdade, ocultá-las (VILLAÇA, 1999).

Diante deste cenário de problemas urbanos, tornava-se necessário criar algo novo diferente do que já era proposto. “Os problemas intraurbanos, tais como baixa densidade, crescimento desordenado, especulação imobiliária, alto custo das estruturas urbanas, foram apontados e propôs-se a modernização das instituições locais”. (CINTRA, 1978, p. 205).

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, aprovado no Congresso Nacional, veio 13 anos depois da Constituição de 1988, conquistado através de luta popular e festejado no mundo todo como exemplar. O Estatuto estabelecia as diretrizes gerais da política urbana, bem como das bases de elaboração do Plano Diretor, importantes instrumentos de gestão urbana. Ele forneceu uma nova base jurídica para a política urbana no Brasil, regulamentando os artigos 182 e 183, referentes ao tema urbano da Constituição Federal.

Maricato (2006) cita uma fase que o Brasil iniciou, a partir de 2003, quando floresceu uma nova política urbana, que, através de movimentos sociais, reuniu pesquisadores, arquitetos, urbanistas, advogados, engenheiros, assistentes sociais, parlamentares, prefeitos, servidores públicos, integrantes da Igreja Católica, ONGs etc. em novas propostas em prol da reforma urbana. Construiu-se na Plataforma de Reforma Urbana e muitas prefeituras de “novo tipo” (ou democrático-populares) as novas práticas urbanas. Além de incluir a participação social – orçamento participativo, por exemplo – priorizou-se a urbanização da cidade ilegal ou informal, que era invisível até então para o urbanismo e as administrações públicas. Esse movimento logrou criar um novo quadro jurídico e institucional ligado às cidades – política

fundiária, habitação, saneamento, mobilidade, resíduos sólidos – além de novas instituições, como o Ministério das Cidades (2003), o Conselho das Cidades (2004) e as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005 e 2007).

Em 2003, foi criado o Ministério das Cidades com quatro Secretarias Nacionais de Programas Urbanos (SNPU), na tentativa de viabilizar políticas públicas que pudessem conceder melhores condições de vida à população mais pobre a partir da reforma urbana. Ele surge como uma política nacional de desenvolvimento urbano mais consistente, com indicação de projetos voltados para a criação de cidades sustentáveis e democráticas, fortalecendo o direito do povo brasileiro à cidade.

O Ministério teve como uma das iniciativas a Campanha Nacional “Plano Diretor Participativo: Cidade para Todos” e incentivou, em 2005, a elaboração e revisão dos Planos Diretores com prazo determinado até 2006 e, em um segundo momento, a implantação dos instrumentos de planejamento urbano. Esta Campanha Nacional dos Planos Diretores não obteve o sucesso esperado. Burnett (1990) conclui que o alcance de uma “cidade para todos” sob o alicerce do capitalismo é ilusório. Não havia o pacto social e nem um projeto transformador, era uma ilusão.

Para Santos Júnior (2000), a criação desse Ministério representou o reconhecimento por parte do governo federal da necessidade de enfrentamento da questão urbana como uma questão nacional a ser ajustada por macro políticas públicas.

O Ministério das Cidades tem em sua criação a ligação com o movimento social urbano que iniciou, em 1970, e acumulou forças duas décadas seguintes na luta pela democratização do país e pela reforma urbana (MARICATO, 2006). A sua estrutura foi baseada nos três principais problemas sociais que afetam as populações urbanas, relacionadas ao território, que são: a moradia, o saneamento ambiental e as questões reunidas sob o tema do transporte da população urbana-mobilidade e trânsito. Esta estrutura demonstra o interesse em melhoria das condições de vida e a busca pela sustentabilidade urbana em aspectos básicos.

Em 2003, ocorreu a primeira conferência, denominada Conferências Nacionais das Cidades, convocadas pelo Ministério das Cidades, seguida das outras de 2005 e 2007, que contaram com a participação de movimentos sociais, entidades empresariais, sindicais, de pesquisadores, de universidades, de ONGs, de arquitetos, engenheiros, geógrafos e instituições governamentais e legislativas. Nesta conferência, elegeu-se um conselho chamado Conselho das Cidades, que começou a funcionar em 2004. O conselho aprovou as políticas

nacionais de habitação, saneamento ambiental, trânsito, mobilidade e transporte urbano. Aprovou ainda a Campanha Nacional pelos Planos Diretores Participativos em 2005 e o Programa Nacional de Regulamentação Fundiária, entre outros assuntos.

Em 2013, estabeleceu-se uma crise urbana e se instalou uma insatisfação social. Ocorreram diversas manifestações por transporte público, educação, saúde, moradia e reforma política. Para Maricato (2006), a insatisfação geral da sociedade vem da chamada “crise urbana”, que envolve as cidades e as disputas em torno delas, pois nem tudo se resolve com melhores salários e distribuição de renda.

Devido às reivindicações em 2014, foi implantado, com investimento de R\$ 3,8 bilhões, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Mobilidade Urbana para seis estados de médio porte e o Distrito Federal apenas como preventivo.

A partir das novas políticas junto com financiamentos e facilidades de crescimento e compra de veículos, aumentou muito a quantidade de construções e automóveis privados, transmitindo uma ideia de desenvolvimento e progresso. Porém, muitas das construções foram feitas sem apreciação correta das leis do uso do solo, provocando uma piora na organização espacial. Apesar do aumento de empregos, em contrapartida também houve um grande aumento do valor dos imóveis. Para Maricato, a terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas e modificadas diante de urbanistas perplexos. A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia.

Mesmo com as novas políticas urbanas, os resultados não foram exatamente os melhores, os esperados por aqueles que desejam as melhores condições de vida das pessoas nas cidades, pois a cidade também é vista a partir de outros interesses, no mundo capitalista, como um produto, como um negócio. Para Maricato, os capitais são embolsados, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos.

Diante deste relato, pode-se perceber que o Brasil possui vários e bons instrumentos legais de planejamento em relação ao mundo, porém, não trazem soluções efetivas em relação aos problemas urbanos e são limitados em termos práticos. Essa limitação pode ter sido causada por determinantes históricos que tiveram influência substancial na construção do espaço urbano e manutenção de velhos paradigmas sociais nas cidades brasileiras.

Outros aspectos limitantes são a falta de uma maior participação social e a questão cultural histórica da sociedade brasileira em não reconhecer os conflitos sociais. Além disto, existem os problemas de ordem estrutural da política nacional que agravam mais a crise urbana que se alicerça no descompasso entre leis, investimentos e gestão.

Por esses motivos, entre outros, a eficácia do planejamento urbano no Brasil é questionável porque os planos e as leis são aplicados de acordo com as circunstâncias como políticas, econômicas, de interesse privados, entre outras.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS E A EVOLUÇÃO URBANA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS E SEUS INSTRUMENTOS DE APLICAÇÃO RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE URBANA E QUALIDADE DE VIDA URBANA

As políticas públicas nacionais, estaduais e municipais tais como o Estatuto da Cidade, os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU), os Códigos de Obra e os Códigos Ambientais, entre outros, possuem instrumentos de aplicação que se relacionam a sustentabilidade urbana e a qualidade de vida que serão abordadas a seguir.

5.1.1 As políticas públicas urbanas brasileiras

Estatuto da Cidade

A análise do Estatuto das Cidades, política pública urbana nacional, torna-se importante nesta pesquisa por possuir as diretrizes gerais que estabelecem normas de ordem pública e de interesse social para regulamentar o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental e também pelo papel importante na elaboração dos planos diretores contribuindo para aumentar sua credibilidade e reforçar a função e legalidade do mesmo.

No Estatuto da Cidade, Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 contém as disposições preliminares sobre infraestrutura básica necessária aos loteamentos, importante na sustentabilidade da vida urbana. Consideram-se infraestrutura básica os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.

Quanto ao tema sustentabilidade urbana, o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, nos Arts. 1º e 2º, do Capítulo I (ANEXO A) cita as diretrizes gerais para execução das políticas urbanas neste aspecto.

O Capítulo II, Art.6º (ANEXO A) dispõe sobre os Direitos Sociais quanto à educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Quanto à qualidade de vida urbana, o Estatuto da Cidade, no Art. 39º, Capítulo III (ANEXO A) define que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Rolnik (2002) destaca as novidades do Estatuto da Cidade em três áreas:

- a) Os novos instrumentos urbanísticos que induzem (mais do que normatizam) as formas de uso e ocupação do solo;
- b) Participação do cidadão nos processos decisórios sobre o futuro da cidade;
- c) Ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas.

O Estatuto contém 58 artigos distribuídos em cinco capítulos que reforçam a tendência da diminuição ao discurso desenvolvimentista e reduzem o papel do Estado Nacional na determinação da política urbana no território brasileiro transferindo-a aos planos diretores de cada município.

De acordo com o Estatuto da Cidade,

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei. (ANEXO A).

Em suma, o Estatuto da Cidade assevera com essa diretriz que “o pleno exercício do direito a cidades sustentáveis (ANEXO A) compreende condições dignas de vida, de exercer plenamente a cidadania e os direitos humanos, de participar da gestão da cidade, de viver numa cidade com qualidade de vida, sob os aspectos social e ambiental”. O Estatuto da Cidade pressupõe melhorar as condições de vida das pessoas que vivem nas cidades.

O Estatuto regulamenta nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, da propriedade urbana e promove o bem-estar dos cidadãos. Entre as diretrizes citadas estão, no Estatuto da Cidade:

- a) garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

- b) oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- c) garantia a não deterioração das áreas urbanizadas;
- d) cuidado quanto à poluição e à degradação ambiental;
- e) adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica dos municípios;
- f) adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
- g) proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- h) implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população.

Dos instrumentos da política urbana, que estão no Estatuto da Cidade (2001, p. 20), em relação ao planejamento municipal, em especial estão:

- a) plano diretor;
- b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
- c) zoneamento ambiental;
- d) plano plurianual;
- e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- f) gestão orçamentária participativa;
- g) planos, programas e projetos setoriais;
- h) planos de desenvolvimento econômico e social.

Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU) no planejamento urbano: definições e dilemas

De acordo com o estatuto da Cidade o plano diretor é um tipo de política pública que atualmente é obrigatória para as cidades brasileiras com população acima de 20.000 habitantes. É um instrumento importante do planejamento urbano de cada município e deve ser utilizado nos planejamentos urbanos com o papel de organizar espacialmente as cidades de forma que as pessoas se sintam mais acolhidas em um ambiente menos hostil com o mínimo de segregação e exclusão possíveis. Ele deve considerar importantes aspectos como flexibilidade, especificidade, interação e conhecimento das necessidades sociais.

Consta, no Estatuto das Cidades, no Capítulo II, que o plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Segundo o Estatuto:

- a) o plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas;
- b) o plano diretor deverá englobar o território do município como um todo;
- c) a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos;
- d) no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os poderes legislativo e executivo municipais garantirão a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos, o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos;
- e) o plano diretor é obrigatório para cidades: com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, integrantes de áreas de especial interesse turístico, inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

Um plano diretor urbano adequado é precedido de um diagnóstico técnico para dimensionar, escalonar, fundamentar ou viabilizar as propostas técnicas ou políticas dos planos. Os planejadores, que devem ser de preferência especialistas em urbanismo, juntamente com outros profissionais, a sociedade e as instituições tentarão formular, apoiados em instrumental técnico e científico, uma política capaz de atender o interesse geral.

Os diagnósticos técnicos identificam os problemas da cidade, considerando todos os aspectos que se relacionem com o urbano. Eles pressupõem a compreensão dos problemas urbanos considerando aspectos físicos da vida da cidade, aspectos econômicos, sociais, institucionais, entre outros, além do domínio do funcionamento da cidade, das atividades, dos programas setoriais que ocorrem e suas inter-relações. Eles não podem ser superficiais e precisam apresentar elementos que deem segurança da realidade local para assegurar sua operacionalidade. A escolha de soluções será a partir de articulação de propostas compreendidas e uma visão do conjunto.

Após o diagnóstico, são feitas as propostas dos planos que não devem criar programas irrealis e inadequados, com resultados mais setoriais e menos integrados. Por exemplo, muitos planos enfocavam os aspectos físicos e territoriais com o desenvolvimento econômico incentivando a industrialização de algumas áreas, tipo distritos industriais, não pensando a cidade como um todo.

As cidades dependem dos planos diretores e, como espaço da legitimação das políticas públicas urbanas, construídas com as suas propostas e diretrizes. Sendo estas políticas legítimas e viáveis, com condições de desenvolvimento da base material das cidades quando bem aplicadas, pode-se atribuir uma ideia de sustentabilidade urbana. Porém se não houver o interesse do governo ocorre a falta de investimentos e os processos de reprodução das estruturas urbanas entram em conflito e causam incertezas na evolução urbana.

Infelizmente a experiência histórica com planos diretores no Brasil mostra que eles se aplicam apenas a uma parte da cidade, tomam o mercado como referência e ignoram a demanda da maior parte da cidade, bem como ignoram a cidade ilegal. Flávio Villaça desenvolveu acuradas análises sobre o carácter ideológico e manipulador dos planos diretores no Brasil (VILLAÇA, 2005).

Para Villaça (1998), o conceito de plano diretor mais consensual seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazo, e aprovadas por lei municipal.

Segundo Villaça (1998), um plano diretor inclui o zoneamento como instrumento indispensável a sua execução. Os zoneamentos demarcam os territórios da cidade, segundo

usos urbanos predominantes e potenciais de definições permitidos. Raríssimos são os planos diretores que incluíram um zoneamento minimamente desenvolvido a ponto de ser autoaplicável, aprovável e aprovado por lei.

Há um desinteresse por parte dos políticos em relação aos planos, não faz parte da prioridade de suas gestões. Na verdade os planos expõem a incompetência dos políticos, mostrando as propostas para desenvolvimento do espaço urbano, a falta de ações por parte deles e constringendo as suas atuações.

Outra questão importante é a atitude dos agentes imobiliários, que não consideram o plano diretor nos seus empreendimentos porque o plano expõe parte dos problemas urbanos, então, eles preferem ignorar por ser contra a lucratividade de seus negócios. Os agentes preferem planos rasos, superficiais que exponham apenas generalidades. Segundo Villaça (1998), os interesses imobiliários não querem nada além de princípios, diretrizes ou políticas gerais, nada que seja autoaplicável, tornando os planos diretores inócuos e inúteis. Sendo assim, o desenvolvimento urbano vai vivendo a margem das leis urbanísticas.

Estas questões colocadas pelo autor são importantes para contribuir para realização de planos mais realistas e objetivos e diminuir o descrédito relativo ao assunto. Mas o problema não está no plano em si e, sim, na falta de ações.

A partir de 1990, as cidades passaram a reformular os planos introduzindo a reforma urbana e os princípios relacionados à justiça social urbana. Foi criado o Fundo Municipal de Urbanização, a regularização fundiária e urbanização das favelas e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), porém o IPTU progressivo no tempo continuou na dependência de lei federal, conforme artigo 182 da Constituição Federal.

A década de 90 foi marcada pelo fim de um período na história do planejamento urbano brasileiro e determinado pelo início do processo de politização, fruto do avanço da consciência e organização populares (VILLAÇA, 1998).

Esta nova consciência levaria a um paradigma mais atual sobre os planos diretores, que têm sido reconhecidos como espaço de luta no qual se defrontam interesses divergentes ou mesmo antagônicos. Muitos autores têm escrito sobre essa visão dos planos diretores. Para Ribeiro e Cardoso (1990, p. 24):

[...] devemos entender o plano diretor como gestão política da cidade, o que pressupõe a [...] construção de um pacto territorial em torno dos critérios e garantias urbanos que assegurem, por um lado, a redução das desigualdades sociais através da democratização do acesso ao uso da cidade, permitindo, assim, a conquista real da cidadania e, por outro [lado], a defesa dos padrões

mínimos de qualidade de vida pelo estabelecimento de normas de habitabilidade e de preservação do meio ambiente.

Segundo Gondim (1995), para concretização deste pacto é preciso um acordo sobre direitos básicos que permitam aos pobres trabalhar e habitar, em condições dignas, nas cidades. Para tanto, os outros agentes, como o Estado, proprietários, empresários imobiliários, classe média, etc., terão de aceitar viver na “cidade real”, excluindo soluções violentas, autoritárias e unilaterais para as favelas, os sem-teto, os camelôs e outros grupos que incomodam os usuários “legais” do espaço urbano.

A dificuldade em estabelecer o pacto está em fazer com que todos queiram negociar porque na realidade as “elites” dificilmente irão querer perder a lucratividade e os espaços de poder. Portanto pactos sociais urbanos não são viáveis em todas as cidades, nem em qualquer contexto político e econômico.

Nota-se, nesta discussão, que as propostas contidas nos planos diretores precisam de mudanças e melhorias focadas nas necessidades de cada município e na reforma urbana, em prol de um desenvolvimento urbano através das ações dos gestores, seja através de pactos sociais ou de outro modo. O objetivo final é garantir a funcionalidade urbana e sua eficiência.

Infelizmente os planos estão em crise há várias décadas, principalmente pelo descrédito dos governantes em relação a sua exequibilidade e importância nas gestões (VILLAÇA, 1995). Enfim, os planos diretores dependem de credibilidade, conteúdo e da participação da sociedade como um todo para que o Brasil possa estabelecer um planejamento adequado.

Políticas públicas internacionais e nacionais para o Meio Ambiente

As políticas internacionais para meio ambiente estão embasadas no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que é a principal autoridade global em meio ambiente. A agência do Sistema das Nações Unidas (ONU) é a responsável pela promoção e conservação do meio ambiente e dos recursos de uma forma eficiente no contexto do desenvolvimento sustentável. Segundo o PNUMA, a economia verde significa busca de melhoria do bem-estar humano e da equidade social, ao mesmo tempo que reduz de forma significativa os riscos ambientais e a escassez ecológica.

Segundo Organização Mundial da Saúde (OMS), a degradação imposta ao planeta mata 12,6 milhões de pessoas todos os anos. Fatores de risco ambientais — como a poluição

do ar, da água e do solo, a exposição a produtos químicos, a mudança climática e a radiação ultravioleta — “contribuem para mais de 100 doenças ou traumatismos”, afirma a OMS no estudo.

As políticas nacionais para o meio ambiente estão embasadas no que determina o o Estatuto da Cidade, Ministério da Saúde e Código Federal.

O Estatuto da Cidade, aprovado pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, reúne normas relativas à ação do poder público na regulamentação do uso da propriedade urbana. No Estatuto a preocupação ambiental está presente desde a diretriz fundamental da lei federal de desenvolvimento urbano, expressada no parágrafo único do Artigo 1º (ANEXO A).

A Vigilância Saúde Ambiental (VSA) é um setor do Ministério da Saúde que é responsável pelas vigilâncias e detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde.

Outra lei relativa à proteção do meio ambiente é a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que Institui o Código Florestal. Segundo o Art. 1º, capítulo I, as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do país, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

5.1.2 Políticas públicas urbanas de Vitória da Conquista

Nesta etapa serão investigadas as políticas públicas urbanas, desde o seu primeiro plano diretor, em 1976, o segundo em 2006, o Código de Ordenamento do Uso do Solo, de Obras e Edificações e os planos municipais do Meio Ambiente quanto aos seus instrumentos relacionados à sustentabilidade urbana e qualidade de vida urbana.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 1976- Lei 118/76

Antes do Plano Diretor de 1976, não existia um padrão a ser seguido pelo proprietário-loteador e, como nesta época não havia diretrizes urbanísticas, a cidade evoluiu, cresceu ao

bem querer de cada proprietário e do interesse econômico do mercado imobiliário, financeiro, vontades próprias, etc.

Os propósitos dos loteadores definiam a configuração territorial de Vitória da Conquista. As suas vontades vão definindo os “bairros ricos” e os “bairros pobres” da cidade, na medida em que determinam os valores e tamanhos dos lotes, dependendo da sua localização, isto é, proximidade com loteamentos já estabelecidos (FERRAZ, 2001).

Até o ano 2000, a cidade de Vitória da Conquista apresentou um grande crescimento populacional urbano e mudanças na economia, na política e na sociedade. Esse crescimento, causado pela migração da população atraída pela cultura do café, causou uma expansão territorial. Essa expansão levou à necessidade de criar um Plano Diretor que orientasse seu desenvolvimento urbano. Outra razão para criação do plano foi a cobrança deste documento como pré-requisito para liberação de financiamentos pelos órgãos federais.

Na década de 70, a Prefeitura de Vitória da Conquista fez um convênio com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) para elaborar o primeiro Plano Diretor Urbano, sancionado pela Câmara Municipal através da Lei nº 118/76, em 22 de dezembro de 1976, pelo prefeito Jadiel Vieira Matos. Participaram da elaboração deste plano professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a Secretaria da Indústria e Comércio e a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). Não houve participação da sociedade.

Inicialmente criou-se um programa de diagnóstico e estratégia voltado para a Micro-Região. Também foi feito um projeto de implantação do Distrito Industrial dos Imborés pela Secretaria da Indústria e Comércio.

Com o surgimento do primeiro Plano Diretor, em 1976, deu-se início às primeiras tentativas em busca de uma direção ao desenvolvimento urbano da cidade, porém de uma forma muito precária.

Neste período, os planos eram feitos quase sem mapas (1971-1992), muito simplório, praticamente sem diagnóstico, tornando-se mais um conjunto de generalidades, sem profundidade. Os planos deste período apresentavam diretrizes, objetivos, políticas, as mais louváveis e bem intencionados possíveis (VILLAÇA, 1991).

Um dos trechos do Anexo1 do Plano Diretor - Lei nº 118/76 - faz referência ao objetivo do mesmo: “É instrumento primeiro para orientar a política de desenvolvimento urbano e indica as medidas setoriais a serem tomadas para sua implementação”. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1976, p. 54-55). O papel do Plano Diretor de Vitória da Conquista era

para acompanhamento e controle do planejamento urbano relativo ao ordenamento do crescimento da cidade.

O plano foi feito em três etapas: o estudo, as hipóteses e as sugestões. O estudo elaborado foi superficial, focou na investigação e análise das questões físico-estruturais da cidade como os aspectos relativos aos vetores de expansão, o sistema viário, rodoviário e de transporte, a infraestrutura, os equipamentos e as características físicas das edificações. Depois foram elaboradas as hipóteses e as sugestões que entrariam nas diretrizes do Plano Diretor final. Nota-se que o plano estava mais focado na cidade em si do que com os seus habitantes.

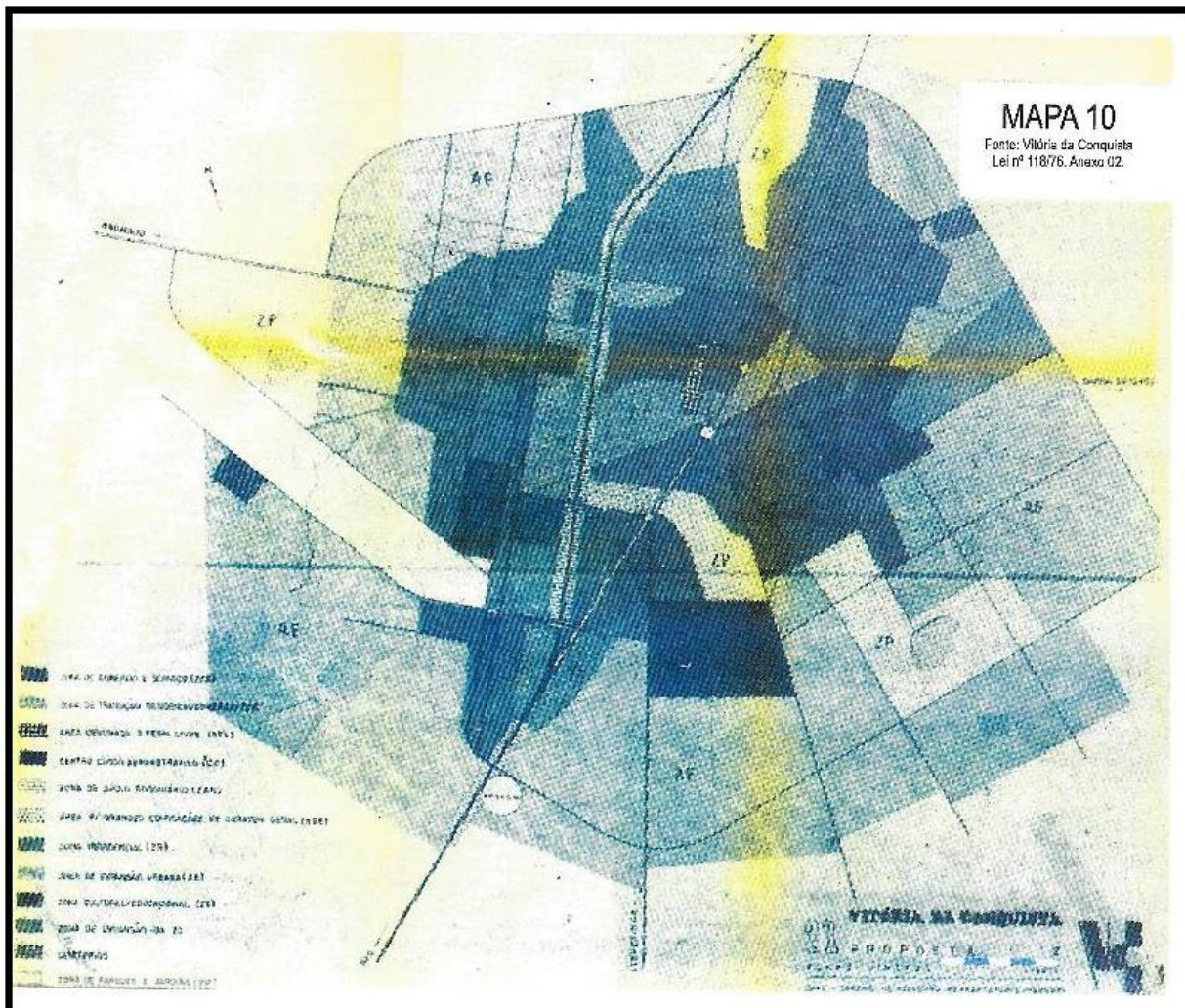
No relatório elaborado pela equipe da UFBA, consta que:

O trabalho restringe-se aos problemas urbanos, embora nas considerações feitas tenham levado em conta aspectos dados que extrapolam os limites da cidade; e compreende somente os problemas do Planejamento Físico, visto que dois outros trabalhos feitos anteriormente, um sobre os aspectos socioeconômicos e outro sobre localização industrial [...], são suficientes para completar o quadro de problemas analisados e desencorajar a realização de novos estudos semelhantes (UFBA, 1976, Anexo 01, p. 5-6).

A densidade demográfica foi trabalhada no PDU-1976 de forma superficial no art. 55, Cap. I (ANEXO B), relacionado apenas com as dimensões do leito carroçável e o passeio. No art. 81, Cap. I (ANEXO B), contém somente uma orientação geral para loteamentos, ficando a Prefeitura responsável por estabelecer a densidade demográfica máxima da população do setor urbano.

No Mapa 3, pode-se ver a localização das zonas e áreas planejadas para ocupação ordenada do território.

Mapa 3 - Zoneamento urbano de Vitória da Conquista



Fonte: Lei nº 118/76, Anexo 02 do PDU 1976. S/ESCALA (UFBA, 1976).

Pode-se observar, no mapa, que o setor leste, reservado para ZP (parques e jardins) e ZC (zona cultural e educacional), foi construído apenas o centro cívico e os parques de lazer foram implantados em outra região de caráter mais geral.

No Livro I do plano, consta a tabela de zoneamento (Quadro 7) com a descrição da divisão da cidade por zonas de uso e as áreas destinadas a fins especiais. Essas zonas e áreas definiram até certo ponto o vetor de crescimento da cidade. O plano possuía apenas um mapa com zoneamento e uma tabela de zoneamento.

Quadro 7 - Zoneamento Urbano estabelecido pelo PDU 1976 de Vitória da Conquista

TABELA - I		Legenda												* índice			
ZONAMENTO URBANO		compatibilidade do uso												liberado			
USOS PREDOMINANTES - EXIGÊNCIAS		taza de ocupação															
ZONAS E ÁREAS	USO PREDOMINANTE	TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES															
		1-residencial			2-comércio e serviços			4-recreação		5-institucional							
		unifamiliar	condomínio vertical	condomínio horizontal	lojas galerias	escritórios	comércio e varejo	armazens e depósitos	postos e oficinas	prestação de serviços artesanato etc	dep. de inflamáveis e explosivos	hospitais/clínicas	publico oficial	particular	de governo	cultural e educacional	saúde e assistencial
comércio/serviço (zcs)	misto -	t	a		a	a	a	t		a		a	a				
transição (zt)	misto	80%	80%		*	*	*	*	*	*		*	*				
apoio rodoviário (zar)	misto	a	a	t	a	a	a	a	t	a		t	a	a			t
residencial (zr)	residencial	70%	70%		*	*	*	*	*	*		*	*				
cultural / educacional (zc)	educacional	t	t		t	t	a	a	a		t	a	t		t	t	
expansão da zc (zcc)	educacional	60%	60%	60%	70%	70%	70%			70%	70%	*	70%		60%	70%	
parques e jardins (zp)	parques	t	t									a	a		a	t	
área p/ o centro cívico administrativo	institucional											*	*		60%		60%
área p/ grandes edificações de caráter geral	misto	t	t	t							a	a	a		t	a	
área de expansão urbana	misto	60%	60%	60%				t	t	a	a	t	a	a	t	t	
		60%	60%	60%				70%	70%	70%	70%	50%	70%	*	*	60%	70%

Fonte: Lei n° 118/76, PDU-1976, p. 9, PMVC. (UFBA, 1976).

Dos itens do plano que poderiam estar relacionados com atendimento a algumas necessidades básicas da população e melhorar a sustentabilidade urbana e a qualidade de vida está no o art. 2° (ANEXO B), do Plano Diretor de 1976, quando estabelece algumas diretrizes sobre as condições de habitação.

O Livro I do plano continha as definições relativas às disposições gerais acerca da divisão de terras e do processo necessário a essa divisão; do projeto e das obras; da fiscalização dos loteamentos e do alvará de conclusão de obras de infraestrutura. O art. 70 (ANEXO B) do plano, nos §§ 1° e 2°, contém os requisitos para aprovação de loteamentos por classe e a categoria econômica do setor, as quais influirão sobre as dimensões dos lotes.

Alguns princípios do zoneamento determinavam uma relação entre a classe e a categoria econômica e as dimensões dos lotes residenciais. Lotes menores para os loteamentos populares e lotes maiores para os demais. Isto delimitava as áreas de acordo com o padrão socioeconômico dos interessados. Notava-se que as exigências, por parte do poder público, com a implantação e o padrão de qualidade da infraestrutura dos loteamentos eram maiores ou menores de acordo com a renda da população, contraditório à Lei Federal nº 6.766/79, promulgada três anos depois do plano.

Esta Lei nº 6.766/79 dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, conferindo ao loteador a obrigação de realizar as obras exigidas pela legislação municipal que inclui, no mínimo, a execução de vias, de circulação nos loteamentos, a demarcação dos lotes e das quadras e também a realização das obras de escoamento das águas pluviais, segundo Mukai, Alves e Lomar (1980). Entretanto, muitos loteamentos e edificações foram consumados sem a observância dos requisitos legais. Assim, loteamentos foram aprovados sem que fossem realizadas as obras estruturais básicas, prejudicando as condições de moradia de seus habitantes.

No Livro I do PDU-76, art. 81, incisos VII e VIII (ANEXO B), contém as responsabilidades do empreendedor obras no terreno do loteamento para que este se torne adequado à edificação como saneamento, proteção contra inundação, erosão, desmoronamento de terra, etc. além de pavimentação e meios-fios das ruas de acordo com as características do bairro.

Em relação às áreas verdes no Livro I, arts. 60 e 61 (ANEXO B), Capítulo I, cita a importância da criação das áreas verdes e a sua função para assegurar à cidade conforto climático, condições de salubridade e proteção paisagística. Inclusive promete recuperar áreas degradadas na sua flora. Para isto foi criado um sistema de áreas verdes, segundo o zoneamento estabelecido no plano. O destino das áreas verdes foi definido no art. 61 da seguinte forma: educação e esportes; fins sociais; recreio; proteção de pessoas, edifícios e encostas de vale, respectivamente quanto à insolação, barulho e erosão.

No art. 81, inciso VI (ANEXO B), fica estabelecido um percentual de 5% (cinco por cento) da área total loteada cedida gratuitamente à Prefeitura, destinada ao lazer sob a forma de praças, jardins, parques, etc., com declividade máxima de até 10% (dez por cento).

Sobre o saneamento, referente à rede geral de esgoto, não era permitida ligação do esgoto sanitário das edificações diretamente à rede pública de águas pluviais, conforme Livro

I, art. 81, Item VII (ANEXO B) estabelece a obrigação dos loteamentos na realização das obras de saneamento para tornar o terreno adequado à edificação.

No art. 138 (ANEXO B), Item V, é citado que o condomínio horizontal deve ter coleta de lixo. Além desta, não constam outras exigências neste plano sobre o assunto.

Em relação à habitação o assunto foi tratado no art. 2º, Capítulo I, Livro I (ANEXO B) em disposições gerais cita que a lei disciplina o uso da terra e estabelece normas para as construções visando assegurar condições adequadas de habitação.

Quanto a credibilidade do plano de 1976, pode-se dizer que ele recebeu muitas críticas e também foi pouco valorizado por vários prefeitos. Uma das citações de um dos prefeitos demonstra uma falta de estímulo em seguir o plano e uma dificuldade de lidar com os outros interesses que havia em paralelo ao mesmo.

José Pedral Sampaio, que foi prefeito da cidade entre 1977 a 1982, cita em 1998:

Bem, o plano diretor [...] foi no governo de Jadiel. Foi uma ideia muito importante que ele teve, na época, e até mesmo essa participação da escola de Arquitetura. [...] mas, a gente tem sempre uma dificuldade muito grande [para executar as determinações do plano], que é a propriedade particular [...] (O URBANO ..., 1998, p. 57).

Portanto, o plano elaborado foi muito limitado e não teve o alcance desejado, resumiu-se a um zoneamento da cidade. Algumas obras municipais, como a Biblioteca, o Ginásio de Esportes e alguns loteamentos, foram feitas sem levar em consideração este zoneamento. Algumas obras previstas relacionadas com setor viário também não foram feitas, prejudicando o desenvolvimento da cidade.

Mesmo acreditando que a criação do plano fosse um avanço por ter sido instituído doze anos antes da Constituição de 1988, quando passou a exigir que toda cidade, com mais de 20.000, tivesse obrigatoriamente um plano diretor, a não execução das diretrizes do mesmo o tornou quase sem sentido.

O plano diretor de 1976 não apresentou em seu conteúdo referências diretas relativas às questões de sustentabilidade urbana e em prol de uma melhor qualidade de vida urbana.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - Lei N° 1.385/2006

O segundo plano foi criado depois da promulgação do Estatuto da Cidade, resultado de vários movimentos pela reforma urbana que foram iniciados em 1963, quando foi realizado o

Seminário de Habitação e Reforma Urbana em Petrópolis. A inclusão de uma Emenda Popular na Constituição de 1988 nos artigos 182 e 183 marcou o início da nova fase do urbano no Brasil. Na prática, porém, muito do conteúdo desta Emenda não foi utilizado.

O Estatuto da Cidade, como instrumento legal, veio para ratificar a função social da propriedade e a participação da sociedade apoiando o direito à cidade “de todos pra todos”. A ideia era de que os planos diretores se tornassem parte de um planejamento prévio das ações do Estado de forma integrada e participativa.

Em 2005, o Ministério das Cidades incentivou a elaboração e revisão dos Planos Diretores, estabelecendo um prazo determinado de até 2006. Em um segundo momento, estabeleceu-se um prazo para implantação dos instrumentos de planejamento urbano.

Dentro deste contexto, em 2007, foi aprovado o novo Plano Diretor do Município de Vitória da Conquista, substituindo o primeiro plano, sob a Lei nº 1.385/2006, e a Lei Complementar nº 2.043/2007, aprovada pela Câmara Municipal na administração do prefeito José Raimundo. Este plano daria início a uma nova fase, pelo menos no que diz respeito às normas e diretrizes, pois desta vez ele abordava propostas mais completas, abrangendo a cidade e seus habitantes.

O Plano de Diretor de 2006, criado mais de uma década depois do Relatório Brundland e do evento Rio-92, que considerava a questão da qualidade de vida urbana e que, oficialmente, levava em consideração o desenvolvimento de uma cidade, privilegiando o atendimento das necessidades básicas de todos e oferecendo oportunidades de melhores condições de vida para a população.

O Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista é o instrumento básico de política urbana e possui princípios, diretrizes e instâncias para planejar, acompanhar e realizar o controle social do Planejamento Urbano da cidade.

Ele contém itens relacionados com a sustentabilidade urbana e a melhoria de qualidade de vida urbana. As propostas relacionadas, direta ou indiretamente com a sustentabilidade urbana e qualidade de vida, estão citadas nos princípios que constam no Capítulo II (ANEXO C), art. 4º dentre eles a inclusão social, como estímulo ao desenvolvimento socioeconômico, o direito à cidade e por fim a prioridade ao transporte urbano.

No capítulo III (ANEXO C), art. 5º, itens II, III e IV estão os objetivos também relacionados com os temas em estudo desta pesquisa. No Item II, em relação à função social, engloba orientar a política urbana para o atendimento das funções sociais da Cidade. No Item III cita a necessidade da adequação aos instrumentos de política econômica, tributária e

financeira com os objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos públicos e privados geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais. O Item IV é sobre o combate as distorções e abusos do mercado imobiliário urbano e o uso especulativo da terra como reserva de valor de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

Sobre a densidade demográfica o Capítulo V, art. 18 (ANEXO C) aponta que o planejamento da organização territorial deve ser compatível com a densidade e a estrutura urbana ofertada.

A densidade demográfica foi detalhada segundo os diferentes índices de Adensamento e Consolidação da Ocupação no PDU-2006 (Quadro 8), de acordo com a definição das áreas no macrozoneamento utilizando subdivisões por bairros.

O Quadro 8 demonstra os dados de Densidade Demográfica Bruta Média e a Líquida Máxima Desejável e os Coeficientes de Aproveitamento para cada Macrozona. Nota-se que, no PDU-2006, a densidade demográfica projetada varia entre 50 e 250 hab./ha, estando média das densidades em 103 hab./ha.

Quadro 8 - Quadro do Adensamento e Consolidação da Ocupação nos Limites Desejáveis – PDU-2006

Macrozonas	Bairro/Local	Densidade demográfica (hab/ha)		Coeficiente Aproveitamento	
		Bruta Média	Líquida Máxima	Básico	Máximo
Ocupação consolidada	Centro e parte do Recreio e Candeias, Jurema	150	300	1,0	3,0
	Recreio e Candeias I	250	400	1,0	3,0
	Brasil, Patagônia I	150	300	1,0	2,5
Adensamento Controlado	Guarani, Cruzeiro, Alto Maron, o loteamento Nova Cidade e a parte interior ao Anel Rodoviário do Bairro Primavera.	100	250	1,0	1,5
Adensamento Condicionado	Nossa Senhora Aparecida, Ibirapuera, Zabelê, os loteamentos Miro Cairo, Henriqueta Prates e Recanto das Águas.	90	200	1,0	1,5
Expansão Urbana Condicionada	Bateias	50	150	0,7	1,0
	Patagônia II, Jatobá e parte contígua dos Campinhos.	90	200	1,0	1,5
Expansão Urbana Preferencial I	Felícia I, Boa Vista I e Candeias II	90	200	1,0	2,0
Expansão Urbana Preferencial II	Felícia II, Boa Vista II, Candeias III, Urbis VI e o loteamento Renato Magalhães	50	150	0,5	1,0
Expansão Urbana Rarefeita	Vazios urbanos passíveis de ocupação, com restrições ambientais, exteriores ao Anel Rodoviário, à exceção dos Núcleos Contíguos à Área Urbana Ocupada.	15		0,2	

Fonte: Adaptado do PDU-2006 por Veiga (2010).

Os critérios de Adensamento e Consolidação do PDU-2006 (Mapa 4), segundo o art. 22 (ANEXO C), Capítulo V referem-se às áreas de Ocupação Consolidada, Adensamento Controlado, Adensamento Condicionado, Expansão Urbana, Expansão urbana Preferencial I e II e de Expansão urbana Rarefeita. Foram selecionadas de forma diferente e de acordo com

existência ou não de infraestrutura básica e equipamentos urbanos, de acesso ao sistema viário regional, da inserção em áreas de valor ambiental, do meio físico, das condições ambientais decorrentes de proximidade de Unidades de Conservação, dos problemas de macrodrenagem, das áreas contíguas a mancha ocupada com presença de vazios e das áreas de ocupação rarefeita.

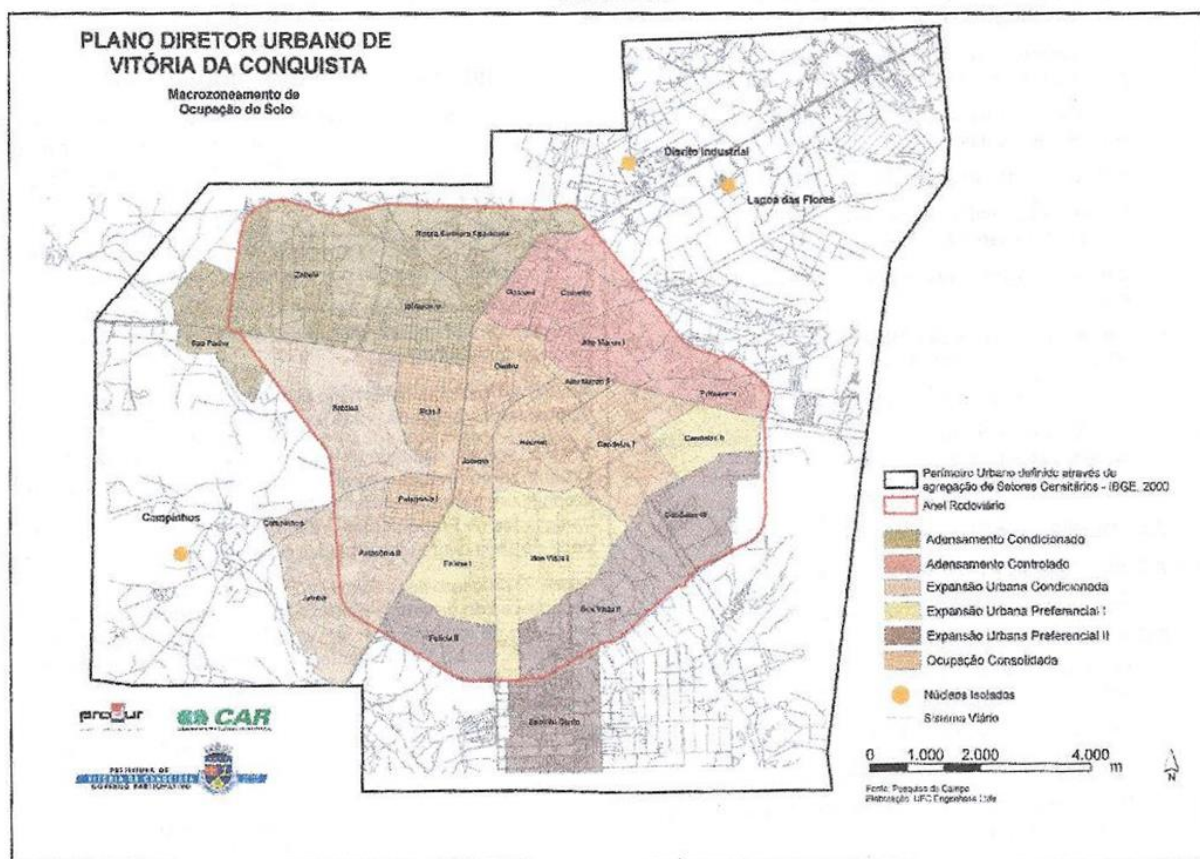
Em todos os critérios de adensamento estabelecidos pelo PDU-2006 não foi destacada a existência ou não de infraestrutura, as restrições ambientais e a continuidade no espaço urbano. Não foi mencionado o impacto na capacidade de suporte das infraestruturas existentes e a relação da densidade demográfica atual com a projetada (VEIGA, 2010).

As Áreas de Valor Ambiental e Cultural estão descritas no Cap. V, seção IV, art. 34 (ANEXO C) indica a constituição das áreas de valor ambiental. Na Subseção I, o Subsistema de Áreas de Valor Ambiental é composto por Áreas de Valor Ambiental Municipal e Áreas de Valor Ambiental Urbano (Mapa 5).

Na Seção II, trata-se da disposição dos resíduos sólidos e, no art. 81, Capítulo VII (ANEXO C) definem-se as diretrizes para os planos de ações na sede e nos distritos estabelecidas para os planos de ações referentes à disposição de resíduos sólidos. No art. 5º, inciso II (ANEXO C), refere-se quanto à orientação da política urbana para o atendimento das funções sociais da cidade, promovendo soluções para o problema da destinação final de resíduos sólidos. No art. 44 (ANEXO C), fica estabelecido no plano de urbanização das ZEIS que deverá haver a coleta regular de resíduos sólidos. As diretrizes para os planos de ações tratadas no PDU-2006, referentes à disposição de resíduos sólidos, perpassam pela atualização e acompanhamento do Plano de Gestão de Limpeza Urbana; execução de projeto do aterro sanitário; execução de um plano de monitoramento do aterro sanitário e seus impactos; e, por fim, destinação e monitoramento de resíduos provenientes da construção civil.

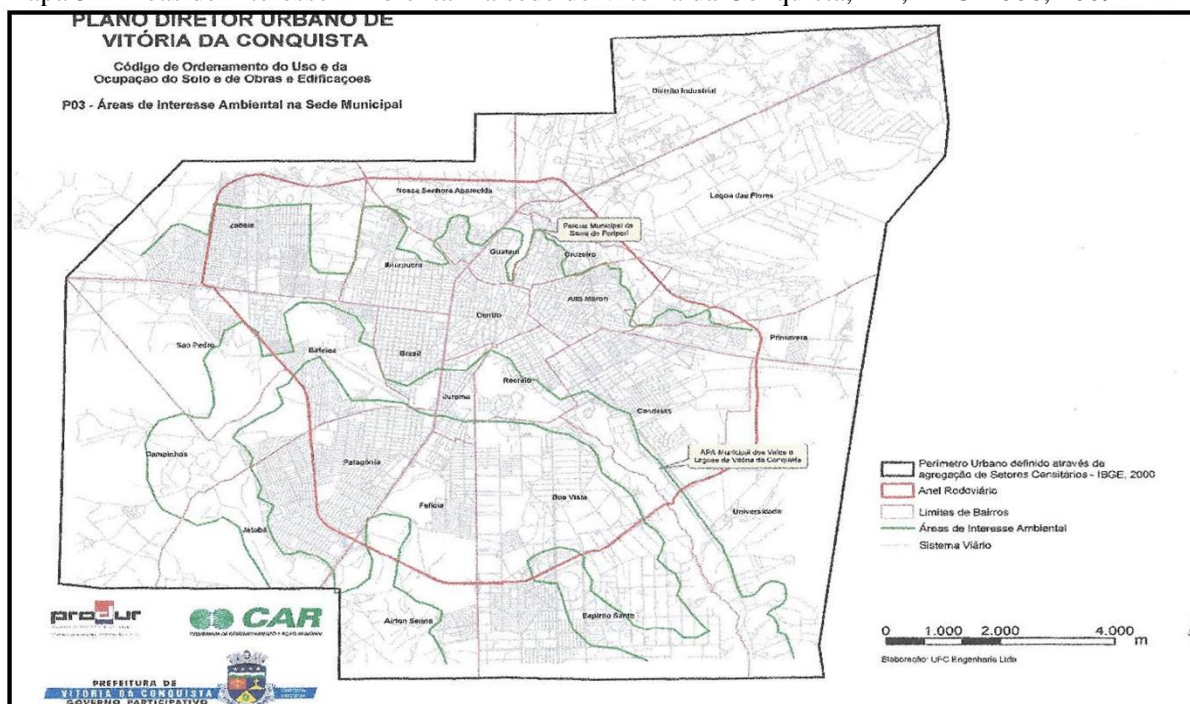
No Capítulo III, art. 5º, nos objetivos do Plano Diretor cita sobre a extensão dos serviços básicos de saneamento. Sobre a água, no art. 82, Capítulo VII (ANEXO C), fica estabelecido as diretrizes para os planos de ações referentes ao abastecimento de água. Exige que a concessionária do serviço de abastecimento de água elabore e entregue, para sua avaliação, estudos para a ampliação das redes de distribuição para as áreas de expansão da cidade e implantação de linhas em paralelo às existentes; cobertura das redes de distribuição e regularidade na frequência do abastecimento a todas as áreas da cidade.

Mapa 4 - Planta 01 com Macrozoneamento de Ocupação do Solo de Vitória da Conquista – BA



Fonte: PDU-2006 de Vitória da Conquista, Lei nº 1.385/2006.

Mapa 5 - Áreas de Interesse Ambiental na sede de Vitória da Conquista, BA, PDU-2006, 2009



Fonte: PDU-2006, PMVC, elaborado por UFC Engenharia Ltda.

No art. 83 (ANEXO C), na Seção IV de acordo com as diretrizes e os planos de ações referentes ao esgotamento sanitário menciona a implantação do projeto de esgotamento sanitário, abrangendo toda a área urbana e a ampliação do sistema de tratamento de esgotos.

A Lei do Saneamento (Lei nº 11.445/07), Lei Federal, sancionada em 23 de fevereiro de 2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Na política federal de saneamento básico, o município é o responsável pela organização, fiscalização e prestação dos serviços, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão. A Prefeitura é a responsável pelo cumprimento da lei. Portanto, aqueles que não cumprirem serão penalizados. O saneamento ambiental é um direito do cidadão.

Em relação à política habitacional os artigos 85, 86, 87 do Capítulo VII (ANEXO C) dispõe sobre o direito a cidade, a moradia, a infraestrutura, saúde, educação e lazer. Sobre estes temas e a preservação ambiental também se refere no Programa Municipal de Habitação Popular, Lei nº 1.186/2003, no art. 5º, Capítulo I (ANEXO C).

Nos projetos estratégicos, art. 84, Capítulo VII (ANEXO C) ficam estabelecidos projetos estratégicos como a construção do novo aeroporto, do Centro de Convenções e Feiras, do Centro de logística, da Cidade universitária, do Eixo Industrial, Comercial e de Serviços Sul além da transformação da BR-116 em avenida urbana e criação de Áreas de Proteção Ambiental/APA.

O Código de Ordenamento do Uso do Solo e de Obras e Edificações – Lei N.º 1.481/2007

Outro instrumento normativo é o Código de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo e de Obras do município de Vitória da Conquista, que foi aprovado e sancionado sob a Lei nº 1.481/2007, um ano depois do Plano Diretor Urbano de 2006.

Segundo o art. 1º, do Capítulo I (ANEXO D), fica instituído que: “O Código de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo e de Obras do município de Vitória da Conquista estabelece as normas para o licenciamento de parcelamento, urbanização, edificação e de atividades” e cita sobre a garantia da promoção da qualidade de vida da população e da preservação do meio ambiente.

O Capítulo I (ANEXO D) trata de assuntos relativos à natureza e vinculações legais, objetivos e conceitos do código relativo à habitação, às edificações, à inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais.

O Código de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo e de Obras e Edificações também estabelecem parâmetros gerais para as habitações de Interesse Social (ZEIS), que estão submetidos à aprovação pelo Conselho Municipal de Habitação Popular.

Em relação às áreas verdes dos loteamentos e preservação ambiental, Cap. IV, art. 11 (ANEXO D), os projetos de loteamentos deverão ter reservadas áreas institucionais, verdes e de lazer. Sobre a preservação ambiental, Seção IV, Capítulo V, art. 36 (ANEXO D), os empreendimentos que impliquem desmatamentos deverão observar as disposições previstas no Código Ambiental.

No art. 15, Capítulo IV, Item II (ANEXO D), está determinado que, em caso de loteamentos, é obrigatório implantar o sistema de rede de abastecimento de água potável.

Os Planos Municipais para o Meio Ambiente

O meio ambiente é um dos elementos importantes e promotores de qualidade de vida urbana. No Plano Diretor de 2006 havia algumas propostas relativas ao meio ambiente, porém, mesmo antes da criação do plano, a cidade já possuía uma secretaria do meio ambiente denominada Secretaria Municipal do meio Ambiente (SEMMA), que foi criada através da Lei nº 691, de 23 de dezembro de 2002, que só veio a funcionar em 2005, conforme informações da prefeitura.

A SEMMA, no seu âmbito de atuação, propõe os seguintes projetos:

- a) Programa de conservação e recuperação de áreas de relevância ambiental;
- b) Programa de fomento á educação ambiental;
- c) Programa de gerenciamento do Sistema Municipal do Meio Ambiente (SIMMA);
- d) Programa de promoção da qualidade de vida e gestão de serviços.

No ano de 2002 foi criado o Código Municipal do Meio Ambiente dirigido à preservação e conservação ambiental do município segundo as normas gerais, princípios e diretrizes, Capítulo I (ANEXO E) em vários artigos.

Constituem-se Áreas de Valor Ambiental Municipal as Unidades de Conservação e as Áreas de Preservação Permanente instituídas pelo Código Municipal do Meio Ambiente. Constituem-se Áreas de Valor Ambiental Urbano: espaços abertos urbanizados da cidade e núcleos urbanos e espaços verdes da cidade.

O Código Municipal do Meio Ambiente do Município possui competência legislativa prevista na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, em relação ao meio

ambiente, à gestão ambiental, a criação de espaços protegidos, o licenciamento e à imposição de penalidades a infrações ambientais de interesse local, observadas as competências da União e do Estado.

No art. 1º, Capítulo I, a Lei (ANEXO E) complementar estabelece as bases normativas para a Política Municipal do Meio Ambiente, cria o Sistema Municipal do Meio Ambiente (SIMMA) para a administração da qualidade ambiental, a proteção, o controle, o desenvolvimento e o uso adequado dos recursos naturais do município de Vitória da Conquista. No art. 2º, a Política Municipal do Meio Ambiente tem como objetivos gerais manter ecologicamente equilibrado o meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal o dever de protegê-lo, defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as gerações presentes e futuras.

No Código Municipal do Meio Ambiente do município de Vitória da Conquista, Lei nº 1.410/2007, consta, no art. 4º, Capítulo I (ANEXO E) princípios relativos à sustentabilidade como: exploração e utilização racionais dos recursos naturais, de modo a não comprometer o equilíbrio ecológico; desenvolvimento local fundamentado na sustentabilidade ambiental, social e econômica; ação municipal na manutenção da qualidade ambiental, tendo em vista o uso coletivo, promovendo a proteção, o controle, a recuperação e a melhoria do meio ambiente; e controle da produção e da comercialização de substâncias e artefatos, do emprego de técnicas e métodos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e do meio ambiente.

No Capítulo I, nas Seções I e II, os arts. 89 e 91 (ANEXO E), se refere às áreas verdes, proteção, qualidade dos recursos ambientais, arborização, plantio de árvores visando assegurar ao município as melhores condições ambientais possíveis. Fica determinado a proteção, o uso, a conservação e a preservação das áreas verdes, situadas na jurisdição do município. O poder público fica obrigado a elaborar um plano de arborização urbana, a ser observado quando da construção de edificações de uso residencial e institucional, na proporção de pelo menos uma árvore para cada 150 m² (cento e cinquenta) metros quadrados de área ocupada.

Na Seção III, de espaços protegidos, art. 22 (ANEXO E), integram os Espaços Protegidos, para fins de proteção ambiental e cultural, as Unidades de Conservação: as Áreas de Preservação Permanente; as Áreas de Valor Ambiental Urbano; as Áreas de Proteção Histórico-Cultural. As Unidades de Conservação são: o Parque Municipal da Serra do Peri-Peri, a Reserva do Poço Escuro, uma área com 115.644 m², declarada de preservação de

espécie endêmica dedicada à *Melocactus Conoideus* para o Parque Municipal Urbano da Lagoa das Bateias e para o Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema.

No Capítulo IV, art. 168 (ANEXO E) está afirmado que as edificações somente serão licenciadas se comprovada a existência de redes de esgoto sanitário e de estação de tratamento capacitadas para o atendimento das necessidades de esgotamento sanitário a serem criadas pelas mesmas. Caso inexista o sistema de esgotamento sanitário, caberá ao incorporador prover toda a infraestrutura necessária, incluindo o tratamento dos esgotos, e à empresa concessionária, a responsabilidade pela operação e manutenção da rede e das instalações do sistema.

O Capítulo VI, na Seção II, art. 167 (ANEXO E) é em relação ao saneamento básico (esgotamento sanitário e do abastecimento de água), os lançamentos finais dos sistemas públicos e particulares de coleta de esgoto sanitário em corpos hídricos deverão ser precedidos de tratamento adequado, ou seja, de tratamento com a eficiência comprovada e que não afete os usos legítimos destes recursos hídricos.

No art. 171, Capítulo V (ANEXO E), cita como obrigatório a ligação de toda construção considerada habitável à rede pública de abastecimento de água e aos coletores públicos de esgoto onde estes existirem.

O Código Municipal de Meio Ambiente (2007) trata detalhadamente sobre a questão dos resíduos sólidos e do aterro sanitário. O dever do Poder Executivo é de promover a coleta, transporte, disposição, condicionamento, manejo, tratamento e o destino final de resíduos sólidos domiciliares, hospitalar e tóxico, assim como das possíveis reciclagens, sendo sujeito às soluções técnicas, obedecendo às normas da ABNT. Em relação ao aterro sanitário, trata das condições físicas e de alguns aspectos técnicos da instalação de tratamento em relação ao entorno, a recomposição da vegetação, para futura implantação de parques ou outros usos compatíveis, das áreas de empréstimo que devem ser recuperadas, evitando que ocorram os processos erosivos e de desestabilização dos taludes; da área do empreendimento e o responsável pela mesma, com sua obrigatoriedade quanto ao monitoramento e mitigação de todos os impactos, a curto, médio e longo prazos, mesmo após o seu encerramento; e, por fim, os cuidados com os resíduos como o chorume e o gás produzidos na operação que deve ser monitorado, tendo o cuidado de não contaminar o lençol freático nem representar risco para a população próxima. Em relação à questão da reciclagem, no art. 133 (ANEXO E), há o incentivo à reciclagem e/ou aproveitamento racional de resíduos, assim como o desenvolvimento de programas específicos, visando à redução da quantidade de resíduos no

sistema de tratamento e/ou disposição final. Em relação aos cuidados com os efluentes, o Art. 164º destaca os cuidados com as águas subterrâneas e as superficiais, que devem ser protegidas da disposição de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos de projeto de aterro sanitário.

Todos os instrumentos das políticas públicas urbanas citadas possuem parâmetros legais para que os consumidores e os agentes imobiliários possam seguir. As pressões externas dos poderes privados e públicos influenciam diretamente nas ações do poder público e, por mais que estes instrumentos sejam bem elaborados, não há sentido a sua existência sem as ações. Os problemas no espaço urbano não estão relacionados, na maioria das vezes, com o conteúdo dos seus instrumentos e sim com a dificuldade de se colocar em prática as propostas contidas nos mesmos.

5.2 EVOLUÇÃO URBANA EM VITÓRIA DA CONQUISTA: DA ORIGEM À ATUALIDADE

Para melhor compreensão das políticas públicas e suas ações e os resultados relacionados aos níveis de sustentabilidade urbana e a qualidade de vida urbana é importantes o estudo da evolução urbana da cidade de Vitória da Conquista. Nesta etapa da pesquisa, foram traçados, de uma forma objetiva, os momentos mais relevantes da história da cidade de Vitória da Conquista e da sua evolução urbana desde a sua origem.

5.2.1 Da origem ao século XX

Os primeiros povos a habitar a região onde originou o município de Vitória da Conquista foram os povos indígenas Mongoyó, Camacan, Imborés e Pataxós. As aldeias se instalaram desde as margens do rio Pardo até o rio de Contas, região conhecida como Sertão da Ressaca. No período da colonização, vieram os portugueses e mestiços interessados em explorar metais preciosos como o ouro. Em 1720, o português João Gonçalves da Costa, nascido na cidade de Chaves, procurou ouro, mas, não encontrando, resolveu desbravar o sertão. Ele ocupou a região fundando o Arraial de Conquista, em 1752, (Mapa 6), raiz do atual município de Vitória da Conquista. Dá-se o início do crescimento lento do arraial com as primeiras ruas próximas ao leito do rio Verruga.

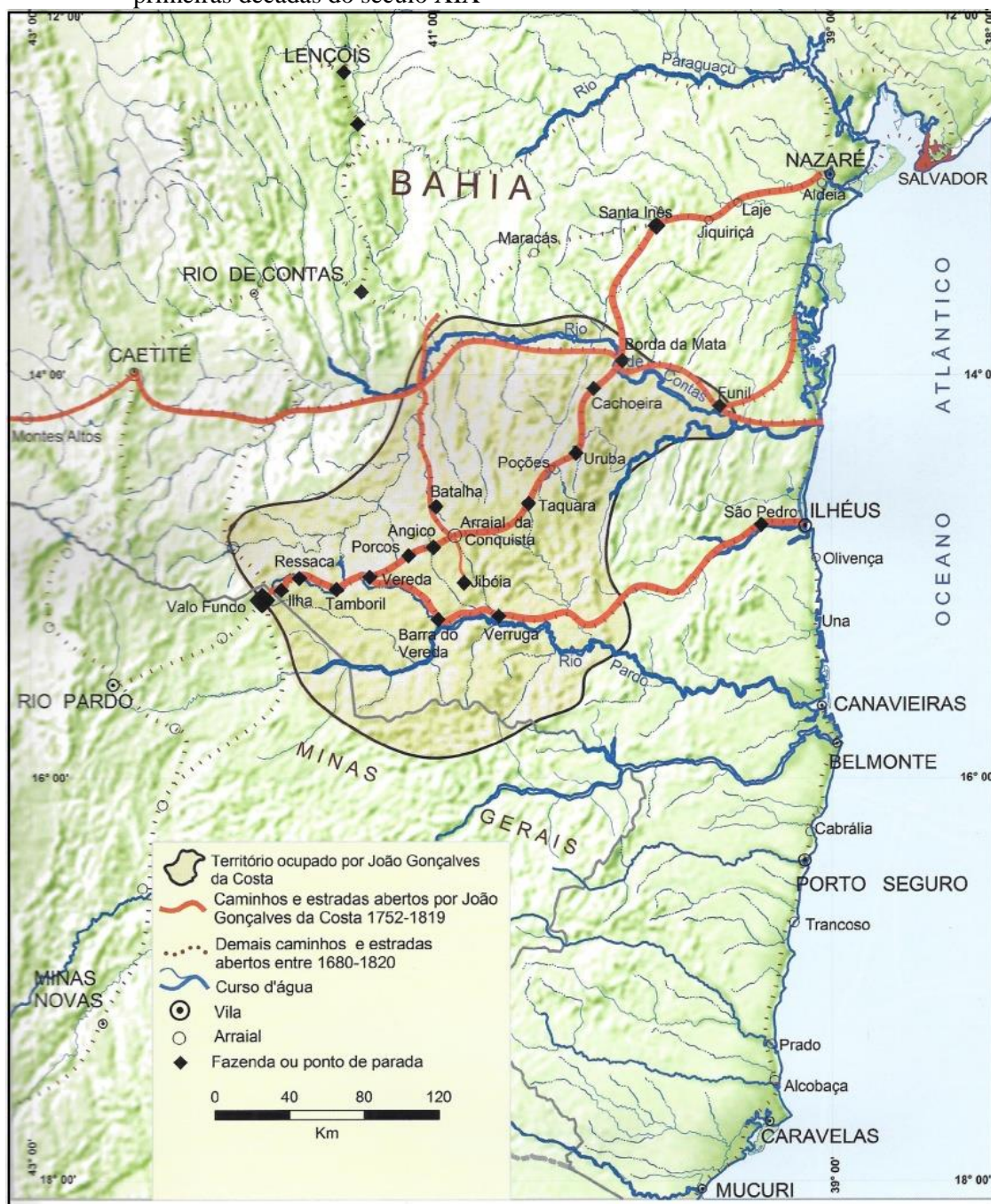
Mapa 6 - Mapa dos principais povoamentos da Comarca Santo Antônio de Jacobina – Séc. XVIII



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015, p. 12).

O mapa a seguir (Mapa 7) mostra alguns caminhos abertos por João Gonçalves da Costa, que levavam ao litoral, à capital e a algumas Vilas do Norte. O trânsito para o litoral garantiu que as mercadorias produzidas no sertão fossem comercializadas com as vilas à beira-mar. Este é um fato que foi muito importante, pois até hoje a cidade é um entroncamento que liga o sertão ao litoral.

Mapa 7 - Território ocupado por João Gonçalves na segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX



Fonte: Elaborado por Altemar Amaral Rocha com base na reconstituição cartográfica da bibliografia utilizada e da imagem Shuttle Radar Topography Mission (SRTM), Embrapa, 2005. Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015, p. 17).

Em 1780, havia na região um aglomerado humano com mais de sessenta pessoas no pé da serra Peri-Peri, local onde hoje é a cidade de Vitória da Conquista. Era um local que possuía uma mata densa com fauna e flora bastante ricas.

A ocupação do Sertão da Ressaca foi realizada à custa da derrota dos povos indígenas. A história nos relata que, no período de 1803 e 1806, o povo Mongoyó sucumbiu

na última luta com os portugueses. No final do século XVIII, o Arraial da Conquista se resumia a uma igreja (Foto 1) e algumas dezenas de casas. Em 1810, o território passa a pertencer a Vila do Príncipe e Sant'Ana do Caetité, que havia se desmembrado da Vila de Minas do Rio de Contas.

Até 1816, o Arraial se desenvolveu lentamente resultando cerca de quarenta casas e uma igreja em construção.

Foto 1 - Catedral Nossa Senhora das Vitórias, a primeira igreja



Fonte: Acervo fotográfico do IBGE.

No Livro *Viagem ao Brasil*, publicado em 1820 por Maximiliano, Príncipe de Wied Von Neuwied, que veio ao Brasil realizar pesquisas científicas sobre os índios, a fauna, e a flora, descreveu o Arraial da Conquista da seguinte maneira:

Arraial da Conquista, principal localidade do distrito, é quase tão importante como qualquer vila do litoral. Contam-se aí umas quarenta casas baixas e uma igreja em construção. Os moradores são pobres; daí a razão porque os ricos proprietários das redondezas, as famílias do 'coronel' João Gonçalves da Costa, do Capitão Mór Miranda e algumas outras empreenderam a construção da Igreja às suas expensas. Independentemente dos recursos que a cultura dos campos fornece para a subsistência dos habitantes, a venda do algodão e a passagem das 'boiadas', que vão para a Baía, lhes proporcionam outros meios de vida; as boiadas que vêm do Rio São Francisco passam também por essa localidade: algumas vezes veem se chegar, numa semana, para mais de mil bois, que se destinam à capital. [...]. (WIED VON NEUWIED, 1942).

A paisagem deste local mudou ao chegar os primeiros rebanhos bovinos aparecendo os pastos no lugar da mata original. Os gados que vinham de Minas em direção ao litoral, trazidos pelos tropeiros, mudou a paisagem do Arraial.

Dá-se o início do crescimento lento do arraial com as primeiras ruas próximas ao leito do rio Verruga.

Em 19 de maio de 1840, foi elevada a condição de Vila, chamando-se Vila Imperial de Vitória (Mapa 8), por Lei Provincial de nº 124, distrito da Vila de Caetité. Como categoria de Vila, passou a ser sede de um vasto território com área de 30.000 km², concentrando as principais atividades no comércio e na pecuária.

O processo de crescimento foi sendo construído gradativamente quando assume a condição de Vila.

Mapa 8 - Território da Imperial Villa da Victoria e os principais povoamentos da época, em 1840



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (ROCHA; FERRAZ, 2015, p. 20).

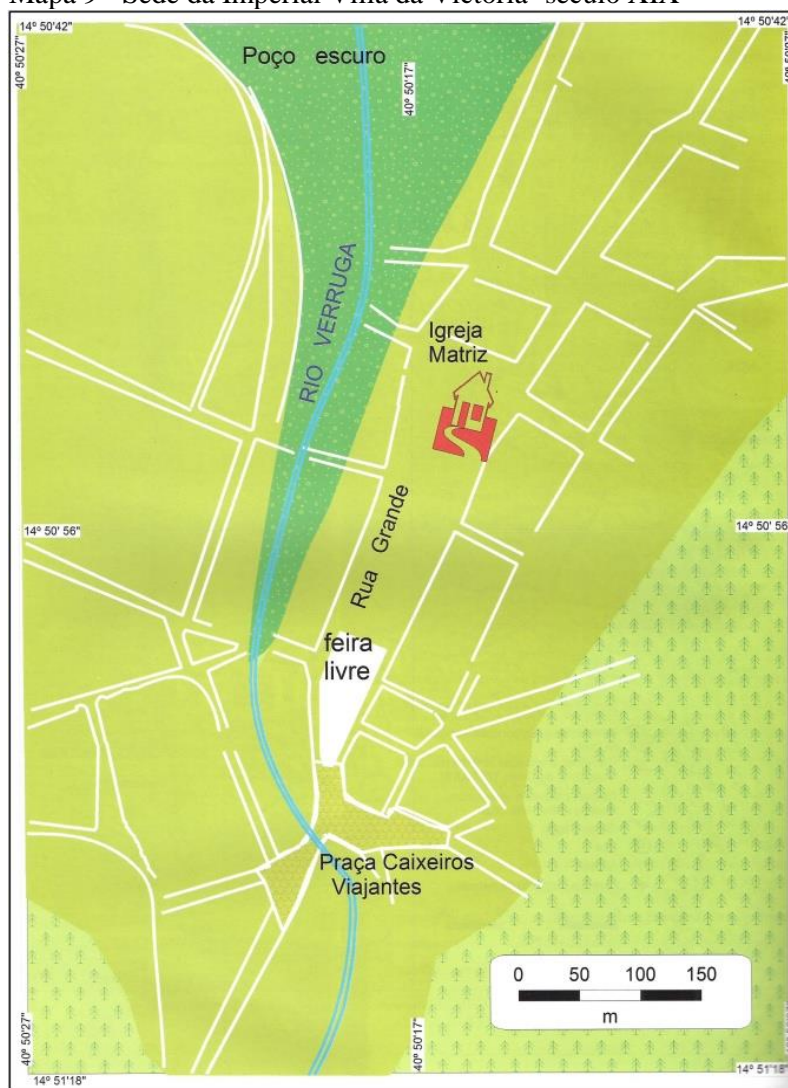
Neste período, ocorreu a primeira tentativa de fazer um traçado urbano da cidade. Esse traçado foi organizado por uma comissão que “anunciou” os lugares próprios para os becos,

ruas e travessas (Figura 15). Em 18 de julho de 1841, o Vereador Soares fez a seguinte descrição:

A Villa está edificada em terrenos acidentados ao pé da serra denominada Peri-Peri. As casas são térreas e a maior parte de telhas. A praça é quadrilonga e de ladeira; ficando no centro a Matriz [...]. O comércio é pequeno e também o mercado da feira; e conquanto figure no movimento commercial a compra e venda de café, fumo e assucar, farinha, etc, tudo isso não tem desenvolvimento pela falta de meios de exportação [...].

No mapa (Mapa 9) a seguir, está ilustrada a posição da Igreja e da Feira Livre e onde entre estes surgiria uma praça.

Mapa 9 - Sede da Imperial Villa da Victória -século XIX



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (ROCHA; FERRAZ, 2015, p. 18).

Nota: Elaborado pelos autores com base numa reconstituição cartográfica da bibliografia utiliza.

A partir daí a cidade se desenvolve em torno desta praça (Fotos 2 e 3).

Foto 2 - Praça com casas no entorno e a atual igreja ao fundo



Fonte: Acervo fotográfico do IBGE (s.d).

Foto 3 - Vista parcial da Rua Grande, início do século XX



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (s.n.).

Em 1875, a população era de 18.836 habitantes, sendo 18.635 nacionais e 201 estrangeiros, colonizadores e seus descendentes e dos negros. A Vila recebeu sertanejos e litorâneos (Tabela 1). A maior parte da população vivia na zona rural.

Tabela 1 - População da Imperial Villa da Victória, por sexo-1875

SEXO	NÚMERO DE HABITANTES
HOMENS	9.755
MULHERES	9.092
TOTAL	18.836

Fonte: Apontamentos da província da Bahia (FERREIRA 1875 apud ROCHA ; FERRAZ, 2015).

Em 1880, o território foi desmembrado e a Vila passa a contar com 13.383 habitantes. A cidade perdeu área em razão da emancipação política de vários povoados e distritos fazendo com que sua área fosse reduzida em relação a quando se formou.

Até 1962, ocorreram diversos desmembramentos no território de Vitória da Conquista, que deram origem às cidades de Poções em 1880, Encruzilhada em 1921, Itambé em 1927 e Caatiba em 1961. Outros desmembramentos foram criados, em 1962, reduzindo a área total do território.

A partir de 1887, alguns relatos demonstram que a Vila passa a ter uma importância comercial e uma relação com Salvador, a capital, com outras vilas e cidades da região central e com municípios do norte de Minas. Alguns relatos demonstram que a Vila foi uma das que mais evoluiu no Sertão baiano (MEDEIROS, 1977, p. 8): “A distante Vila de Conquista progredia assustadoramente e constituía um dos mais belos e florescentes povoados do sertão baiano”.

Em 1891, passou a ser chamada de Conquista e, em 1943, de Vitória da Conquista.

Francisco Vicente Viana e José Carlos Ferreira, em obra publicada no ano de 1893, citam alguns aspectos urbanos e comerciais de Conquista:

A cidade, edificada em terreno acidentado, é formada de casas térreas e envidraçadas na sua maioria, e de poucos sobrados, caiados a tabatinga ou cal, formando onze ruas e duas praças. Na praça maior e mais central, chamada da Matriz, acham-se a igreja parochial de n. S. da Victória, a única da cidade, e o paço do Conselho, propriedade particular. [...] N’essa mesma praça há aos sábados um feira bastante concorrida, onde a municipalidade possui um grande e bem proporcionado edifício. A cidade tem um cemitério bem collocado, com capella, e duas escolas publicas, além de seis

particulares. Seu comércio é assás importante e estende suas relações à Capital do Estado, às cidades e villas do centro e aos municípios do Rio Pardo e outros do N. de Minas [...]. (MEDEIROS, 1977, p. 8).

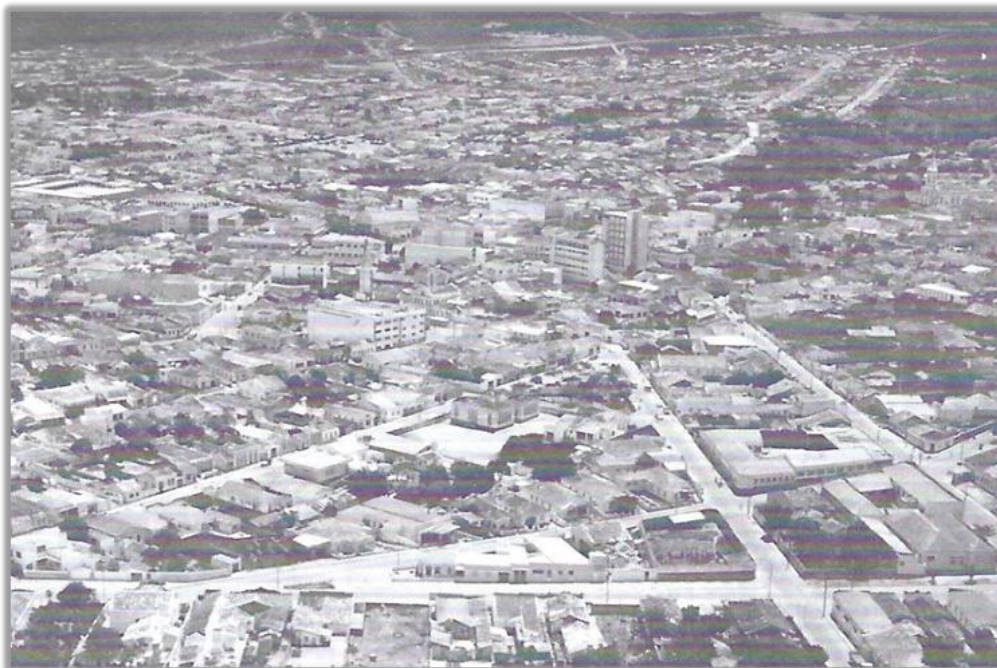
Em 1950, inicia o processo de urbanização de Conquista. Segundo o professor Everaldo Públio de Castro, em um artigo publicado no Jornal “A Conquista”, ele cita algumas características urbanas e o momento de transição de duas realidades. Transcrito da leitura de Medeiros (1977, p. 9) ele cita:

Um fatalismo, porém, que talvez preside as causas e os acontecimentos, de modo violento e tumultuário como um vulcão, despertou essa cidade sonolenta para transformá-la, hoje, na cidade mais próspera do interior da Bahia. Para ela veio um ginásio que lhe trouxe vida nova e nova mentalidade. Apareceu seu primeiro bar – o moderno Salão Azul – modificou o aspecto da Praça da Piedade, o sorriso do seu primeiro jardim que, embora pequeno e modesto deu graça, vida e movimento àquela praça. [...] Vieram as primeiras casas comerciais dignas desse nome. E com elas as vitrines, as exposições noturnas, o aspecto e por isso mesmo, de expansão urbana. (MEDEIROS, 1977, p. 9).

Ferraz (2001) afirma, neste artigo, que, em anos anteriores, a cidade viveu um grande marasmo e que, de repente, houve uma grande transformação com a construção de um ginásio, um salão, um jardim, na praça da Piedade, e casas comerciais com suas vitrines que podiam ser vistas durante a noite (Foto 4).

Como não existiam Leis que orientassem o desenvolvimento urbano, o processo histórico de evolução da cidade de Vitória da Conquista foi destinado aos cidadãos, muitas vezes ilustres, que fizeram o papel de urbanistas, antes mesmo das políticas públicas, promovendo abertura de novos bairros, financiamento de terrenos e o alojamento de populações mais pobres, em fluxos migratórios de diferentes épocas (FERRAZ, 2001).

Foto 4 - Vista parcial de Vitória da Conquista no século XX



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (ROCHA ; FERRAZ, 2015, p. 16).

A Praça da República, ponto de partida da origem da cidade, também chamada Jardim das Borboletas (Foto 5), sempre teve uma importância no espaço urbano como um espaço de convivência, lazer, apresentações e onde as feiras livres aconteciam. Até hoje permanece como espaço de lazer e convivência, sendo chamada Praça Tancredo Neves. Na década de 40, a Praça da República sofreu uma modificação, dividindo-se em duas praças, a Praça da República e a Praça Barão do Rio Branco (Foto 6).

Foto 5 - Vista Parcial da Praça Jardim das Borboletas, [1950]



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (ROCHA ; FERRAZ, 2015).

Foto 6 - Vista Parcial Praça Barão do Rio Branco, década de 1960



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (ROCHA ; FERRAZ, 2015).

Em 1956, foram inauguradas a Praça Jardim das Borboletas, uma fonte, uma biblioteca infantil e um zoológico pequeno (Foto 7).

Foto 7 - Jardim das Borboletas inaugurado em 1956



Fonte: Acervo dos municípios brasileiros. Disponível em: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>.

Em outro artigo, o Professor Everardo Públio de Castro afirma que, em 1957, a cidade demonstrava uma visível expansão em relação a outras cidades do estado:

Conquista é a cidade que mais cresce no Estado, afirmam todos os que a visitam. Inegavelmente, o acontecimento esta sob as vistas de todos. Em todas as ruas, em todos os bairros, novas construções em estilo moderno. Nota-se o crescimento de nossa cidade de mês para mês, de modo admirável em todos os setores. O maior progresso da cidade esta sendo, porém, na zona Oeste, onde estão localizados os grandes Bairros Gerson Sales [atual Bairro Brasil] e Jurema, que unidos a grande Avenida Presidente Dutra, [Rio Bahia] formam assim uma nova cidade ligada a velha cidade, pela bonita Avenida Regis Pacheco. Gente de quase todos os Estados do Norte, de outros municípios e interior do nosso, reside na zona da nova cidade. Ali, há diferença de costumes e até de dialeto. Na nova cidade existem inúmeros hotéis e pensões de classe, que poucas cidades do interior, se observam iguais. (CASTRO, 1957, p. 7).

A cidade se encontrava em uma fase de desenvolvimento econômico, possibilitando uma oportunidade de um crescimento urbano de referência em relação à qualidade de vida urbana. A cidade já apresentava os primeiros sinais de que seria um futuro polo regional de desenvolvimento da região.

Em outro artigo, o Professor Everardo Públio de Castro (1957, p. 7) afirma que “O Município em 1950 era o 5º do Estado em população e hoje é o 2º tendo apenas em sua frente o de Feira de Santana”.

As Fotos 8 e 9 mostram a Avenida Presidente Dutra, importante avenida na evolução urbana da cidade, que, posteriormente, transformou-se em uma importante rodovia, atual Rio-Bahia, BR-116.

Foto 8 - Avenida Presidente Dutra, localizada no Bairro Centro



Fonte: Acervo dos municípios brasileiros. Disponível em: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>.

Atualmente a avenida (Foto 9) contém muitos pontos comerciais e funciona como eixo divisor da cidade, com cada parte com suas peculiaridades. Devido à construção do anel rodoviário, o movimento de caminhões foi bastante reduzido.

Foto 9 - Avenida Presidente Dutra, localizada no Bairro Centro (hoje)



Fonte: <https://goo.gl/images/CDaQh7>.

As duas primeiras praças (Fotos 10, 11 e 12) de onde partiu o crescimento do centro da cidade, continuam sendo uma área de importante comércio. Nas proximidades destas estão o Banco do Brasil, a primeira Igreja Batista da cidade e alguns hospitais como o hospital São Geraldo, o Hospital de Clínicas Vitória da Conquista (HCC) e o hospital Instituto Brandão de Reabilitação (IBR). Hoje, parte da praça tem a função de estacionamento público.

Foto 10 - Praça Barão do Rio Branco (hoje)



Fonte: <https://goo.gl/images/bRYr2j>.

Infelizmente, em 1980, a Praça da República foi demolida e construída no mesmo local a Praça Tancredo Neves (Foto 11), inaugurada em 1985. Apesar de a praça ser bastante agradável, arborizada e muito utilizada pela população para o lazer, não restou nenhum marco histórico da antiga praça.

No fundo da praça, está a Igreja Matriz, a mais antiga da cidade.

Foto 11 - Praça Tancredo Neves, Centro (hoje)



Fonte: <http://www.windimagensaereas.com.br>.

Foto 12 - Praça Tancredo Neves, Centro

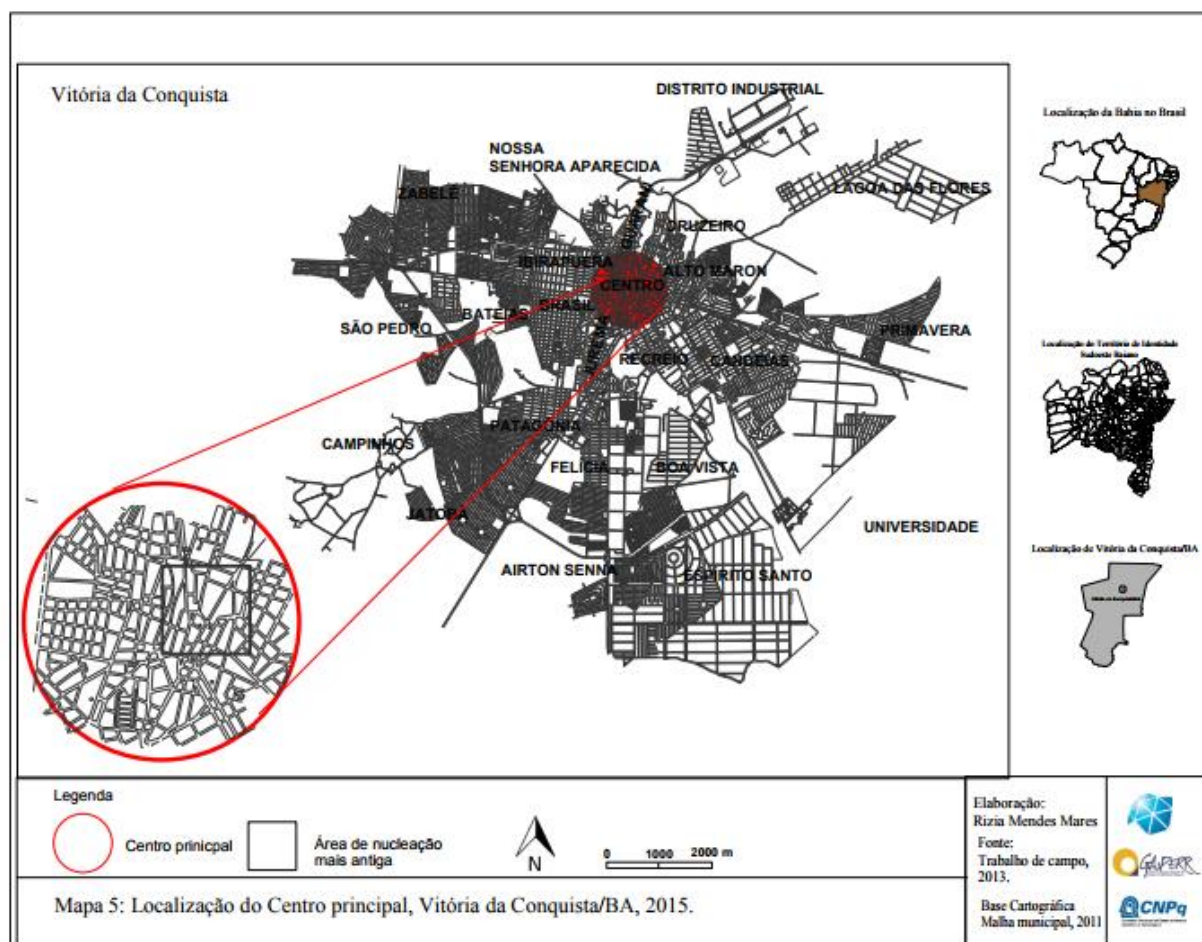


Fonte: <https://goo.gl/images/nhjfhA>.

No final do século XX, o crescimento da cidade continuou ocorrendo em torno do centro principal original, porém a cidade vem se expandindo em todas as direções, principalmente sudeste e sudoeste e menos ao norte, região da serra Peri-Peri.

Através do Mapa 10, pode-se ver a configuração atual da cidade e compreender melhor a evolução urbana. É importante entender como ocorreu a ocupação urbana em cada região da cidade e quais os fatores impulsionadores do crescimento, que será exposto a seguir.

Mapa 10 - Localização do centro principal de Vitória da Conquista/BA, 2015



Fonte: Elaborado por Rizia Mendes Mares em trabalho de campo, 2013. Base Cartográfica Malha Municipal (2011).

5.2.2 A ocupação urbana nos séculos XX e XXI

Foram diversos fatores que causaram a expansão urbana de Vitória da Conquista. Torna-se interessante fazer um paralelo entre o crescimento urbano, a economia e o aumento da população para compreender melhor a formação da malha urbana. A expansão urbana traz consequências como mudanças físicas no espaço da cidade e transformações na vida de seus habitantes. A formação do espaço urbano de uma cidade deve ser acompanhada de um ajuste na infraestrutura na mesma proporção para que a cidade se torne sustentável e promova a qualidade de vida urbana.

O crescimento da população é sempre um fator que impulsiona a expansão da cidade. Foi a partir de 1940 que, além das grandes cidades do Brasil que sofreram um inchamento populacional, as cidades médias como Vitória da Conquista também participaram deste processo. Até 1940, a população de Vitória da Conquista era predominante rural, as atividades econômicas eram relacionadas com a lavoura e agropecuária.

A partir de 1960, inicia o crescimento da população (Tabela 2) e, nas décadas seguintes, uma evolução populacional urbano bastante expressivo.

Tabela 2 - População de Vitória da Conquista por situação domiciliar, 1940 a 2010

ANO	POPULAÇÃO RURAL	%	POPULAÇÃO URBANA	%	TOTAL
1940	24.910	74,3	8.644	25,7	33.554
1950	26.993	58,4	19.463	41,6	46.456
1960	31.401	39,3	48.712	60,7	80.113
1970	41.569	32,5	85.959	67,5	127.528
1980	43.245	25,3	127.652	74,7	170.897
1991	36.740	16,3	188.351	83,7	225.091
2000	36.949	14,1	225.545	85,9	262.494
2010	31.569	9,7	274.805	90,3	306.374

Fonte: Censos Demográficos. IBGE (1940,1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Na análise do censo 1940 comparado a 1950, fica demonstrado o notável crescimento da população urbana na cidade de Vitória da Conquista. Em 1940, a população urbana era de 8.644 habitantes, o que significava 25,7% de toda a população do município. Em 1950, entretanto, a população urbana mais que duplicou (19.463 habitantes), aumentando o seu percentual para 41,6% de toda população municipal. A população rural em 1950 continuava maior que a rural com 26.993 habitantes (Figura 27).

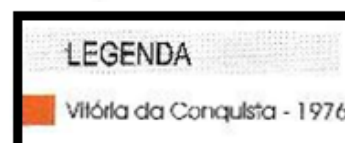
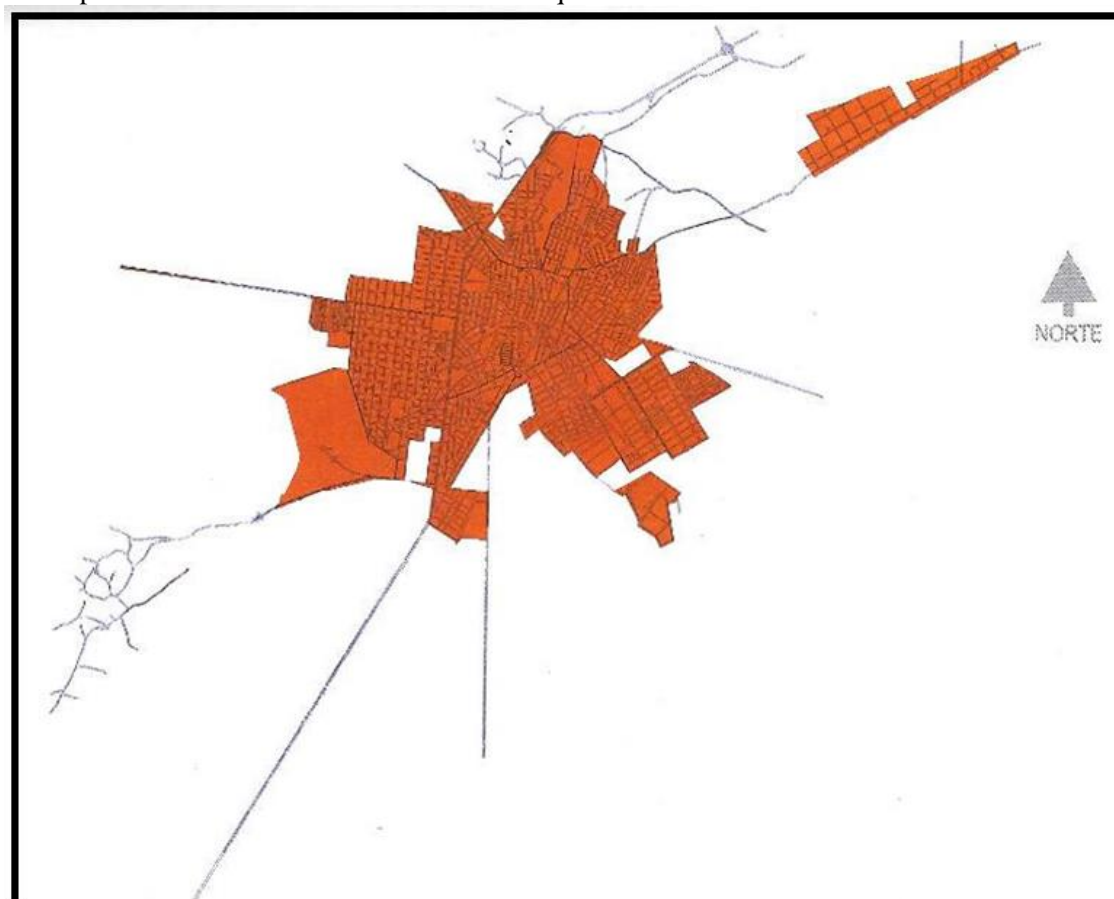
Com a construção da BR-116 (Rio/Bahia), iniciada em 1944, houve um aumento das atividades econômicas com o escoamento de mercadorias para os centros de consumo, provocando um aumento da população urbana oriunda das zonas rurais.

Em 1960, a população urbana continua crescendo e ultrapassa a rural, de acordo com os censos. Nas décadas entre 1960 e 1970, ocorre a ampliação de serviços (educação, saúde), passando a atrair um número crescente de pessoas que antes apenas passavam pela cidade, mas que, ao buscarem por esses serviços, passaram a se fixar.

Na década de 1970, além do comércio e serviço de saúde foi implantada a cultura do café, com intensa migração do campo para a cidade e de diversas localidades, consolidando-a como polo da região.

A cidade demonstra um crescimento na sua malha urbana de 1976, 1986 e 1996 (Mapas 11, 12 e 13).

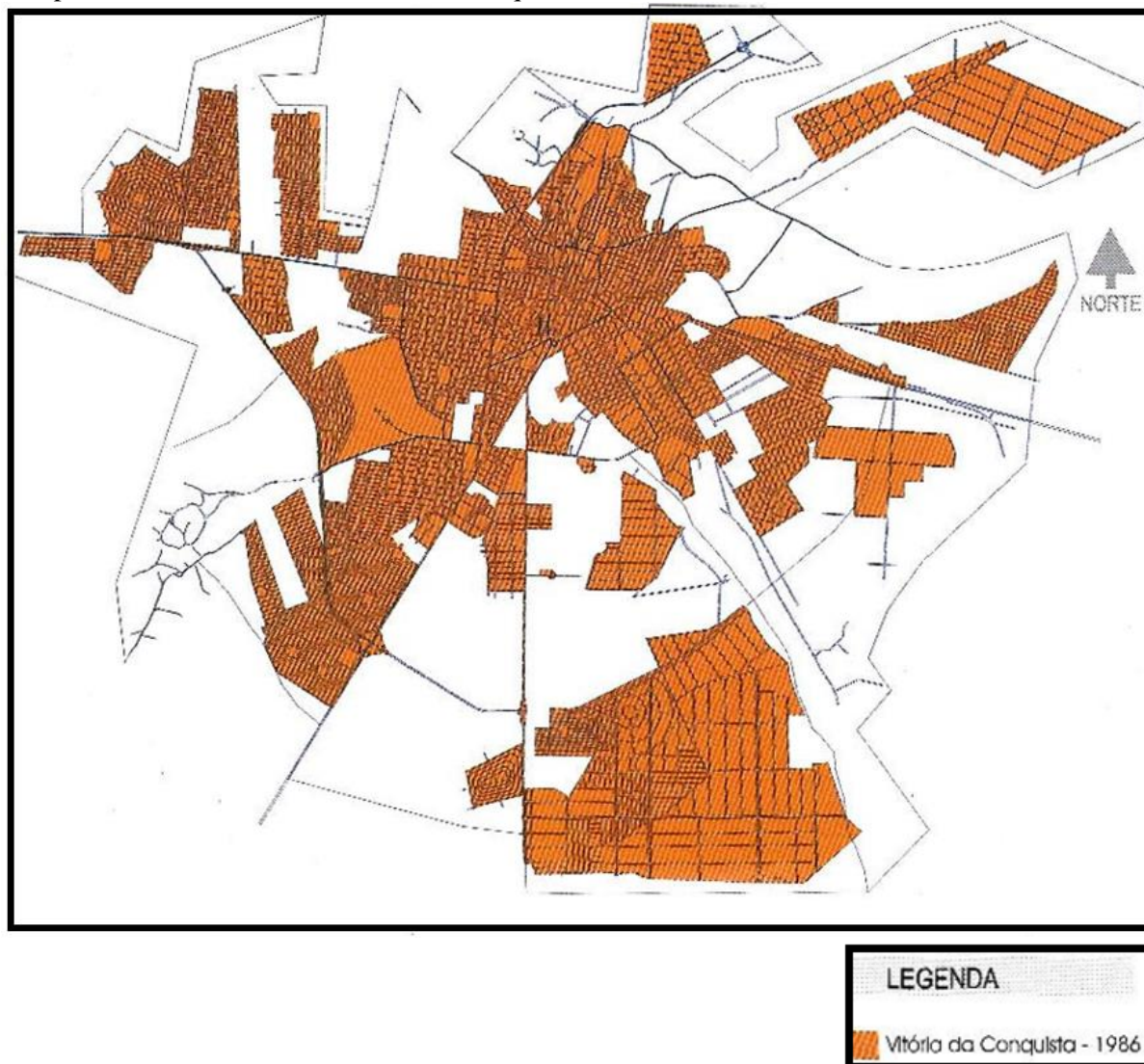
Mapa 11 - Malha urbana de Vitória da Conquista em 1976



Fonte: Ana Emília de Quadros Ferraz (Org.). Mapa base no CPD/PMVC, trabalho de campo realizado, PMVC, 1998. S/ESCALA.

Até meados de 1980, a economia centrava-se na lavoura cafeeira e algumas indústrias química de produtos de limpeza como a Indústria Teiú e a fábrica da Coca-Cola. Com a crise do café, o setor de serviços se destacou fazendo da cidade um centro de atração regional, alterando as relações interurbanas (FERRAZ, 2001). Mesmo com a crise do café, a cidade continuou crescendo e, em 1986, a malha urbana demonstra expansão em todas as direções.

Mapa 12 - Malha urbana de Vitória da Conquista em 1986



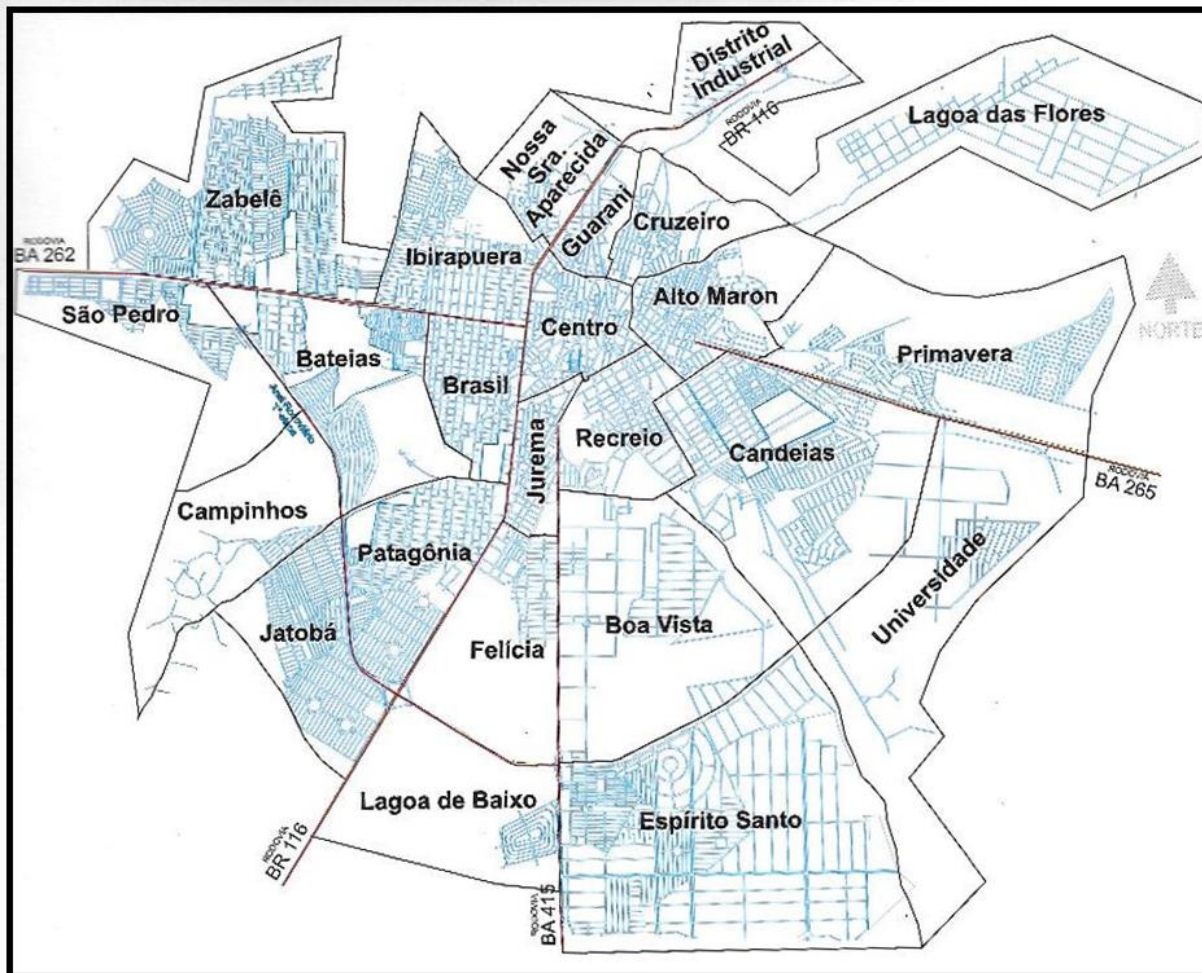
Fonte: Org. Ana Emília de Quadros Ferraz, mapa base no CPD/PMVC, trabalho de campo realizado, PMVC, 1998. S/ESCALA.

É perceptível a mudança da configuração espacial de 1976 (Mapa 11) para 1986 (Mapa 12).

Com a ampliação da malha rodoviária, na proximidade, como as BR-262, BR-265, BR-116 e BR-415 (Mapa 13), há um aumento das possibilidades de transportes comerciais e de passageiros, que também influenciam na expansão da malha urbana, vista em 1996 (Mapa

14). A BR-116, conhecida como Rio-Bahia, que liga o sul do Brasil ao nordeste, foi a que mais influenciou na expansão urbana.

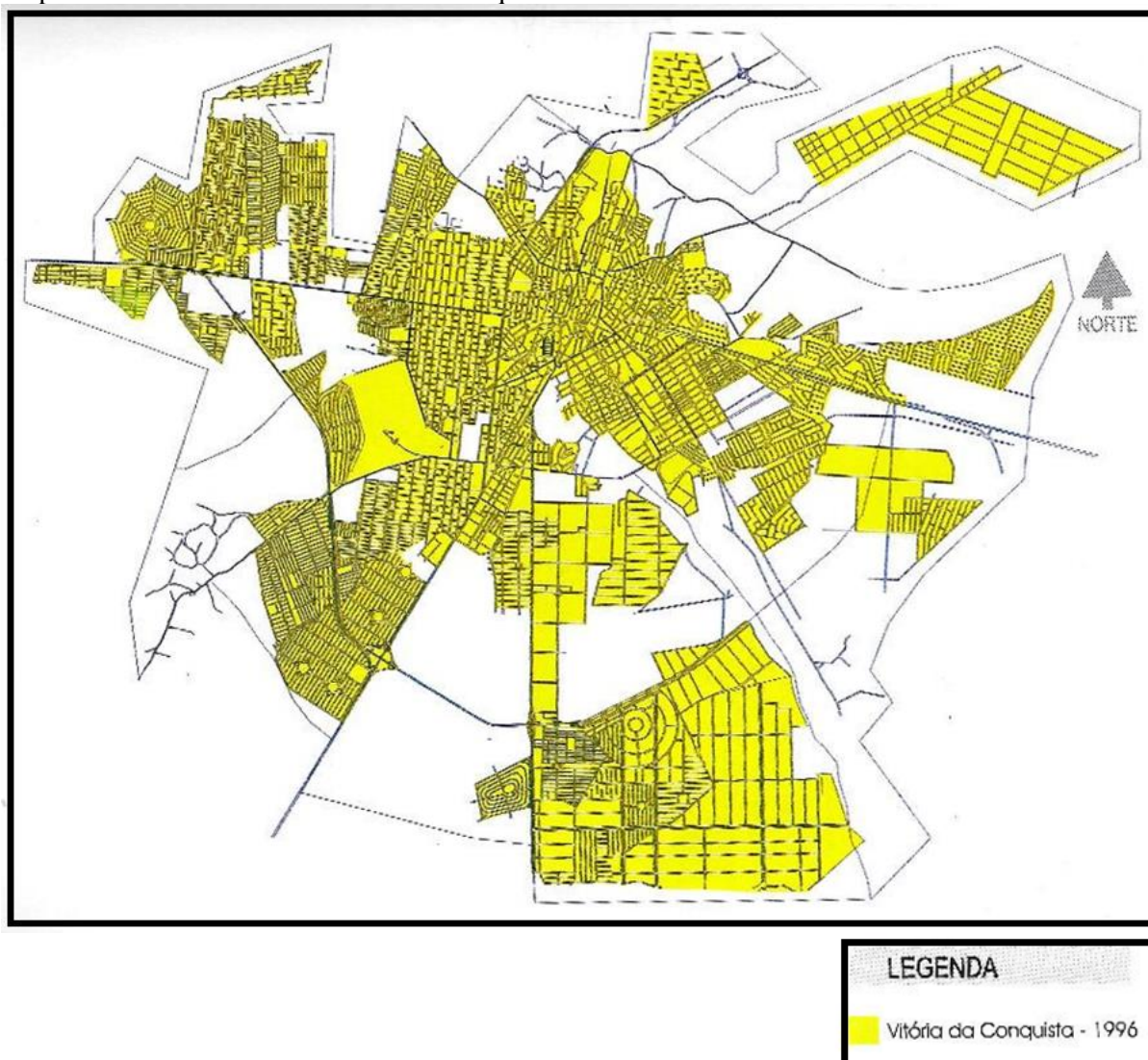
Mapa 13 - Principais rodovias e bairros de Vitória da Conquista, 1996



Fonte: Ana Emília de Quadros Ferraz (Org.). Mapa base no CPD/PMVC, trabalho de campo realizado, PMVC, 1998. S / ESCALA.

As rodovias BR-116, BA-415 e BA-262, que cortam a cidade inicialmente, não provocaram fraturas no tecido urbano. Apesar das rodovias terem favorecido o crescimento econômico da cidade, o aumento do fluxo de veículos de pequeno e grande portes na BR-116 provocaram vários problemas como o aumento de riscos de acidentes, engarrafamentos e dificuldade de acesso entre as duas zonas da cidade. Foi necessária, então, a construção de um anel rodoviário, no intuito de resolver as principais questões. O anel teve sua obra concluída em 2002.

Mapa 14 - Malha urbana de Vitória da Conquista em 1996



Fonte: Ana Emília de Quadros Ferraz (Org.). Mapa base no CPD/PMVC, trabalho de campo realizado, PMVC, 1998. S/ESCALA.

Ao norte, do outro lado da serra Peri-Peri, a cidade cresceu devido à implantação do Distrito Industrial, que ocorreu por volta de 1970. Deste mesmo lado, desenvolveu-se o povoado Lagoa da Flores, área de produção de hortifrutigranjeiros e de cultivo de flores.

Aualmente, a cidade continua crescendo mais ao sudeste e sul, onde fica o shopping Conquista Sul, a região do parque logístico, os principais hotéis, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e o novo aeroporto, que ainda se encontra em fase inicial de construção. Em 2016 e 2017, houve uma redução no crescimento devido à crise econômica que o país atravessa.

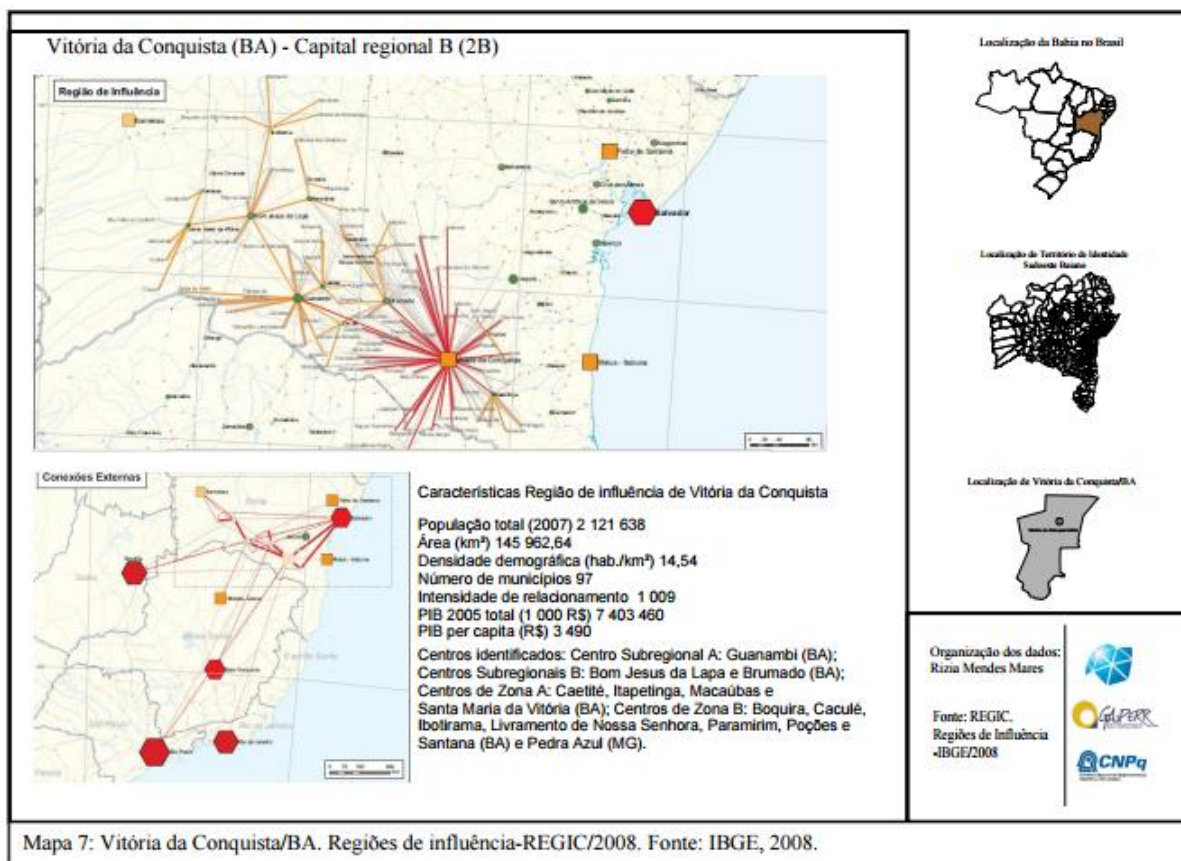
Em 2000, a população municipal era de 262.494 habitantes, o que significa um crescimento em torno de 16% da população em dez anos. Comparando com o crescimento populacional do estado, no mesmo período, a população cresceu apenas 7,3% (IBGE, 2013).

Devido às vantagens locacionais e a posição estratégica (Mapa 15), a cidade tornou-se um entroncamento rodoviário da Bahia que a transformou em um entreposto comercial e um polo de atração regional para investidores e empresas. A migração populacional e a localização também impulsionaram seu crescimento urbano nos setores da saúde, educação e imobiliário.

A sua posição influenciou na transformação da cidade em um polo urbano importante, garantindo seu desenvolvimento econômico e crescimento urbano. O polo regional (Mapa 16) abrange aproximadamente 200 km de raio e um conjunto de cerca de 80 municípios que somam aproximadamente 2,0 milhões de habitantes (IBGE, 2008).

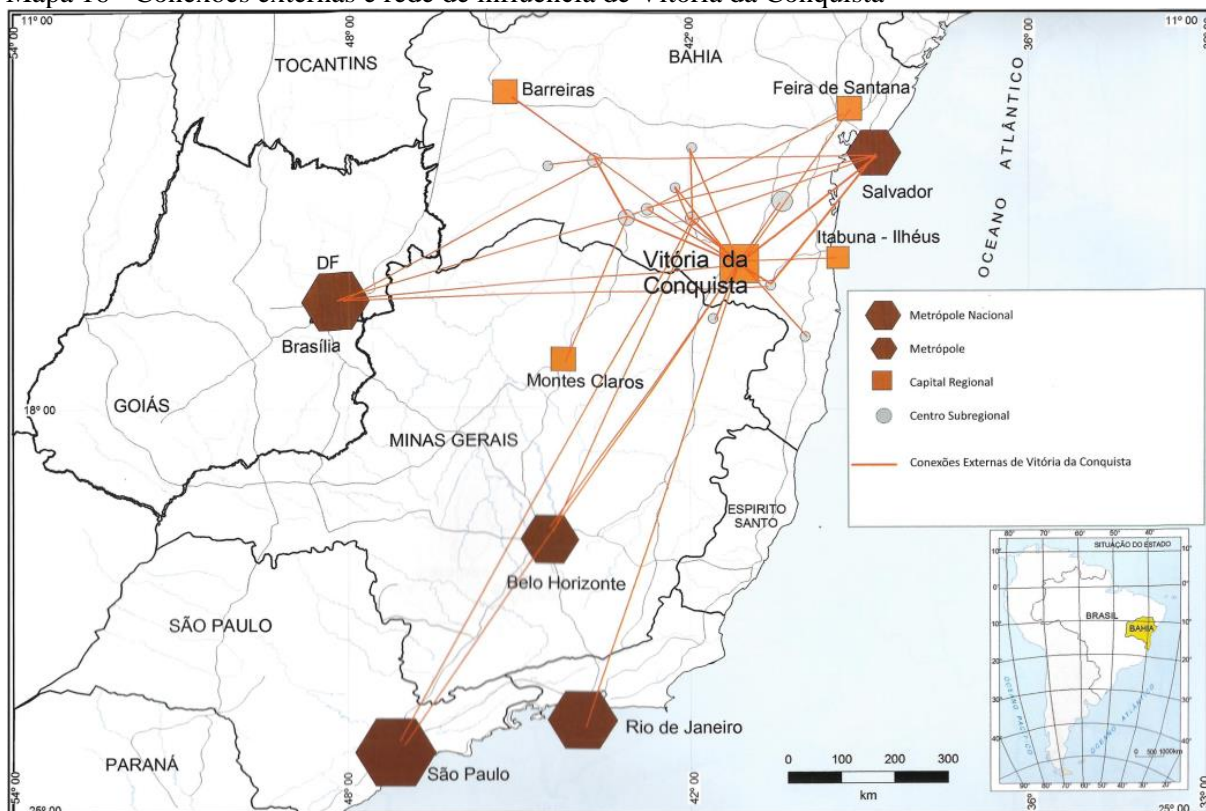
Além da influência sobre cidades vizinhas, a cidade também desenvolve essa relação com outros estados do Brasil.

Mapa 15 - Vitória da Conquista/BA. Regiões de influência-REGIC/2008



Fonte: IBGE (2008).

Mapa 16 - Conexões externas e rede de influência de Vitória da Conquista



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista elaborado com base nos dados REGIC/IBGE 2006 (ATLAS, p. 43).

Esta ilustração demonstra o alcance da área urbana ocupada cruzada pelas cinco vias pavimentadas e não pavimentadas que chegam até a cidade, conectando a todos os municípios do entorno e o anel rodoviário que a contorna. O mapa também demonstra os elementos hidrográficos como os cursos d'água, açudes, barragens e represas, lagos e lagoas.

Entre 1996 até 2006, houve um crescimento populacional bastante significativo e mais ascendente do que no período anterior. Entre 2007 e 2010, não houve crescimento similar (Tabela 3), havendo, inclusive, um decréscimo.

Tabela 3 - Censo Demográfico 1991, Contagem populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem populacional 2007 e Censo Demográfico 2010

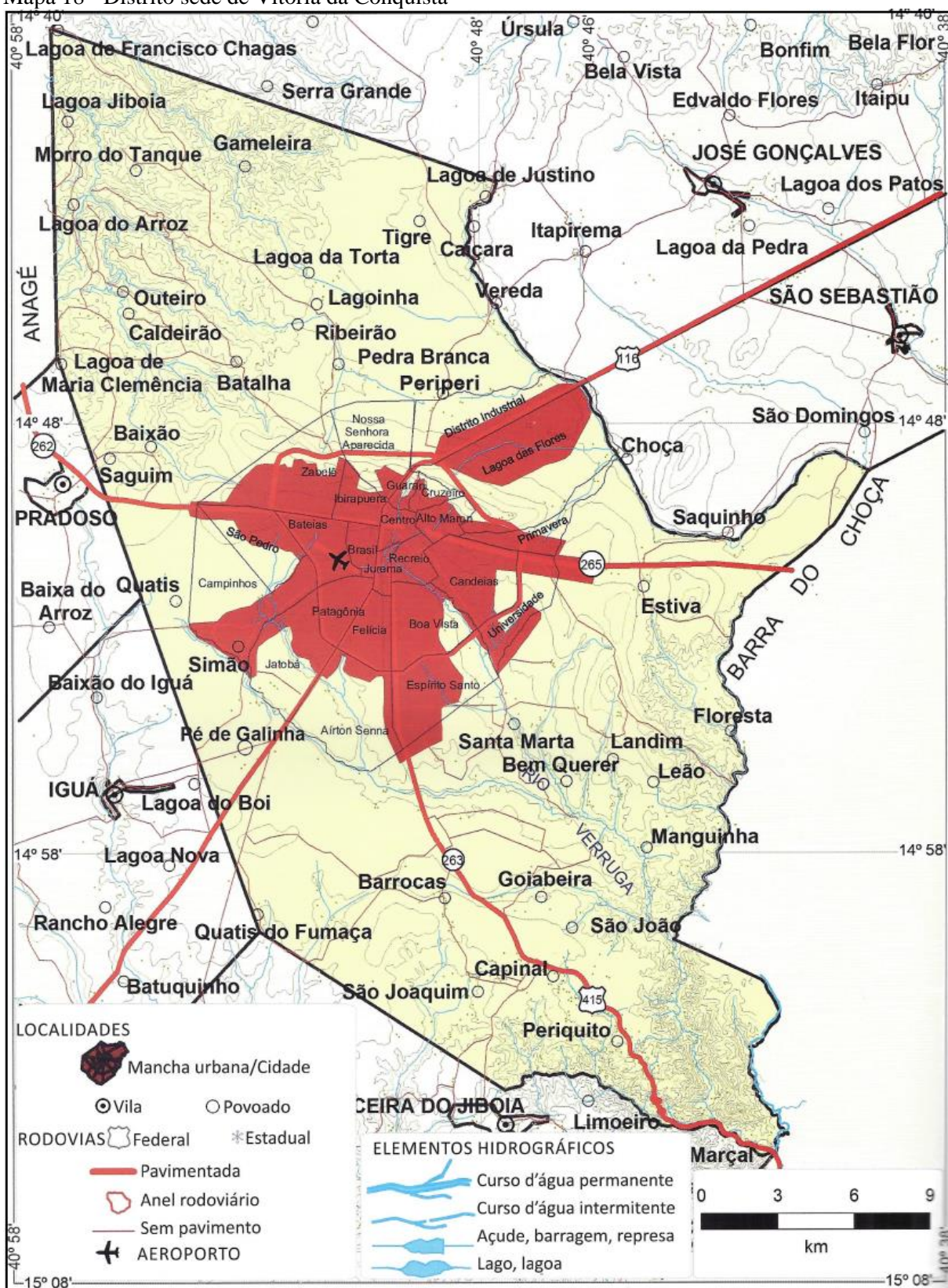
Ano	Vitória da Conquista	Bahia	Brasil
1991	225.091	11.867.991	146.825.475
1996	240.931	12.472.894	156.032.944
2000	262.494	13.070.250	169.799.170
2007	308.204	14.080.654	183.987.291
2010	306.866	14.016.906	190.755.799

Fonte: Censos Demográficos. IBGE (1991, 1996, 2000, 2007, 2010).

Outras rodovias (Mapas 17 e 18) foram construídas como a BA-262, que faz a ligação do sudeste do estado às regiões centro oeste e oeste do estado. Outras rodovias importantes que cruzam Vitória da Conquista são a BR-101, a BA-415, que faz a ligação de boa parte do estado para o litoral sul da Bahia, com destaque para Ilhéus e Porto Seguro, além da BR-265 que liga Conquista a Brumado e Conquista a Barra do Choça. Essas vias de acesso permitem a ligação, promovendo a extensão da sua influência até o norte de Minas Gerais e o restante do país.

Desta forma, ampliam-se as relações comerciais e industriais, além de facilitar a locomoção de pessoas que vêm à cidade diariamente a trabalho, para estudar ou utilizar os serviços de saúde e de comércio, entre outros.

Mapa 18 - Distrito sede de Vitória da Conquista



Fonte: Elaborado por Altemar Amaral Rocha com base nas Leis Estaduais n° 12.564, de 10 de janeiro de 2012, 4.567/85, 4.568/85, 4571/85, 4.572/85, 4.573/85, de 5 de novembro de 1985, e Leis Municipais n° 528/990, de 07 de junho de 1990, e 836/9, de 31 de outubro de 1996, e base cartográfica da SEI 2002.

Esses dados demonstravam que a cidade é um dos municípios mais dinâmicos e que mais cresce no estado da Bahia.

Lebrão (2010) afirma que, apesar do crescimento da cidade, a urbanização de Vitória da Conquista não foi observada em todas as áreas da cidade. Esse fato é fruto de um planejamento excludente vivido pelo município nas últimas décadas (COSTA; GONSALVES, 2005).

O inchamento não foi acompanhado de um incremento na infraestrutura, comprometendo as condições de vida urbana oferecidas à população. Como consequência desta falta de estrutura, novos problemas somaram-se ao cotidiano da cidade com o surgimento dos assentamentos precários, a favelização, o *déficit* no transporte de massa, entre outros.

Formação dos loteamentos

Para o ser humano, segundo Gonçalves (2002, p. 36), “a casa representa muito mais que uma construção. A casa é vista como abrigo, como protetora. Também é o lugar de nossos sonhos, é nela que o sujeito cria os seus lugares mais íntimos”.

A questão do *déficit* de habitação tem sido um desafio na maioria das cidades brasileiras principalmente para aquelas que tiveram um crescimento urbano acelerado, como ocorreu em Vitória da Conquista. Para atender a demanda de moradia para população, foi necessário criar loteamentos em diversas localidades. Para Santos (1987), foi a partir de 1955 que foram implantados os primeiros loteamentos em Vitória da Conquista, inicialmente, criados para atender a população de baixa renda e para muitos impediu o surgimento das favelas.

Em 1944, surgem os primeiros povoamentos nas proximidades da construção da Rio-Bahia, BR-116, mais especificamente na zona Oeste da cidade.

Em 1950, foram implantados os primeiros loteamentos populares nesta região, às margens da rodovia que dará origem ao atual bairro Brasil. Os terrenos eram de propriedade do próprio prefeito, Gildásio Cairo, segundo o registro da prefeitura.

Na zona Oeste predominaram os emigrantes que vieram de outros estados e de outras regiões da Bahia atraídos pela obra da rodovia. Esse fluxo era facilitado, pois a cidade se encontrava em uma posição de entroncamento rodoviário importante para o sertão, próximo a estrada de Brumado e a estrada em direção a Minas.

Esta área da construção da rodovia originou os bairros Brasil (Foto 13) e Ibirapuera, composta principalmente de população de classe baixa. Atualmente o bairro Brasil apresenta-se bem estruturado, organizado urbanisticamente, com um traçado organizado e com infraestrutura. Atualmente o bairro é povoado por população de baixa e média renda e, além de residencial, possui um amplo comércio.

Foto 13 - Bairro Brasil em Vitória da Conquista



Fonte: <https://goo.gl/images/PwerkQ>.

Neste período, instalou-se, ao longo da Rio-Bahia, uma variedade de comércio e serviços como oficinas, postos de gasolina, hotéis, restaurantes que servem, ainda hoje, de apoio aos viajantes. Às margens da rodovia, instalaram-se a rodoviária, o aeroporto e, ao norte, o Distrito Industrial Imborés no Povoado Lagoa das Flores. Este foi um período de grande desenvolvimento de loteamentos na cidade.

Na década de 50, havia onze loteamentos. Na década de 60, vinte e nove e, na década de 70, foram identificados vinte e um loteamentos legais, aprovados pela prefeitura. Os bairros novos, nesta época, foram frutos deste período, porém, como não havia regras de zoneamento da cidade a divisão determinada pelos loteadores.

Além dos loteamentos oficializados ocorreram também invasões de terrenos públicos e até particulares, de forma ilegal, que influenciaram na configuração urbana da cidade atual.

Um exemplo disso foi à invasão de áreas da Serra do Peri-Peri, considerado patrimônio natural da cidade que, além de ter causado danos ambientais, também causou

danos às ruas da cidade, quando chovia os cascalhos da serra desciam junto com as enxurradas, causando inundações. Atualmente continuam ocorrendo as invasões da serra.

A serra do Peri-Peri é um patrimônio natural de Conquista. Nela, está localizada a principal nascente d'água da cidade, o Poço Escuro, com 20 hectares de área cercada. Essas invasões aumentaram o número de enxurradas, que descem para a cidade [...]. (DIÁRIO DO SUDOESTE, 1995, p. 5).

Até 1976, a explosão demográfica e a ocupação urbana tinham sido de uma forma espontânea e desordenada, sem zoneamentos, porque nesta época não existiam os planos diretores e nem outras políticas públicas urbanas que orientassem um crescimento organizado, provocando diversos problemas que prejudicaram o bem-estar da cidade.

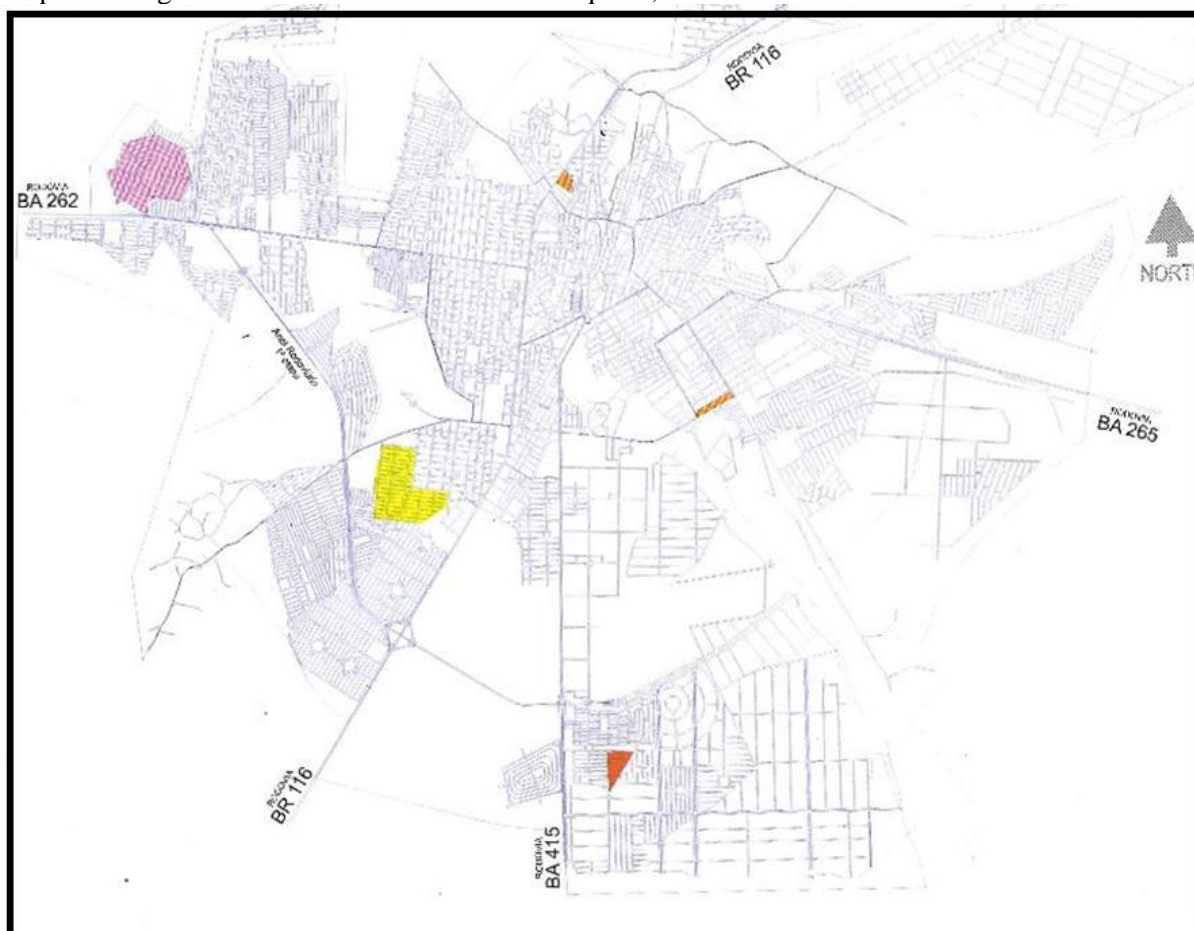
Na região do centro da cidade, permaneceram a população residente e o comércio original. Os terrenos em torno da praça, compreendendo a área limite o diâmetro de uma légua (7 km), tendo a Igreja Matriz ao centro, pertenciam à Igreja Católica e foram paulatinamente vendidos para as atividades como comércio, serviços e para implantação das residências mais nobres da cidade.

O crescimento da população trouxe a necessidade da expansão da área urbana. Essa expansão ocorreu, inicialmente, a leste do centro, dando origem a novos bairros como, por exemplo, o bairro Recreio, que foi ocupado com população de classe média e alta, e o bairro Alto Maron, que foi ocupado com população de classe média e baixa. Surge, no bairro Recreio, o primeiro condomínio residencial de classe alta, condomínio Morada do Parque.

A partir de 1955 até 1974, houve também um crescimento em direção à zona sul, próximo ao Aeroporto, ocupando espaços vazios, principalmente de áreas alagadiças.

Entre 1977 e 1979, foram abertos dois loteamentos (Mapa 19) em direção à zona leste, que foram bastante significativos na configuração urbana atual da cidade. Também foram implantados para ampliar as possibilidades de moradia tanto para a classe média, alta e baixa. Um deles foi Loteamento Parque Candeias II, em 1977, na zona leste e o outro o Loteamento Kadija, em 1979, na zona Oeste. Esses loteamentos ilustram como se deu um dos vetores de crescimento da cidade e como se definiu a malha urbana.

Mapa 19 - Alguns loteamentos de Vitória da Conquista, 1996



Fonte: Ana Emília de Quadros Ferraz (Org.). Mapa base no CPD/PMVC, trabalho de campo realizado, PMVC, 1998. S/ESCALA.

O Loteamento Parque Candeias II (Foto 14), de iniciativa privada, localizado no bairro Candeias, na zona leste da cidade, surgiu para atender uma população de renda média e alta. O Parque Candeias II possuía lotes de aproximadamente 500m², murados, vias principais pavimentadas, passeios e drenagem superficial. Os imóveis deste loteamento eram bastante valorizados comercialmente.

Foto 14 - Loteamento Parque Candeias



Fonte: <http://www.blogdoanderson.com>.

O Loteamento Kadija (Foto 15), localizado na zona oeste, no bairro Patagônia, seguiu um padrão com características mais populares.

No loteamento Kadija (Foto 15), os lotes eram de aproximadamente 200 m², sem ruas calçadas, sem vias para escoamento de águas pluviais e com esgotamento sanitário deficiente; porém, possuía iluminação pública, água, coleta de lixo e transporte.

Foto 15 - Loteamento Kadija



Fonte: <http://www.blogdoanderson.com>.

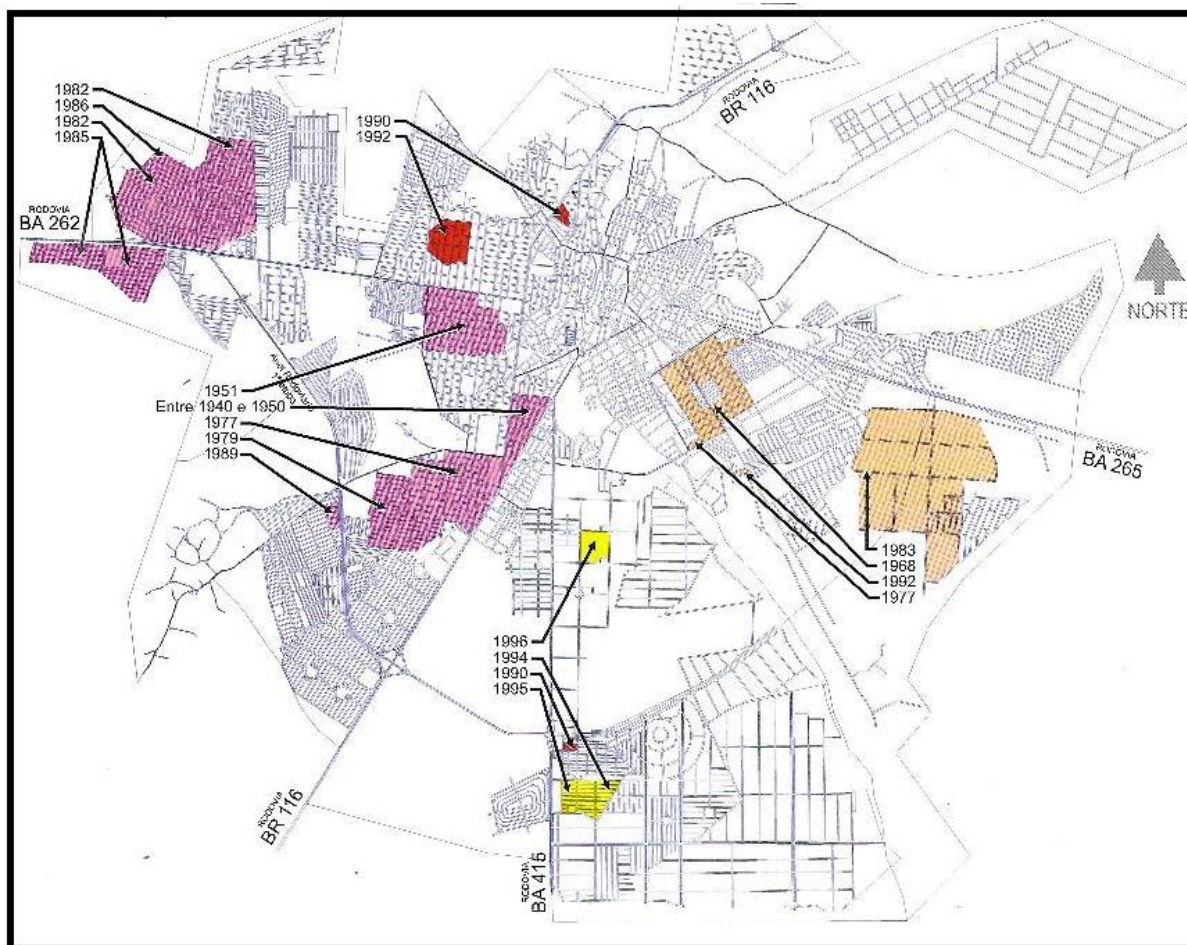
Percebe-se, através da observação no local, que havia uma conjunção de interesses políticos e econômicos e que a prefeitura atuava de forma diferente, privilegiando os loteamentos da zona leste deixando os loteamentos da zona oeste com infraestrutura precária. Os loteamentos da zona leste eram na sua maioria originalmente fazendas de café e de gado e de propriedade de fazendeiros e políticos.

Os serviços de infraestrutura dos loteamentos eram realizados pela Empresa Pública Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista (EMURC) que foi e ainda é a empresa responsável por estes serviços de infraestrutura. A EMURC foi fundada em 1977, com objetivo de implantar planos urbanísticos, executar e fiscalizar serviços de caráter econômico. Através da observação no local, parece que a instalações de infraestrutura foram priorizadas nesta zona leste.

Sendo a infraestrutura dos loteamentos da zona leste melhor, este fato proporcionava melhores condições de qualidade de vida dos moradores, diferente dos loteamentos da zona oeste, demonstrando-se desiguais. Porém, a população desta zona, por ser de baixa renda, aceitava porque era a única forma de adquirir uma moradia.

Muitos destes terrenos dos loteamentos faziam parte de antigas fazendas (Mapa 20). Atualmente ainda existem fazendas que são transformadas em novos loteamentos e condomínios.

Mapa 20 - Loteamentos implantados em Vitória da Conquista até 1996 pelos proprietários com ano de deferimento



LEGENDA	
	Loteamentos abertos por Gildásio Cairo
	Loteamentos abertos pela Ciclo Engenharia LTDA.
	Loteamentos abertos por José Menezes Rocha
	Loteamentos abertos por Jorge Teixeira

Fonte: Ana Emília de Quadros Ferraz (Org.). Mapa base no CPD/PMVC, trabalho de campo realizado, PMVC, 1998. S/ESCALA.

Outros loteamentos como Miro Cairo e Morada Real I também sinalizaram, em 1996, o crescimento da cidade para além do seu centro original nas direções sul e noroeste.

Os loteamentos foram abertos em diversas direções da cidade, diferente do que havia sido previsto pelo zoneamento do plano diretor de 1976. Havia várias áreas destinadas as áreas verdes que não foram atendidas para esta função.

Alguns programas do governo como Banco Nacional de Habitação (BNH), Companhia de Habitação e Urbanização (URBIS) e a Cooperativa para Construção de Habitação Popular (INOCOOP) surgiram com o objetivo de implantar loteamentos (Mapa 21) na cidade para atender a demanda populacional.

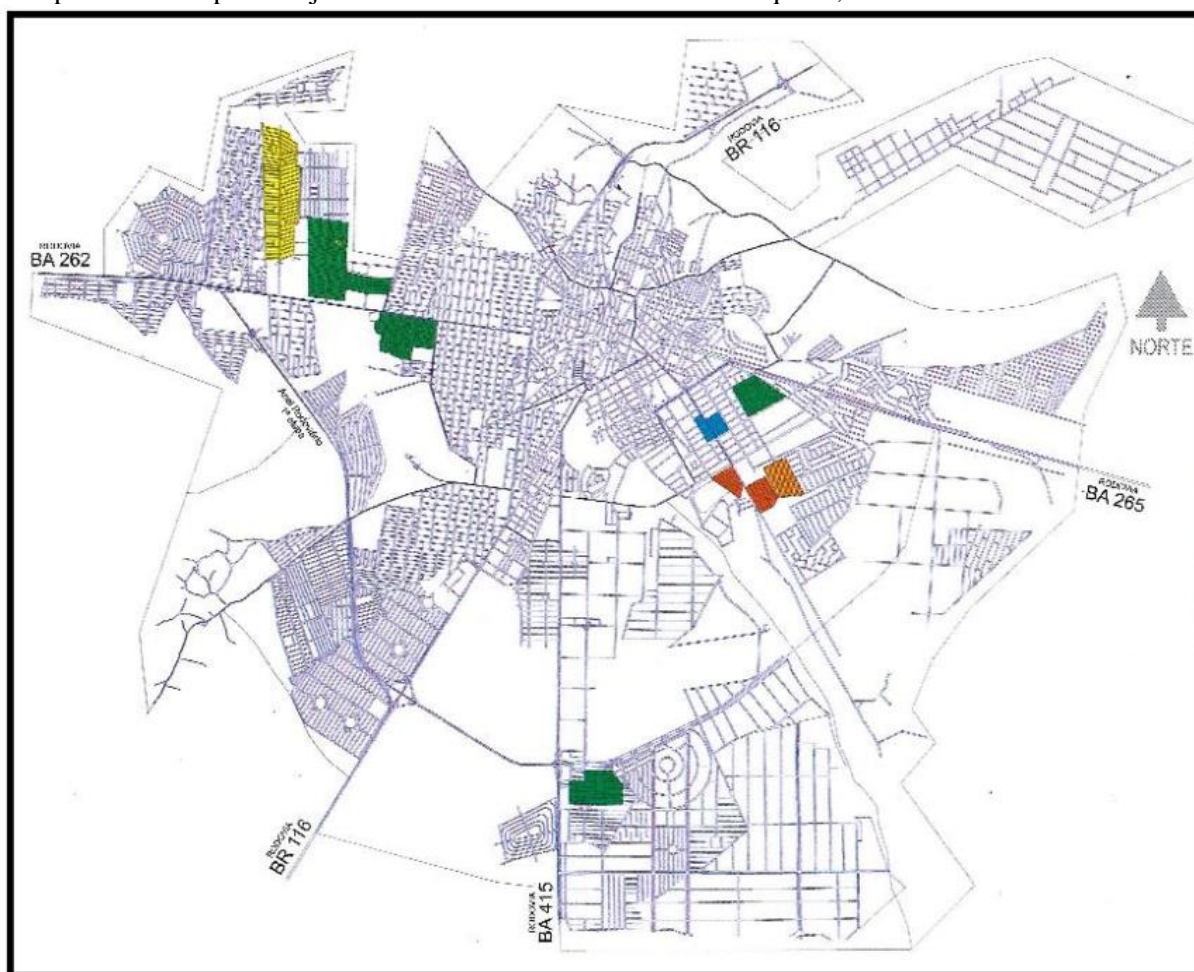
Na zona leste, por exemplo, foi implantado um loteamento através do programa do Banco Nacional de Habitação (BNH), vendido, principalmente, para classe média. Outro programa foi da Companhia de Habitação e Urbanização (URBIS), que atendeu a classe baixa, e dois loteamentos pela Cooperativa para Construção de Habitação Popular (INOCOOP I e II), vendidos para classe média.

Na zona oeste, foram implantados quatro loteamentos para classe baixa pela Companhia de Habitação e Urbanização (URBIS), que continuam com o mesmo perfil social anterior. Ao Sul, apenas um loteamento implantado pela URBIS.

Na prática, estes programas não garantiram o acesso à população de baixa renda por não possuírem as condições econômicas requeridas pelos órgãos financiadores, como as garantias financeiras. Estes programas atenderam, quase que na sua totalidade, a classe média local.

O surgimento da Escola Agrotécnica Sergio de Carvalho e, posteriormente, a Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB), dentro do mesmo *campus* e localizados no bairro Bem Querer, hoje chamado bairro Universitário, zona leste, também contribuiu para o crescimento urbano da cidade. A cidade também conta com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) visando à criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia (UFSBA).

Mapa 21 - Principais conjuntos habitacionais de Vitória da Conquista, 1996



LEGENDA	
	Vila Serrana (I, II, III e IV)
	Urbis (I, II, III, IV, V e VI)
	BNH
	Inocoop (I e II)
	Morada do Bem Querer

Fonte: Ana Emília de Quadros Ferraz (Org.). Mapa base no CPD/PMVC, trabalho de campo realizado, PMVC, 1998. S/ESCALA.

Surgiram, também, outras faculdades, porém, privadas. A ampliação da rede educacional de nível superior também trouxe mais desenvolvimento para a cidade e um aumento populacional. Um dos motivos da ampliação foi a manutenção das pessoas na cidade, que antes saiam em busca de universidades e o outro foi atrair pessoas de outras regiões. Muitos estudantes estabelecem moradia na cidade ou a frequentam diariamente, trazendo uma população flutuante que também usufrui dos serviços existentes. No campo imobiliário, surgiram muitos imóveis voltados para estudantes.

O crescimento urbano trouxe benefícios como o aumento dos estabelecimentos de saúde, melhoria da infraestrutura urbana em várias áreas, ampliação da rede educacional, melhoria econômica para a cidade e regiões vizinhas, etc. Por outro lado, se o processo de produção do espaço urbano for de forma desequilibrada (BRANCO, 2006), apresentará problemas como desigualdades sociais, segregação socioespacial, *déficit* habitacional, inadequação de estrutura de transporte urbano, deficiência no acesso aos serviços públicos e violência que contribuem para diminuição da qualidade de vida urbana.

Atualmente, devido à valorização desta região, muitos imóveis residenciais passaram a ter o uso comercial, porém, continuam existindo imóveis residenciais para a classe média.

Santos (1987) identifica o surgimento de loteamentos voltados mais para a classe média e alta, por isso se explica o aumento artificial do preço dos terrenos. Medeiros (1977, p. 7-9) também identificou esse fenômeno quando afirmava que:

a cidade modificou-se também para dentro de seu espaço físico, separa suas classes sociais. Assim, o aglomerado urbano como que desenha fisicamente sua realidade social. Está se fixando definitivamente separação entre ruas e bairros ricos e ruas e bairros para pobres [...].

Além disso, Ferraz (2001) coloca que a expansão urbana que ocorreu com a abertura dos loteamentos e dos conjuntos habitacionais na direção das áreas periféricas da cidade causou uma descontinuidade na ocupação territorial. Essas áreas, deslocadas do centro principal e basilar de atividades de comércio e serviços, foram priorizadas pelos agentes imobiliários e pelos interesses do capital especulativo. Estas áreas eram originalmente rurais e com o crescimento populacional foram se transformando em ocupações urbanas.

A formação dos loteamentos em Vitória da Conquista demonstrou, visivelmente, o crescimento da cidade, porém não atendeu ao *déficit* habitacional demandado pelo crescimento populacional. Esse *déficit* deu origem ao surgimento dos sem tetos e, conseqüentemente, das invasões trazendo vários problemas urbanos.

Devido à exclusão dos mais pobres dos programas habitacionais, a década de 80 foi marcada pelo confronto da população com o executivo municipal, exigindo uma política de habitação que garantisse o acesso à moradia. Começam a ocorrer ocupações ilegais de algumas áreas e, na maioria, compostas por fazendas ou áreas de preservação ambiental, criando áreas na periferia com condições precárias de moradia e sem nenhuma estrutura urbana. Estas áreas de ocupações ilegais não eram atendidas pelos serviços de infraestrutura e, por ficarem em áreas distantes, ficavam muito afastadas dos serviços, parecendo não fazer parte da cidade de Vitória da Conquista (CALDEIRA, 1984).

Posteriormente, em 1988, estas áreas invadidas deram lugar aos assentamentos com a ação do poder público que serão citados e analisados a seguir.

Os assentamentos e os programas municipais de habitação popular

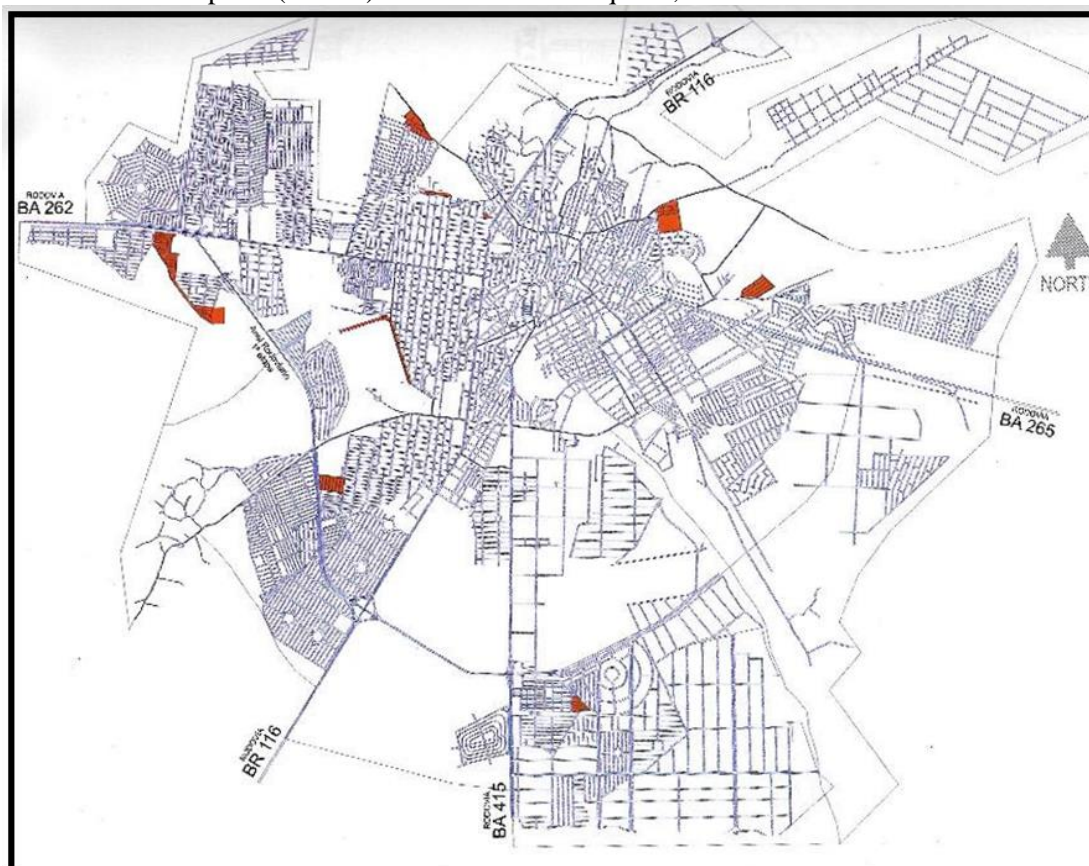
“Se a questão da habitação é reconhecida como uma necessidade humana básica, entende-se a luta de trabalhadores espoliados pelo sistema capitalista por um lugar para morar”, ideia expressa por Engels (1983, p. 50-51). O direito à moradia está relacionado como algo essencial do ser humano e as suas condições são determinantes na qualidade de vida de uma pessoa.

O Plano Diretor de 1976, apesar de conter diretrizes relativas às questões relacionadas com a habitação popular, não foi suficiente para resolvê-los ou minimizá-los. As ações dos gestores não estavam coordenadas com as propostas do plano. Trinta anos depois surgiria o segundo Plano Diretor de 2006.

Quinze anos após a criação do Plano Diretor de 1976, foi criado um programa específico voltado para a habitação popular no intuito de minimizar esses problemas que se agravavam com o crescimento da população e expansão da cidade. O Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP) surgiu como política pública urbana para contribuir com a melhoria dos problemas habitacionais. Este programa foi implantado em 1991, um projeto baseado na Lei nº 570/91, que criava o Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP) de Vitória da Conquista e um Fundo Municipal de Habitação Popular vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Coordenação de Habitação Popular.

Ele estava fundamentado na relação da abertura de assentamentos (Mapa 22) na cidade e nos movimentos populares do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pelo solo urbano.

Mapa 22 - Assentamentos populares implantados pelo Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP) em Vitória da Conquista, 1996



LEGENDA

Assentamentos Implantados através do Programa Municipal de Habitação Popular - até 1996.

Fonte: Ana Emília de Quadros Ferraz (Org.). Mapa base no CPD/PMVC, trabalho de campo realizado, PMVC, 1998. S/ESCALA.

Possuía o objetivo de construir habitações destinadas às famílias de baixa renda, em situação de desemprego, que moravam em precárias condições socioeconômicas e em moradias inadequadas como as localizadas em áreas de risco, as sujeitas a alagamento, as de preservação ambiental ou, ainda, em espaços alugados ou cedidos de forma provisória.

A pressão destes movimentos de ocupação do solo urbano e o interesse dos políticos de conquistar votos nas eleições, que estavam próximas, impulsionaram a aceleração da implantação do programa.

Este programa deveria propiciar a criação de uma infraestrutura básica em treze assentamentos da cidade. Os assentamentos foram instituídos de duas maneiras: alguns planejados pelo PMHP e outros foram criados por meio das ocupações e reconhecidos, posteriormente, pelo Programa. As ocupações foram produzidas pela luta dos sem teto em busca do uso do espaço para fins de moradia, que ocorreu tanto no plano individual, quanto coletivo.

É interessante perceber que a pressão popular reflete o interesse do homem pelos direitos à cidade, ao urbano e as melhores moradias. A conquista pela igualdade, justiça social e melhor distribuição dos bens públicos podem proporcionar melhores condições de vida e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida urbana. Entretanto estes movimentos de luta não são suficientes para resolver as questões habitacionais, pois dependem da gestão, das ações e dos diversos interesses políticos e econômicos em jogo.

Ferraz (2001) apontou que, até meados 1980, intensificou-se a abertura de assentamentos e conjuntos habitacionais em várias áreas da cidade, implantado pelo PMHP, configurando uma forma dispersa. É importante citar, nesta pesquisa, alguns exemplos de assentamentos e as condições de moradia para demonstrar as conseqüências do crescimento urbano sem a adequação da infraestrutura urbana. Dois destes assentamentos (Mapa 23) foram pesquisados em campo no ano de 1998, por Ana Emília de Quadros Ferraz, descrita no livro “O Urbano em Construção”.

Mapa 23 - Assentamentos populares Alto Conquista e Conjunto Vitória implantados pelo Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP) em Vitória da Conquista, 1996



Fonte: Ana Emília de Quadros Ferraz (Org.). Mapa base no CPD/PMVC, trabalho de campo realizado, PMVC, 1998. S/ESCALA.

Apesar da implantação do Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP), muitas ocupações ocorreram, mas apenas um pequeno número foi atendido pelo programa.

A autora faz um estudo de dois assentamentos implantados pelo programa e suas condições urbanas. Os assentamentos analisados neste estudo foram o Conjunto Vitória, localizado na zona oeste da cidade, e o Alto Conquista, localizado na zona leste.

Na década 80, uma área institucional do Loteamento Boa Vista destinada a uma população de média e alta renda foi gradualmente ocupada. Os proprietários moveram uma ação popular contra a Prefeitura Municipal e conseguiram que o poder público transferisse as famílias ocupantes para outra área no bairro Patagônia, dando origem ao assentamento Conjunto da Vitória.

Segundo Ferraz (2001), a população que habitava esses assentamentos era de baixa renda, seu nível de escolaridade também era bastante baixo e com um índice relativamente alto de analfabetismo. No início do processo de assentamento às condições de moradia as casas eram precárias com infraestrutura improvisada. Posteriormente as casas passaram a ser de tijolo ou bloco e a infraestrutura melhorou com instalação de energia elétrica, abastecimento de água e iluminação nas vias públicas. As não eram pavimentadas e, praticamente não existia passeio, prejudicando a mobilidade das pessoas. Muitas residências apresentavam banheiros fora de casa, demonstrando precariedade na construção e desconforto para os residentes além da falta de esgotamento sanitário. As áreas verdes (Foto 16) e praças dos assentamentos se caracterizavam pelo matagal, pelo acúmulo de lixo e, com raríssimas exceções, por horta comunitária. O abandono dessas áreas não contribuiu para o fortalecimento dos encontros e das relações cotidianas e nem para uma qualidade de vida urbana e em outros aspectos.

Foto 16 - Assentamento Conjunto Vitória, 1991



Fonte: Trabalho de campo.

Outra invasão aconteceu na década de 90, no bairro Alto Maron, área destinada ao cemitério e a um campo de futebol. Essa população também foi transferida para um terreno próximo, dando origem a outro assentamento, o Alto da Conquista. Este possuía energia elétrica e iluminação pública, porém, outros serviços básicos como água e esgoto sanitário não havia. As ruas eram sem calçamento e as moradias eram construídas, mas não concluídas.

Percebe-se que a resposta popular à falta de habitação era por meio das ocupações no espaço urbano e pela pressão popular na luta pela justiça social.

Porém, a maioria dos moradores, mesmo após o assentamento, defrontava-se com precárias condições de habitação como falta de água, falta de luz. Faltam escolas, creches, postos de saúde e áreas de lazer. Os espaços ocupados ofereciam pouca ou nenhuma estrutura. Alguns, ao fixarem residência, sentiam-se privilegiados, satisfaziam-se e não reivindicavam melhorias de qualidade de vida (FERRAZ, 2011). Eles não se sentiam no direito de algo melhor e se acostumavam com a situação em que viviam.

Em 2001, os moradores citaram como ponto prioritário o calçamento das ruas e a rede de esgoto sanitário (FERRAZ, 2001). Em outros locais da cidade, a situação das famílias que moram em assentamentos implantados pelo Programa Municipal de Habitação Popular era

muito similar do ponto de vista socioeconômico e também em relação às condições de moradia. Cabe salientar, entretanto, que pobreza, miséria e carências tornam homogêneas essas áreas e as famílias que nelas residem (FERRAZ, 2001).

Diante disso, podemos verificar que as ações introduzidas pelo PMHP, até 2004, e as pressões dos movimentos dos sem teto foram insuficientes para atender à demanda e garantir melhores condições de habitação, parte do direito à cidade e ao urbano, estabelecido como objetivo do poder público na Conferência Nacional das Cidades (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2003).

Pode-se concluir que essas áreas não foram beneficiadas na sua totalidade pelas propostas contidas no Programa de Habitação Popular de 1991 e nem pelo Plano Diretor de 1976, demonstrando falhas nas políticas públicas urbanas. Deste modo, a qualidade de vida urbana dos agentes envolvidos nestas áreas dos assentamentos e ocupações na produção socioespacial foi bastante prejudicada ou quase não existiu.

Uso do solo e verticalização

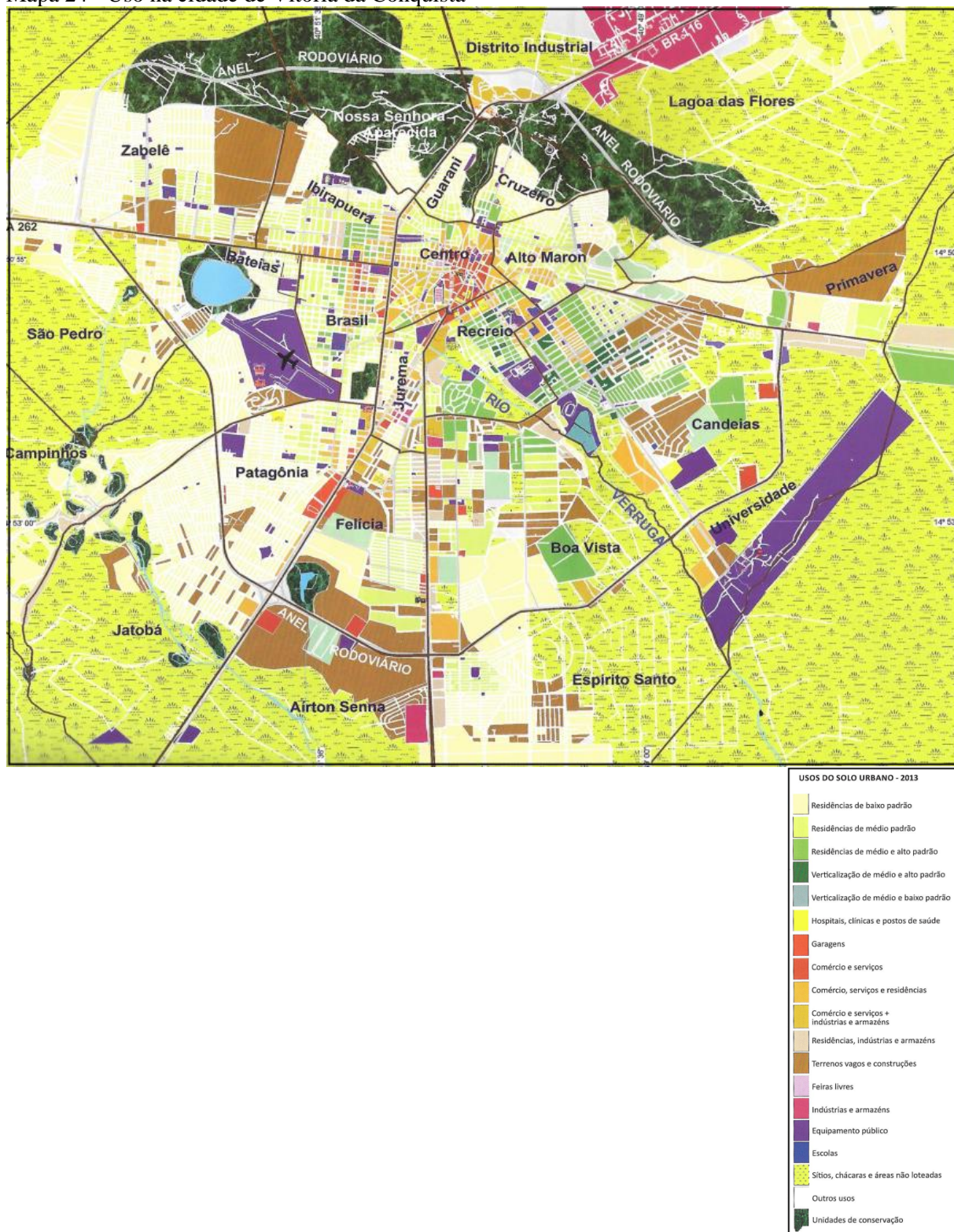
Houve uma ocupação maior em torno do núcleo original e ao longo dos eixos viários, deixando vazios sem infraestrutura, que são utilizados para especulação imobiliária, marcante na configuração urbana da cidade. Estas áreas eram, em sua maior parte, de propriedade de fazendeiros, hoje são comercializadas como condomínios residenciais e comerciais.

A cidade, inicialmente, expandiu-se mais do lado nordeste, leste e sudeste da BR-116, atualmente, há uma tendência de crescimento significativo para o lado oposto, a oeste.

Em relação ao uso do solo urbano, a ocupação da cidade é predominantemente urbana e industrial. No entorno da cidade, o uso é pelas lavouras temporárias, pastagens diversas e vegetação secundária florestada e de usos diversos. Algumas áreas de preservação ambiental foram invadidas ou ocupadas ilegalmente. Algumas florestas foram substituídas por lavouras. Loteamentos surgiram sem cumprir as exigências legais determinadas para áreas verdes. Segundo Rocha (2015), a forma como o solo foi ocupado demonstra que não foram respeitadas as diretrizes e critérios preestabelecidos pelos planos diretores.

Através do mapa (Mapa 24) de uso do solo urbano, pode-se perceber como aconteceu esse processo de ocupação urbana da cidade.

Mapa 24 - Uso na cidade de Vitória da Conquista



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado pelos autores com base na imagem Spot 2010 e nas Leis Municipais n° 850/96 – 952/98, (2015, p. 76).

No Eixo Centro, principalmente na área mais antiga da cidade, estão atividades ligadas ao comércio e serviços, além de uso misto residencial, comercial e serviços, industriais e armazéns. Próximo ao centro, na direção norte, há bairros de residências de baixo e médio padrão como o Alto Maron e o Cruzeiro, além de uso misto.

Os serviços especializados em saúde como hospitais e clínicas também se encontram próximos do centro, entre os bairros Recreio e o Centro, uma das áreas mais valorizadas da cidade. Esta região fica muito distante dos bairros de residências de baixo padrão. Ainda próximo ao centro, nos bairros Recreio e Candeias, estão residências de médio e alto padrão.

Os bairros mais distantes do centro apresentam progressivamente queda no padrão socioeconômico da população residente. Já a área do perímetro urbano da cidade possui altos índices de pobreza. Cada bairro apresenta características socioeconômicas diferentes.

As áreas periféricas foram ocupadas, na maioria das áreas pelas populações de baixa renda, com estrutura urbana insuficiente. Alguns condomínios fechados com população residente de renda média e alta também ocupam a periferia, porém, com infraestrutura de qualidade. No centro se concentra a população de média e alta renda. Percebe-se a segregação socioespacial entre no centro e na periferia.

Na extremidade oeste, encontram-se residências de baixa renda, porém, é uma área menos densa nos bairros Bateias e São Pedro. Nesta mesma direção estão outros bairros da periferia ocupados por residências de baixo e médio padrão representados pelos bairros Zabelê, Patagônia, Brasil e Ibirapuera. Esta é uma área que se concentra quase a metade da população da cidade. O bairro Brasil é composto de um centro com comércio, serviços, feira livre, indústrias e madeireiras.

Nos Eixos Norte, Nordeste e Noroeste são divididos pelo Parque da Serra do Peri-Peri, importante área de conservação ambiental, apesar do desmatamento. Logo acima da serra está uma área de uso industrial, além de sítios e chácaras com produção de hortifrutigranjeiros. Em direção ao centro estão áreas de uso misto com residências de médio e baixo padrão, exemplo bairro Cruzeiro e Alto Maron.

Nos Eixos Sudoeste e Sul as residências são ocupadas pela população de médio e baixo padrão e predominantemente horizontais e há muitas áreas não ocupadas. Campinhos é um dos bairros deste eixo onde o uso predominante é o misto, residencial e industrial, com existência de fábricas de produtos derivados da mandioca.

No Eixo Sul predominam os usos residenciais de médio e alto padrão composto por condomínios fechados e novos loteamentos. Bem próximo, estão áreas de assentamento

popular como o Conjunto Vila América, localizado no bairro Boa Vista. Esta região, além do uso residencial, também se encontra o uso comercial, industrial e de serviços.

Em relação à verticalização, no Eixo Sudeste pode-se encontrar ocupação vertical e horizontal de médio e alto padrão nos bairros Recreio e Candeias. Nessa região, existem alguns equipamentos públicos como escola, parque de exposição, faculdades, o estádio e alguns equipamentos urbanos. Alguns margeiam a Avenida Olivia Flores, principal do Bairro. A principal avenida do bairro Candeias é a Av. Olivia Flores, que possui um uso misto de comércio, serviços e residências de médio e alto padrão.

Na região central e a sudeste da cidade, há uma extensa área ocupada por residências tanto horizontais quanto verticais com um padrão de classe média e alta da população. No Eixo Leste, a maior parte da ocupação é de residências de médio e alto padrão, vertical e horizontal, incluindo os diversos usos.

O Eixo Sudeste possui uma maior concentração de ocupação residencial vertical (Foto 17 e Mapa 25) de médio e alto padrão, principalmente nos Bairros Candeias, Boa Vista e Recreio, atualmente áreas de maior especulação imobiliária.

No Eixo Leste, a ocupação residencial tem predominância horizontal. No Eixo Sul, o bairro Felícia apresenta umas áreas verticalizadas.

As Zonas Oeste, Sudoeste e Noroeste possuem uma predominância horizontal.

De um modo geral predominam na cidade as construções horizontais e a verticalização pode ser considerada pontual.

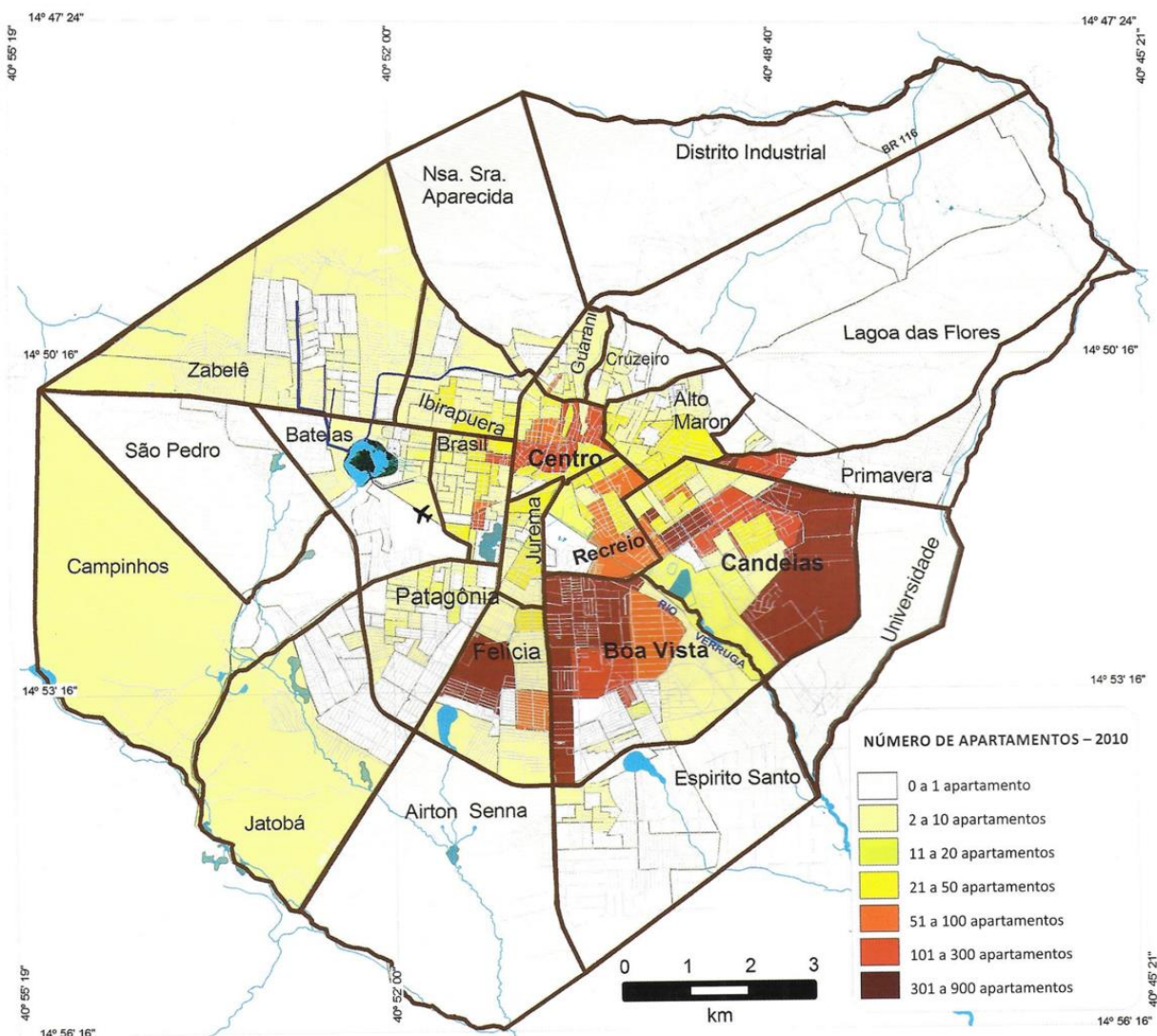
Foto 17 - Verticalização do bairro Recreio



Fonte: Trabalho de campo de Altemar Amaral Rocha. Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, 2015.

No Mapa 25, que demonstra a densidade de apartamentos nos bairros, pode-se perceber a verticalização que se concentra nos bairros Candeias, Boa Vista e Felícia. Conseqüentemente nestas áreas a densidade populacional também é maior.

Mapa 25 - Verticalização na cidade Vitória da Conquista por setor Censitário-2010



Fonte: Elaborado por Altemar Amaral Rocha com base nos dados do IBGE/Censo Demográfico 2010. Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015, p. 101).

Em relação à existência de condomínios fechados (Foto 18 e Mapa 26), os bairros Boa Vista e Recreio são os que possuem a maior concentração. No restante da cidade também existem vários condomínios, porém, mais espalhadas.

A partir de 1970, iniciou-se a ocupação de loteamentos no bairro Boa Vista, que continua até os dias atuais. A presença das vias de acesso, denominadas corredores urbanos, como a Avenida Juracy Magalhães, a Avenida Luiz Eduardo Magalhães e a proximidade com o Shopping Conquista Sul, foram e ainda são elementos apropriados para a valorização deste

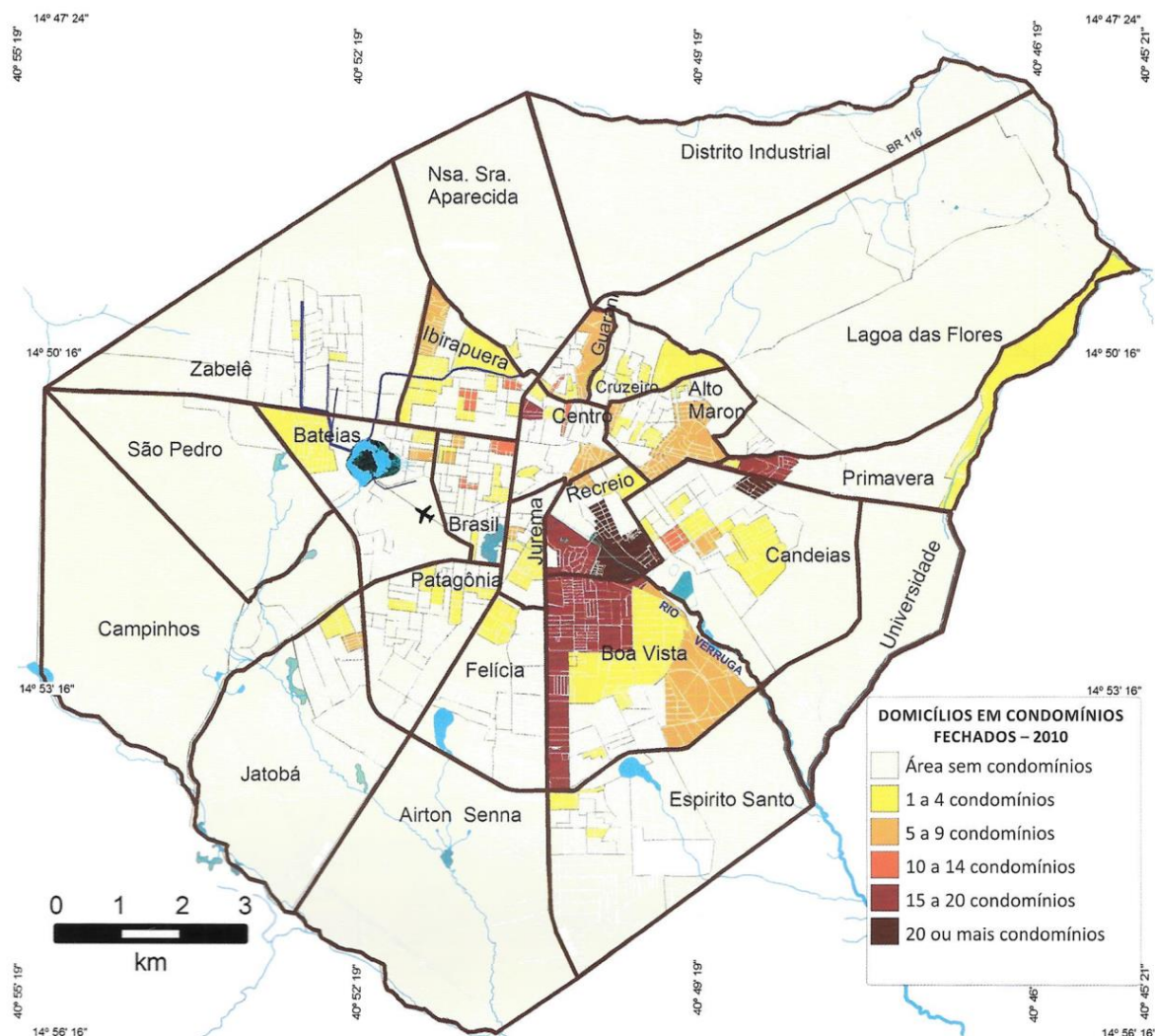
bairro. Outro fator que promoveu o crescimento populacional deste bairro foi a consolidação da centralidade urbano-regional em Vitória da Conquista, que atraiu fluxos migratórios do campo e das cidades menores. Desta forma, o bairro se tornou atraente no mercado imobiliário.

Foto 18 - Entrada de um condomínio fechado em Vitória da Conquista



Fonte: Trabalho de campo de Altamar, Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, 2015.

Mapa 26 - Condomínios fechados na cidade Vitória da Conquista por setor Censitário-2010



Fonte: Elaborado por Altamar Amaral Rocha com base nos dados do IBGE/Censo Demográfico 2010. Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015, p. 102).

Os agentes imobiliários, o poder político local e a participação da sociedade na evolução do urbano

No processo de planejar as cidades, muitas vezes, busca-se atender as demandas particulares como de incorporadores e comerciantes e não as demandas sociais.

A partir da década de 80, surgiram empresas incorporadoras que atuavam no mercado como pessoa jurídica, que tiveram um importante papel no processo de expansão da malha urbana conquistense. A produção de uma cidade espraiada e segregada reflete os interesses do capital imobiliário, que age de diferentes maneiras, porém com um objetivo comum: de auferir lucro por meio da venda parcelada de uma propriedade (FERRAZ, 2001).

Em nome do crescimento da cidade e dos argumentos dos agentes imobiliários, a cidade de Vitória da Conquista evoluiu, passando por cima de normas pré-estabelecidas pelos planos e outras políticas públicas. O poder público legalizava, facilitava e, quando possível, realizava a obra de infraestrutura. Uma cidade que, por este e outros motivos, cresceu com problemas e produziu espaços diferenciados, desiguais e periféricos (FERRAZ, 2001). O resultado desastroso deste formato de evolução não atende apenas à cidade fisicamente, atinge principalmente o homem, emocionalmente e biologicamente, trazendo mal-estar e péssima qualidade de vida.

A vida política urbana se caracteriza hoje pela interferência de estruturas e forças diversas e, frequentemente, opostas, seja pela origem, situação ou objetivos diferentes e por vezes contraditórios (LEDRUT, 1981).

Há muitos atores envolvidos na construção de uma cidade. De um lado, os consumidores almejando o bem-estar geral, de outro o poder público com interesses políticos, e do outro os agentes imobiliários, defendendo o lucro, sendo cada grupo com seus interesses e necessidades.

A população, muitas vezes, não tem escolha: mora onde a condição financeira permite (FERRAZ, 2001). A expansão da cidade, feita com base neste processo segregado e excludente, do ponto de vista social e caótico, do ponto de vista urbano, teve como resultado a criação e construção de um espaço claramente diferenciado e a exacerbação das marcas sociais e seus conflitos (CALDEIRA, 1994).

São essenciais a participação e as cobranças do cidadão e das lideranças nas decisões das políticas públicas de desenvolvimento urbano de uma cidade, pois, do outro lado, estão os agentes imobiliários e os políticos fazendo o “seu papel”. A participação popular e o

compromisso do poder público em atender as necessidades da população pode mudar a estrutura social e física de uma cidade.

Segundo Rocha (2015), a forma como foi urbanizada a cidade demonstra que existe um padrão de ocupação definido por atores, como os agentes imobiliários e o poder público, que elaboram e executam as ações destinadas à habitação e a construção de equipamentos públicos. Este mapa deixa muito claro como aconteceu o processo de urbanização da cidade e como se deu a ação do homem sobre o meio ambiente.

6 PERFIL DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Foram colhidos dados relativos aos aspectos socioeconômicos como densidade demográfica e renda, aspectos educacionais e aspectos geográficos e ambientais com o objetivo de apresentar o perfil da cidade para melhor conhecimento da mesma e melhor compreensão dos resultados obtidos relativos aos níveis de sustentabilidade urbana das variáveis selecionadas para os indicadores expostos no capítulo seguinte.

6.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS - DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Por definição, a densidade demográfica ou população relativa é a medida expressa dada pela relação entre a população e a superfície do território, geralmente aplicada a seres humanos. É geralmente expressada em habitantes por quilômetro quadrado.

O crescimento da população é um dos fatores responsáveis pela expansão de uma cidade. Quanto maior a expansão populacional de uma cidade, maior a necessidade de melhorar a estrutura urbana para que haja sustentabilidade e não prejudique a qualidade de vida dos habitantes.

Segundo dados do IBGE (2010) (Tabela 4) a população de Vitória da Conquista em 2010 era de 306.866 habitantes. A população urbana representava 90,3% de população com 274.739 habitantes e população rural com 32.127 habitantes, representando 9,7% da população e o grau de urbanização era de 89,5%.

O IBGE (2010) considera população urbana aquela que reside na cidade e vilas e a rural a que vive fora dos limites da cidade, inclusive nos povoados e núcleos (extensão urbana de aglomerados rurais).

Tabela 4 - População censitária por situação de moradia, 2010

População censitária por situação de moradia - 2010			
Urbana	Rural	Urbanização	Total
274.739	32.127	89,5%	306.866

Fonte: IBGE / SEI / SEPLANTEC (2016).

Nota: Obs. Este documento foi gerado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em 29/04/2016.

Comparando os dados do IBGE (2010) (Tabelas 5 e 6), a população estimada para 2015 foi de 343.230 hab., apresentando um crescimento no intervalo de cinco anos - 2010 a

2015 - similar ao intervalo de 10 anos, entre 2000 e 2010. O surgimento das faculdades proporcionou o aumento populacional nestes períodos.

A previsão para 2020, 2025, 2030 é que haverá uma desaceleração do crescimento.

Tabela 5 - População com projeção para 2013

1. POPULAÇÃO					
Censo Demográfico		Estimativa	Projeção		
2000	2010	2015	2020	2025	2030
262.494	306.866	343.230	361.688	387.346	413.420

Fonte: IBGE / SEI / SEPLANTEC (2016).

Nota: Obs. Este documento foi gerado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em 29/04/2016.

Atualmente a cidade conta com uma população flutuante durante a semana em horário comercial e no sábado, de aproximadamente 25 mil visitantes/dia, atende cerca de 80 cidades da Bahia e 16 do norte de Minas Gerais que vêm realizar negócios, compras, usar serviços como o de saúde e educação. Essa população dinamiza o setor econômico da cidade.

Dentro do Estado, a cidade de Vitória da Conquista está entre os maiores municípios da Bahia (Tabela 6). Foi considerado em 2015 o terceiro maior município do estado em termos demográficos.

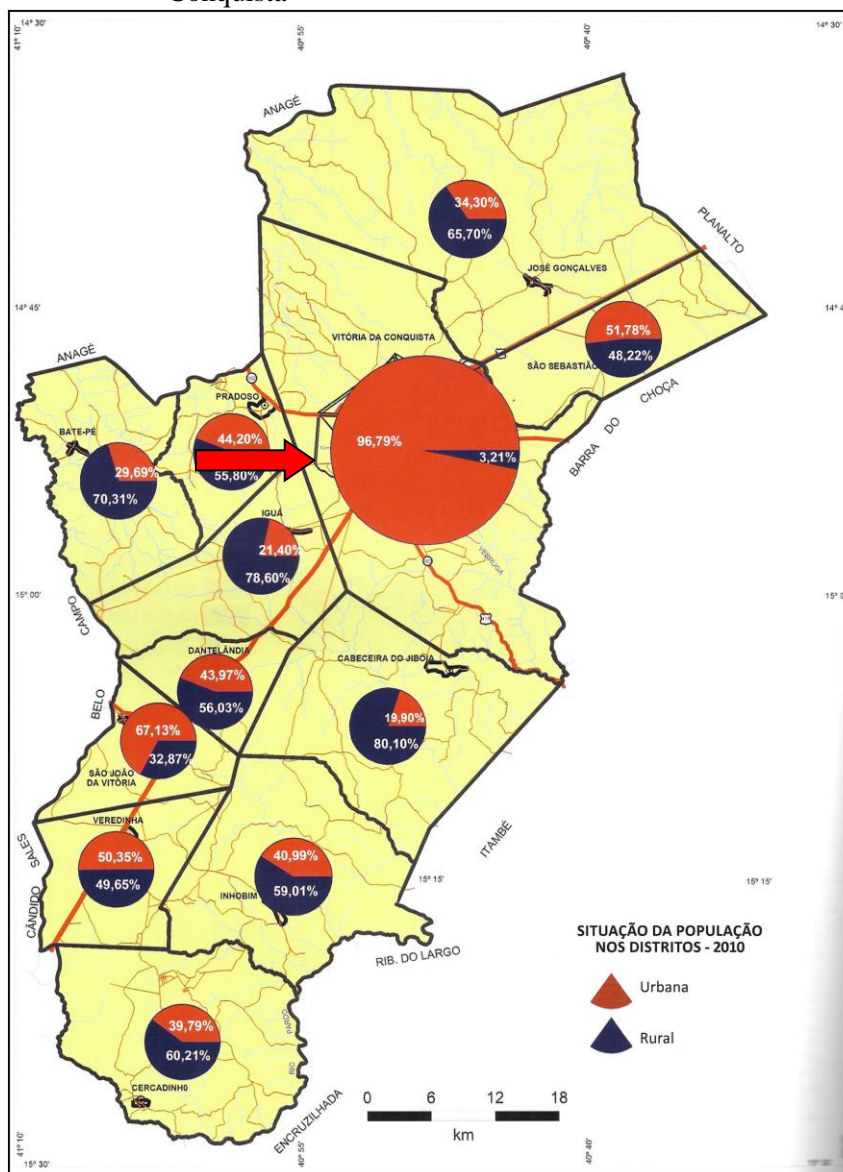
Tabela 6 - Maiores Municípios da Bahia em população, 2015

MAIORES MUNICÍPIOS DA BAHIA (em população) 2015		
Classificação	Município	População
1º	Salvador	2.921.087
2º	Feira de Santana	617.528
3º	Vitória da Conquista	343.230
4º	Camaçari	286.919
5º	Itabuna	219.680
6º	Juazeiro	218.324
7º	Lauro de Freitas	191.436
8º	Ilhéus	180.213
9º	Jequié	161.528
10º	Teixeira de Freitas	157.804
11º	Alagoinhas	154.495
12º	Barreiras	153.918

Fonte: IBGE (2016).

Através do mapa (Mapa 27), percebe-se que a cidade de Vitória da Conquista era a que possuía a população urbana maior em 2015 comparando aos distritos próximos.

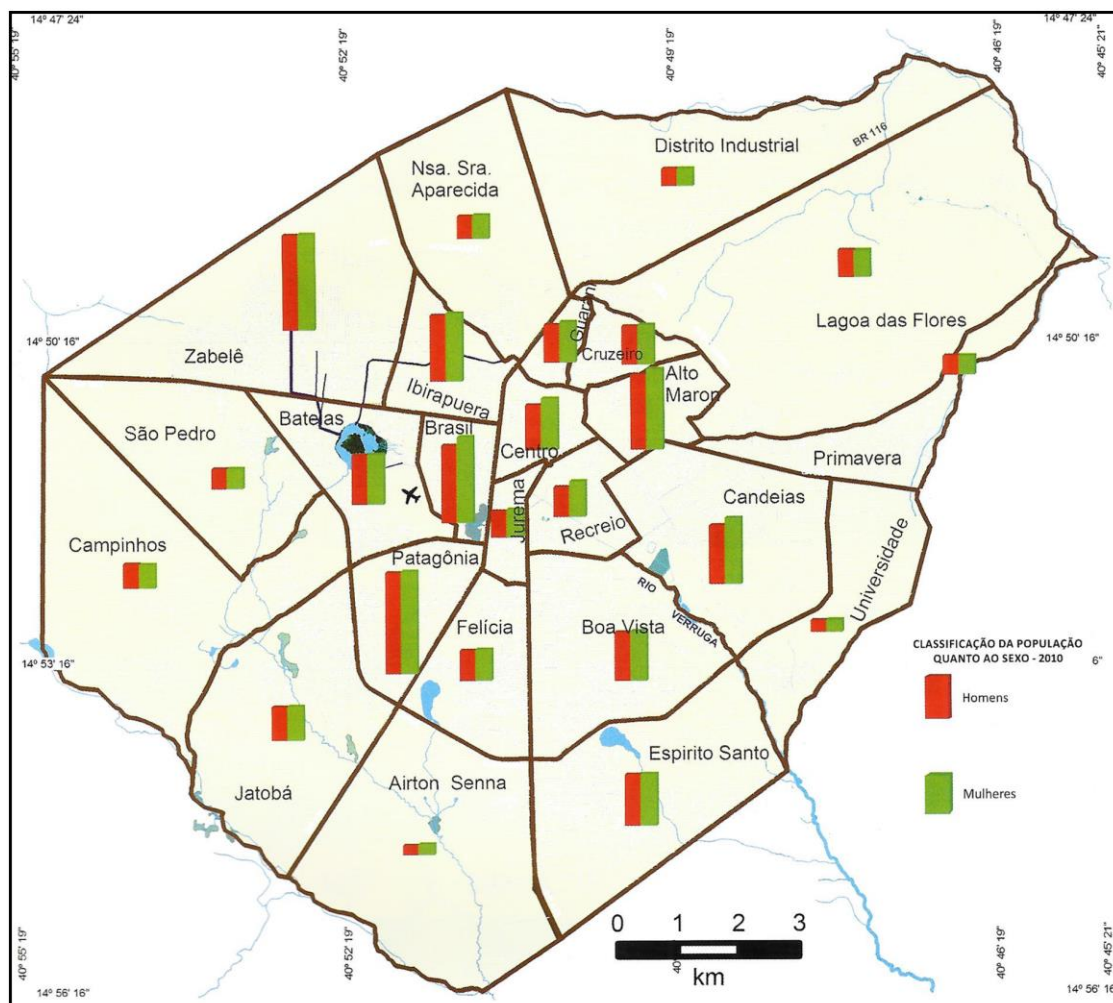
Mapa 27 - Percentual da População Urbana e Rural no Município de Vitória da Conquista



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado pelos autores com base do IBGE/Censo Demográfico (2010, p. 86).

Em relação à população por sexo (Mapa 28), segundo informação do Censo Demográfico de 2010 de Vitória da Conquista, fica demonstrado que há uma maior quantidade de mulheres em relação aos homens na maioria dos bairros, assemelhando ao estado da Bahia e ao Brasil. Para cada 100 mulheres há 83 homens na cidade.

Mapa 28 - Mapa da população da cidade de Vitória da Conquista por sexo, por bairro



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista elaborado pelos autores com base do IBGE/Censo Demográfico 2010 (2015, p. 92).

A maior parte da população, em 2010, (Tabela 7) encontrava-se na faixa etária de 15 a 29 e de 30 a 64 anos, ou seja, 208.784 habitantes.

Tabela 7 - População censitária por faixa etária e por gênero - 2010

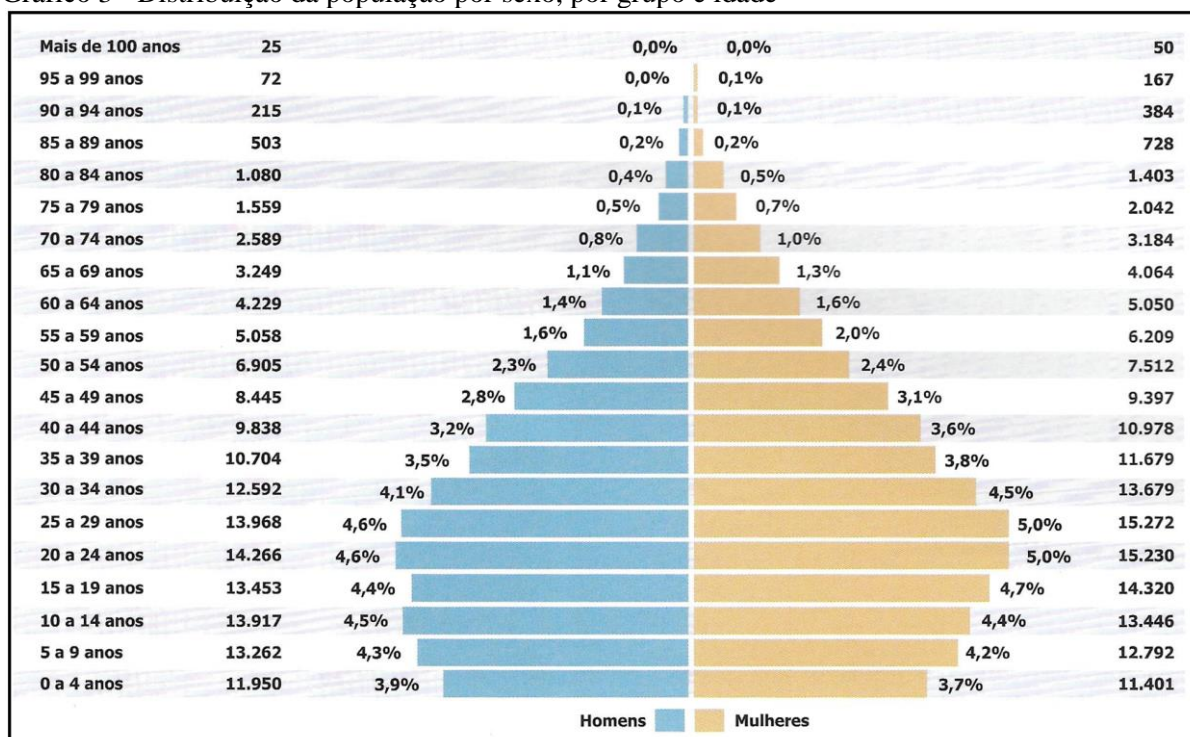
População censitária por faixa etária - 2010				
0 a 14 anos	15 a 64 anos	Acima de 64 anos	Total	
76.768	208.784	21.314	306.866	
População censitária por gênero - 2010				
Masculino	Feminino	Razão de sexo	Total	
147.879	158.987	93	306.866	

Fonte: IBGE / SEI / SEPLANTEC (2016).

Nota: Obs. Este documento foi gerado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia em 29/04/2016.

De acordo com a pirâmide etária a maioria da população feminina e masculina (Gráfico 3) está entre 20 e 29 anos.

Gráfico 3 - Distribuição da população por sexo, por grupo e idade



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Em alguns bairros, como Alto Maron, Centro, Recreio, Brasil e Guarani, a população acima de 60 anos ou mais ultrapassa as demais. São os bairros mais antigos da cidade com uma população residente na maioria de classe média e alta. Devido a melhor condição econômica e educacional da população destes bairros, além dos avanços na área de saúde, nota-se um aumento na expectativa de vida em relação aos outros bairros. Além disso, por serem os primeiros bairros da cidade, ainda possuem muitos moradores antigos.

A população de 0 a 14 anos é, na maioria das vezes, menor que de 15 a 29 anos e de 30 a 59 anos (Mapa 29), demonstrando que a maioria da população encontra-se na faixa etária da força de trabalho.

Os bairros Recreio, Centro, Candeias de população, de renda de média a alta, apresentam as maiores diferenças populacionais na faixa de 0 a 14 anos em relação às outras faixas. Estas populações, com melhor condição econômica e educacional, têm reduzido a quantidade de filhos, gerando uma diminuição na faixa etária de 0 a 14 anos, acontecendo o inverso nos bairros de renda baixa.

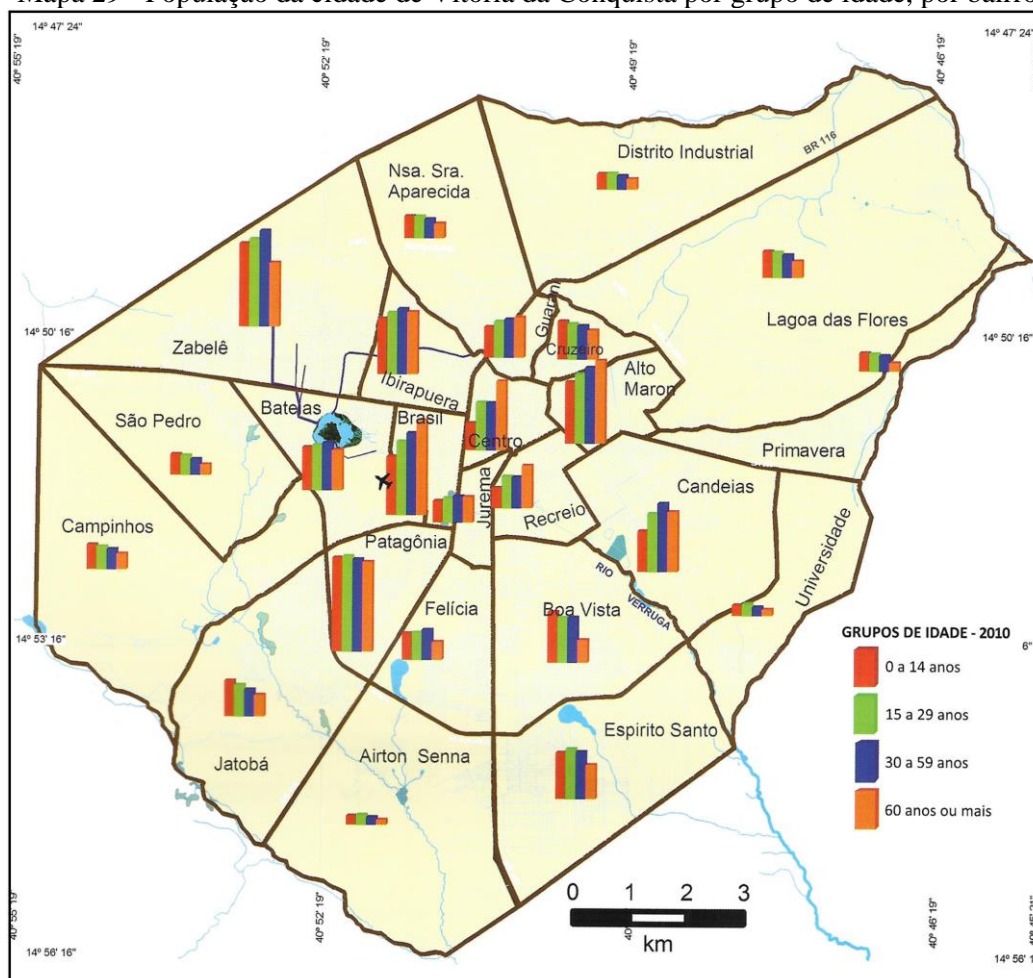
Nos bairros periféricos como Zabelê, Campinhos, São Pedro, Patagônia, Jatobá, Felícia, Espírito Santo, Boa Vista, Nossa. Sra. Aparecida, Lagoa das Flores e Primavera, a população na faixa etária de 0 a 14 anos é bastante significativa. São bairros onde a maior parte da população é de classe baixa e de menor renda.

A falta de conscientização e o nível baixo na educação influenciam no controle de natalidade e as pessoas têm mais filhos mesmo sem condições financeiras.

O mapa (Mapa 30) de população urbana, por bairro, demonstra que, em 2010, os bairros Patagônia, Brasil, Zabelê e Alto Maron eram os de maior população.

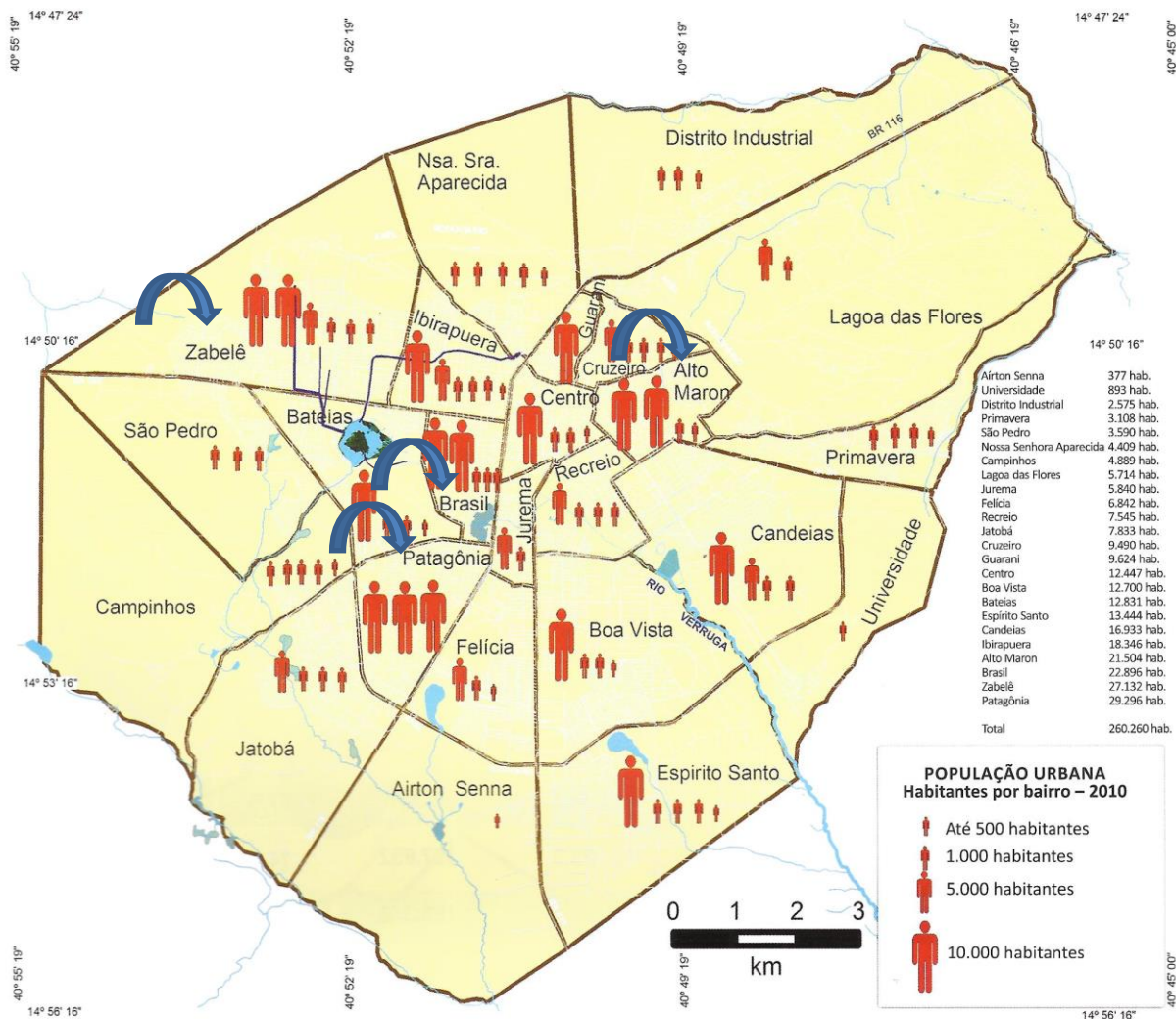
Nos bairros Patagônia, Brasil e Alton Maron, predomina a população de média renda e o bairro Zabelê de baixa renda.

Mapa 29 - População da cidade de Vitória da Conquista por grupo de idade, por bairro



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista elaborado pelos autores com base do IBGE/Censo Demográfico 2010 (2015, p. 94).

Mapa 30 - Mapa da população da cidade de Vitória da Conquista, por Bairro, 2010



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015, p. 88).

A partir da visualização do Mapa 31, percebe-se que a BR-116 que corta a cidade, diagonalmente, ao meio, a divide também em relação à condição social. De um lado, na parte mais antiga da cidade, a Leste e Sudeste, a densidade é menor e habitam as classes mais altas e do outro lado, a Oeste, a densidade é maior e habita as classes mais baixas.

Nota-se que, na produção do espaço urbano, a cidade tornou-se segregada.

Os bairros da periferia, exceto Zabelê e Espírito Santo, são os menos populosos, menos densos por serem compostos de vários sítios e áreas isoladas.

Os bairros Zabelê, Ibirapuera e Patagônia continuam crescendo em população desde a abertura dos loteamentos populares.

Em 2016 (Tabela 8), a densidade demográfica da cidade média era de 102,2 hab./km², coerente com a média relacionada com o Adensamento e consolidação da ocupação nos limites desejáveis do PDU-2006.

Tabela 8 - Dados da distância a capital, área e densidade demográfica de Vitória da Conquista

Vitória da Conquista			
Território de Identidade	Distância da capital (em Km)	Área (em Km²)	Densidade demográfica (população/ Km²)
Sudoeste Baiano	503	3.356,9	102,2

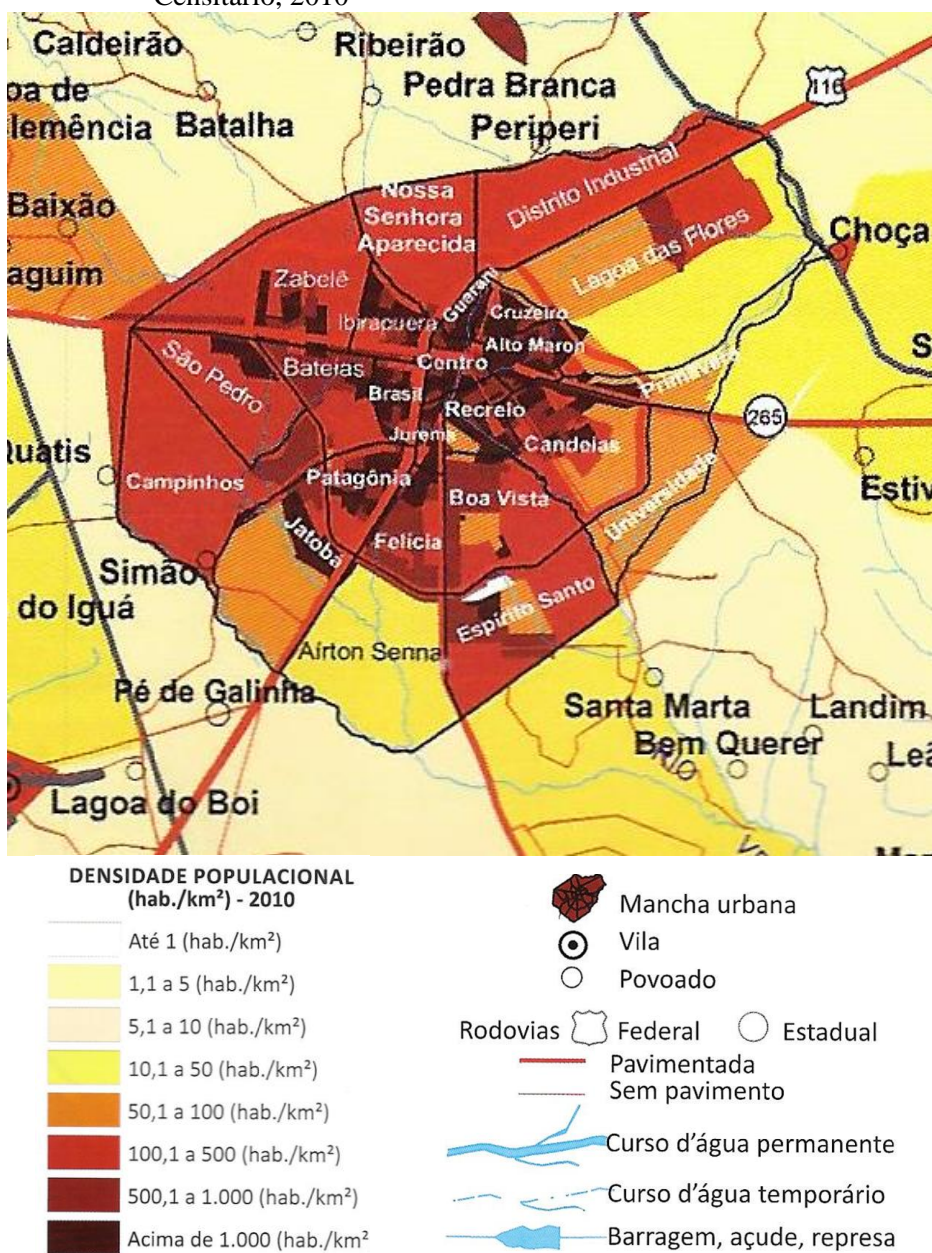
Fonte: SEI/IBGE (2016).

Nota: Obs.: Este documento foi gerado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia em 29/04/2016.

Atualmente, a cidade conta com 24 bairros. O bairro com maior população é Patagônia, localizado a sudoeste, e o de menor população é o Airton Sena, que fica ao sul.

No Mapa 31 de densidade populacional para 2010, fica mais claro quanto aos pontos de maior concentração populacional da cidade. Na região central a concentração é de 500 a 1000hab/km. Diminui em direção a periferia na direção oeste e noroeste apresentando entre 100 a 500hab/km e em direção a nordeste, leste e sul 10 a 100ha/km. A região sudeste apresenta a densidade entre 50 a 500hab/km.

Mapa 31 - Densidade populacional no Município de Vitória da Conquista, por setor censitário, 2010



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado por Altemar Amaral Rocha com base nos dados do IBGE/Censo Demográfico (2015, p. 85) adaptado por Ribeiro (2017).

Aspectos econômicos

Entende-se por perfil econômico o conjunto de variáveis econômicas, sociológicas, educativas e trabalhistas que qualifica um indivíduo ou grupo. Pode ser classificado em baixo, médio ou alto.

A depender do perfil socioeconômico de uma cidade, sua capacidade de realização de melhorias urbanas, seja nas condições básicas de sobrevivência como saneamento, saúde,

moradia e educação ou nos demais elementos como ambientais, de lazer, transporte etc., pode variar.

Nas últimas décadas, pode-se dizer que a cidade de Vitória da Conquista apresentou crescimento econômico e razões para desenvolver um espaço urbano sustentável, que proporcionasse bem estar para seus cidadãos. A cidade não apresentou um crescimento social proporcional ao econômico devido à concentração de renda apenas para faixa da população.

Em um breve relato exposto, a seguir, pode-se verificar como se deu a evolução econômica da cidade.

Em 1966, as atividades estavam vinculadas à bovinocultura e agrícola. Em 1970, o café se destacou significativamente.

Segundo o site Bahia em Foco: “O desenvolvimento da cidade também é atestado pelos índices econômicos e sociais. O IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico subiu do 11º lugar no ranking baiano, em 1996, para 9º, em 2000”.

Em 1970, com população de 172.312 habitantes, a cidade já era polo da microrregião do Planalto da Conquista com 15 municípios. Atualmente, com base nos dados do IBGE e da SUDENE, a cidade tem se destacado como sede e como área de influência regional, abrangendo mais de 53 municípios. A área de influência atinge 62,40 mil km², 11,1 % da área do Estado da Bahia onde vive uma população de 871.000 habitantes, 11,60 % do total estadual (SPINOLA, 2003).

Em 1990, houve uma queda da renda, retração do mercado de trabalho e comércio devido à queda do preço do café e dos problemas internos conjunturais do país.

No ano de 2009, as riquezas produzidas em solo conquistense geraram R\$ 3,142 bilhões, um aumento de 18,5% em relação ao ano de 2008. Em dez anos, de 1999 a 2009, o PIB municipal apresentou um crescimento superior a 340%. Esse crescimento se baseou na expansão de um grande conjunto de atividades com destaque no setor de serviços, responsável por mais de 70% do PIB do município. Neste setor, o município ocupava a 6ª posição no Estado, com R\$ 2,224 bilhões acumulados em 2009. O comércio forte e dinâmico, os serviços educacionais e os de saúde foram responsáveis de maneira fundamental para esse crescimento.

Vitória da Conquista é a segunda cidade que mais cresce na Bahia, com Produto Interno Bruto (PIB) que superou 340% entre 1999 e 2009, é hoje a terceira entre as cidades que mais crescem no interior do Nordeste e a sétima mais importante entre as médias cidades brasileiras (COLÓQUIO ..., 2012, p. 2914).

De 2010 a 2013, o PIB (Tabela 9) evoluiu de uma forma crescente e em relação a 2013 pode-se perceber que a participação do comércio e serviços era muito maior do que da agropecuária e indústria.

Tabela 9 - PIB Vitória da Conquista de 2010 a 2013

Produto Interno Bruto (PIB)				
PIB	Ano			
	2010	2011	2012	2013
PIB (R\$ milhões)	3.474,9	3.903,1	4.310,0	4.935,9
PIB per capita	R\$ 11.342,00	R\$ 12.585,50	R\$ 13.644,30	R\$ 14.647,20
Participação dos setores na atividade econômica - 2013	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
	1,8%	15,8%	82,5%	100,0%

Fonte: IBGE/SEI.

Nota: Obs.: Este documento foi gerado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia em 29/04/2016.

Atualmente continua sendo um importante polo comercial e de serviços para aproximadamente 90 municípios que abrange dois milhões de pessoas, o que a torna dinâmica economicamente.

Comparando com os maiores municípios da Bahia o PIB estava, em 2013, em 5º lugar com 4.935,91, sendo 2,4% de participação. Já o PIB renda *per capita* era de 14.647,17 (Tabela 10).

Tabela 10 - PIB 2013

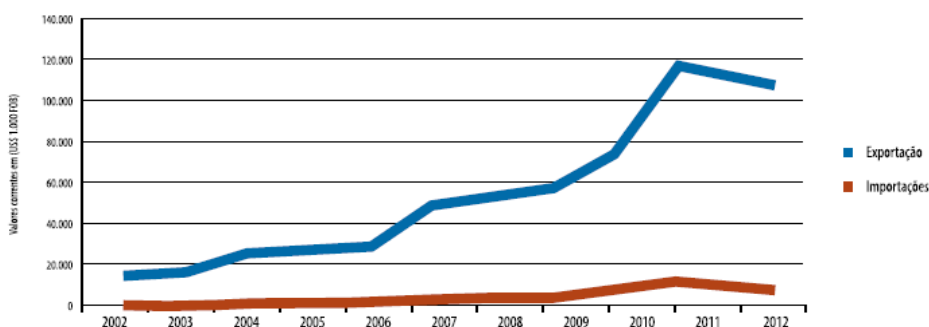
MAIORES MUNICÍPIOS DA BAHIA (em PIB) 2013			
Região	PIB 2013 (em milhões R\$)	Participação	PIB per capita 2013
Bahia	204.265,32	100,0%	R\$ 13.577,74
Salvador	52.667,93	25,8%	R\$ 18.264,13
Camaçari	14.702,44	7,2%	R\$ 53.351,87
Feira de Santana	10.840,57	5,3%	R\$ 17.884,62
Lauro de Freitas	5.321,27	2,6%	R\$ 28.859,89
Vitória da Conquista	4.935,91	2,4%	R\$ 14.647,17
Simões Filho	4.005,30	2,0%	R\$ 30.818,52
Itabuna	3.416,86	1,7%	R\$ 15.664,77
Luis Eduardo Magalhães	3.365,01	1,6%	R\$ 46.057,56
Ilhéus	3.206,66	1,6%	R\$ 17.369,33
Dias d'Ávila	3.190,09	1,6%	R\$ 42.476,21
Barreiras	2.873,96	1,4%	R\$ 19.045,98
Candeias	2.817,48	1,4%	R\$ 31.508,70

Fonte: IBGE/SEI.

Nota: Obs.: Este documento foi gerado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia em 29/04/2016.

Em termos de corrente do comércio por vias externas (GRÁFICO 4), as exportações no município têm superado as importações ao longo dos anos. Em 2002, as exportações eram de US\$ 14,3 milhões e, no ano de 2012, passaram a US\$ 103,9 milhões. Já as importações, que eram de US\$ 122 mil em 2002, foram de US\$ 6,5 milhões em 2012.

Gráfico 4 - Evolução das exportações e importações no município de Vitória da Conquista (2002-2012)



Fontes: MDIC – Brasil (2013).

Nota: Dados sistematizados pela SEI.

Entre 2010 e 2014, uma grande parte das pessoas estava empregada nas atividades de comércio e serviços. Segundo a tabela (Tabela 11), em relação ao mercado de trabalho percebe-se que 2010 em relação a 2015 houve um aumento de demissões bastante significativo.

Tabela 11 - População em Idade Ativa. População Economicamente Ativa. Taxa de Desocupação (2010). Mercado do Trabalho Formal (RAIS)

População em Idade Ativa (2010)	População Economicamente Ativa - PEA (2010)			Taxa de desocupação (2010)		
257.616	152.770			9,3%		
Mercado de Trabalho Formal (RAIS)						
Setor de atividade	2010			2014		
	Estabelecimentos	Estoque de emprego formal	Renda média do trabalhador formal	Estabelecimentos	Estoque de emprego formal	Renda média do trabalhador formal
Extrativa Mineral	9	174	R\$ 1.253,00	13	222	R\$ 1.869,60
Indústria de Transformação	537	7.997	R\$ 717,00	671	9.573	R\$ 1.043,10
Serviços Industriais de Utilidade Pública	6	315	R\$ 1.688,00	10	300	R\$ 2.519,00
Construção Civil	275	4.051	R\$ 824,10	454	5.878	R\$ 2.848,70
Comércio	2.824	15.774	R\$ 761,70	3.287	18.704	R\$ 1.117,50
Serviços	1.799	18.803	R\$ 1.345,20	2.344	25.180	R\$ 1.489,20
Administração Pública	5	7.892	R\$ 1.220,40	3	7.937	R\$ 1.814,10
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	547	1.437	R\$ 574,10	571	1.553	R\$ 822,50
Total	6.002	56.443	R\$ 1.019,30	7.353	69.347	R\$ 1.470,40
Saldo do Mercado de Trabalho Formal (admissões – demissões) - Caged						
Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Saldo	5.084	1.823	2.189	2.395	490	-1.106

Fonte: TEM - CAGED/MTE-RAIS.

Obs. Este documento foi gerado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia em 29/04/2016.

Em relação ao setor industrial, a cidade possui um distrito industrial, o Distrito de Imborés (DI), com área total de 607,5 hectares, atualmente às margens da BR-116, localização concebida pelo Plano Diretor. Existem indústrias de plástico, alimentos, materiais de higiene e

limpeza, laticínios, móveis, entre outros. O distrito utiliza a mesma infraestrutura (energia, telecomunicações e abastecimento de água) do núcleo urbano.

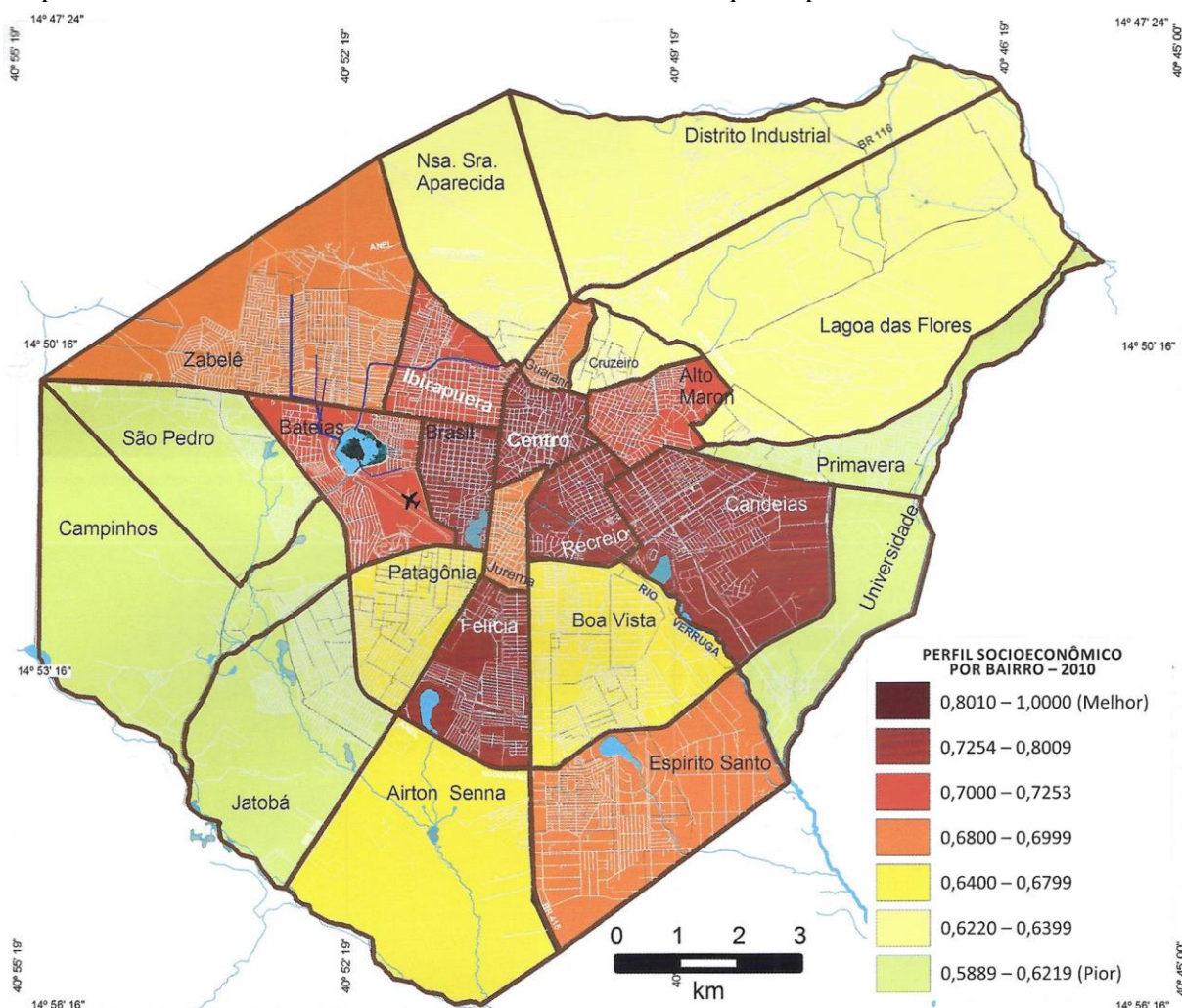
Atualmente, do ponto de vista econômico, predominam na cidade o comércio, a agropecuária diversificada (café, mandioca, milho, feijão, cana-de açúcar, cacau, algodão, laranja e arroz) e algumas industriais. Além destes, os serviços de saúde e educação são bastante significativos. Toda a produção e serviços da cidade atendem aos outros municípios circunvizinhos.

De acordo com o mapa do Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (Mapa 32) do perfil socioeconômico da cidade, por bairro, em 2010, o melhor resultado está na região central nos bairros Candeias, Recreio, Felícia, Centro e Brasil.

Na elaboração deste mapa, foram consideradas as seguintes variáveis: distribuição territorial, perfil etário, nível de renda, escolaridade, condições de saúde, condições de habitação e saneamento e os seguintes indicadores: densidade bruta, taxa de crescimento populacional, perfil etário mediano da idade, renda familiar, média de anos de estudo da população de 5 anos e mais, coleta de lixo e abastecimento de água e quota residência l(m²/hab.) e a classificação dos domicílios.

Entre o centro e a periferia, ficam bairros de situação intermediária com padrão popular. O pior perfil socioeconômico está nos bairros São Pedro, Jatobá, Campinhos, Primavera e Universidade, Lagoa das Flores, Distrito Industrial e Nossa Sra. Aparecida, localizados na periferia. O mapa demonstra que não há uma homogeneidade na distribuição da população nos bairros em relação ao perfil socioeconômico como acontece na maioria das cidades brasileiras.

Mapa 32 - Perfil Socioeconômico da cidade de Vitória da Conquista, por bairro, 2010



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, Elaborado por Altemar Amaral Rocha com base nos dados do IBGE/Censo Demográfico (2015, p. 119).

De acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o município de Vitória da Conquista é considerado como um Território de Identidade.

Para definição dos Territórios de Identidade em 2007, a SEI levou-se em consideração a identidade local, o desenvolvimento econômico, a relação entre os municípios e os aspectos naturais.

A publicação chamada Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia contém as informações relativas à atual situação econômica, social, geográfica e ambiental de Vitória da Conquista. Esta publicação tem o papel de subsidiar com significativas informações os formuladores de políticas públicas e os estudiosos e pesquisadores em geral.

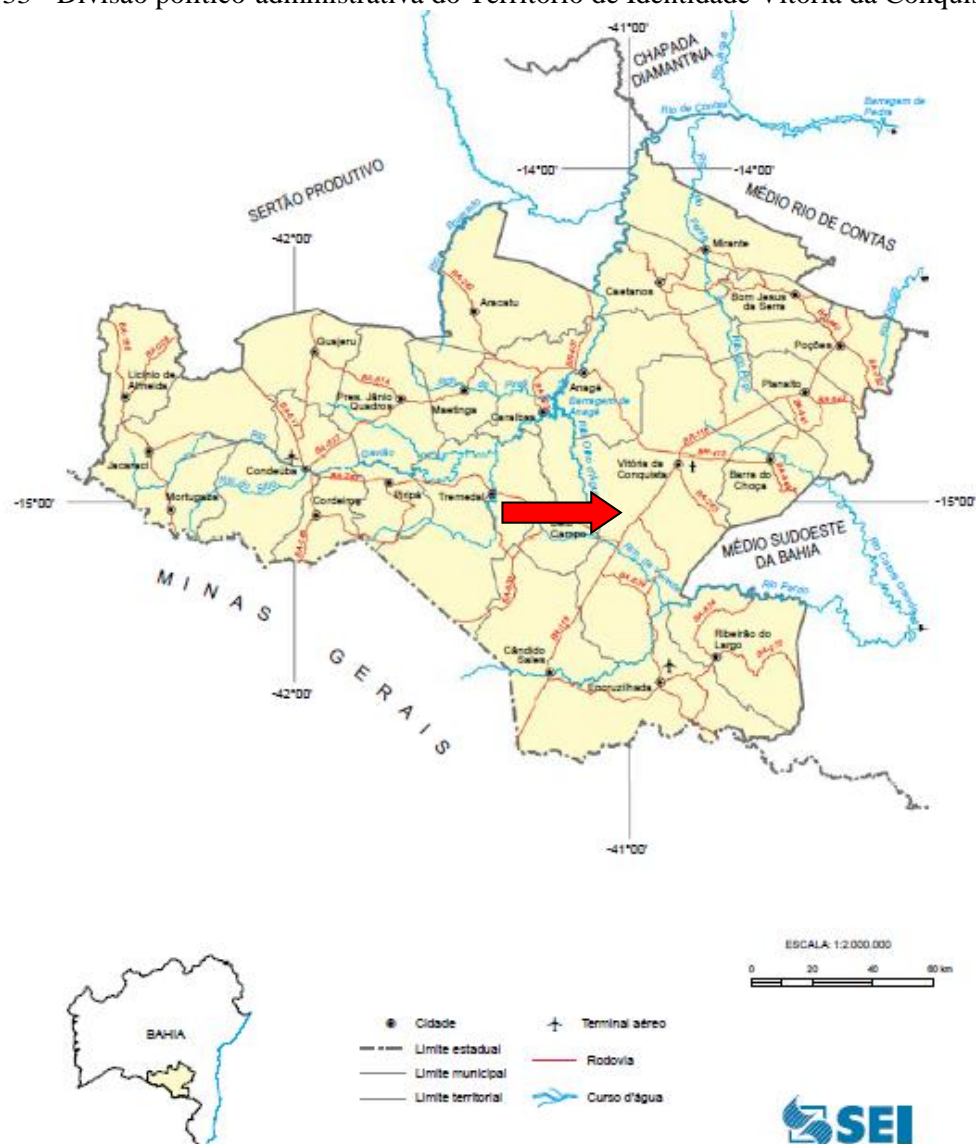
No Mapa 33, estão os municípios, no total de 24, que fazem parte do Território de Identidade de Vitória da Conquista. É composto administrativamente pelos municípios de Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales,

Carafbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista (BAHIA, 2012).

Para os Territórios de Identidade em relação à infraestrutura foram considerados o abastecimento de água, a coleta de lixo adequada e esgotamento sanitário nos domicílios (Gráfico 5) em comparação aos outros municípios, o desempenho do município de Vitória da Conquista no TI.

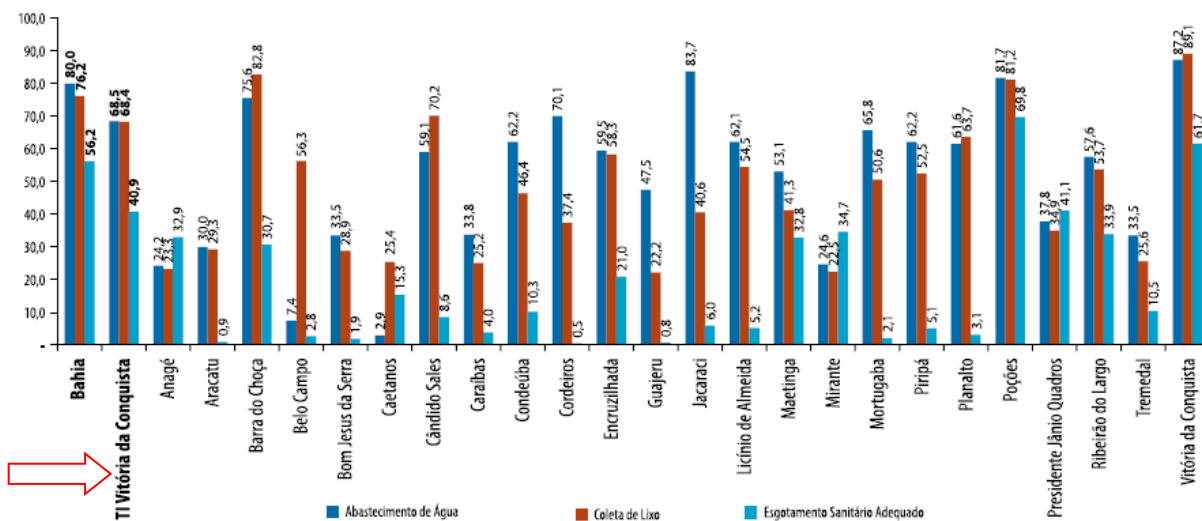
Percebe-se que há altos índices apresentados, com 87,2% dos seus domicílios com abastecimento de água adequado, 89,1% com coleta de lixo adequada e 61,7% com esgotamento sanitário adequado. No restante dos municípios do TI, notam-se as péssimas condições de esgotamento sanitário.

Mapa 33 - Divisão político-administrativa do Território de Identidade Vitória da Conquista



Fontes: Bahia (2012, 2013a) e SEI (2013).

Gráfico 5 - Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado, coleta de lixo adequada e esgotamento sanitário adequado – Bahia, TI Vitória da Conquista e municípios do TI (2010)

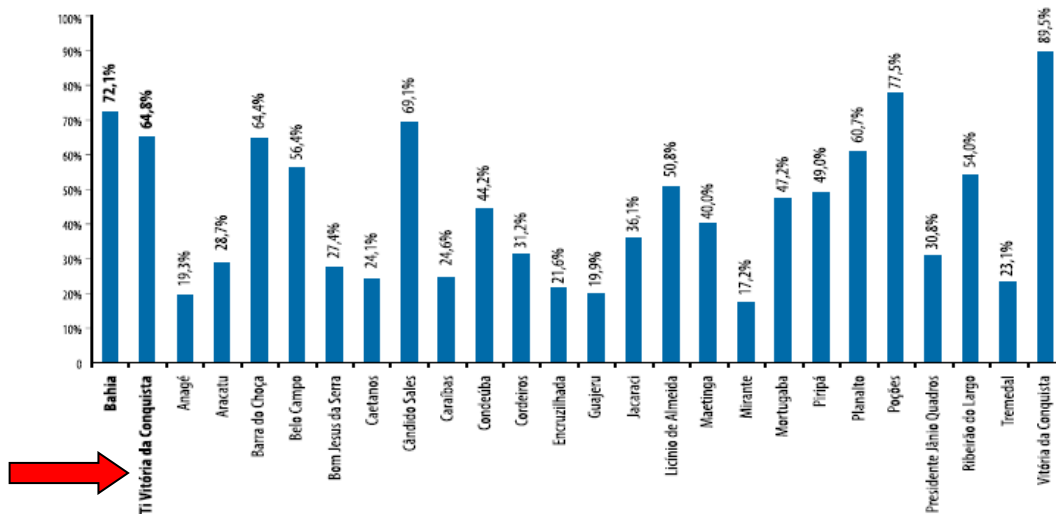


Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Nota: Resultados da amostra. Cálculos da SEI (2010).

Em relação à urbanização (Gráfico 6) do Território de Identidade, a maior influencia é dos municípios de Vitória da Conquista e Poções, que possuem as maiores populações e os maiores graus de urbanização, 89,5% e 77,5%, respectivamente. Assim, o território de identidade pode ser caracterizado pela existência de um grande centro urbano, como a cidade de Vitória da Conquista, que polariza pequenos centros urbanos localizados em municípios onde predominam populações rurais.

Gráfico 6 - Grau de urbanização – Bahia, TI Vitória da Conquista e municípios do TI, 2010



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Nota: Resultados da amostra. Cálculos da SEI (2010).

De acordo com o Mapa 34 da renda média mensal na cidade de Vitória da Conquista, por classe salarial, por bairro, para 2010, verifica-se que os bairros Recreio e Candeias são aqueles em que residem as pessoas com maior poder aquisitivo, com mais de seis salários mínimos e também os que apresentam melhor infraestrutura urbana.

O bairro Boa Vista, não demonstrado no mapa, possui uma população residente de média e alta renda. Parte dos terrenos do bairro eram antigas fazendas e tem sido há alguns anos transformadas em loteamentos e condomínios residenciais de médio e alto padrão e ocupados por população de melhor renda.

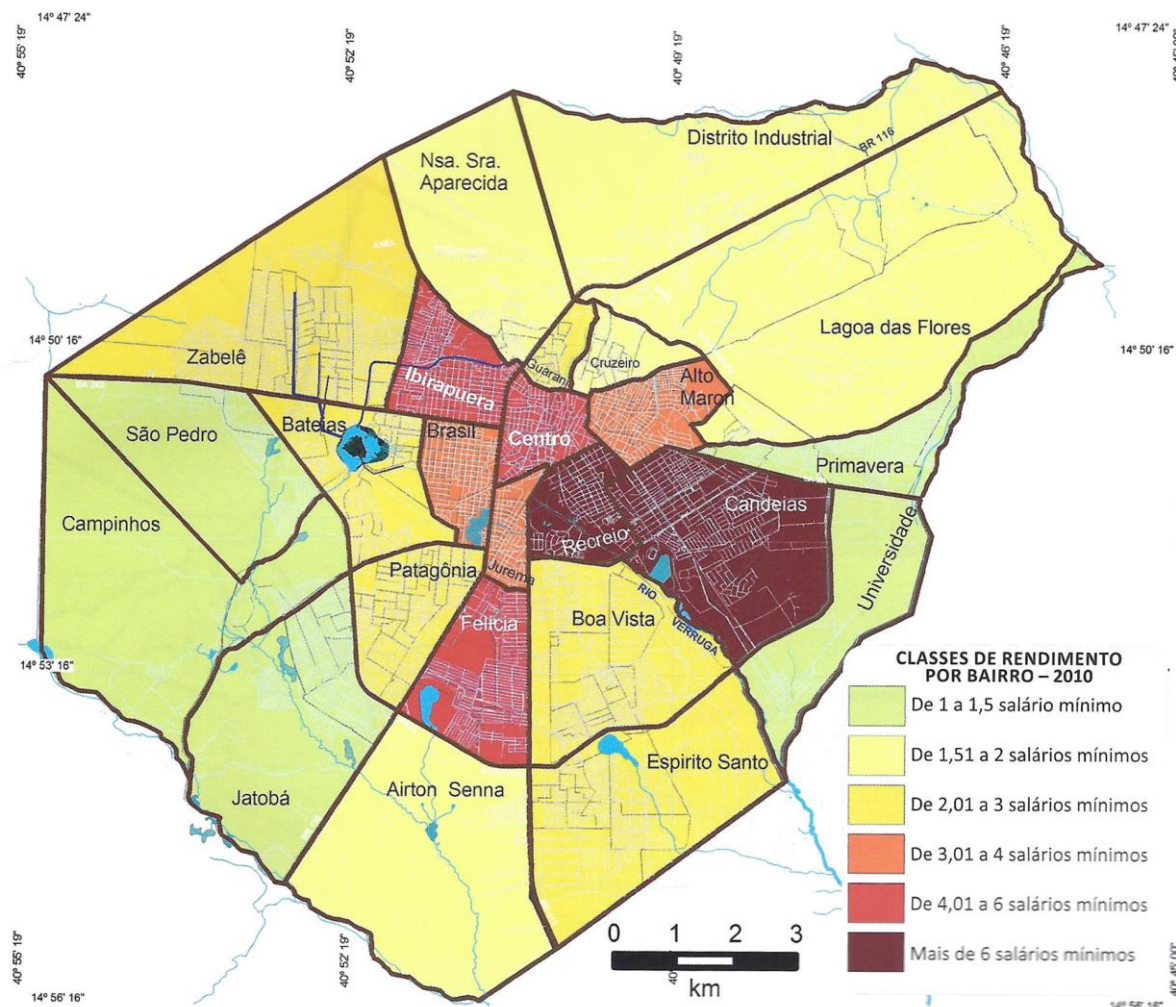
Limítrofes ao Centro habitam aqueles que têm a renda de quatro a seis salários mínimos excetuando-se Guarani e Cruzeiro.

Nos bairros periféricos, a população possui baixíssima renda, menos de dois salários mínimos. Os bairros de menor renda da periferia são Campinhos, São Pedro, Jatobá, Primavera e Universidade.

Nota-se que, do lado a Oeste da BR-116, denominada de Av. Presidente Dutra, somente o bairro Ibirapuera e Brasil apresentam uma população com uma renda melhor que os bairros desta região. Fica claro, pelo mapa, que a BR-116 divide a cidade em partes que se diferenciam pelas suas condições socioeconômicas. Do lado leste há uma concentração da classe burguesa em sua maioria e do lado oeste, a classe trabalhadora provocando uma separação social sedimentada pela barreira geográfica urbana real. Através da observação local, pode-se perceber, também, que o espaço urbano tem características próprias, como se fossem duas cidades diferentes.

A Av. Presidente Dutra recebeu também o nome de “Avenida da Integração”, contraditório ao que se é observado, pois a segregação é real e tem sido cristalizada desde a sua formação.

Mapa 34 - Renda média na cidade de Vitória da Conquista, por classe salarial, por bairro, 2010



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado por Altemar Amaral Rocha com base nos dados do IBGE/Censo Demográfico (2015, p. 115).

Educação

Nos anos 1970, 1980 e 1991, o percentual de analfabetismo (Tabela 12) de Vitória da Conquista era alto em relação ao Brasil. Porém, entre 1970 e 1991, a taxa caiu significativamente.

Tabela 12 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais e número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, Vitória da Conquista, Bahia, Região Nordeste e Brasil, 1970, 1980 e 1991

Região	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais (%)			Número médio de Anos de estudo (pop. de 25 anos e mais)		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Vitória da Conquista	47,8	37,8	28,5	1,4	2,5	3,9
Bahia	50,6	43,1	34,5	1,3	2,1	3,3
Região Nordeste	53,9	45,9	36,6	1,3	2,1	3,4
Brasil	33,0	25,3	19,4	2,4	3,6	4,9

Fonte: PNUD/IPEA/Fund. João Pinheiro/ IBGE - Atlas do Desenvolvimento Humano (1992)

Nove anos depois, em 2000, a população alfabetizada (Tabela 13) era de 18% da população. Após 10 anos, em 2010, passou a ser de 12,9%, apresentando uma redução de 5% do analfabetismo. A taxa de analfabetismo em 2000 e em 2010 foram as menores do Estado da Bahia.

Tabela 13 - Taxa de analfabetismo, 2000 e 2010

Taxa de analfabetismo		
Ano	2000	2010
Bahia	22,1%	16,3%
Vitória da Conquista	18%	12,9%

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia (2000, 2010).

Nota: Obs.: Este documento foi gerado pela SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) em 29/04/2016.

Fazendo um comparativo entre 1970, 1980, 1991 e 2010, percebe-se que a taxa de analfabetismo diminuiu consideravelmente em 40 anos. Dos moradores de Conquista, com cinco anos ou mais, 87,1% são alfabetizados.

Entre o ano de 2000 e 2010, o índice de alfabetização cresceu significativamente (Tabela 14) em praticamente todos os bairros. Alguns bairros ainda apresentam 20% a 30% de analfabetismo. O bairro que mais cresceu no percentual de alfabetização foi o Airton Senna, que se encontrava em pior situação em 2000. Percebe-se que, mesmo em bairros de média e alta renda, existe analfabetismo como pode-se ver no bairro Candeias, Recreio e Centro pois existentes pessoas residentes de baixa renda nestas áreas.

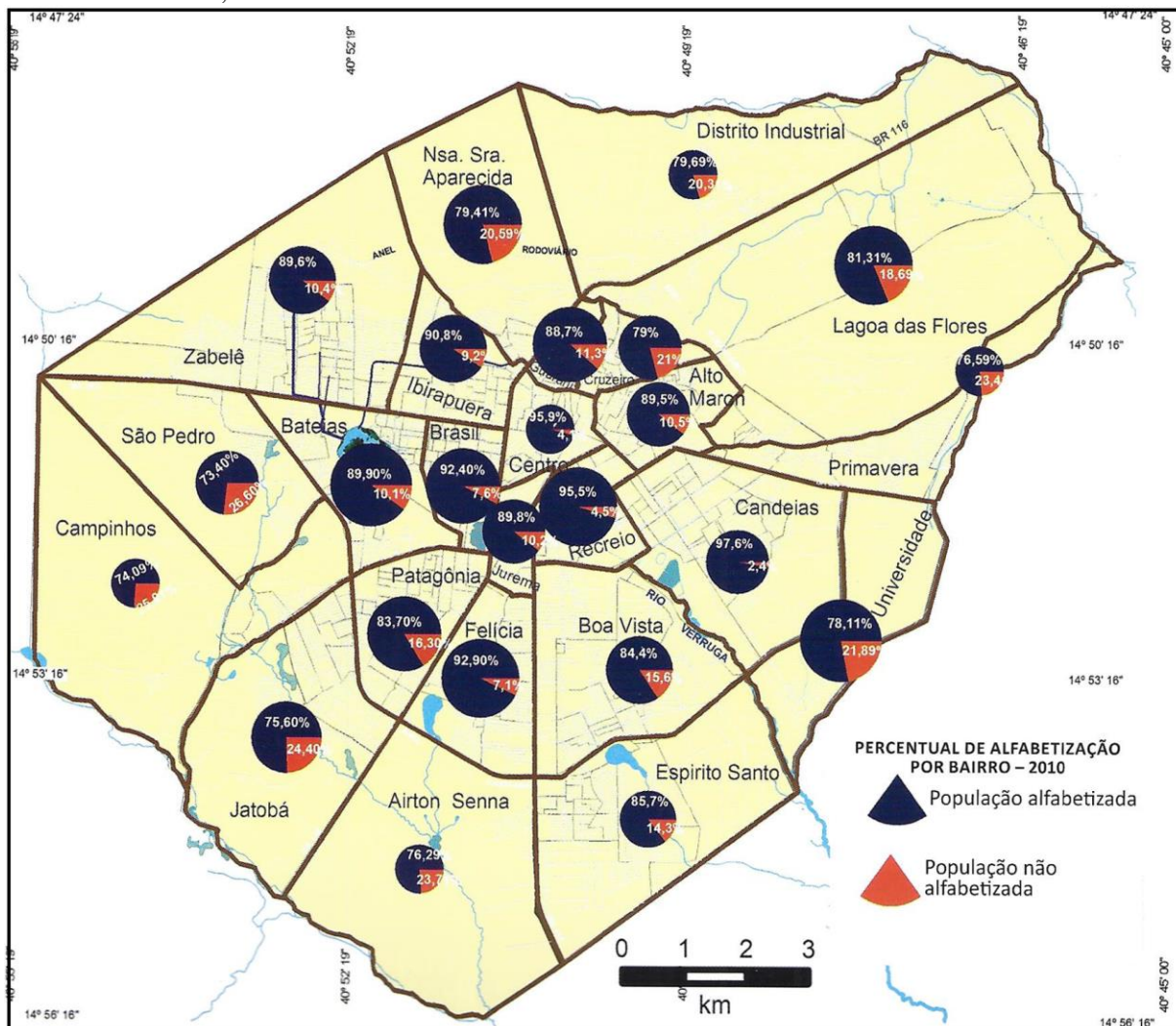
Tabela 14 - Percentual comparativo do índice de alfabetização, por bairro, Vitória da Conquista, por bairro, 2010

BAIRROS	2000	2010
Aírton Senna	51,2%	76,29%
São Pedro	62,8%	73,40%
Jatobá	64,6%	75,60%
Primavera	65,1%	76,59%
Campinhos	66,1%	74,09%
Nossa Senhora Aparecida	66,5%	79,41%
Distrito Industrial	67,1%	79,69%
Cruzeiro	70,1%	79,00%
Lagoa das Flores	72,2%	81,31%
Universidade	74,2%	78,11%
Patagônia	77,2%	83,70%
Espírito Santo	80,4%	85,70%
Jurema	81,6%	89,80%
Boa Vista	82,1%	84,40%
Bateias	82,4%	89,90%
Guarani	82,6%	88,70%
Ibirapuera	82,6%	90,80%
Alto Maron	83,3%	89,50%
Brasil	86,3%	92,40%
Zabelê	86,3%	89,60%
Felícia	87,6%	92,90%
Centro	93,0%	95,90%
Recreio	93,1%	95,50%
Candeias	95,9%	97,60%

Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/Censo Demográfico 2000 e 2010 (2015, p. 112).

Segundo o Mapa 35, nota-se que há diferenças significativas entre alguns bairros quanto à taxa de alfabetizados. Por exemplo, entre o bairro Candeias, que possui 97,6% da população alfabetizada, e o bairro São Pedro, que possui 73,40% da população alfabetizada. Percebe-se que nos bairros da periferia, que também abrigam a maioria da população de baixa renda, o índice de analfabetismo é bem maior.

Mapa 35 - Índice de alfabetização e taxa de analfabetismo na cidade de Vitória da Conquista, por bairro, 2010



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/Censo Demográfico 2010 (p. 112).

Aspectos geográficos

O clima, a morfologia, a vegetação, as bacias hidrográficas e os aquíferos são elementos da natureza que contribuem para a qualidade de vida da população que vive nas cidades.

O conhecimento dos aspectos geoambientais da cidade de Vitória da Conquista proporcionou a compressão mais atualizada das condições do meio ambiente e suas influências na qualidade de vida urbana e na sustentabilidade da cidade.

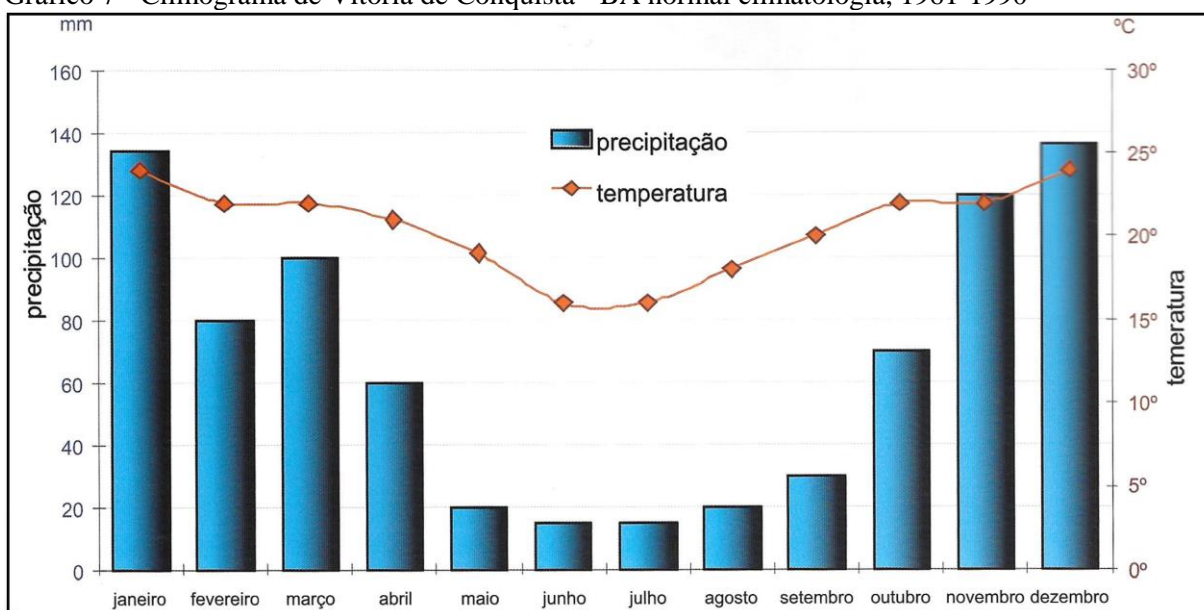
Sobre o clima do município, pode-se dizer que é do tipo Subúmido a Seco, com temperatura média de 20°C. Segundo a tipologia climática de Thornthwaite, a cidade possui

quatro zonas climáticas: Úmido e Sub-úmido, Sub-úmido a Seco e Semiárido, com oscilações climática do município de Vitória da Conquista.

As temperaturas mínimas são normalmente em junho e julho, quando ocorrem menos chuvas, e as temperaturas máximas em dezembro e janeiro, que são os mais chuvosos (Gráfico 7). As temperaturas e a precipitação tem uma relação importante para o município, já que a região possui uma produção agropecuária que depende das variações climáticas adequadas para seu melhor desempenho. Em alguns momentos, o período de seca se estende bastante, prejudicando o gado e a lavoura.

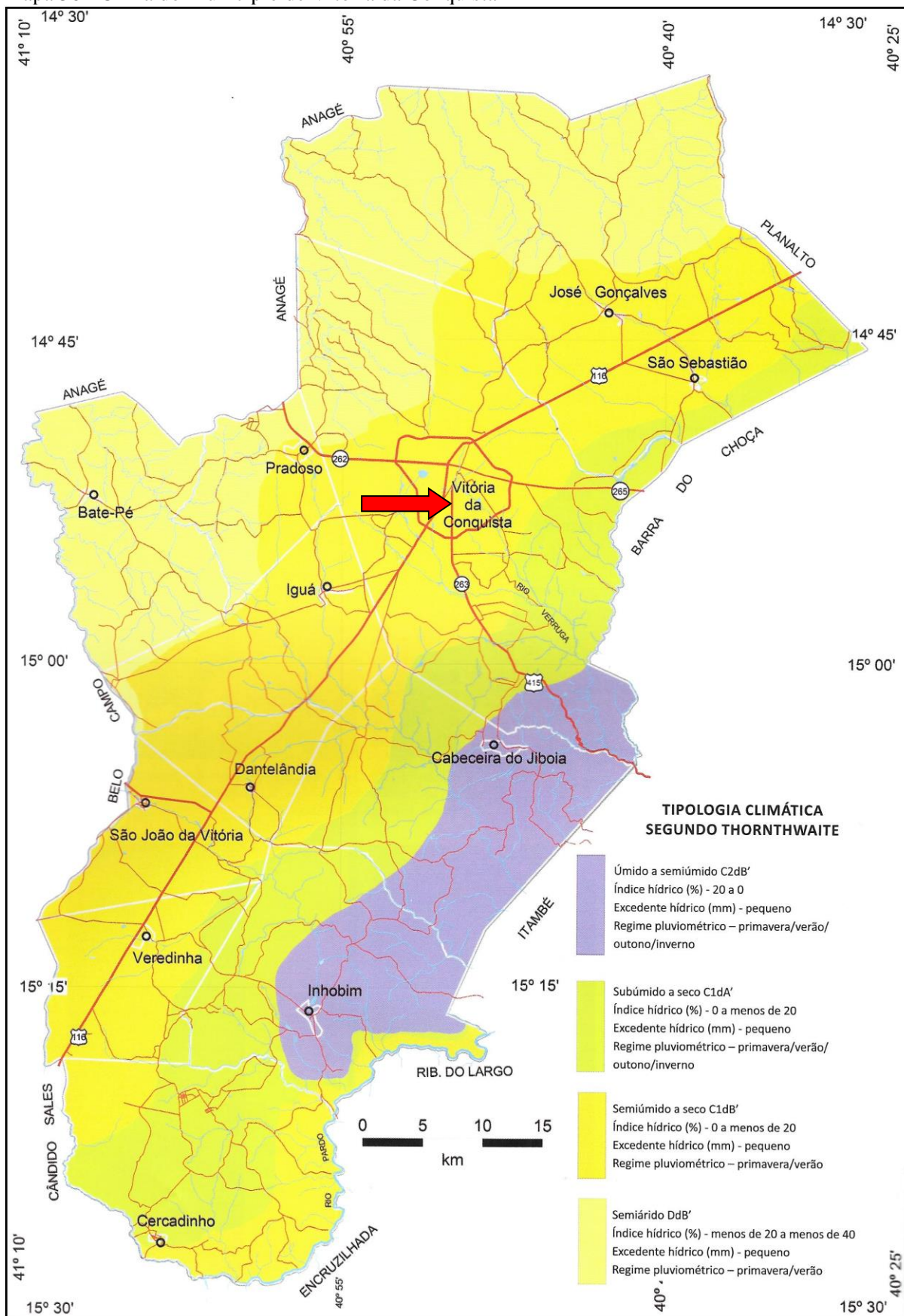
Os índices climáticos demonstram que há deficiência hídrica (de 0 a 20%) em todo o território (Mapa 36), inclusive onde ocorre o tipo Úmido a Sub-úmido, além de pequenos excedentes hídricos nos climas mais amenos, especialmente na porção Sul. É uma das cidades mais frias do estado e onde ocorre maior oscilação de temperatura em relação a outras cidades da Bahia.

Gráfico 7 - Climograma de Vitória de Conquista - BA normal climatologia, 1961-1990



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado por Altemar Amaral Rocha com base nos dados do INMET, 2009 (2015, p. 71).

Mapa 36 - Clima do Município de Vitória da Conquista



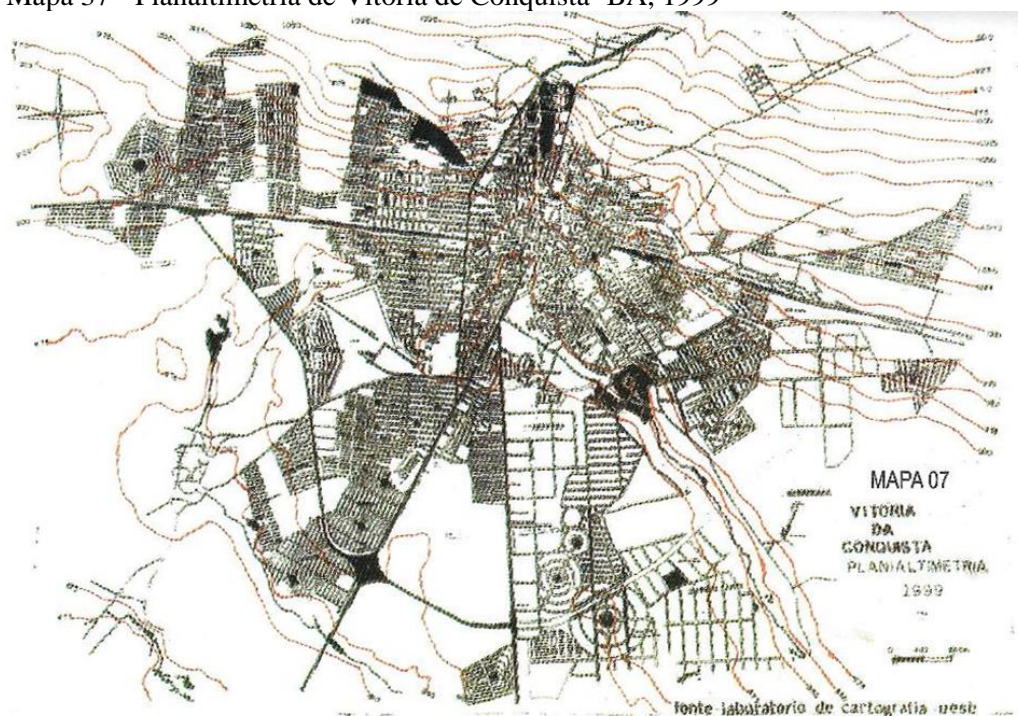
Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado por Altemar Amaral Rocha com base nos dados da SEI (2005, p. 70).

Em relação à morfologia, a cidade de Vitória da Conquista possui relevo classificado como Planalto, sendo 923m acima do nível do mar. Duas grandes bacias hidrográficas formam o Território de Identidade (TI), a bacia do rio de Contas, a norte, e a bacia do rio Pardo, a sul, sendo que em ambas a maioria dos cursos hídricos tem regime intermitente, com exceção das áreas de nascentes na bacia do rio de Contas, a exemplo dos rios do Antônio, Gavião e Verruga.

Este mapa da planaltimetria (Mapa 37), feito em 1999, mostra as curvas de nível da cidade. Percebe-se que uma grande área da cidade está implantada em área com poucas diferenças de nível, o que influencia na topografia da maioria dos terrenos. Estes muitos terrenos “planos” na cidade facilita a execução das obras, diminuindo os aterros ou retiradas de terra, diminuindo o custo das mesmas e mantendo os perfis originais.

Outra observação interessante em relação à topografia da cidade é que este também é um facilitador no uso de diversos modais de transporte como a bicicleta ou, simplesmente, a circulação de pessoas a pé. O uso de modais alternativos, como a bicicleta ou a caminhada a pé, auxilia na melhoria da qualidade de vida da população e na qualidade do meio ambiente, poluindo menos o ambiente e proporcionado mais saúde à população através de exercício físico. Em pesquisa local, foi visto, no bairro Candeias, algumas carroças que fazem transporte de material de construção dentro da cidade.

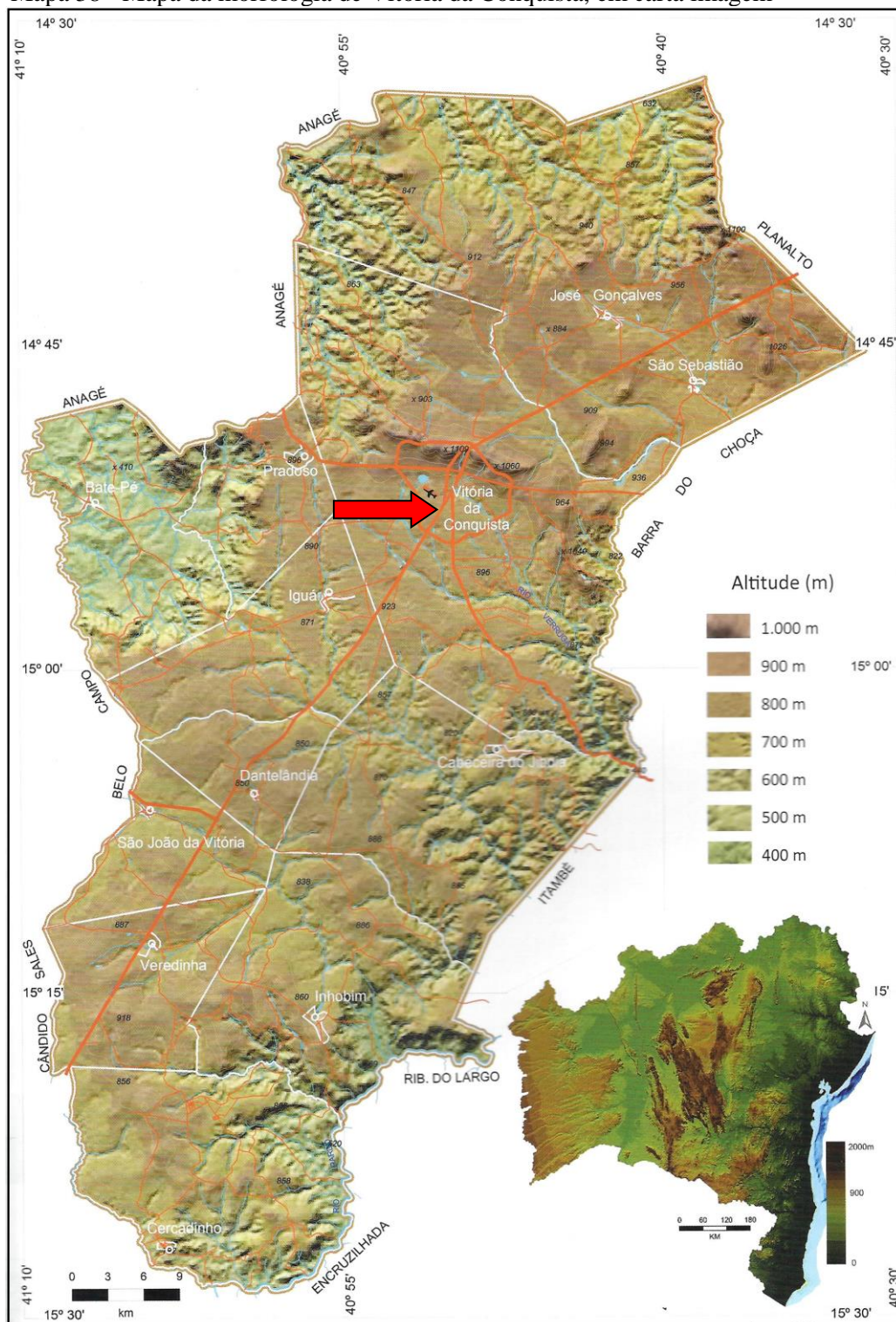
Mapa 37 - Planaltimetria de Vitória de Conquista- BA, 1999



Fonte: Laboratório de Cartografia UESB. Encontrado no livro O espaço urbano em construção, Ana Emília de Quadros Ferraz (2001).

O Mapa 38 ilustra com clareza o planalto no qual está implantada a cidade, em altitude de 1.000m.

Mapa 38 - Mapa da morfologia de Vitória da Conquista, em carta imagem



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista elaborado por Altemar Amaral Rocha com base a imagem Shuttle Radar Topography Mission (SRTM), Embrapa, 2005 (2015, p. 59).

A morfologia não só influencia no clima como também no tipo de vegetação da região.

Em relação à vegetação (Foto 19) do município é composta, segundo RadamBrasil, (1981), por quatro tipos: a Floresta Ombrófila Densa Submontana (Foto 20), a Floresta Estacional Semidecidual, a Floresta Estacional Decidual e a Caatinga (Foto 21), além de uma pequena quantidade de vegetação endêmica na Serra do Peri-Peri.

Fotos 19 e 20 - Aspecto da floresta Ombrófila Densa no Povoado do Capinal e a Vegetação de transição entre a Floresta Ombrófila Densa e Caatinga em Vitória da Conquista



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015, p. 73).

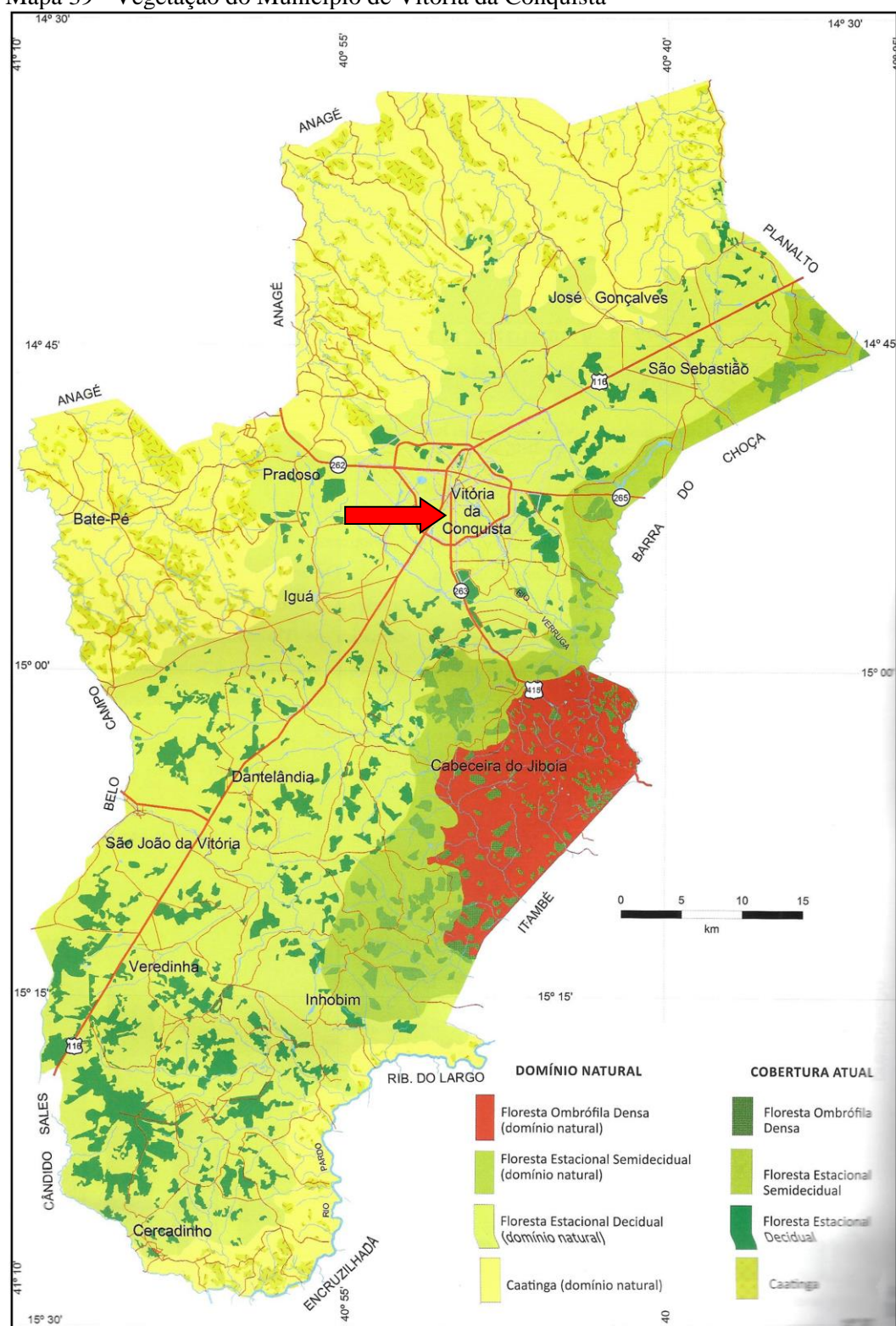
Foto 21 - Aspecto da vegetação do tipo caatinga aberta no povoado da Gameleira em Vitória da Conquista



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015, p. 73).

É nos locais onde estão as florestas que acontecem atividades agropecuárias, pecuária extensiva e o cultivo do café. O bioma é considerado a Caatinga e a Mata Atlântica (Mapa 39).

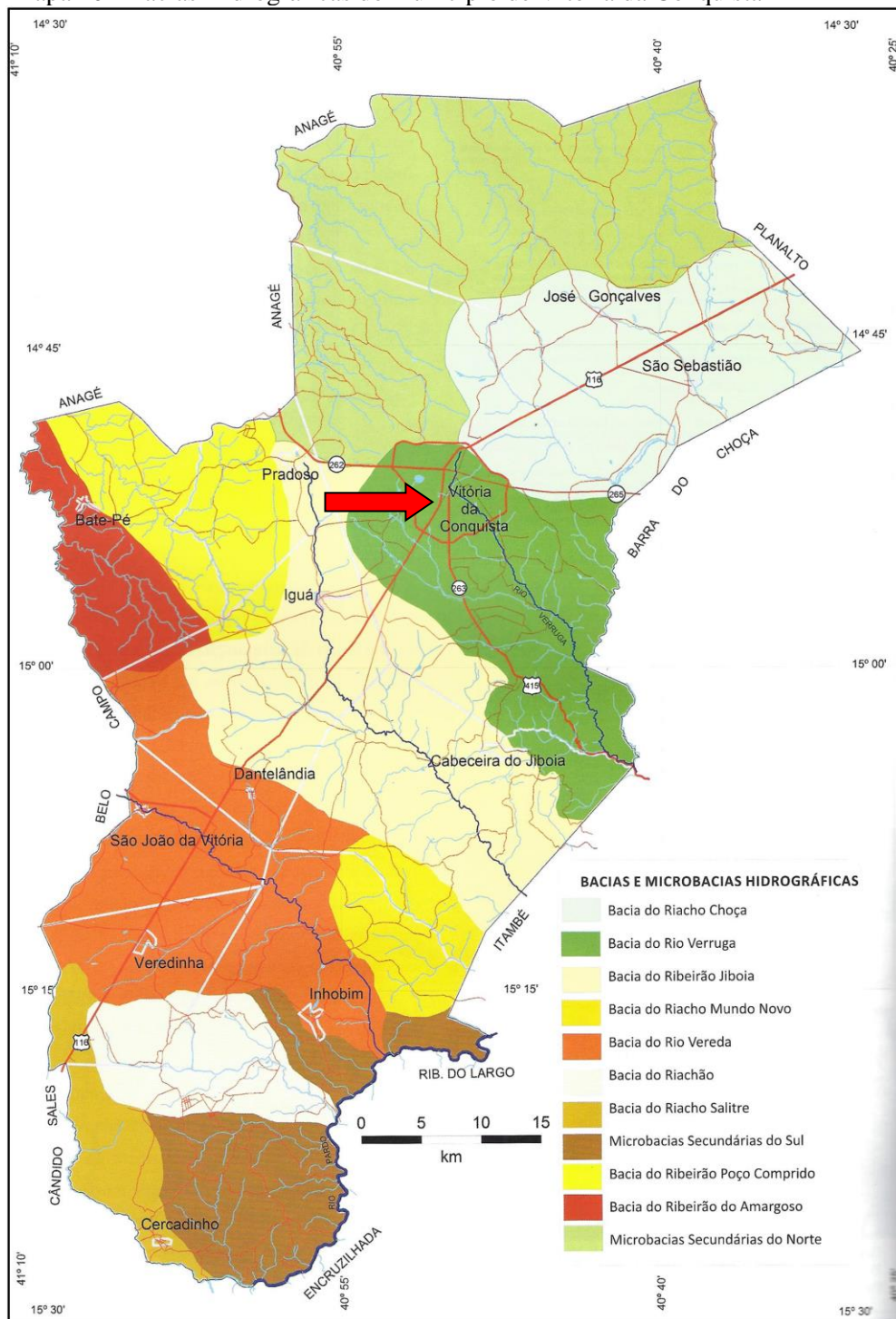
Mapa 39 - Vegetação do Município de Vitória da Conquista



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista elaborado por Altamar Amaral Rocha com base a imagem Landsat Tm5, Embrapa, 2004 e dados do RadamBrasil, folha Sd24,1981 (2015, p. 72).

Em relação às bacias Hidrográficas (Mapa 40), o município está localizado entre duas bacias hidrográficas do Leste do Brasil, a bacia do rio Verruga e a bacia do rio de Contas. Destas bacias originam diversas drenagens das quais se destacam rio Verruga, ribeirão do Jibóia, riacho Mundo Novo, rio Vereda e riacho Salitre.

Mapa 40 - Bacias Hidrográficas do município de Vitória da Conquista



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado com base nos dados da SEI (2009) e imagem Spot (2010). Rocha (2015, p. 64).

Quanto aos aquíferos, que ocorrem a partir das drenagens de águas oriundas da infiltração direta da água das chuvas, dependem do período chuvoso. A topografia facilita a armazenagem nos aquíferos que dependem da ocorrência de chuvas e o tipo de solo, que estabelece a condição de permeabilidade e a transmissividade. Como a maior parte da área do

município é servida de água subterrânea natural a qualidade é considerada boa e apenas uma parte, ao Sul e Oeste, é considerado aceitável.

Aspectos ambientais

Em relação às áreas verdes e de lazer existentes na cidade é possível citar algumas apesar de que a urbanização e a atividade agricultura das últimas décadas degradou algumas áreas de vegetação natural e não houve criação de novas áreas de lazer proporcionais ao crescimento.

Algumas avenidas são utilizadas como área de lazer como a Avenida Olivia Flores (Foto 22). É uma importante avenida para cidade e dá acesso à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). A avenida foi requalificada e se tornou uma importante via para veículos como também para áreas de lazer como pistas de ciclovias, via de pedestre, áreas arborizadas, uma fonte (Foto 23) e espaços para exposição de arte. Aos domingos e feriados fica reservada exclusivamente para uso dos pedestres. Esta avenida se tornou, inclusive, um ponto de interesse turístico para pessoas de outras cidades e distritos vizinhos que vêm visitar a cidade nos finais de semana. A Avenida Olívia Flores também se destaca por ser um espaço de prática de esportes (Foto 24) e competições. Na mesma avenida se encontra em fase de conclusão a construção de um grande shopping.

Foto 22 - Fonte da Avenida Olívia Flores



Fonte: <https://goo.gl/images/wrA98u>.

Foto 23 - Ciclovía da Avenida Olívia Flores



Fonte: <https://goo.gl/images/FXdaZb>.

Foto 24 - Avenida Olivia Flores



Fonte: <https://goo.gl/images/kkomZI>.

Existem alguns parques que fazem parte das Unidades de Conservação, segundo o Código do Meio Ambiente, que são: o Parque Municipal da Serra do Peri-Peri (Foto 25), a Reserva do Poço Escuro (FOTO 26), o Parque Municipal Urbano da Lagoa das Bateias (Fotos 27 e 28) e o Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema (Foto 29).

O maior parque, o Parque da Serra do Per-Peri, que fica na Zona Norte é uma Unidade de Conservação com cerca de 1.300 hectares de área e 15 km de extensão instituída pelo Decreto Municipal nº 9.480/99 para atender a necessidade do Governo Participativo em adotar medidas de preservação da serra, de forma a impedir a ocupação desordenada, o desmatamento e a degradação ambiental decorrentes, principalmente, das atividades de

mineração, como a extração de areia, cascalho e pedra, além da conservação da flora e fauna remanescentes, bem como de sua conformação topográfica e das nascentes (PMVC, 2017). Este parque é uma área de grande importância ambiental devido à existência de nascentes e de áreas verdes nas suas encostas.

Foto 25 - Anel viário e da Serra do Peri-Peri, cota máxima 1.100 metros



Fonte: <https://goo.gl/images/cV4StO>.

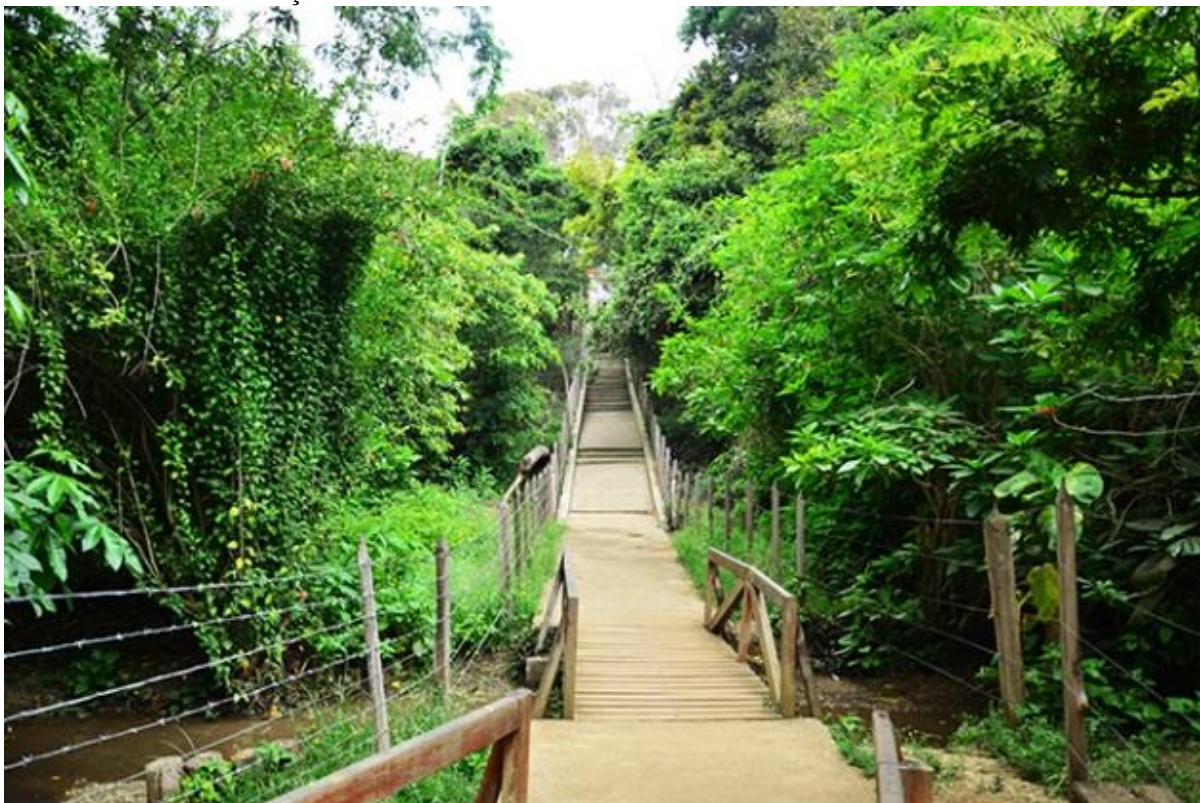
Outra reserva florestal importante é o Poço Escuro, onde estão as principais nascentes do rio Verruga, responsável por parte do abastecimento de água da cidade, além de conter várias espécies de flora. Foi instituído pelo Decreto Municipal nº 8696/1996 e possui 16 hectares de mata ciliar.

A reserva do Poço Escuro é um espaço de lazer, preservação, conhecimento e turismo, com 17 hectares de mata ciliar. A reserva abriga uma vegetação exuberante e constitui-se praticamente como último remanescente de mata de grande porte da zona urbana da cidade. A mata também conserva uma alta representatividade em relação à fauna, com alta diversidade biológica. O Poço Escuro foi preservado desde a origem do Arraial da Conquista. Atualmente é visitado constantemente por estudantes de instituições públicas e privadas, universitários e

pesquisadores. Além da diversidade, eles são atraídos pelas três trilhas que existem no local: trilha principal, trilha bordo leste e trilha bordo oeste.

Nas reservas ambientais são encontrados três tipos de vegetação: mata atlântica, mata de cipó e caatinga (PMVC, 2015).

Foto 26 - Reserva do Poço Escuro



Fonte: <http://www.pmvc.ba.gov.br>.

O Parque Municipal da Lagoa das Bateias (Fotos 27 e 28), área de preservação, possui uma área de lazer construída recentemente. A Lagoa das Bateias faz parte da sub-bacia da bacia do rio Santa Rita, que integra a do rio Verruga e localiza-se na zona urbana de Vitória da Conquista, possuindo uma área de aproximadamente 53 hectares. Após a intervenção da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, a área da Lagoa recebeu uma nova estrutura, tornou-se uma Unidade de Conservação, que, além de desempenhar funções de manutenção dos mananciais hídricos e de ter importância como monumento paisagístico e áreas de lazer para a cidade, estimulam investimentos em saneamento, conservação, educação ambiental, lazer e turismo, porém, não tem tido uma manutenção adequada.

Foto 27 - Parque Lagoa das Bateias, bairro Zabelê, Vitória da Conquista/BA



Fonte: <http://www.pmvc.ba.gov.br>

Foto 28 - Parque Lagoa das Bateias, bairro Zabelê, Vitória da Conquista/BA



Fonte: <https://goo.gl/images/jCOCMF>.

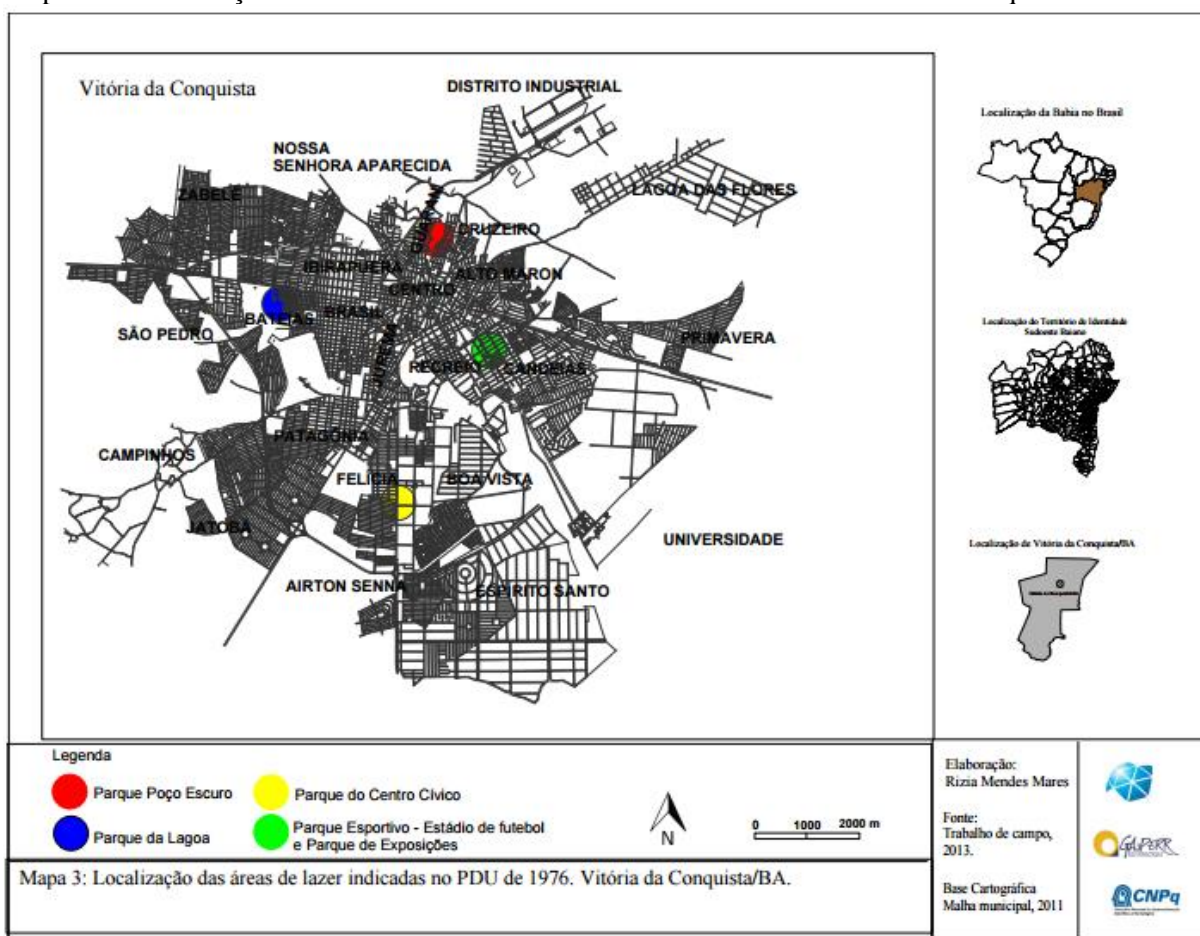
Foto 29 - Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema



Fonte: <http://diarioconquistense.com.br>.

O Mapa 41 apresenta a localização dos parques da cidade indicados pelo PDU-1976. Percebe-se que os parques se localizam nas áreas periféricas e que não há parques no centro da cidade.

Mapa 41 - Localização das áreas de lazer indicadas no PDU de 1976. Vitória da Conquista/BA.



Fonte: Trabalho de campo feito por Riuza Mendes Mares, 2013. Base cartográfica malha Municipal, 2011.

Outra opção de lazer são os estádios de futebol. A cidade possui dois estádios de futebol, o Estádio Lomanto Junior (Foto 30) inaugurado com nova estrutura em 10 de março de 2016, e o Estádio Edvaldo Flores (Foto 31) foi construído na década de 1950 e é um dos mais antigos equipamentos esportivos da cidade. Em 2015, foi totalmente revitalizado pela Prefeitura (PMVC, 2015).

Foto 30 - Estádio Lomanto Junior



Fonte: <http://www.pmvc.ba.gov.br>

Foto 31 - Estádio Edvaldo Flores

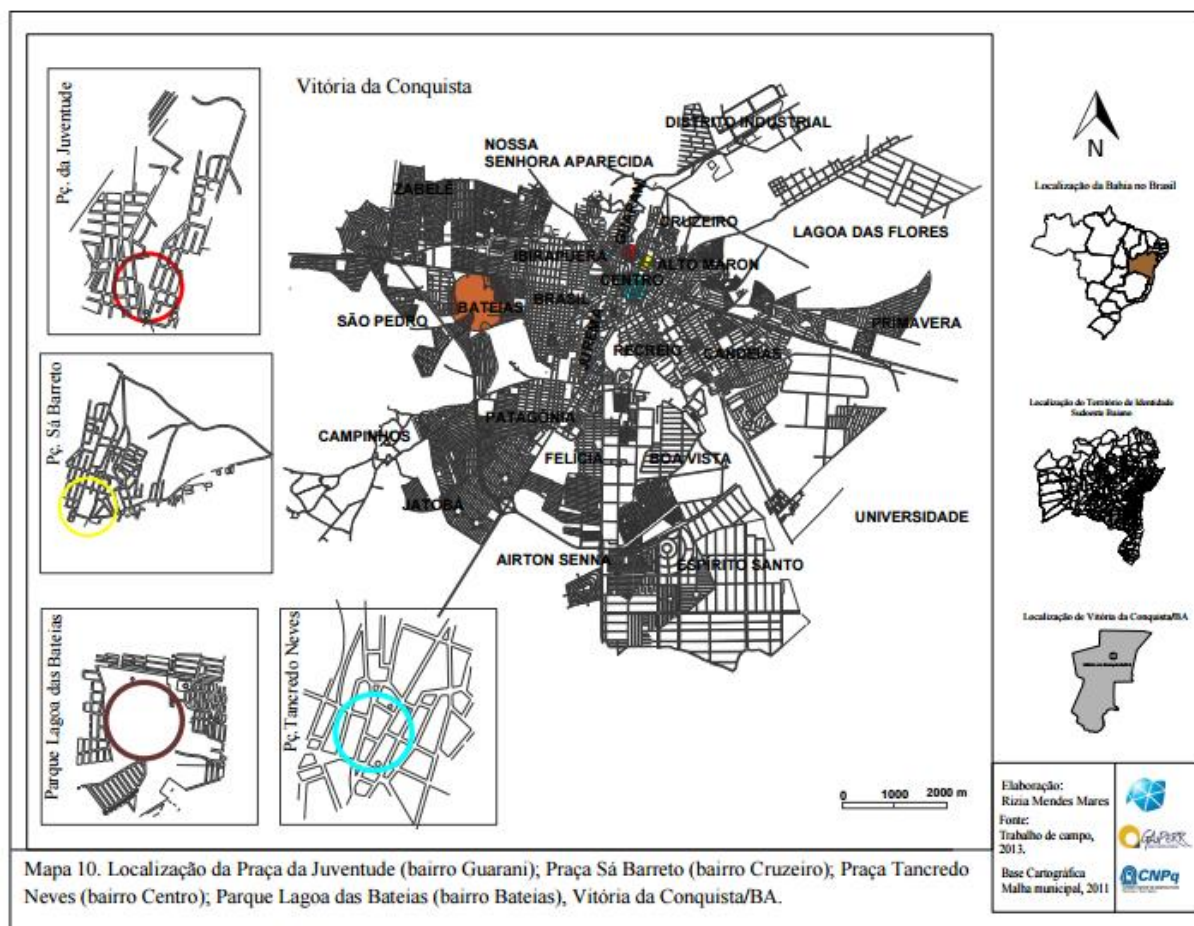


Fonte: <http://www.pmvc.ba.gov.br>

No estádio Lomanto Júnior acontecem eventos de gastronomia que ocorrem mensalmente no estacionamento.

Em relação às Praças (Mapa 42), as que se destacam na cidade são as Praças da Juventude (Foto 32), Praça Sá Barreto (Foto 33) e a Praça Tancredo Neves (Fotos 34 e 35). A praça Tancredo Neves localizada no centro da cidade contém o melhor projeto urbano de praça da cidade e se destaca pela sua beleza.

Mapa 42 - Localização da Praça da Juventude (bairro Guarani); Praça Sá Barreto (bairro Cruzeiro); Praça Tancredo Neves (bairro Centro); Parque Lagoa das Bateias (bairro Bateias), Vitória da Conquista/BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2013/2014. Organização: Rizia M. Mares.

Foto 32 - Praça da Juventude, bairro Guarani, Vitória da Conquista/BA



Fonte: Arthur Garcia. Pesquisa de campo, 2014.

Foto 33 - Praça Sá Barreto, bairro Cruzeiro, Vitória da Conquista/BA



Fonte: Arthur Garcia. Pesquisa de campo, 2014.

Foto 34 - Praça Tancredo Neves, Vitória da Conquista/BA



Fonte: Arthur Garcia. Pesquisa de campo, 2014.

Foto 35 - Praça Tancredo Neves, bairro Centro, Vitória da Conquista/BA



Fonte: Arthur Garcia. Pesquisa de campo, 2014.

Em relação à infraestrutura urbana foram pesquisados dados como coleta de lixo, a rede de água potável e a rede geral de esgoto.

Em relação à coleta de lixo a Tabela 15 apresenta a situação da coleta de lixo em 1991. Apenas 79,58% da população da área urbana possuía o atendimento de coleta de lixo de forma direta, 15,67% do lixo era jogado em terreno baldio.

Tabela 15 - Número de moradores segundo forma de coleta de lixo, Vitória da Conquista, BA, 1991

Coleta de Lixo	V. Conquista		Urbano		Rural	
	N	%	N	%	N	%
Coleta direta	149.076	66,59	148.967	79,58	109	0,30
Coleta indireta	1.850	0,83	1.850	0,99	0	0,00
Queimado	8.580	3,83	4.861	2,60	3.719	10,15
Enterrado	1.086	0,49	765	0,41	321	0,88
Jogado em terreno baldio	57.228	25,56	29.331	15,67	27.897	76,11
Jogado rio/mar/lagoa	243	0,11	196	0,10	47	0,13
Outro	5.793	2,59	1.232	0,66	4.561	12,44
Total	223.856	100,00	187.202	100,00	36.654	100,00

Fonte: Censo (IBGE, 1991).

Em 2010 (Mapa 43), a coleta de lixo na cidade era praticamente em quase todo o espaço urbano, sendo que, em alguns locais, era feita pelo serviço de limpeza e outros por caçamba ou carroça. Um pequeno percentual era jogado, queimado ou enterrado, como é o caso dos bairros Airton Sena, Universidade, São Pedro, Jatobá, Campinhos, Distrito Industrial e Lagoa das flores.

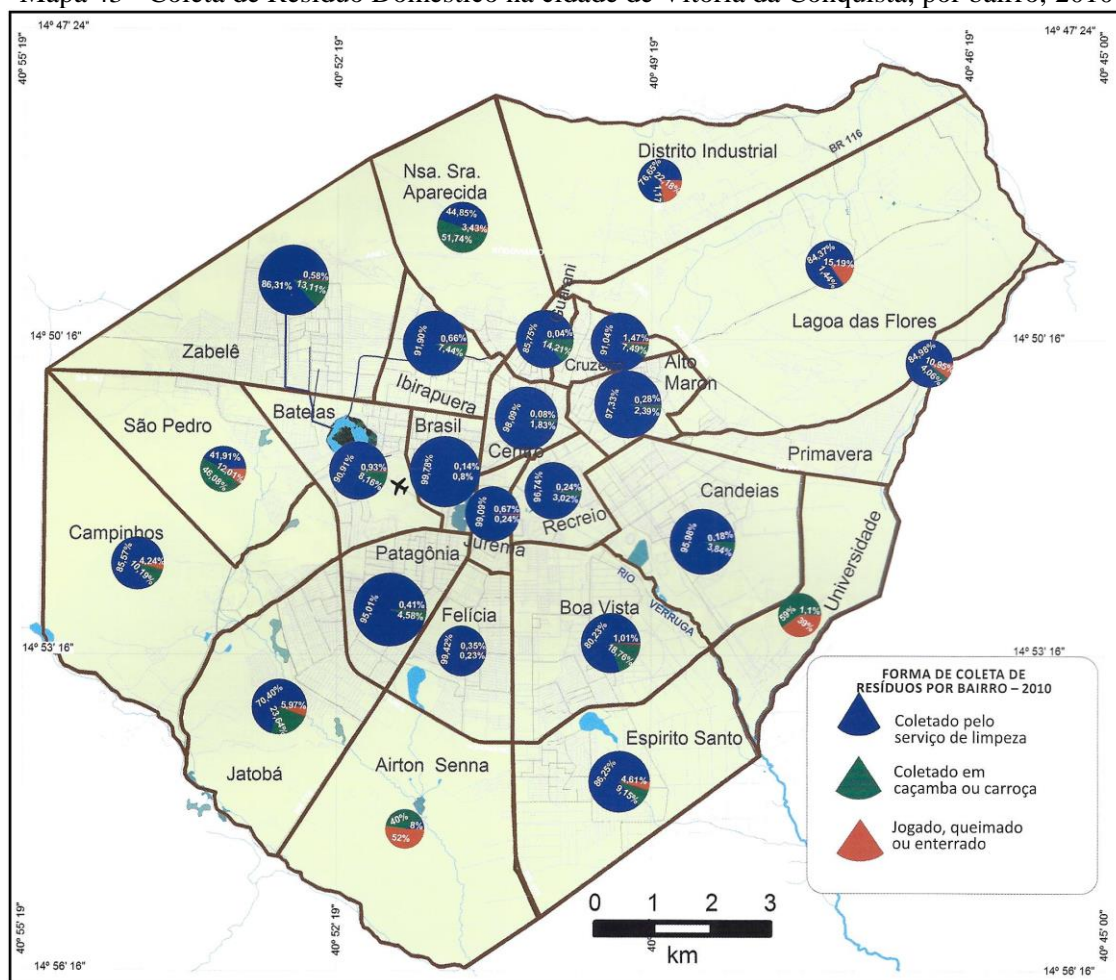
Em termos percentuais (Tabela 16), a coleta de lixo era realizada em 98,3% dos 73.845 domicílios particulares e apenas 0,3 % jogado em terreno baldio e 1,0% queimado na propriedade. Os dados demonstram uma melhoria considerável em relação a 1991.

Tabela 16 - Domicílios particulares permanentes, por forma de destino do lixo, por bairro, Vitória da Conquista em 2010

LOCALIDADE	TOTAL DE DOMICÍLIOS	% COLETADO	% QUEIMADO NA PROPRIEDADE	% ENTERRADO	% JOGADO EM TERRANO BALDIO	% OUTROS DESTINOS
Cidade de Vitória da Conquista	73845	98,3%	1,0%	0%	0,3%	0,3%
Aírtón Senna	100	48,0%	39,0%	2%	9,0%	2,0%
Alto Maron	6.074	99,7%	0,0%	0%	0,2%	0,1%
Bateias	3.512	95,4%	0,7%	0%	0,3%	3,6%
Boa Vista	3.530	98,7%	0,3%	0%	0,4%	0,6%
Brasil	6.857	99,9%	0,0%	0%	0,1%	0,0%
Campinhos	1.227	95,8%	2,5%	0%	1,7%	0,0%
Candeias	5.212	99,8%	0,0%	0%	0,0%	0,2%
Centro	4.128	99,9%	0,0%	0%	0,0%	0,0%
Cruzeiro	2.503	98,6%	0,1%	0%	1,0%	0,1%
Distrito Industrial	696	79,6%	16,8%	2%	1,4%	0,0%
Espírito Santo	3.712	96,0%	3,3%	0%	0,4%	0,1%
Felícia	2.035	99,9%	0,0%	0%	0,1%	0,0%
Guarani	2.687	100,0%	0,0%	0%	0,0%	0,0%
Ibirapuera	5.186	99,3%	0,3%	0%	0,3%	0,1%
Jatobá	2.044	94,9%	3,6%	0%	1,4%	0,0%
Jurema	1.650	99,3%	0,3%	0%	0,4%	0,0%
Lagoa das Flores	1.511	91,9%	7,2%	0%	0,3%	0,4%
Nossa Senhora Aparecida	1.196	97,1%	0,2%	0%	0,2%	2,6%
Patagônia	7.963	99,5%	0,1%	0%	0,2%	0,1%
Primavera	949	93,5%	5,5%	0%	0,3%	0,5%
Recreio	2.256	99,8%	0,1%	0%	0,1%	0,0%
São Pedro	938	92,5%	4,9%	0%	2,3%	0,2%
Universidade	224	60,3%	37,1%	1%	0,9%	0,4%
Zabelê	7.655	99,5%	0,1%	0%	0,2%	0,2%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Mapa 43 - Coleta de Resíduo Doméstico na cidade de Vitória da Conquista, por bairro, 2010



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/Censo Demográfico, 2010 (p. 107).

O bairro Airton Sena apresenta um percentual de apenas 48% de lixo coletado, em seguida o bairro Universidade com 60,30% e o Distrito industrial com 79,60%. Parte destes bairros utiliza da queima do lixo como solução, o restante é enterrado ou jogado em terreno baldio. Esses dados demonstram a insustentabilidade urbana nestes bairros e que a destinação destes lixos deve estar prejudicando o meio ambiente, a saúde da população e a qualidade de vida urbana.

Sobre o atendimento relativo à rede de água potável o município de Vitória da Conquista é atendido pela Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. (Embasa). A água é captada por uma barragem na Cachoeira do Malito no riacho Água Fria através das barragens I e II distantes 29 km da cidade. Muitas vezes há redução da vazão dos rios devido às estiagens prolongadas na região, provocando problemas de captação e gerando falta de água.

As duas barragens tem sido consideradas insuficientes para abastecer o município. Este fato tem causado, há muitos anos, a falta de água constante, forçando a população ao racionamento constante e a perfuração de poços.

Em 1991, de acordo com os dados do IBGE, apenas 66,75% da população urbana possuía água canalizada com rede geral (Tabela 17). A maioria residia próxima ao Centro e as que viviam afastadas do Centro se abasteciam com cisternas caseiras ou poços, sem controle da qualidade de água com agravo no risco de contaminação.

Tabela 17 - Número de Moradores segundo o tipo de abastecimento de água, Vitória da Conquista (BA), 1991

Tipo de abastecimento de água	V. Conquista		Urbano		Rural	
	N	%	N	%	N	%
C/canaliz. Int. c/rede geral	125.085	55,88	124.957	66,75	128	0,35
C/canaliz. Int. c/poço/nascente	7.501	3,35	5.809	3,10	1.692	4,62
C/canaliz. Int. c/ outra forma	1.471	0,66	800	0,43	671	1,83
S/canaliz. Int. c/rede geral	17.211	7,69	17.187	9,18	24	0,07
S/canaliz. Int. c/poço/nascente	29.498	13,18	11.499	6,14	17.999	49,11
S/canaliz. Int. c/ outra forma	43.090	19,25	26.950	14,40	16.140	44,03
Total	223.856	100,00	187.202	100,00	36.654	100,00

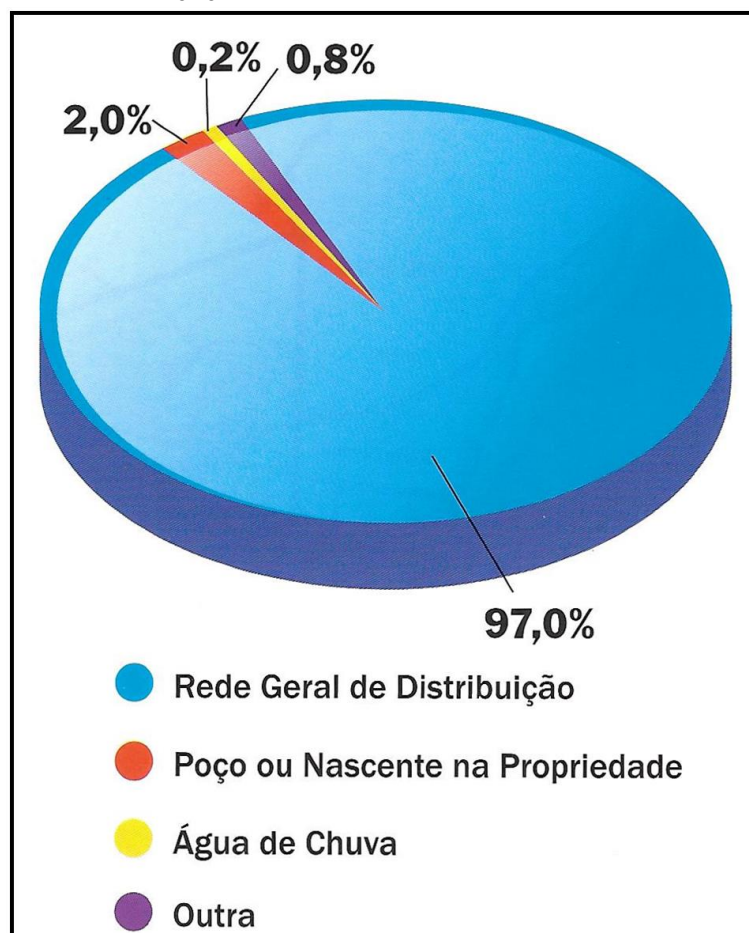
Fonte: Censo Nacional (IBGE, 1991).

Em 2010, houve um grande avanço no abastecimento a partir da decisão pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista pela Ordem de Serviço para a elaboração de estudos básicos, a fim de viabilizar a construção da barragem do Rio Pardo. A construção da barragem do Rio Pardo permitiu uma maior autonomia no abastecimento de água.

Além da barragem também houve a expansão do sistema de abastecimento, levando água de qualidade e em quantidade para consumo humano.

Vitória da Conquista passou a ter 95,01% dos domicílios atendidos pela rede geral de abastecimento de água, sendo que 2% usavam poço ou nascente na propriedade e 0,2% de outras formas (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Forma de abastecimento de água na cidade de Vitória da Conquista, 2010



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado por Altemar Amaral Rocha com base nos dados do IBGE/Censo Demográfico 2010 (2015, p. 104).

Atualmente, por causa das constantes secas, a falta de água tem sido uma constante na cidade. Apesar da existência do sistema de rede de abastecimento em quase 100% da cidade, uma parte da população tem buscado furar poços, por iniciativa própria e sem controle de qualidade, para garantir seu abastecimento. Isto significa que uma parte da água que está sendo utilizada pela população não tem o controle de qualidade exigido pelo Ministério da Saúde.

Em relação à rede geral de esgoto pode-se dizer que a cidade de Vitória da Conquista passou por um período em que os dejetos eram lançados no rio Verruga ou em fossas sépticas. Havia poucos domicílios atendidos pela rede geral.

Em 1991, 83,34% dos moradores da zona urbana eram atendidos por instalação sanitária individual e 10,47% não tinha instalação (Tabela 18).

Tabela 18 - Número de moradores segundo a forma de instalação sanitária. Vitória da Conquista (BA), 1991

Instalação Sanitária	V. da Conquista		Urbano		Rural	
	N	%	N	%	N	%
Individual	162.549	72,94	156.008	83,34	7.541	20,57
Comum	11.875	5,33	11.591	6,19	284	0,77
Não tem instalação	48.432	21,73	19.603	10,47	28.829	78,65
Total	222.856	100,00	187.202	100,00	36.654	100,00

Fonte: Censo Nacional (IBGE, 1991).

Ainda em 1991, 22,93% dos moradores da área urbana possuíam rede geral, 35,21% usava fossa séptica sem escoadouro, 29,45% tinha fossa rudimentar e 10,47% não tinha instalação (Tabela 19).

Tabela 19 - Número de moradores segundo o tipo de instalação sanitária. Vitória da Conquista (BA), 1991

Instalação Sanitária	V. da Conquista		Urbano		Rural	
	N	%	N	%	N	%
Rede geral	42.929	19,26	42.929	22,93	0	0,00
Fossa septica rede pluvial	244	0,11	244	0,13	0	0,00
Fossa séptica sem escoadouro	66.166	29,69	65.906	35,21	1260	3,44
Fossa rudimentar	61.435	27,57	55.132	29,45	6.303	17,20
Vala negra	2.166	0,97	1.996	1,07	170	0,46
Outro escoadouro	470	0,21	410	0,22	60	0,16
Não sabe o tipo de escoadouro	1014	0,46	982	0,52	32	0,09
Não tem instalação	48.432	21,73	19.603	10,47	28.829	78,65
Total	222.856	100,00	187.202	100,00	36654	100,00

Fonte: Censo Nacional (IBGE, 1991).

Em 2010, de acordo com dados encontrados em pesquisa elaborada pela GEOHIDRO (Quadro 9), empresa de engenharia consultiva, feita para alguns municípios, incluindo Vitória da Conquista, demonstra que a disposição dos esgotos primários para o município de Vitória da Conquista era de 51% da área urbana pelo sistema separador e 45% da área urbana atendida por fossa e infiltração, sendo 4%, lançado direto no corpo receptor.

Quadro 9 - Formas de manejo e disposição dos esgotos primários nas sedes municipais – RDS 20

MUNICÍPIO	FORMAS DE MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS PRIMÁRIOS				
	% área urbana atendidos por sistema separador	% área urbana atendidos por sistema misto	% área urbana atendidos por fossa e infiltração	% área urbana que lançam a céu aberto	% área urbana com lançamento direto no corpo receptor
ANAGÉ	20	0	30	0	50
ARACATU	0	0	95	3	2
BARRA DO CHOÇA	0	30	70	0	0
BELO CAMPO	5	0	95	0	0
BOM JESUS DA SERRA	5	0	95	0	0
CAETANOS	30	0	70	0	0
CÂNDIDO SALES	0	30	70	0	0
CARAÍBAS	65	0	35	0	0
CONDEÚBA	20	0	80	0	0
CORDEIROS	0	0	100	0	0
ENCRUZILHADA	0	80	20	0	0
GUAJERU	0	0	100	0	0
JACARACI	10	0	88	0	2
LICÍNIO DE ALMEIDA	20	0	80	0	0
MAETINGA	85	0	15	0	0
MIRANTE	65	0	35	0	0
MORTUGABA	10	0	90	0	0
PIRIPÁ	0	1	99	0	0
PLANALTO	0	10	90	0	0
POÇÕES	40	20	25	0	15
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	0	10	85	5	0
RIBEIRÃO DO LARGO	0	100	0	0	0
TREMEDAL	0	3	95	0	2
VITÓRIA DA CONQUISTA	51	0	45	0	4

Fonte: GEOHIDRO (2010).

E para disposição dos esgotos secundários (Quadro 10), o município de Vitória da Conquista tinha 45% da área urbana atendida por sistema separador e 40% área urbana atendida por fossa e infiltração, 5% lançado a céu aberto, 10% lançado direto no corpo receptor.

De acordo com a empresa GEOHIDRO, a sede municipal de Vitória da Conquista possui uma concepção do sistema de esgotamento que se caracteriza por duas bacias distintas: bacias Leste e Oeste. A bacia Leste abrange a área do rio Verruga, onde se localiza a maior parte do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) existente, enquanto a bacia Oeste contempla a expansão urbana ocorrida a oeste sobre setores inseridos na vertente hidrográfica do riacho São Pedro.

Quadro 10 - Formas de manejo e disposição dos esgotos secundários nas sedes municipais – RDS 20

MUNICÍPIO	FORMAS DE MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS SECUNDÁRIOS				
	% área urbana atendidos por sistema separador	% área urbana atendidos por sistema misto	% área urbana atendidos por fossa e infiltração	% área urbana que lançam a céu aberto	% área urbana com lançamento direto no corpo receptor
ANAGÉ	20	0	5	25	50
ARACATU	0	0	55	43	2
BARRA DO CHOÇA	0	30	40	30	0
BELO CAMPO	5	0	95	0	0
BOM JESUS DA SERRA	5	0	60	35	0
CAETANOS	30	0	50	20	0
CÂNDIDO SALES	0	30	40	20	10
CARAÍBAS	65	0	35	0	0
CONDEÚBA	25	0	45	30	0
CORDEIROS	0	0	93	7	0
ENCRUZILHADA	0	70	0	10	20
GUAJERU	0	0	95	5	0
JACARACI	25	0	73	0	2
LICÍNIO DE ALMEIDA	20	7	70	3	0
MAETINGA	85	0	10	5	0
MIRANTE	65	0	30	5	0
MORTUGABA	30	5	10	50	5
PIRIPÁ	0	80	0	20	0
PLANALTO	0	10	75	15	0
POÇÕES	40	20	10	15	15
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	0	40	20	40	0
RIBEIRÃO DO LARGO	0	100	0	0	0
TREMEDAL	30	50	0	10	10
VITÓRIA DA CONQUISTA	45	0	40	5	10

Fonte: GEOHIDRO (2010).

A operação de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) foi implantada a partir da década de 70, estruturada em regime separador absoluto e dotada de unidades de tratamento dos efluentes. Em 2010, o sistema cobria aproximadamente 51% da área urbana e atendia a uma população de cerca de 173.000 habitantes. A rede coletora com extensão de aproximadamente 350 km encaminha os esgotos sanitários coletados por gravidade e recalçados por quatro estações elevatórias para a Estação de Tratamento de Efluentes.

A estação de tratamento compreende quatro lagoas de estabilização implantadas na década de 70 e reformada no ano 2000, visando à eliminação de maus odores gerados no processo. Entretanto, registrou-se na inspeção de campo a persistência da exalação de odores, com reclamações constantes devido à proximidade entre as unidades e edificações urbanas; assim, optou-se pela desativação e construção de uma nova Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).

Em 2015, de acordo com dados da Prefeitura, o tratamento dos esgotos atingiu aproximadamente 85% de cobertura do município, saltando da 36ª colocação para a 14ª no

ranking de saneamento básico do Instituto Trata Brasil, com base em informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) publicado em 2015. Vitória da Conquista tem se tornado referência nessa matéria, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A pesquisa avaliou os serviços de água e esgoto dos 100 maiores municípios. Antes disso, o rio Verruga e o rio Santa Rita, localizados no perímetro urbano de Vitória da Conquista, sofreram bastante impacto causado pelas descargas dos esgotos domésticos.

7 RESULTADOS DA PESQUISA: SUSTENTABILIDADE URBANA E QUALIDADE DE VIDA URBANA, UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta etapa da pesquisa irá expor os dados encontrados relacionados aos níveis de sustentabilidade urbana para os indicadores escolhidos e fazer inferências para a qualidade de vida urbana da cidade de Vitória da Conquista/BA.

O recorte espacial na área urbana limitada de acordo o estabelecido pela Prefeitura Municipal Vitória da Conquista (PMVC), no Plano Diretor de 2006, que remete à delimitação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise desta pesquisa foi feita no distrito sede, onde está concentrada a maior parte da população do município.

Os níveis de sustentabilidade foram avaliados utilizando as propostas das políticas públicas municipais existentes e seus instrumentos relacionados com sustentabilidade urbana e qualidade de vida urbana.

7.1 INDICADOR DEMOGRÁFICO

7.1.1 Densidade demográfica

Para melhor compreensão acerca da densidade absoluta, por bairro, da população de Vitória da Conquista foi construída a Tabela 20 a partir de dados do IBGE para 2010. A Tabela 20 mostra os resultados relativos à densidade demográfica elaborada a partir da distribuição absoluta da população, por área por hectare, por bairro.

A Tabela 20 demonstra que os bairros Brasil e Patagônia são os mais densos da cidade. O bairro Brasil, localizado na parte Oeste do centro, faz parte de uma área de Ocupação Consolidada e o bairro Guarani da área de Adensamento Controlado. Estas áreas tem demonstrado um crescimento significativo ao longo dos últimos anos, porém, a densidade bruta média de 107,70 hab./ha permanece abaixo de 150 hab./ha, limite estabelecido pelo PDU-2006. O bairro Guarani alcançou, em 2010, a densidade de 102,20 hab./ha, ultrapassou o limite máximo de 100,00 hab./ha, é considerado o mais denso da cidade e sua população é na maioria de baixa a média renda.

Os bairros Recreio e Candeias, onde predomina uma população de média a alta renda possui uma baixa densidade. São bairros que possuem uma ocupação consolidada e que têm




sofrido uma alteração no uso com substituição de algumas edificações de uso residencial pelo uso comercial, devido à valorização da área para este uso.

Tabela 20 - Distribuição absoluta da população, área e densidade demográfica, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	População	Área ¹	Densidade
2933307001	Centro	11.025	168,73	65,34
2933307002	Guarani	8.225	80,44	102,25
2933307003	Cruzeiro	8.749	172,70	50,66
2933307004	Alto Maron	17.597	244,94	71,84
2933307005	Recreio	6.902	239,51	28,82
2933307006	Jurema	5.840	122,64	47,62
2933307007	Brasil	20.922	194,25	107,70
2933307008	Ibirapuera	14.308	264,52	54,09
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	3.557	1.019,28	3,49
2933307010	Primavera	2.162	928,31	2,33
2933307011	Candeias	14.552	738,97	19,69
2933307012	Boa Vista	9.773	399,97	24,43
2933307013	Felícia	2.901	182,53	15,89
2933307014	Patagônia	26.641	350,19	76,08
2933307015	Bateias	8.641	235,19	36,74
2933307016	Zabelê	21.970	1.104,14	19,90
2933307018	Espírito Santo	11.531	2.236,12	5,16
2933307020	Jatobá	6.712	1.548,89	4,33
2933307021	Campinhos	4.889	2.211,70	2,21
2933307022	São Pedro	1.555	866,08	1,80
2933307023	Distrito Industrial	941	298,72	3,15
2933307024	Lagoa das Flores	2.456	2.373,97	1,03
2933307000	Outros	93.747	306.509,93	0,31
2933307	Vitória da Conquista	306.866	322.491,73	0,95


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010. Sistematizados em Dez/2016. Nota¹: Hectare. Ribeiro (2017).

LEGENDA

	BAIRROS DE MENOR DENSIDADE
	BAIRROS DE MAIOR DENSIDADE
	MÉDIA DAS DENSIDADES

A Tabela 20 apresenta, na coluna bairros, o item “Outros” que se refere às áreas que não há registro dos dados como fazendas e outras. Para diminuir a fragilidade do resultado relativo à densidade da cidade, foi feita uma adaptação da tabela com a retirada dos dados referentes a “Outros” e refeita tabela sem este dado. A nova tabela (Tabela 21) a ser utilizada é:

Tabela 21 - Distribuição absoluta da população, área e densidade demográfica, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	População	Área¹	Densidade
2933307001	Centro	11.025	168,73	65,34
2933307002	Guarani	8.225	80,44	102,25
2933307003	Cruzeiro	8.749	172,70	50,66
2933307004	Alto Maron	17.597	244,94	71,84
2933307005	Recreio	6.902	239,51	28,82
2933307006	Jurema	5.840	122,64	47,62
2933307007	Brasil	20.922	194,25	107,70
2933307008	Ibirapuera	14.308	264,52	54,09
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	3.557	1.019,28	3,49
2933307010	Primavera	2.162	928,31	2,33
2933307011	Candeias	14.552	738,97	19,69
2933307012	Boa Vista	9.773	399,97	24,43
2933307013	Felícia	2.901	182,53	15,89
2933307014	Patagônia	26.641	350,19	76,08
2933307015	Bateias	8.641	235,19	36,74
2933307016	Zabelê	21.970	1.104,14	19,90
2933307018	Espírito Santo	11.531	2.236,12	5,16
2933307020	Jatobá	6.712	1.548,89	4,33
2933307021	Campinhos	4.889	2.211,70	2,21
2933307022	São Pedro	1.555	866,08	1,80
2933307023	Distrito Industrial	941	298,72	3,15
2933307024	Lagoa das Flores	2.456	2.373,97	1,03
 2933307	Vitória da Conquista	213.119	15.981,80	13,34

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010. Sistematizados em Dez/2016. Nota¹: Hectare. Ribeiro (2017).

Portanto, a densidade da cidade que será considerada para os cálculos finais do Diagrama do Barômetro da Sustentabilidade será de 13,34.

7.1.2 Sustentabilidade para densidade demográfica

A variável utilizada foi a Densidade Encontrada (DE) e a Densidade Bruta (DB). Para os cálculos foram utilizados os dados do PDDU-2006 (Quadro 11) referentes ao adensamento urbano definido para as Macrozonas e os dados do setor censitário do IBGE. O quadro contém os seguintes dados: densidade bruta (DB) e as escalas e níveis de sustentabilidade que definem os critérios de sustentabilidade estabelecida pelo PDDU-2006. A fórmula utilizada para o cálculo da escala da sustentabilidade, que terá como resultado um valor em % (percentual), será: $[DE] \times 100/[DB]$, onde DE é Densidade Encontrada no setor censitário do IBGE para o ano 2010, e DB é a Densidade Bruta estabelecida através dos dados do PDU-2006

(habitantes/hectare) de acordo com as Macrozonas, considerando as especificidades de cada uma delas.

Quadro 11 - Densidade Bruta do PDU-2006 e critérios de sustentabilidade

Macrozonas	Bairro/Local	PDU-2007 (hab/ha)	Fórmula	Escala e nível de sustentabilidade	
Ocupação consolidada	Centro e parte do Recreio e Candeias, Jurema	150	[DE] x 100 / [DB]	0-20% Sustentável	
	Recreio e Candeias I	250			
	Brasil, Patagônia I	150			
Adensamento Controlado	Guarani, Cruzeiro, Alto Maron, o loteam. Nova Cidade e a parte interior ao Anel Rodoviário do Bairro Primavera.	100		20-40% Quase Sustentável	
Adensamento Condicionado	Nossa Senhora Aparecida, Ibirapuera, Zabelê, os loteam. Miro Cairo, Henriqueta Prates e Recanto das Águas.	90		40-60% Intermediário	
Expansão Urbana Condicionada	Bateias	50		[DE] x 100 / [DB]	60-80% Quase Insustentável
	Patagônia II, Jatobá e parte contígua dos Campinhos.	90			
Expansão Urbana Preferencial I	Felícia I, Boa Vista I e Candeias II	90			
Expansão Urbana Preferencial II	Felícia II, Boa Vista II, Candeias III, Urbis VI e o loteamento Renato Magalhães	50	80-100% Insustentável		
Expansão Urbana Rarefeita	Vazios urbanos passíveis de ocupação, com restrições ambientais, exteriores ao Anel Rodoviário, à exceção dos Núcleos Contíguos à Área Urbana Ocupada.	15			

Fonte: PDU-2006 adaptado por Veiga (2010).

Notas: DE = densidade encontrada no setor censitário do IBGE.

DB = densidade bruta estabelecida através dos dados do PDU- 2006.

Os resultados serão considerados sustentáveis quando a densidade ficar entre 0% a 20% e Insustentável para os níveis de 80% - 100% dos valores estabelecidos no PDU-2006. Para efetuar a análise serão utilizadas as escalas de níveis de sustentabilidade do Barômetro (Tabela 22).

O objetivo é manter os valores abaixo do máximo estabelecido na legislação municipal.

Tabela 22 - Escalas e níveis de sustentabilidade em percentual do Barômetro de Sustentabilidade					
Escalas e níveis de sustentabilidade	Sustentável	Quase sustentável	Intermediário	Quase insustentável	Insustentável
	0-20%	20-40%	40-60%	60-80%	80-100%

Fonte: Prescott-Allen (2001), adaptado por Ribeiro (2017).

A Tabela 23 refere-se ao cálculo do coeficiente de sustentabilidade para densidade demográfica encontrada e para a bruta, por bairro. Os coeficientes de sustentabilidade encontrados de valor mais elevado foram dos bairros Guarani, Alto Maron, Brasil, Ibirapuera, Patagônia e Bateias.

A média dos coeficientes de sustentabilidade para cidade foi de 12,94, como este indicador possui uma lógica diferenciada dos demais foi utilizada a metodologia do cálculo da Equivalência de Escalas. O dado encontrado por equivalência para o coeficiente de sustentabilidade foi 87,06 (100-12,94).

Tabela 23 - Densidade Demográfica encontrada e bruta, coeficiente de sustentabilidade, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Densidade Encontrada	Densidade Bruta	Coeficiente Sustentabilidade
2933307001	Centro	65,34	150,00	43,56
2933307002	Guarani	102,25	100,00	102,25
2933307003	Cruzeiro	50,66	100,00	50,66
2933307004	Alto Maron	71,84	100,00	71,84
2933307005	Recreio	28,82	150,00	19,21
2933307006	Jurema	47,62	150,00	31,75
2933307007	Brasil	107,70	150,00	71,80
2933307008	Ibirapuera	54,09	90,00	60,10
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	3,49	90,00	3,88
2933307010	Primavera	2,33	150,00	1,55
2933307011	Candeias	19,69	90,00	21,88
2933307012	Boa Vista	24,43	90,00	27,15
2933307013	Felícia	15,89	90,00	17,66
2933307014	Patagônia	76,08	90,00	84,53
2933307015	Bateias	36,74	50,00	73,48
2933307016	Zabelê	19,90	90,00	22,11
2933307018	Espírito Santo	5,16	15,00	34,38
2933307020	Jatobá	4,33	90,00	4,81
2933307021	Campinhos	2,21	90,00	2,46
2933307022	São Pedro	1,80	15,00	11,97
2933307023	Distrito Industrial	3,15	15,00	21,00
2933307024	Lagoa das Flores	1,03	15,00	6,90
2933307	Vitória da Conquista	13,34	103,00	12,94

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010. Sistematizados em Dez./2016. Ribeiro (2017).

LEGENDA

	BAIRROS DE MAIOR DENSIDADE
	MÉDIA DAS DENSIDADES

O Mapa 44 ilustra os dados da tabela. Percebe-se que, quanto mais próximo do centro, maior o coeficiente de sustentabilidade, principalmente ao Norte, Oeste e Sul.

residente devido à valorização do local para as atividades de serviço e comércio, como já foi citado anteriormente.



Foram considerados como sustentáveis os bairros Recreio, N. Sra. Aparecida, Primavera, Felícia, Jatobá, Campinhos, São Pedro e Lagoa das Flores. Os bairros Campinhos, Lagoa das Flores e N. Sa. Aparecida são bairros com características urbano-rurais, extensos, compostos de chácaras e sítios, alguns com atividade de produção voltada para os hortifrutigranjeiros, como é o caso de Lagoa das Flores. Esta característica influencia no resultado da densidade devido à baixa concentração populacional. Suas populações se encontram mais concentradas nas áreas próximas ao centro. O bairro Recreio sempre foi um bairro que predominou uma população de média e alta renda, o que justifica a baixa concentração.

Tabela 24 - Nível de sustentabilidade dos bairros para densidade demográfica- Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Legenda	Coefficiente
2933307001	Centro	Intermediário	43,6
2933307002	Guarani	Insustentável	102,2
2933307003	Cruzeiro	Intermediário	50,7
2933307004	Alto Maron	Quase Insustentável	71,8
2933307005	Recreio	Sustentável	19,2
2933307006	Jurema	Quase Sustentável	31,7
2933307007	Brasil	Quase Insustentável	71,8
2933307008	Ibirapuera	Quase Insustentável	60,1
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	Sustentável	3,9
2933307010	Primavera	Sustentável	1,6
2933307011	Candeias	Quase Sustentável	21,9
2933307012	Boa Vista	Quase Sustentável	27,1
2933307013	Felícia	Sustentável	17,7
2933307014	Patagônia	Insustentável	84,5
2933307015	Bateias	Quase Insustentável	73,5
2933307016	Zabelê	Quase Sustentável	22,1
2933307018	Espírito Santo	Quase Sustentável	34,4
2933307020	Jatobá	Sustentável	4,8
2933307021	Campinhos	Sustentável	2,5
2933307022	São Pedro	Sustentável	12,0
2933307023	Distrito Industrial	Quase Sustentável	21,0
2933307024	Lagoa das Flores	Sustentável	6,9
2933307000	Outros	Sustentável	2,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010. Sistematizados em Dez/2016. Ribeiro (2017).

LEGENDA

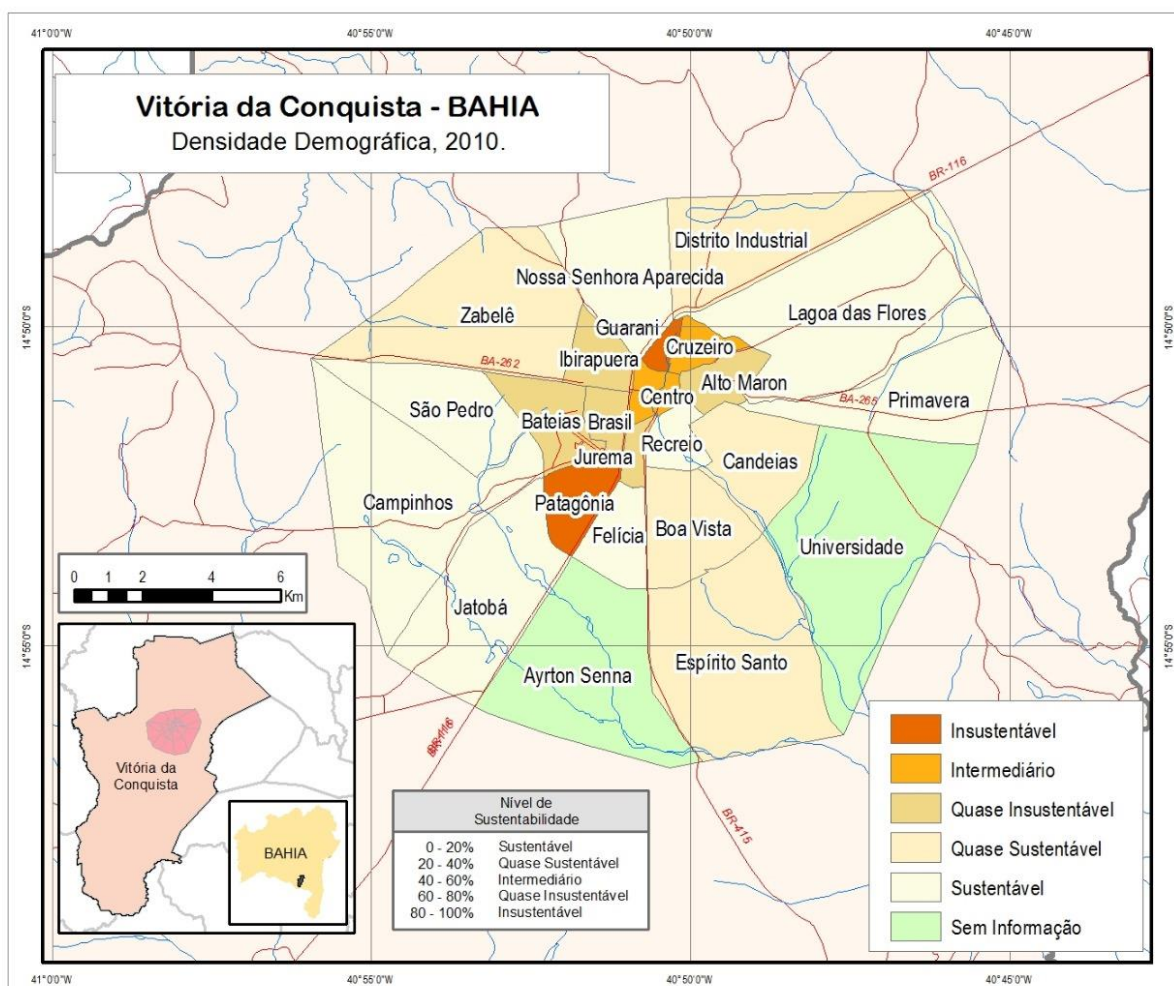
	SUSTENTÁVEL
	INSUSTENTÁVEL

Os bairros Zabelê e Espírito Santo apresentam uma concentração da população em uma pequena área do bairro com pontos de insustentabilidade, ou seja, existem áreas do bairro bastante populosas e outras menos. Como são bairros extensos o cálculo geral apresenta-os como quase sustentável.

O Distrito Industrial, devido ao uso do solo industrial, apresenta-se menos denso pois possui um população flutuante e o uso do solo é na sua maioria industrial.

Graficamente (Mapa 45) estão ilustrados, com clareza, os níveis de sustentabilidade para densidade demográfica dos bairros, dando uma visão mais global da situação da cidade na sua totalidade em relação ao aspecto analisado.

Mapa 45 - Nível de sustentabilidade dos bairros para densidade demográfica, por bairros de Vitória da Conquista/BA, 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, 2010; Dados do Universo, Sistematizados em Dez./2016; SEI 2016.

Fonte: Ribeiro (2017).

Percebe-se uma densidade populacional maior em torno das rodovias, principalmente a BR-116 e BR-415.

Próximo ao Centro o resultado se aproxima dos níveis sustentáveis e nos extremos sul e norte mais periféricos insustentáveis. Quanto mais próximos do centro pelo lado oeste, maior a insustentabilidade dos bairros e, quanto mais próximos do centro pelo lado leste, maior a sustentabilidade. Os bairros mais insustentáveis também são aqueles de população de menor renda.

Dos 22 bairros analisados, seis foram classificados como sustentáveis, sete como quase sustentáveis, dois como insustentáveis e dois como intermediários.

Relativo ao plano diretor de 1976 a cidade deveria ter crescido mais para o leste, sul e oeste de acordo com a Zona de Expansão Urbana (ZE) definida, o que não aconteceu. Nota-se que a cidade cresceu em direção ao setor norte, contrário à direção estabelecida no plano. Na direção norte, encontra-se a serra Peri-Peri, que possui uma importância ambiental e que não deveria ter sido ocupada da maneira que aconteceu. Algumas diretrizes pré-estabelecidas no plano relativas ao zoneamento não foram seguidas e a configuração urbana da cidade ficou diferente do que foi projetado interferindo também nas densidades populacionais e na criação de infraestrutura adequada.

No PDU-2006, a Densidade Bruta e os Critérios de Sustentabilidade estabelecidos como desejáveis não foram atendidos em alguns bairros, demonstrando uma maior concentração populacional com nível de insustentabilidade para densidade demográfica, como é o caso de Patagônia e Guarani.

Essa expansão irregular da população produz impactos significativos na infraestrutura urbana, a partir do momento que a mesma não consegue atender à demanda de cada bairro, que resulta na construção de uma cidade cada vez menos sustentável, prejudicando a qualidade de vida de seus habitantes.

Em relação à teoria da cidade compacta, que defende a ideia de que quanto mais densa a cidade mais fácil manter a qualidade do transporte público, a eficiência energética dos prédios, a igualdade social, entre outros percebe-se que as áreas que possuem melhor atendimento de infraestrutura, equipamento urbanos, serviços, etc. são as que possuem as menores densidades. As áreas de maior densidade não obtiveram as melhorias proporcionais ao seu crescimento populacional.

7.2 INDICADOR ECONÔMICO

7.2.1 Renda domiciliar

A renda domiciliar é uma variável que demonstra as condições financeiras e a condição social de uma população e está associada às políticas econômicas de uma cidade, país ou região.

Em relação à formação do espaço urbano, a renda influencia, muitas vezes, na distribuição espacial, de acordo com as condições financeiras de cada família. Algumas áreas ocupadas pela população de média e alta renda, muitas vezes, são melhores atendidas pela infraestrutura urbana, influenciando na qualidade de vida urbana da população.

Apesar do desenvolvimento econômico nas últimas décadas, existem diferenças de renda significativas entre os habitantes da cidade.

De acordo com a Tabela 25, com os dados de rendimento médio em salários, *per capita*, por bairro, para 2010, os bairros de menor renda são: São Pedro, Campinhos, Jatobá, N. Sra. Aparecida, Primavera, que ficam entre um e dois salários. Os que apresentam maior renda são os bairros Recreio, Candeias, acima de nove salários.

O rendimento médio para cidade foi de 3,22 salários mínimos. Como este indicador possui uma escala diferenciada dos demais foi utilizada a metodologia do cálculo da Equivalência de Escalas e o dado do rendimento médio ficou em 53,66. O cálculo foi feito aplicando a regra de três:

$$6,00 \text{ salários} - 100\%$$

$$3,22 \text{ salários} - X$$

$$6X = 100 \times 3,22$$


$$X = 53,66$$

Tabela 25 - Rendimento médio em número de salários mínimos, domiciliar e per capita, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Rendimento Médio	
		Domiciliar	Per Capita
2933307001	Centro	4,80	1,87
2933307002	Guarani	2,67	0,82
2933307003	Cruzeiro	2,18	0,68
2933307004	Alto Maron	3,67	1,20
2933307005	Recreio	9,17	3,18
2933307006	Jurema	3,15	1,03
2933307007	Brasil	3,23	1,11
2933307008	Ibirapuera	3,41	1,10
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	1,79	0,56
2933307010	Primavera	1,74	0,59
2933307011	Candeias	10,11	3,66
2933307012	Boa Vista	2,94	1,09
2933307013	Felícia	3,88	1,31
2933307014	Patagônia	2,06	0,64
2933307015	Bateias	2,85	0,91
2933307016	Zabelê	2,69	0,88
2933307018	Espírito Santo	2,29	0,72
2933307020	Jatobá	1,48	0,47
2933307021	Campinhos	1,63	0,48
2933307022	São Pedro	1,26	0,39
2933307023	Distrito Industrial	2,17	0,69
2933307024	Lagoa das Flores	2,16	0,71
2933307000	Outros	2,37	0,82
2933307	Vitória da Conquista	3,22	1,10

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo (2010). Sistematizados em Dez/2016. Ribeiro (2017).

LEGENDA

	MAIOR RENDA DOMICILIAR
	MENOR RENDA DOMICILIAR
	MÉDIA DA RENDA DOMICILIAR

7.2.2 Sustentabilidade relacionada à renda domiciliar

Os critérios de avaliação da sustentabilidade para renda domiciliar foram (Tabela 26) de acordo com a classificação 0-1 salários mínimos como Insustentável; de 1-2, Quase Insustentável; de 2-3, como Intermediário e de 3-6, Quase Sustentável e acima de 6 salários mínimos, Sustentável. Para sistematizar os dados foram utilizadas as informações do IBGE.

Tabela 26 - Escalas e níveis de sustentabilidade para renda domiciliar

Salário Mínimo Vigente	Nível de sustentabilidade
0-1	Insustentável
1-2	Quase insustentável
2-3	Intermediário
3-6	Quase sustentável
>6	Sustentável

Fonte: Prescott-Allen (2001), PDU-2006, adaptado por Ribeiro (2017).

De acordo com a Tabela 27, a renda domiciliar apresenta-se sustentável para apenas dois bairros da cidade, Recreio e Candeias e quase sustentável para cinco bairros, Centro, Jurema, Brasil, Ibirapuera, Felícia.

Tabela 27 - Sustentabilidade relacionada à renda domiciliar, por bairro — Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Legenda	Salários Mínimos
2933307001	Centro	Quase Sustentável	4,80
2933307002	Guarani	Intermediários	2,67
2933307003	Cruzeiro	Intermediários	2,18
2933307004	Alto Maron	Quase Sustentável	3,67
2933307005	Recreio	Sustentável	9,17
2933307006	Jurema	Quase Sustentável	3,15
2933307007	Brasil	Quase Sustentável	3,23
2933307008	Ibirapuera	Quase Sustentável	3,41
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	Quase Insustentável	1,79
2933307010	Primavera	Quase Insustentável	1,74
2933307011	Candeias	Sustentável	10,11
2933307012	Boa Vista	Intermediários	2,94
2933307013	Felícia	Quase Sustentável	3,88
2933307014	Patagônia	Intermediários	2,06
2933307015	Bateias	Intermediários	2,85
2933307016	Zabelê	Intermediários	2,69
2933307018	Espírito Santo	Intermediários	2,29
2933307020	Jatobá	Quase Insustentável	1,48
2933307021	Campinhos	Quase Insustentável	1,63
2933307022	São Pedro	Quase Insustentável	1,26
2933307023	Distrito Industrial	Intermediários	2,17
2933307024	Lagoa das Flores	Intermediários	2,16
2933307000	Outros	Intermediários	2,37

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo (2010). Sistematizados em Dez/2016. Ribeiro (2017).

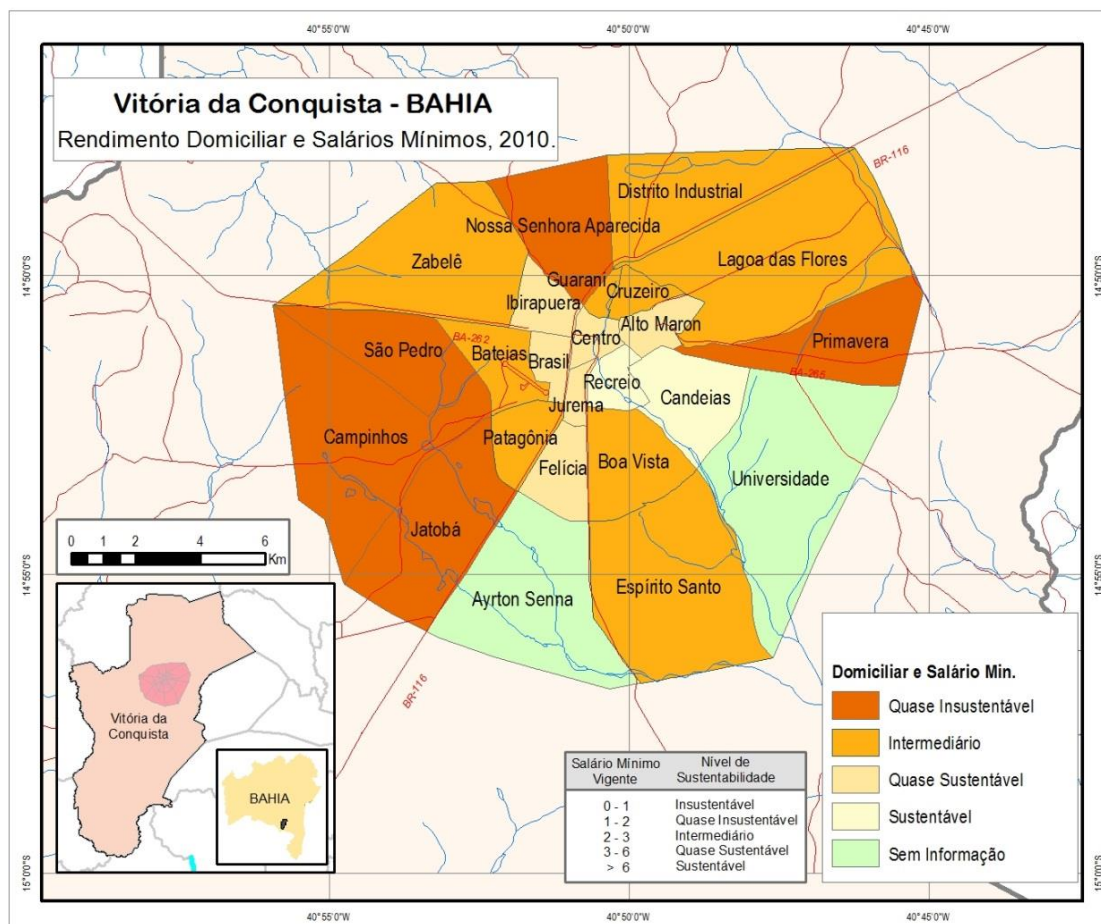
LEGENDA

	SUSTENTÁVEL E QUASE SUSTENTÁVEL
	QUASE INSUSTENTÁVEL

Os bairros que apresentam níveis de quase insustentável a intermediário são os localizados na periferia que são: N. Sra. Aparecida, Primavera, Jatobá, Campinhos e São Pedro. Alguns bairros próximos ao Centro como Felícia, Jurema, Brasil, Ibirapuera apresentam-se como quase insustentáveis.

Graficamente, nota-se que há uma segregação socioespacial na localização das moradias relacionada à renda (Mapa 46).

Mapa 46 - Sustentabilidade relacionada à renda domiciliar e salários mínimos, por bairro — Vitória da Conquista, Bahia, 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010; SEI 2016.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010. Sistematizados em Dez/2016. Ribeiro (2017).

Próximo ao centro e do lado leste residem os que possuem melhores condições de renda. Do lado oeste, norte, nordeste e sudeste residem os de menor renda.

Dentro dos níveis intermediário e quase insustentável vive uma população de 107.983,00 hab., cerca de 50% do total, ou seja, metade da população.

Infere-se que a despeito do crescimento econômico ocorrido na cidade nas últimas décadas a distribuição de renda permanece desigual. Provavelmente o crescimento econômico tenha favorecido mais os comerciantes antigos, fazendeiros e os que já possuíam uma renda razoável. Como ponto positivo, o crescimento econômico trouxe uma maior capacidade de empregabilidade mesmo que com salários baixos assim como as melhorias na educação.

Observa-se que a distribuição de renda desigual de Vitória da Conquista produziu impactos significativos nas condições de infraestrutura urbana e na distribuição espacial. Em relação à infraestrutura, percebe-se que as áreas onde residem aqueles que possuem maior renda são mais valorizadas e por isso recebem maior atenção tanto pela prefeitura, quanto pela iniciativa privada. Em relação à distribuição espacial, percebe-se a segregação. Essa desigualdade resulta na construção de uma cidade menos sustentável, que prejudica a qualidade de vida de seus habitantes.

O conhecimento destes dados relativos à sustentabilidade urbana relacionada à renda domiciliar e à distribuição espacial fornece informações que podem auxiliar no planejamento de políticas públicas urbanas e nas ações em prol da sustentabilidade urbana e melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

7.3 INDICADOR PARA EDUCAÇÃO

7.3.1 População alfabetizada

Os aspectos educacionais estão indiretamente ligados à sustentabilidade urbana. A formação de cidadãos e a conscientização sobre diversos aspectos relativos ao urbano podem contribuir para melhoria das cidades através das cobranças por políticas públicas e suas ações ou através de atitudes individuais ou coletivas.

A educação e a percepção ambiental nesse processo contribuirão para a utilização racional do meio ambiente, possibilitando uma relação mais harmônica do ponto de vista de um indivíduo ou de uma coletividade com os elementos exteriores, sejam estes elementos naturais, necessidades econômicas ou interesses político-sociais (MELAZO, 2015).

A conscientização dos cidadãos, neste âmbito, poderá levar a uma melhoria do bem-estar de cada um e da sociedade, tanto em nível global, quanto local.

7.3.2 Sustentabilidade para população alfabetizada

A sustentabilidade urbana relacionada à população alfabetizada contribui para o aumento da renda. O acesso a informação gera conscientização da mesma em relação à cidade, seus direitos, deveres, etc. Na medida em que diminui a taxa de analfabetismo, aumentam-se as possibilidades de melhoria de renda e de qualidade de vida pessoal e coletiva.

O indicador utilizado foi a quantidade de pessoas alfabetizadas, por bairro, para o ano de 2010. O indicador se insere em uma dimensão social. Os critérios utilizados para definir os níveis de sustentabilidade para alfabetização foram estabelecidos pelo Barômetro da Sustentabilidade.

O Quadro 12 estabelece os critérios de sustentabilidade, segundo a escala do Barômetro, para a população alfabetizada e será utilizado para embasar a avaliação. Segundo o Barômetro da Sustentabilidade, será considerado insustentável quando o percentual de alfabetizados for entre 0-20% e sustentável quando entre 80-100%.

Quadro 12 - Critérios sustentabilidade para população alfabetizada.

Escala do Barômetro	Nível de sustentabilidade
0-20%	Insustentável
20-40%	Quase insustentável
40-60%	Intermediário
60-80%	Quase sustentável
80-100%	Sustentável

Fonte: Barômetro da Sustentabilidade, Prescott-Allen (2001), adaptado por Ribeiro (2017).

A partir dos dados da Tabela 28, percebe-se que todos os bairros possuem pessoas não alfabetizadas, independente da classe social que o habitam. Os bairros Cruzeiro, N. Sra. Aparecida, Jatobá, Campinhos e São Pedro são os que possuem um percentual maior de pessoas analfabetas.

Em uma população de 283.515 avaliada, 241.855 são alfabetizadas, ou seja, 85,31%. Em relação à população total 14,69% não é alfabetizada. Comparando com os resultados do Brasil segundo o Censo Demográfico 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a taxa de analfabetismo na população brasileira de 15 anos ou mais de idade foi de 9,6% em 2010, ou seja, menor que em Vitória da Conquista.

Esta parcela da população analfabeta certamente não terá as mesmas oportunidades de emprego e tenderá a adquirir rendas mais baixas. Nestas condições terão dificuldade no acesso a informação, baixa autonomia, investir na habitação, saúde, etc. prejudicando assim as possibilidades de uma melhor qualidade de vida.

Tabela 28 - População com 5 anos ou mais total, alfabetizada e sua distribuição percentual, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	População	Alfabetizados	Distribuição Percentual
2933307001	Centro	10.556	10.127	95,94
2933307002	Guarani	7.668	6.807	88,77
2933307003	Cruzeiro	7.952	6.284	79,02
2933307004	Alto Maron	16.426	14.707	89,53
2933307005	Recreio	6.589	6.305	95,69
2933307006	Jurema	5.427	4.878	89,88
2933307007	Brasil	19.581	18.105	92,46
2933307008	Ibirapuera	13.303	12.087	90,86
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	3.227	2.568	79,58
2933307010	Primavera	1.875	1.441	76,85
2933307011	Candeias	13.755	13.442	97,72
2933307012	Boa Vista	8.738	7.376	84,41
2933307013	Felícia	2.681	2.509	93,58
2933307014	Patagônia	24.351	20.386	83,72
2933307015	Bateias	7.980	7.186	90,05
2933307016	Zabelê	20.309	18.205	89,64
2933307018	Espírito Santo	10.612	9.097	85,72
2933307020	Jatobá	5.992	4.531	75,62
2933307021	Campinhos	4.420	3.279	74,19
2933307022	São Pedro	1.362	1.005	73,79
2933307023	Distrito Industrial	823	670	81,41
2933307024	Lagoa das Flores	2.235	1.823	81,57
2933307000	Outros	86.197	68.041	78,94
2933307	Vitória da Conquista	283.515	241.855	85,31

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010. Sistematizados em Dez/2016. Ribeiro (2017).

LEGENDA

-  TAXA DE AFALBETIZAÇÃO ACIMA DE 80%
-  TAXA DE AFALBETIZAÇÃO ENTRE 70% E 80%

A Tabela 29 de nível de sustentabilidade para alfabetização demonstra seis bairros considerados quase sustentáveis, Cruzeiro, N. Sra. Aparecida, Primavera, Jatobá, Campinhos e São Pedro com taxas em torno de 20% de analfabetismo. Estes bairros se localizam na periferia e reside aí população de baixa renda. Os demais bairros avaliados foram classificados como sustentáveis.

Tabela 29 - Sustentabilidade para alfabetização, por bairro — Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Legenda	Coefficiente
2933307001	Centro	Sustentável	95,94
2933307002	Guarani	Sustentável	88,77
2933307003	Cruzeiro	Quase Sustentável	79,02
2933307004	Alto Maron	Sustentável	89,53
2933307005	Recreio	Sustentável	95,69
2933307006	Jurema	Sustentável	89,88
2933307007	Brasil	Sustentável	92,46
2933307008	Ibirapuera	Sustentável	90,86
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	Quase Sustentável	79,58
2933307010	Primavera	Quase Sustentável	76,85
2933307011	Candeias	Sustentável	97,72
2933307012	Boa Vista	Sustentável	84,41
2933307013	Felícia	Sustentável	93,58
2933307014	Patagônia	Sustentável	83,72
2933307015	Bateias	Sustentável	90,05
2933307016	Zabelê	Sustentável	89,64
2933307018	Espírito Santo	Sustentável	85,72
2933307020	Jatobá	Quase Sustentável	75,62
2933307021	Campinhos	Quase Sustentável	74,19
2933307022	São Pedro	Quase Sustentável	73,79
2933307023	Distrito Industrial	Sustentável	81,41
2933307024	Lagoa das Flores	Sustentável	81,57
2933307000	Outros	Quase Sustentável	78,94

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010. Sistematizados em Dez/2016. Ribeiro (2017).

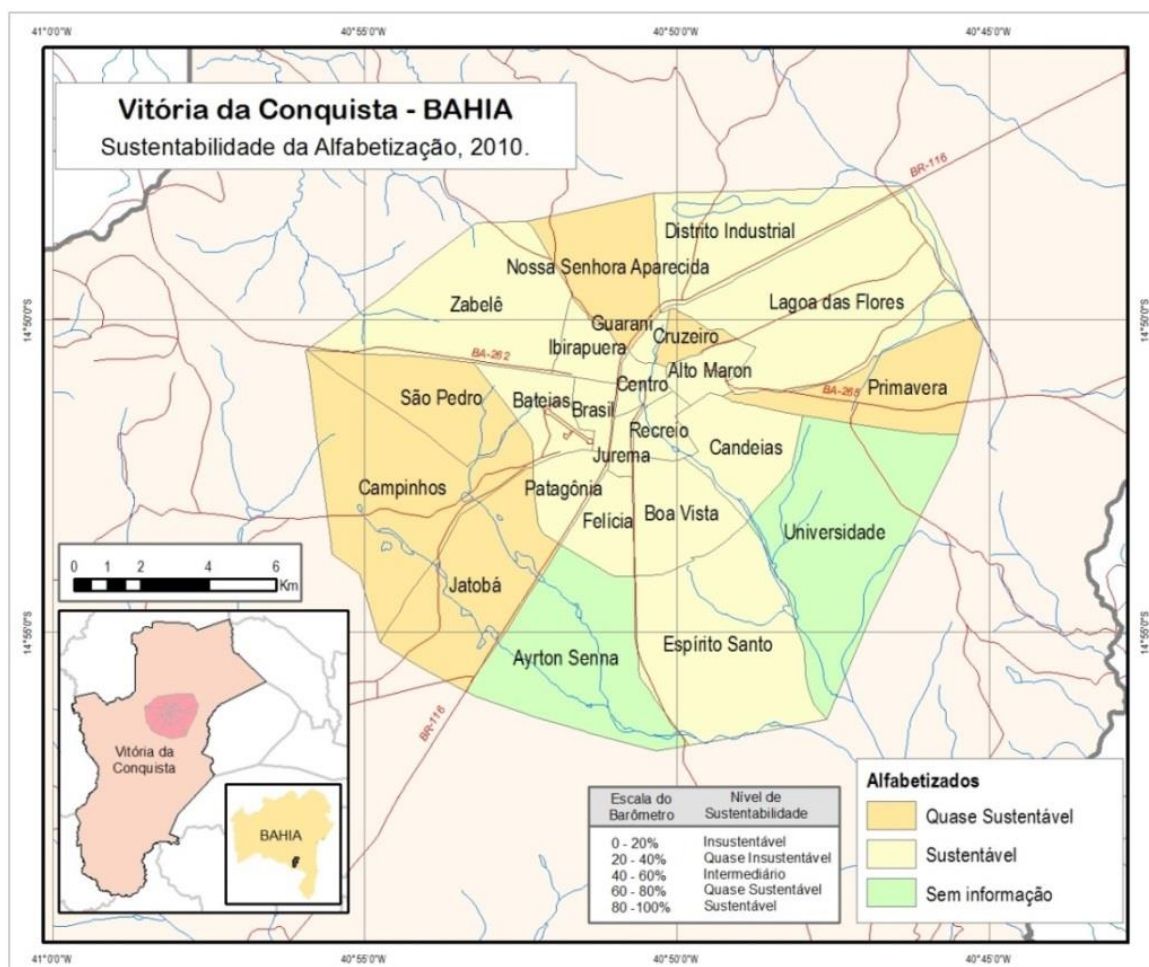
LEGENDA

	SUSTENTÁVEL
	QUASE SUSTENTÁVEL

Esta situação poderá ser verificada no Mapa 47 e percebida com melhor clareza. Percebe-se que as ações das políticas públicas quanto a criar soluções para diminuir o índice de analfabetismo não cobriu toda a população da cidade.

No plano diretor de 2006 consta, como parte da política habitacional do município, o direito a equipamentos de educação que pressupõe condição de ampliação de pessoas alfabetizadas.

Mapa 47 - Sustentabilidade em relação à alfabetização, por bairro — Vitória da Conquista, Bahia, 2010



Fonte: Ribeiro (2017).

7.4 INDICADOR PARA HABITAÇÃO

7.4.1 Condições de habitação - domicílios sem banheiros

A qualidade de vida urbana também está relacionada com a condição digna e satisfatória de uma habitação que proporcione conforto e bem-estar. A existência de banheiros nos domicílios é de extrema importância e proporciona melhores condições de habitabilidade

não somente relativo ao conforto, como também em prol da melhoria da higiene da habitação e da saúde da população.

7.4.2 Sustentabilidade para condições de habitação- domicílios sem banheiros

O indicador relativo à existência de banheiros nos domicílios, que faz parte de uma estrutura mínima de uma habitação, possibilita uma avaliação da qualidade de vida dos moradores a partir das condições relacionadas com higiene e conforto. De acordo com o IBGE (2000), um local cercado por parede é considerado como banheiro, desde que tenha chuveiro ou banheira e aparelho sanitário.

Em relação à sustentabilidade urbana, a existência de banheiro nos domicílios contribui com o meio ambiente, na medida em que reduz a contaminação do mesmo com o encaminhamento adequado de dejetos através do esgotamento sanitário e da rede geral de esgoto.

Para o coeficiente de sustentabilidade para domicílios sem banheiros, foram produzidas tabelas e mapas com os dados do IBGE, para 2010, exclusivamente para esta pesquisa.

A variável utilizada foi o número de domicílios com banheiro, por bairro, para o ano de 2010. O indicador se insere em uma dimensão ambiental.

O Quadro 13 estabelece os critérios de sustentabilidade, segundo a escala do Barômetro, para os domicílios sem banheiros e será utilizado para embasar a avaliação. Segundo o Barômetro da Sustentabilidade, será considerado sustentável quando o percentual de domicílios atendidos for entre 0-20% e insustentável quando entre 80-100%.

Será considerado sustentável quando o domicílio dispuser de pelo menos um banheiro, porém, o ideal é que todos os domicílios tenham banheiro.

Segundo o Quadro 13, será considerado como Insustentável o setor que tem valor inferior a um banheiro por domicílio. Quando a relação domicílio/banheiros for maior que um, é estabelecido o percentual de acordo com o número de banheiros e sua relação na escala do barômetro.

Quadro 13 - Critérios de sustentabilidade para domicílios sem banheiros

Fórmula	Escala do Barômetro	Nível de sustentabilidade
$\frac{[\text{Domicílios sem banheiro no setor}]}{[\text{N}^\circ \text{ domicílios no setor}]} \times 100$	0-20%	Sustentável
	20-40%	Quase Sustentável
	40-60%	Intermediário
	60-80%	Quase Insustentável
	80-100%	Insustentável

Fonte: Barômetro da Sustentabilidade, Prescott-Allen (2001), adaptado por Ribeiro (2017).

Avaliando os dados de 2010 (Tabela 30), na distribuição percentual, por bairro, ficou demonstrado que os bairros com mais domicílios sem banheiros foram os bairros Cruzeiro, Alto Maron, Patagônia, Espírito Santo, Jatobá, Campinhos, Lagoa das Flores e Distrito Industrial. No total são 222 domicílios sem banheiro.

Além da falta de banheiros bairros como Lagoa das Flores e Distrito Industrial e Campinhos apresentaram os piores resultados em atendimento da rede de abastecimento de água. Os bairros Primavera, Boa vista, Patagônia, Zabelê, Jatobá, Campinhos apresentaram as piores condição no atendimento pela rede de geral de esgoto. Algumas casas tem banheiro porém não tem rede de esgoto geral e nem rede de abastecimento de água.

A quantidade total de domicílios não atendidos foi de 5.087 unidades, 5,88% do total de 86.460,00 domicílios avaliados.

Como o percentual médio de domicílios sem banheiro foi de 5,88% e este indicador possui uma lógica diferenciada dos demais, foi utilizada a metodologia do cálculo da Equivalência de Escalas, que resulta em 94,12, valor a ser considerado (100-5,88). O valor 94,12 será utilizado no diagrama da sustentabilidade.

Os únicos bairros que todos os domicílios possuíam banheiros foram Candeias e Felícia. Bairros como Centro, Recreio, Boa Vista onde a maior parte da população possui um padrão médio e alto de residência, ainda demonstra a inexistência de banheiros em alguns domicílios, mesmo que em pequena quantidade.

Nota-se que vários bairros têm domicílios sem banheiro. Este fato está relacionado com a baixa renda da maior parte da população que, sem condições financeiras, não consegue construir banheiros nas suas casas.

O fato de não existir banheiros em algumas casas sugere o aumento de problemas de saúde e higiene da habitação. Os problemas gerados por este déficit geram não somente questões urbanas, mas de saúde pública também.

Tabela 30 - Total de domicílio, domicílios sem banheiro e sua distribuição percentual, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Total de Domicílios	Domicílios Sem Banheiro	Distribuição Percentual
2933307001	Centro	3.669	10	0,27
2933307002	Guarani	2.271	21	0,92
2933307003	Cruzeiro	2.304	136	5,90
2933307004	Alto Maron	4.969	89	1,79
2933307005	Recreio	2.051	8	0,39
2933307006	Jurema	1.644	18	1,09
2933307007	Brasil	6.272	75	1,20
2933307008	Ibirapuera	4.083	68	1,67
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	960	40	4,17
2933307010	Primavera	562	81	14,41
2933307011	Candeias	4.390	0	0,00
2933307012	Boa Vista	2.674	12	0,45
2933307013	Felícia	853	0	0,00
2933307014	Patagônia	7.249	171	2,36
2933307015	Bateias	2.373	34	1,43
2933307016	Zabelê	6.201	68	1,10
2933307018	Espírito Santo	3.168	86	2,71
2933307020	Jatobá	1.758	109	6,20
2933307021	Campinhos	1.222	222	18,17
2933307022	São Pedro	404	32	7,92
2933307023	Distrito Industrial	255	23	9,02
2933307024	Lagoa das Flores	675	110	16,30
2933307000	Outros	26.036	3.640	13,98
2933307	Vitória da Conquista	86.460	5.087	5,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010. Sistematizados em Dez/2016. Ribeiro (2017).

LEGENDA

	DE 0 a 12 DOMICÍLIOS SEM BANHEIROS
	DE 86 A 222 DOMICÍLIOS SEM BANHEIROS
	TOTAL DE DOMICILIOS SEM BANHEIROS

A Tabela 31 demonstra o nível de sustentabilidade relacionada aos domicílios sem banheiros por bairro. Os dados mostram que todos os bairros possuem um coeficiente sustentável quanto à variável avaliada, entre 0,27 o menor e 18,17 o maior, ou seja, entre 0% e 20%.

Tabela 31 - Sustentabilidade relacionada aos domicílios sem banheiro, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Legenda	Coefficiente
2933307001	Centro	Sustentável	0,27
2933307002	Guarani	Sustentável	0,92
2933307003	Cruzeiro	Sustentável	5,90
2933307004	Alto Maron	Sustentável	1,79
2933307005	Recreio	Sustentável	0,39
2933307006	Jurema	Sustentável	1,09
2933307007	Brasil	Sustentável	1,20
2933307008	Ibirapuera	Sustentável	1,67
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	Sustentável	4,17
2933307010	Primavera	Sustentável	14,41
2933307011	Candeias	Sustentável	0,00
2933307012	Boa Vista	Sustentável	0,45
2933307013	Felícia	Sustentável	0,00
2933307014	Patagônia	Sustentável	2,36
2933307015	Bateias	Sustentável	1,43
2933307016	Zabelê	Sustentável	1,10
2933307018	Espírito Santo	Sustentável	2,71
2933307020	Jatobá	Sustentável	6,20
2933307021	Campinhos	Sustentável	18,17
2933307022	São Pedro	Sustentável	7,92
2933307023	Distrito Industrial	Sustentável	9,02
2933307024	Lagoa das Flores	Sustentável	16,30
2933307000	Outros	Sustentável	13,98

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010. Sistematizados em Dez/2016. Ribeiro (2017).

LEGENDA

 SUSTENTÁVEL

O Mapa 48 demonstra na configuração espacial os bairros sustentáveis em relação à existência de banheiros nos domicílios. Para o bairro Ayrton Senna e o bairro Universidade não possível encontrar os dados.

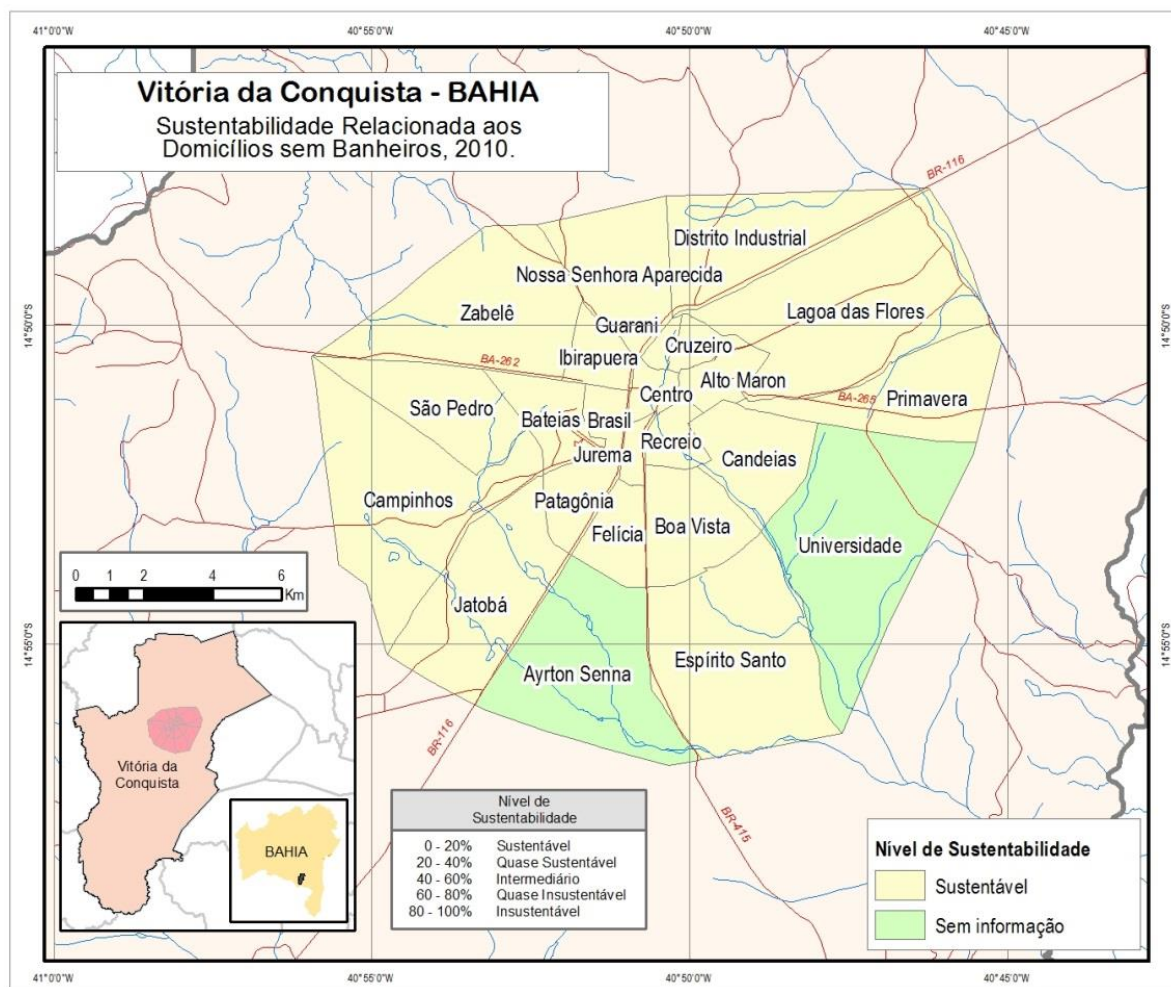
Apesar do nível de sustentabilidade ter sido considerado sustentável, a qualidade de vida de uma parte da população não pode ser considerada satisfatória, já que alguns não possuem condições dignas de moradia. Essas condições é um direito dos cidadãos estabelecido nas políticas públicas municipais e nacionais.

Como muitos dos programas habitacionais não atenderam uma parte da população de baixa renda o acesso à moradia com condições dignas também foi prejudicado. Nos assentamentos e ocupações ilegais havia muitas moradias com condições precárias e improvisadas de moradia, consequência do crescimento urbano insustentável.

As condições de renda das famílias também inferiram na capacidade de realização de melhorias em suas residências urbanas.

As necessidades básicas como condições de moradia medidas pelo espaço disponível e equipamentos estão relacionadas com a qualidade de vida urbana.

Mapa 48 - Nível de sustentabilidade em relação a domicílios sem banheiros (2010) - Vitória da Conquista, Bahia, 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010; SEI 2016.

Fonte: Ribeiro (2017).

A Tabela 32 apresenta, em percentual, a existência de banheiros por bairro e o tipo de esgotamento sanitário instalado no domicílio. Nota-se que, na maioria dos bairros, existem banheiros ou sanitários no domicílio, entre 90% e 100%, porém, a maioria não está ligada à rede geral de esgoto ou pluvial, utilizando a fossa ou outro como sistema de esgoto. Existem bairros como Airton Sena, Campinhos, Jatobá, Universidade e Zabelê que possuem mais de 80% dos domicílios utilizando fossa.

Tabela 32 - Percentual de domicílios particulares permanentes, com banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário, por bairro, Vitória da Conquista, Bahia, 2010

BAIRROS	EXISTÊNCIA DE BANHEIRO OU SANITÁRIO NO DOMICÍLIO		TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO DOMICÍLIO		
	SIM	NÃO	REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL	FOSSA	OUTRO
CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA	99,5%	0,5%	58,3%	41,0%	0,7%
Aíرتون Senna	99,0%	1,0%	1,0%	82,8%	16,2%
Alto Maron	99,9%	0,1%	94,0%	5,8%	0,2%
Bateias	99,3%	0,7%	50,5%	48,0%	1,5%
Boa Vista	99,8%	0,2%	28,7%	71,2%	0,1%
Brasil	99,8%	0,2%	92,4%	6,2%	1,4%
Campinhos	94,9%	5,1%	2,6%	91,5%	5,9%
Candeias	100,0%	0,0%	96,2%	3,7%	0,1%
Centro	100,0%	0,0%	98,2%	1,6%	0,2%
Cruzeiro	98,6%	1,4%	93,0%	6,3%	0,7%
Distrito Industrial	98,6%	1,4%	3,6%	96,1%	0,3%
Espírito Santo	99,3%	0,8%	35,0%	63,6%	1,4%
Felícia	100,0%	0,0%	27,8%	72,2%	0,0%
Guarani	99,9%	0,1%	97,7%	2,2%	0,1%
Ibirapuera	99,0%	1,0%	61,8%	38,2%	0,1%
Jatobá	98,8%	1,2%	1,5%	97,9%	0,5%
Jurema	100,0%	0,0%	93,2%	5,4%	1,5%
Lagoa das Flores	97,6%	2,4%	41,0%	57,9%	1,2%
Nossa Senhora Aparecida	99,5%	0,5%	82,5%	16,7%	0,8%
Patagônia	99,7%	0,3%	38,4%	61,4%	0,2%
Primavera	99,4%	0,6%	46,2%	53,0%	0,7%
Recreio	99,9%	0,1%	90,2%	9,4%	0,4%
São Pedro	98,9%	1,1%	0,6%	97,7%	1,6%
Universidade	97,3%	2,7%	2,3%	93,1%	4,6%
Zabelê	99,8%	0,2%	4,0%	95,4%	0,6%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, 2010.

7.5 INDICADOR PARA MEIO AMBIENTE

7.5.1 Áreas verdes e de lazer

Uma cidade servida de áreas verdes promove benefícios na qualidade do ar, conforto térmico e acústico e ampliação nas possibilidades de lazer, contribuindo para melhoria na qualidade de vida urbana. É importante haver um equilíbrio na relação entre a área urbana e as

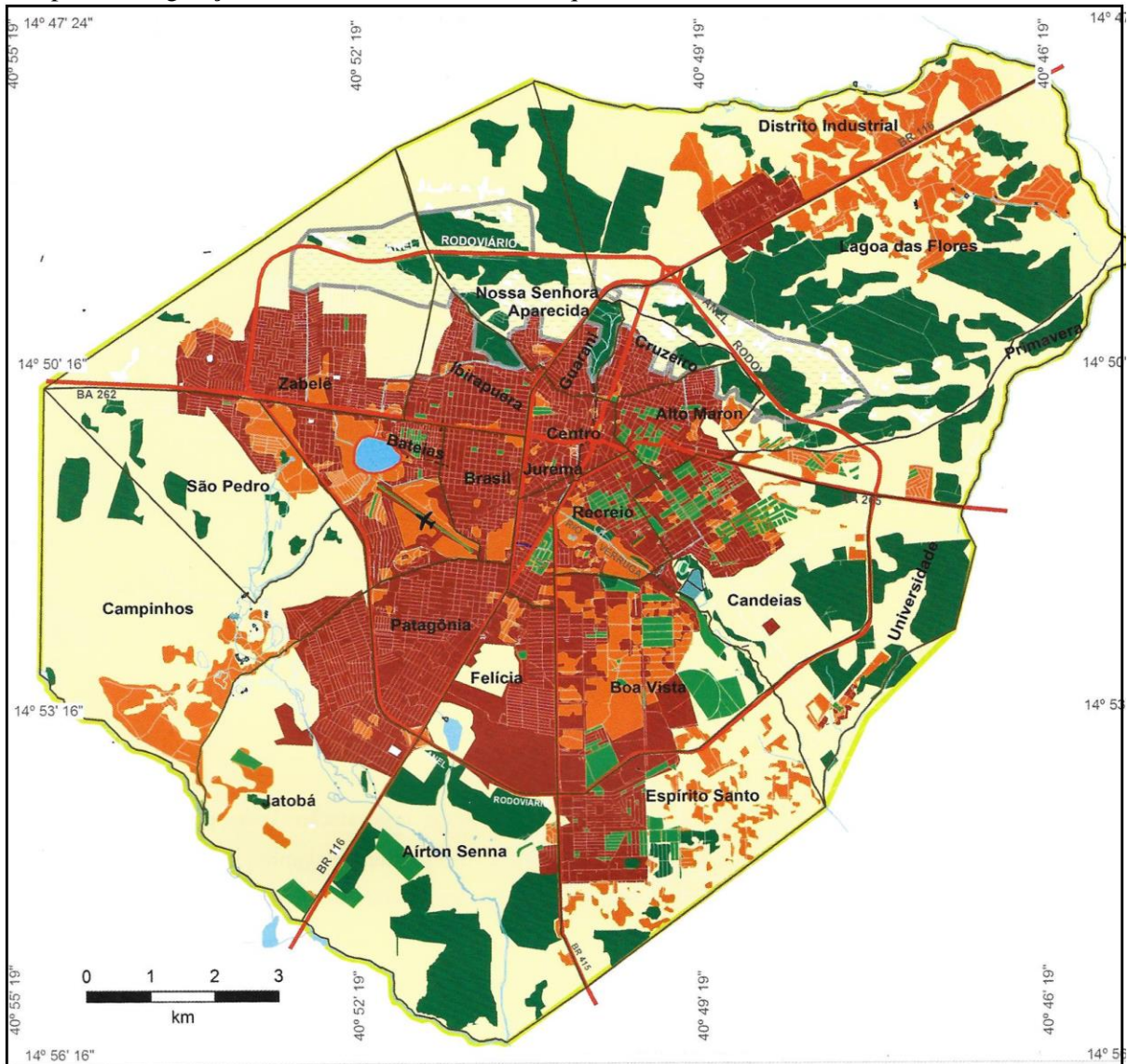
áreas verdes, em relação à distribuição, tipo de vegetação, etc., de modo que traga no seu funcionamento e para a população da cidade ganhos na sustentabilidade urbana.

Para as áreas verdes e de lazer não foi possível encontrar dados numéricos, por bairro, para o ano 2010 e por este motivo não foram feitas tabelas de níveis de sustentabilidade e os resultados não puderam ser colocados no diagrama do Barômetro da Sustentabilidade. Os dados encontrados serviram para demonstrar a situação em que se encontra a cidade em relação ao meio ambiente, áreas verde e de lazer.

A ocupação humana no município se deu em uma área que anteriormente era uma área de cobertura vegetal natural. Onde havia as vegetações florestais, hoje existem a pecuária extensiva e atividades agrícolas, em torno de 90% da área, evidenciando um intenso desmatamento desta área. Segundo o Mapa 49, de vegetação da cidade a floresta estacional decidual não aparece significativamente no espaço urbano devido ao desmatamento.

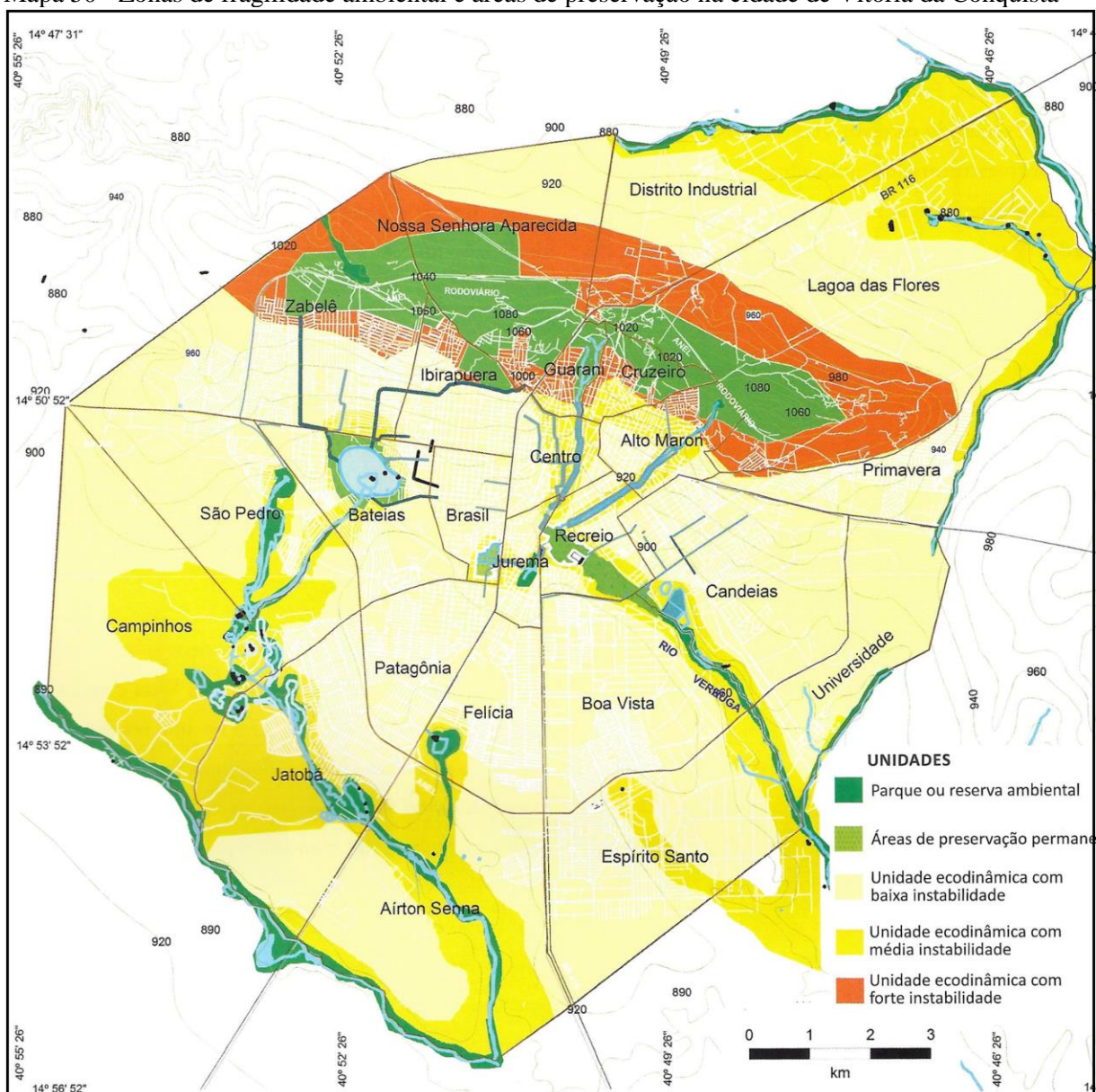
Na análise do Mapa 50 de zonas de fragilidade ambiental e de preservação, percebe-se que, na maioria dos bairros, há pouca ou quase nenhuma área de preservação ambiental, exceto em pequenos trechos dos bairros Recreio, Candeias, Boa Vista, Bateias, São Pedro, Campinhos e Jatobá. As áreas na Zona Norte acima da serra se encontram em situação de forte instabilidade.

Mapa 49 - Vegetação na cidade de Vitória da Conquista



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado por Altemar Amaral Rocha com base na Imagem Spot 2010 e nas Leis (2015, p. 74).

Mapa 50 - Zonas de fragilidade ambiental e áreas de preservação na cidade de Vitória da Conquista



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, elaborado por Altemar Amaral Rocha e com base na Imagem Spot 2010 e nas Leis Municipais n° 850/96-952/98 (2015, p. 80).

Em 2009 (Mapa 51), as áreas verdes estavam mais concentradas no Parque Municipal da Serra do Peri-Peri, que fica ao Norte e é Unidade de Conservação determinada pelo Código Municipal do Meio Ambiente. Outras pequenas áreas foram projetadas, outras destinadas ao lazer, ao uso institucional e outras de ocupação irregular. Atualmente a área urbana possui pouca vegetação, principalmente no lado Oeste. As áreas com vegetação não estão distribuídas de uma forma homogênea na cidade e são em pequena quantidade. Na região periférica, predomina um tipo de vegetação secundária tipo Floresta Estacional Decidual e Caatinga, áreas de pastagens, agricultura, campos, bosques e áreas de reflorestamento.

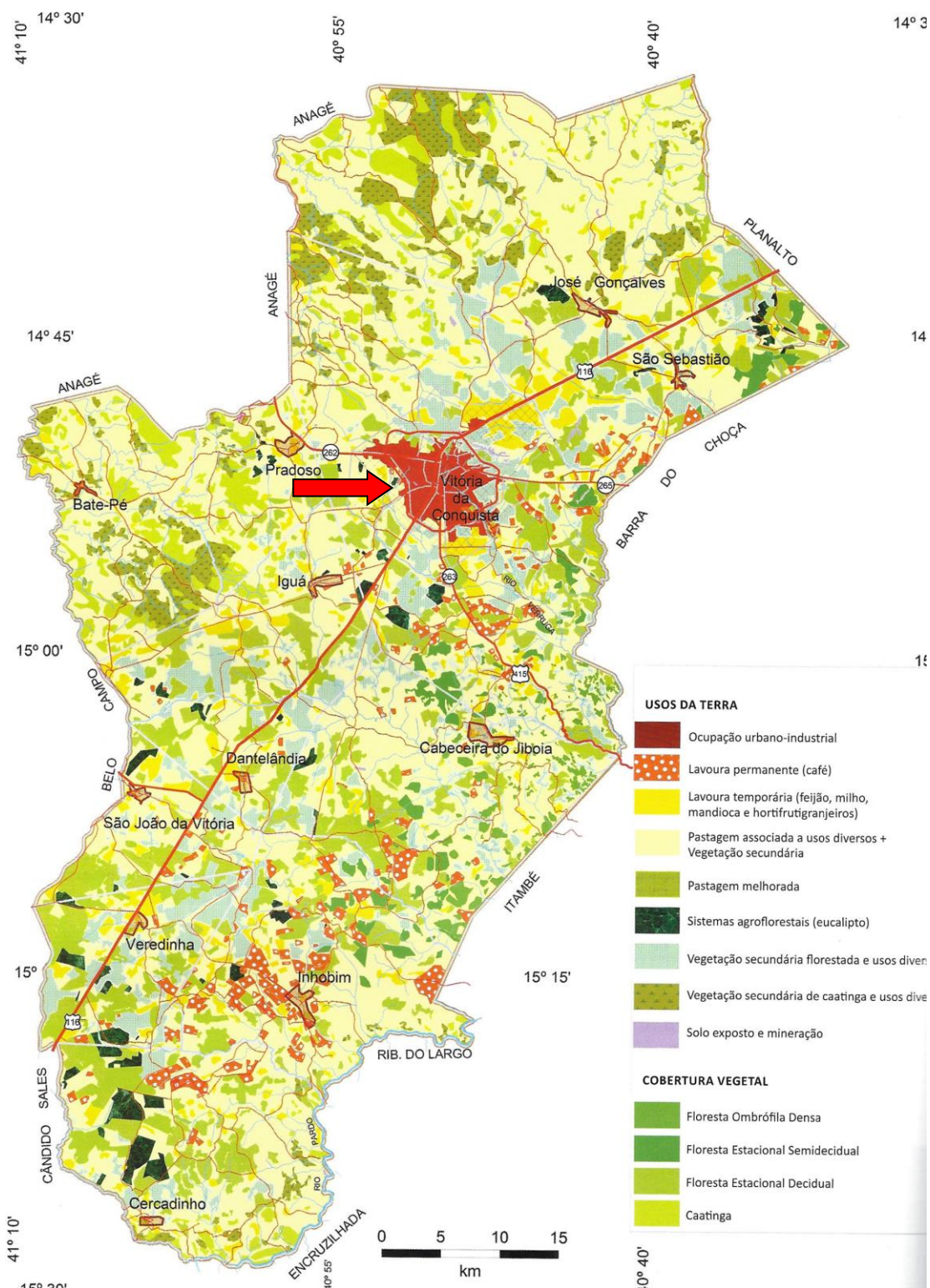
Segundo o Mapa 51, de uso da terra e ocupação da cobertura vegetal demonstra que no perímetro urbano houve uma grande degradação causada pela urbanização e pela agricultura tradicional provocando a diminuição da biodiversidade da flora e fauna local. Essa alteração tem contribuído para diminuição da qualidade ambiental e diminuição do fluxo das águas nos rios e riachos e tem causado prejuízo e desequilíbrio como a perda da qualidade do meio aquático (eutrofização) e a perda do fluxo natural do leito dos rios (assoreamento), causando enchentes nos períodos de chuva e reduzindo a vazão de base nas estiagens.

A cidade passou por um período de grande crescimento nas últimas décadas, houve o surgimento de novos bairros, surgimento de novos loteamentos e condomínios. Muitos loteamentos e condomínios não atenderam ao percentual necessário de áreas verdes segundo os 15% que o PDDU de 2006 determinava.

Muitos espaços destinados a uso de áreas verdes foram utilizados para outros usos e ocupados, de forma irregular, para atender ao mercado informal, para fins institucionais ou conjuntos habitacionais de baixa renda, contribuindo para redução dos percentuais determinados em lei. Eram áreas cedidas gratuitamente pela Prefeitura destinada ao lazer sob a forma de praças, jardins, parques, etc.

Segundo Spinola (2003), no processo de aprovação de projetos e escolha de terrenos, os critérios políticos e de conveniência das empresas passaram a ser levados em maior consideração, desvirtuando o planejamento e a descaracterizando as zonas de ocupação inicialmente definidas. Inclusive existem zonas de Áreas Verdes ocupadas por empresas em funcionamento.

Mapa 51 - Uso da Terra no Município de Vitória da Conquista



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista elaborado por Altemar Amaral Rocha com base na imagem Landsat7, Embrapa, 2005 e Imagem Spot, 2010 (2015, p. 76).

Segundo Rocha (2015), as áreas com pouca ou nenhuma vegetação correspondem a 47% do perímetro urbano e, através da análise do mapa, pode-se perceber que o sistema de cobertura vegetal da cidade é deficitário.

As alterações ambientais associadas ao crescimento urbano e populacional trouxeram consequências diretas sobre o meio ambiente, a qualidade de vida da população e a sustentabilidade urbana. Um dos principais impactos percebido foram as frequentes inundações em decorrência da drenagem urbana e da degradação ambiental. Outro impacto foi sobre o rio Verruga, local de destinação impropria de lixo, etc.

Baseado nas análises dos mapas e da observação local a cidade possui debilidades em relação ao meio ambiente. As principais debilidades são relativas a poucos recursos hídricos, a pouca presença de vegetação nativa devido aos desmatamentos, pouca arborização da cidade e muitos recursos naturais explorados pelas atividades agrícolas. Não se percebe ação política na preservação e cuidados com o meio ambiente e envolvimento da população e dos órgãos públicos e privados nas questões ambientais.

Tem-se observado uma crescente preocupação com a demanda ambiental da cidade nos últimos vinte anos e a necessidade de maior fiscalização das atividades comerciais e industriais para que não ocorra sobrecarga sobre os recursos hídricos.

Percebe-se que as exigências que constam no Ministério das Cidades relativo ao saneamento ambiental aprovada pelo Conselho das Cidades em políticas nacionais não foram atendidas. O equilíbrio ambiental tratado no Estatuto das Cidades em prol do bem coletivo e do bem-estar dos cidadãos também foi de certa forma ignorado.

Desde o PDDU de 1976 e de 2006 que as áreas verdes são citadas com importantes para assegurar à cidade conforto climático, condições de salubridade e proteção paisagística. Nos planos diretores havia as promessas de recuperar áreas degradadas, o que não tem ocorrido. O Código de obras também citou a importância da existência de áreas verdes e da preservação ambiental na cidade e nos loteamentos inclusive proibindo os desmatamentos ilegais. Percebe-se que todos os bairros, independente da condição social, possuem deficiência de áreas verdes.

Atualmente, a cidade tem uma deficiência de cobertura vegetal porque não houve preocupação no passado recente com a arborização da cidade. Devido a isso, poucas são as áreas verdes que intercalam com o espaço urbano. O crescimento urbano foi acontecendo sem seguir as regras ditadas pelo Código Municipal do Meio Ambiente quanto ao plantio de árvores ignorando um plano de arborização urbana que exige a proporção de pelo menos uma

árvore para cada 150 m² (cento e cinquenta) metros quadrados de área ocupada das construções.

Outra exigência do Código Municipal do Meio Ambiente é em relação à sustentabilidade ambiental. Tem havido à exploração e utilização de forma irracional dos recursos naturais causando o desequilíbrio ecológico. As poucas ações municipais na manutenção da qualidade ambiental quanto à proteção, o controle, a recuperação e a melhoria do meio ambiente vêm comprometendo a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental.

7.5.2 Acesso à coleta de lixo

O lixo tem sido o principal responsável pelos maiores problemas ambientais do mundo. Não há área útil no planeta para destinação dos resíduos, por isso, além da coleta do lixo, também é necessário pensar na destinação dos resíduos.

Os espaços urbanos precisam da intervenção do poder público na destinação do lixo, para que haja condições satisfatórias no seguimento social e ambiental destes centros. No caso da cidade de Vitória da Conquista, o poder municipal possui a incumbência de designar e implantar ações que possam agregar melhorias na coleta sem agredir o meio ambiente. O serviço pode ser feito pela própria prefeitura ou por terceiros, como é o caso de Vitória da Conquista. Não foi percebida a coleta seletiva de lixo na cidade.

7.5.2.1 Sustentabilidade para acesso à coleta de lixo

Em relação à sustentabilidade urbana, o acesso à coleta de lixo contribui com o meio ambiente na medida em que reduz a contaminação do mesmo através da coleta adequada. A coleta também influencia na diminuição dos riscos de doenças causadas por vetores.

A variável utilizada foi a quantidade de domicílios atendidos pela coleta de lixo, por bairro, para o ano de 2010. O indicador se insere em uma dimensão ambiental. Os critérios utilizados para definir os níveis de sustentabilidade para coleta de lixo foram estabelecidos pelo Barômetro da Sustentabilidade.

O Quadro 14 estabelece os critérios de sustentabilidade, segundo a escala do Barômetro, para os domicílios com acesso à coleta de lixo e será utilizado para embasar a avaliação. Segundo o Barômetro da Sustentabilidade, será considerado insustentável quando o percentual de domicílios atendidos pela coleta for entre 0-20% e sustentável quando entre 80-100%.

Quadro 14 - Critérios de sustentabilidade para domicílios com acesso a coleta de lixo

Fórmula	Escala do Barômetro	Nível de sustentabilidade
$\frac{[\text{Domicílios com Coleta de Lixo}] \times 100}{[\text{Total de Domicílios}]}$	0-20%	Insustentável
	20-40%	Quase Insustentável
	40-60%	Intermediário
	60-80%	Quase Sustentável
	80-100%	Sustentável

Fonte: Barômetro da Sustentabilidade, Prescott-Allen (2001), adaptado por Ribeiro (2017).

Segundo a Tabela 33, a maioria dos bairros tem sido atendida pela coleta de lixo entre 90% e 100%, três bairros ficam entre 80% e 90%, como é o caso de São Pedro, Primavera e Lagoa das Flores e um está abaixo de 80%, distrito industrial.

Dos 86.460 domicílios analisados, 77.051 são cobertos pelo atendimento perfazendo em 89,1% de cobertura.

Tabela 33 - Total de domicílio, domicílios com coleta de lixo e sua distribuição percentual, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Total de Domicílios	Domicílios com Coleta de Lixo	Distribuição Percentual
2933307001	Centro	3.669	3.667	99,9
2933307002	Guarani	2.271	2.271	100,0
2933307003	Cruzeiro	2.304	2.275	98,7
2933307004	Alto Maron	4.969	4.962	99,9
2933307005	Recreio	2.051	2.050	100,0
2933307006	Jurema	1.644	1.635	99,5
2933307007	Brasil	6.272	6.268	99,9
2933307008	Ibirapuera	4.083	4.060	99,4
2933307009	N. Sr.ª Aparecida	960	928	96,7
2933307010	Primavera	562	504	89,7
2933307011	Candeias	4.390	4.390	100,0
2933307012	Boa Vista	2.674	2.654	99,3
2933307013	Felícia	853	853	100,0
2933307014	Patagônia	7.249	7.222	99,6
2933307015	Bateias	2.373	2.355	99,2
2933307016	Zabelê	6.201	6.165	99,4
2933307018	Espírito Santo	3.168	3.024	95,5
2933307020	Jatobá	1.758	1.655	94,1
2933307021	Campinhos	1.222	1.175	96,2
2933307022	São Pedro	404	359	88,9
2933307023	Distrito Industrial	255	197	77,3
2933307024	Lagoa das Flores	675	572	84,7
2933307000	Outros	26.036	17.605	67,6
2933307	Vitória da Conquista	86.460	77.051	89,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, Dados do Universo (2010). Sistematizados em dez./2016. Ribeiro (2017).

LEGENDA

- ENTRE 90% E 100% DE ATENDIMENTO
- ENTRE 80% E 90% DE ATENDIMENTO
- ABAIXO DE 80% DE ATENDIMENTO

De acordo com a Tabela 34, o nível de sustentabilidade para o acesso a coleta de lixo para os bairros, exceto o Distrito Industrial, foram classificados como sustentáveis. O Distrito Industrial foi considerado quase sustentável.

Tabela 34 - Sustentabilidade em relação à coleta de lixo, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Legenda	Coefficiente
2933307001	Centro	Sustentável	99,9
2933307002	Guarani	Sustentável	100,0
2933307003	Cruzeiro	Sustentável	98,7
2933307004	Alto Maron	Sustentável	99,9
2933307005	Recreio	Sustentável	100,0
2933307006	Jurema	Sustentável	99,5
2933307007	Brasil	Sustentável	99,9
2933307008	Ibirapuera	Sustentável	99,4
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	Sustentável	96,7
2933307010	Primavera	Sustentável	89,7
2933307011	Candeias	Sustentável	100,0
2933307012	Boa Vista	Sustentável	99,3
2933307013	Felícia	Sustentável	100,0
2933307014	Patagônia	Sustentável	99,6
2933307015	Bateias	Sustentável	99,2
2933307016	Zabelê	Sustentável	99,4
2933307018	Espírito Santo	Sustentável	95,5
2933307020	Jatobá	Sustentável	94,1
2933307021	Campinhos	Sustentável	96,2
2933307022	São Pedro	Sustentável	88,9
2933307023	Distrito Industrial	Quase Sustentável	77,3
2933307024	Lagoa das Flores	Sustentável	84,7
2933307000	Outros	Quase Sustentável	67,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo (2010). Sistematizados em dez./2016. Ribeiro (2017).

LEGENDA

	SUSTENTÁVEL
	INSUSTENTÁVEL

Através do Mapa 52, percebe-se que a cidade é bem atendida pela coleta de lixo e que possui um plano de gestão de limpeza urbana demonstrando que, mesmo com o crescimento

urbano, às diretrizes do PDDU 2006 quanto a disposição dos resíduos sólidos estão sendo cumpridas. O único bairro que não foi considerado sustentável foi o Distrito Industrial.

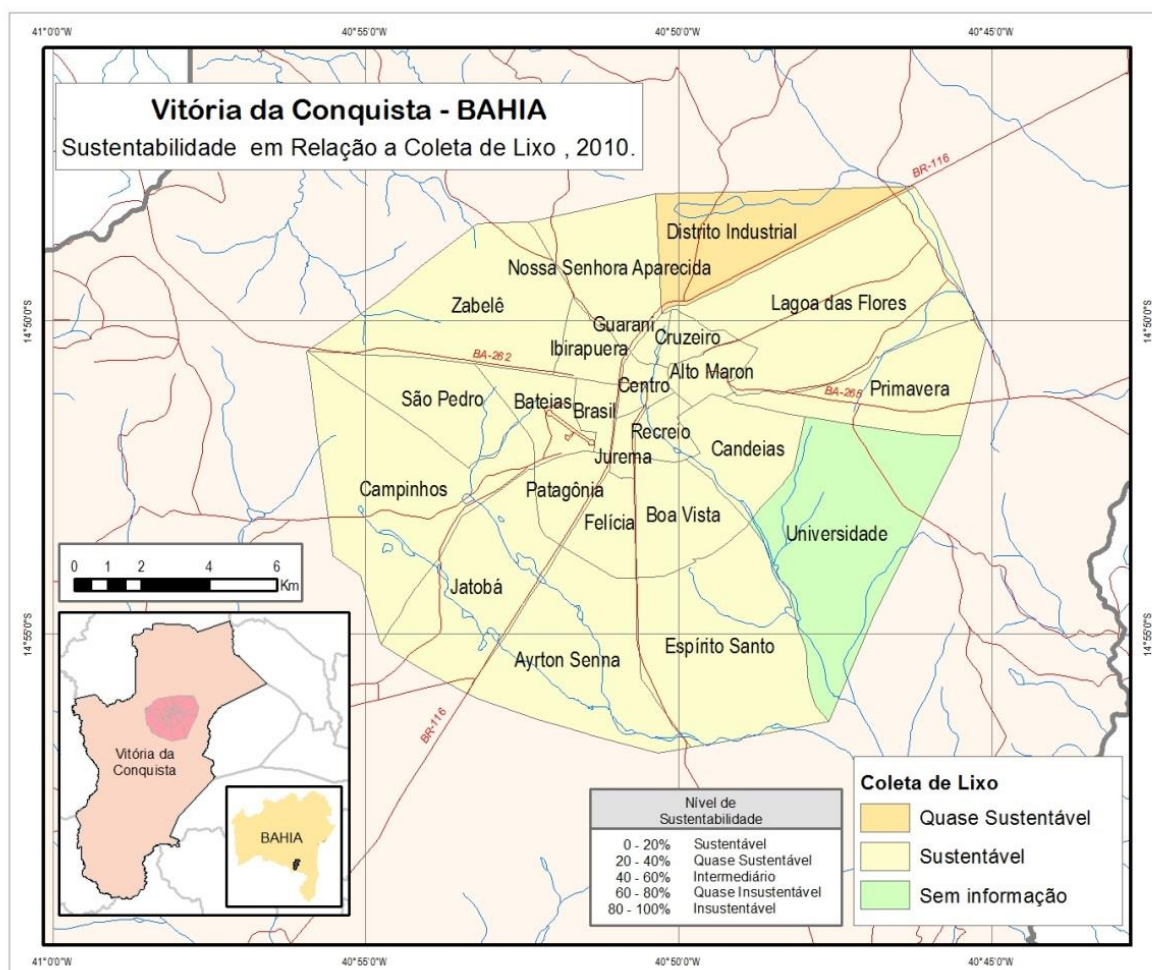
Quanto a destinação dos resíduos sólidos eles seguem para o aterro sanitário que é uma das exigências que conta no plano diretor de 2007 e no Código Municipal de Meio Ambiente (2007). O aterro está localizado na saída da cidade em direção a Cidade de Brumado. O terreno do aterro sanitário passa por um processo de impermeabilização das células nas quais o lixo é depositado, medida que impede a contaminação dos lençóis freáticos. Também conta com uma estrutura de suporte para depósito, compactação e tratamento dos resíduos produzidos na cidade. Não foi possível saber os impactos que o aterro tem causado.

Não há um monitoramento dos resíduos provenientes da construção civil.

É importante citar que algumas áreas como o Parque da serra do Peri-Peri, área de conservação, ainda sofre com acúmulo ilegal de lixo doméstico e os cascalhos deixados pelas empreiteiras, gerados pela construção civil.

Em relação à questão da reciclagem há o incentivo à reciclagem e/ou aproveitamento racional de resíduos porem não foi encontrado programas específicos em ação, visando à redução da quantidade de resíduos no sistema de tratamento e/ou disposição final.

Mapa 52 - Sustentabilidade em relação à coleta de lixo, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010



Fonte: Ribeiro (2017).

7.6 INDICADORES PARA SANEAMENTO

7.6.1 Domicílios atendidos pela rede geral de água potável

Água potável é aquela com condições de consumo pelo ser humano, sem riscos à saúde. Ela é essencial e normalmente é oferecida à população por uma rede de abastecimento, uma concessionária específica. A água potável deve estar livre de qualquer tipo de contaminação e, portanto, oferecida tratada previamente dentro dos padrões estabelecidos pelos órgãos responsáveis. O fornecimento de água a toda a população e de qualidade é uma condição básica para saúde e conforto, proporcionando qualidade de vida. É um dos itens importantes para avaliação da sustentabilidade urbana.

7.6.1.1 Sustentabilidade para domicílios atendidos pela rede geral de água potável

O Quadro 15 estabelece os critérios de sustentabilidade, segundo os critérios da escala do Barômetro, para os domicílios atendidos pela rede geral de abastecimento de água que serão utilizados para embasar a avaliação. Segundo o Barômetro da Sustentabilidade, será considerado sustentável quando o percentual de domicílios atendidos pelo abastecimento for entre 80% e 100% e insustentável quando abaixo de 20%.

Quadro 15 - Critérios de sustentabilidade para os domicílios atendidos pela rede geral de abastecimento de água

Fórmula	Escala do Barômetro	Nível de sustentabilidade
$\frac{[\text{Domicílios atendidos pela rede geral no setor}] \times 100}{[\text{N}^\circ \text{ domicílios no setor}]}$	0-20%	Insustentável
	20-40%	Quase Insustentável
	40-60%	Intermediário
	60-80%	Quase Sustentável
	80-100%	Sustentável

Fonte: Barômetro da Sustentabilidade, Prescott-Allen (2001), adaptado por Ribeiro (2017).

Em relação à sustentabilidade relacionada ao abastecimento de água potável para o ano 2010, todos os bairros alcançaram o coeficiente (Tabela 35) de mais de 80% dos domicílios, exceto Distrito Industrial e Lagoa das Flores, que ficaram entre 60% e 80%.

Percebe-se que, apesar do rápido crescimento urbano nas últimas décadas, a rede de abastecimento de água potável conseguiu atender significativamente a cidade.

Os bairros que ainda possuem uma precariedade no abastecimento são Distrito Industrial e Lagoa das Flores, em torno de 60%, também são os que ficam mais distantes do centro. O bairro Candeias é atendido em quase 100%. Os demais bairros são atendidos em mais do que 80%.




De acordo com a Tabela 35, a média percentual ficou em 87,31% dos domicílios atendidos, com o total de 86.460 domicílios, sendo 75.488 domicílios atendidos pelo abastecimento.

Tabela 35 - Total de domicílios, domicílios com rede geral de água potável e sua distribuição percentual, por bairro — Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Total de Domicílios	Domicílios com Rede Geral	Distribuição Percentual
2933307001	Centro	3.669	3.520	95,94
2933307002	Guarani	2.271	2.211	97,36
2933307003	Cruzeiro	2.304	2.225	96,57
2933307004	Alto Maron	4.969	4.879	98,19
2933307005	Recreio	2.051	2.005	97,76
2933307006	Jurema	1.644	1.616	98,30
2933307007	Brasil	6.272	6.188	98,66
2933307008	Ibirapuera	4.083	4.033	98,78
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	960	928	96,67
2933307010	Primavera	562	488	86,83
2933307011	Candeias	4.390	4.368	99,50
2933307012	Boa Vista	2.674	2.661	99,51
2933307013	Felícia	853	845	99,06
2933307014	Patagônia	7.249	7.148	98,61
2933307015	Bateias	2.373	2.348	98,95
2933307016	Zabelê	6.201	6.150	99,18
2933307018	Espírito Santo	3.168	3.052	96,34
2933307020	Jatobá	1.758	1.665	94,71
2933307021	Campinhos	1.222	1.072	87,73
2933307022	São Pedro	404	382	94,55
2933307023	Distrito Industrial	255	170	66,67
2933307024	Lagoa das Flores	675	439	65,04
2933307000	Outros	26.036	16.888	64,86
2933307	Vitória da Conquista	86.460	75.488	87,31

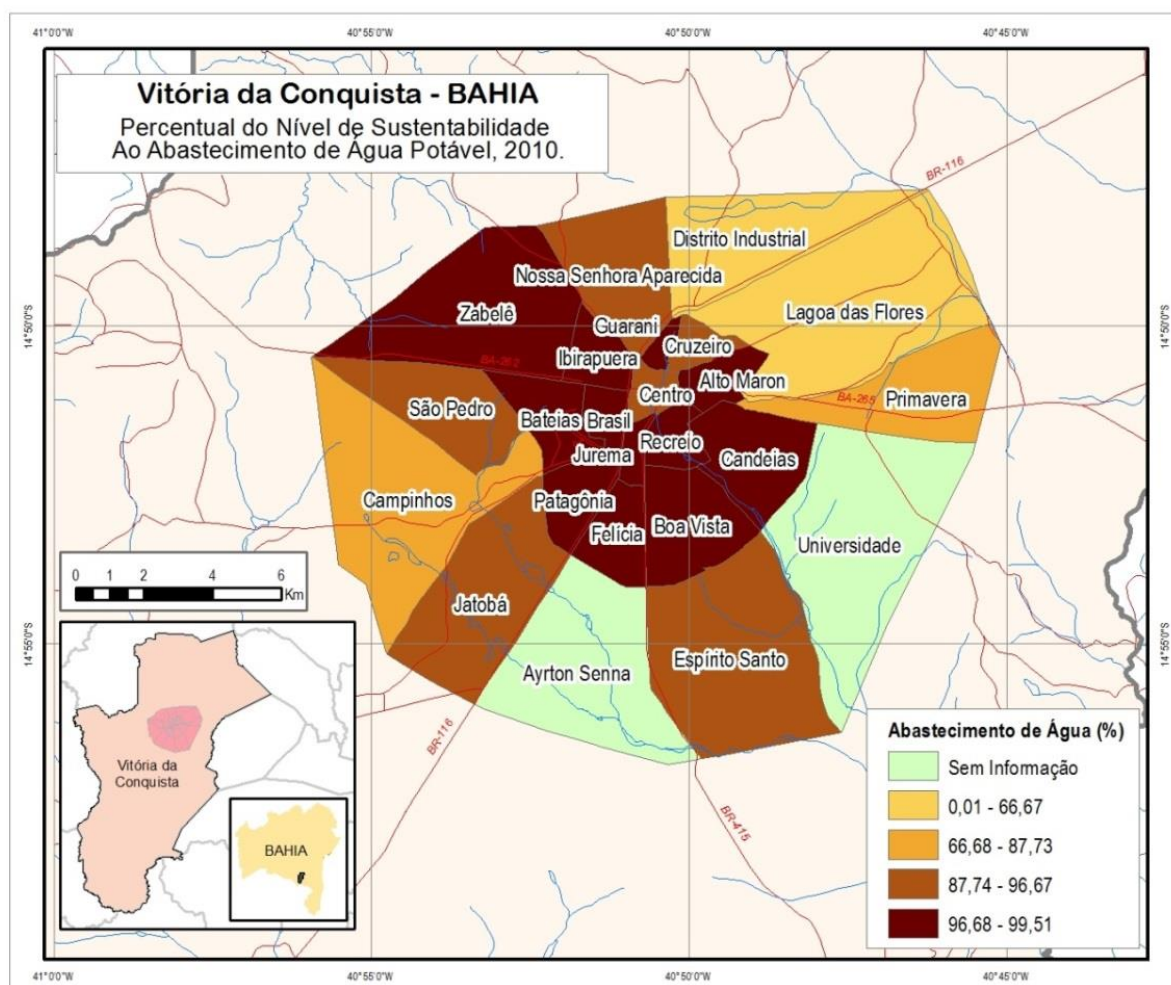
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo (2010). Sistematizados em Dez/2016. Ribeiro (2017).

LEGENDA

	MAIOR ATENDIMENTO EM REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
	MENOR ATENDIMENTO EM REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
	MÉDIA DO ATENDIEMNTO EM REDE DE ABASTECIEMNTO DE ÁGUA

Em termos gráficos, o Mapa 53 demonstra os valores, em percentual, por bairro, para o abastecimento de água potável. Os bairros mais próximos ao Centro e os bairros a sudeste e noroeste apresentam um percentual próximo a 100% de atendimento da rede. No lado nordeste, estão os bairros de menor percentual, entre 60% e 88%. Os bairros Lagoa das flores e Distrito Industrial, Campinhos e Primavera apresentaram o atendimento abaixo de 60%, ou seja, uma parte não possui rede de abastecimento. Para os bairros Airton Senna e Universidade não foram possíveis obter dados.

Mapa 53 - Percentual do Nível de sustentabilidade relacionado ao abastecimento de água potável, por bairro, Vitória da Conquista, Bahia, 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010; SEI 2016.

Fonte: Ribeiro (2017).

Quanto a sustentabilidade para o abastecimento de água potável, está demonstrado que a maioria dos bairros apresenta sustentabilidade. Apenas dois bairros, Distrito Industrial e Lagoa das Flores estão classificados como quase sustentáveis. Dentro da classificação dos bairros como sustentáveis, percebe-se uma variação de nível de sustentabilidade entre eles, havendo bairros mais sustentáveis que outros. Os mais sustentáveis deste grupo estão indicados no quadro. Os menos sustentáveis do grupo de sustentáveis estão localizados, na maioria, na área periférica da cidade.

A rede de abastecimento de água de Vitória da Conquista vem sendo ampliada paulatinamente com o crescimento da cidade, porém o custo elevado tem ainda deixado algumas áreas da periferia sem a rede de abastecimento. Pode-se perceber que nenhum bairro atingiu 100% (Tabela 36), apresentando um pequeno déficit.

Tabela 36 - Nível de sustentabilidade relacionado ao abastecimento de água potável, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Legenda	Coeficiente
2933307001	Centro	Sustentável	95,94
2933307002	Guarani	Sustentável	97,36
2933307003	Cruzeiro	Sustentável	96,57
2933307004	Alto Maron	Sustentável	98,19
2933307005	Recreio	Sustentável	97,76
2933307006	Jurema	Sustentável	98,30
2933307007	Brasil	Sustentável	98,66
2933307008	Ibirapuera	Sustentável	98,78
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	Sustentável	96,67
2933307010	Primavera	Sustentável	86,83
2933307011	Candeias	Sustentável	99,50
2933307012	Boa Vista	Sustentável	99,51
2933307013	Felícia	Sustentável	99,06
2933307014	Patagônia	Sustentável	98,61
2933307015	Bateias	Sustentável	98,95
2933307016	Zabelê	Sustentável	99,18
2933307018	Espírito Santo	Sustentável	96,34
2933307020	Jatobá	Sustentável	94,71
2933307021	Campinhos	Sustentável	87,73
2933307022	São Pedro	Sustentável	94,55
2933307023	Distrito Industrial	Quase Sustentável	66,67
2933307024	Lagoa das Flores	Quase Sustentável	65,04
2933307000	Outros	Quase Sustentável	64,86

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010. Sistematizados em Dez/2016. Ribeiro (2017).

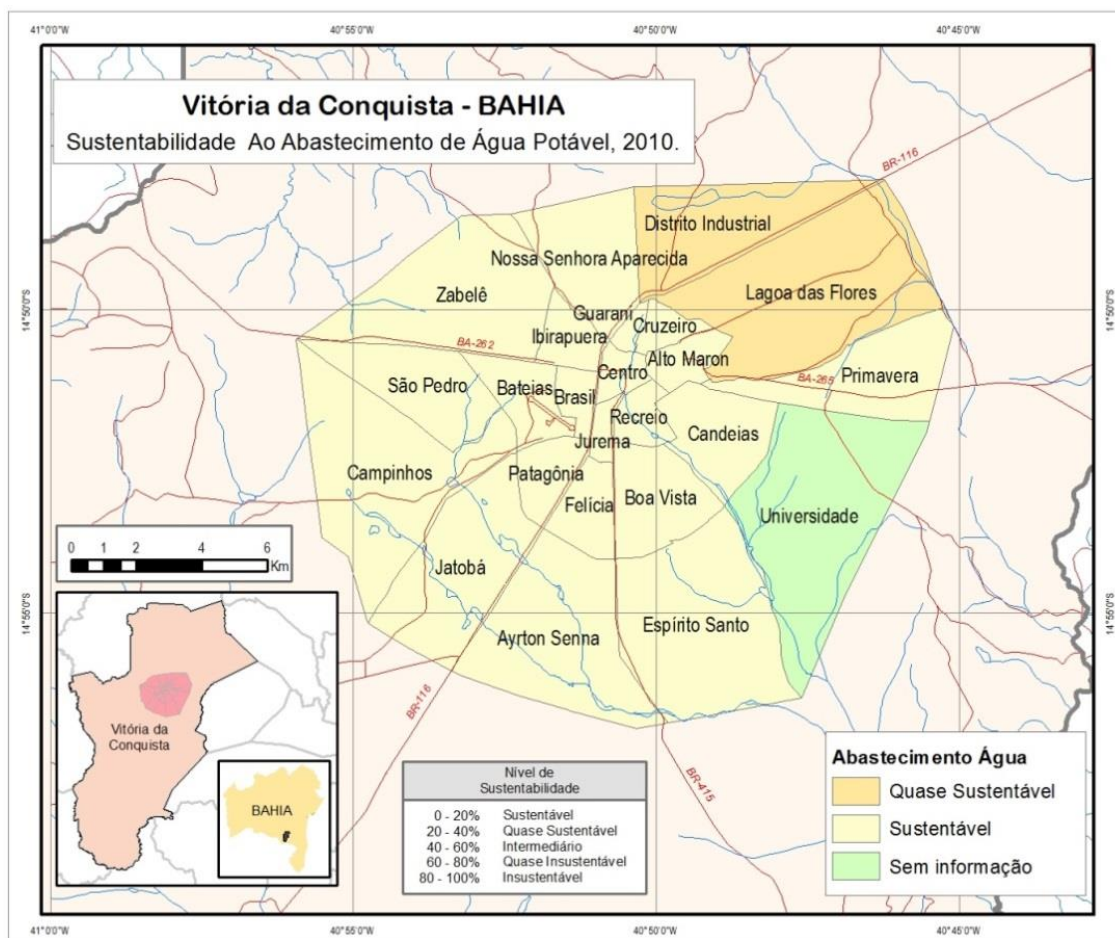
LEGENDA

	SUSTENTÁVEL
	QUASE SUSTENTÁVEL

O Mapa 54, construído de acordo com os dados da tabela, ilustra os níveis de sustentabilidade, por bairro, de acordo com os níveis de sustentabilidade do Barômetro da Sustentabilidade. Percebe-se que o espaço urbano é bem atendido pela rede de abastecimento de água potável.

Nota-se que o compromisso em instalar a rede de água potável estabelecido nas leis, de acordo com o que foi estabelecido pelas políticas públicas, foi atendido quanto à extensão dos serviços. Apesar da ampliação da rede de abastecimento de água potável a concessionária não consegue manter a regularidade na frequência do abastecimento a todas as áreas da cidade, direito de todos os cidadãos.

Mapa 54 - Nível de sustentabilidade relacionado ao abastecimento de água potável, por bairro, Vitória da Conquista, Bahia, 2010

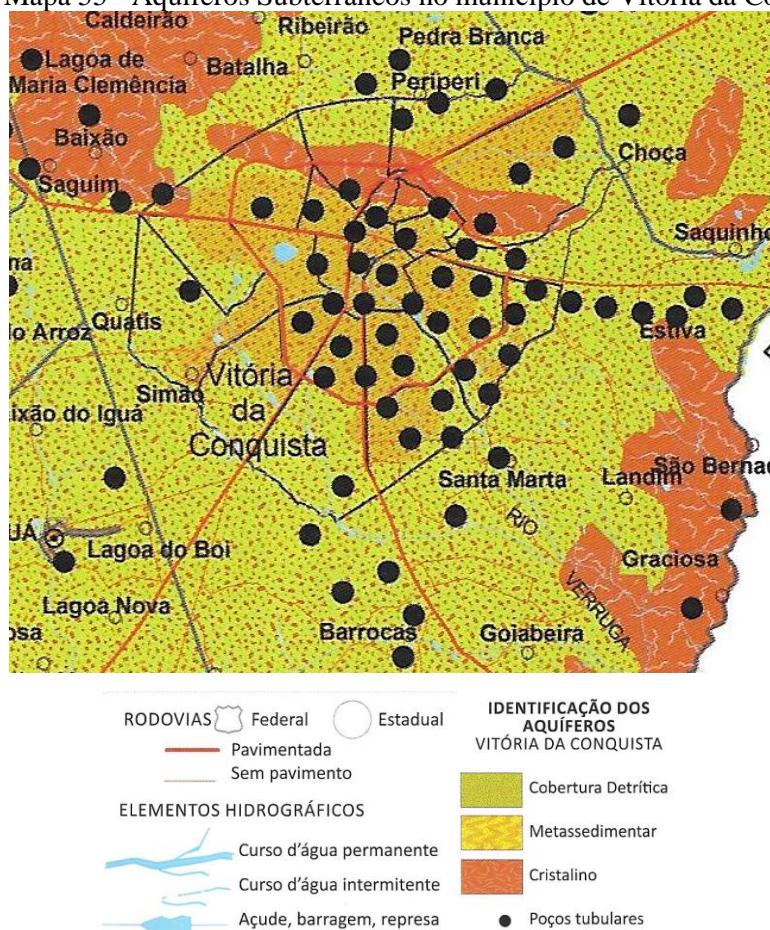


Fonte: Ribeiro (2017).

Mesmo com quase 100% de atendimento pelo sistema de rede de água potável, há uma crise no abastecimento de água e a população tem de se submeter ao racionamento constantemente e muitas vezes por longos períodos. Essa crise tem sido causada pela falta de chuvas, que provoca a diminuição do potencial das duas barragens existentes e pela insuficiência das atuais barragens. Quando há água suficiente, alguns equipamentos eletromecânicos da estação de tratamento de água (ETA) apresentam problemas operacionais, como a variação de pressão da água, afetando alguns bairros.

Fruto da insegurança relativa ao fornecimento de água e a sua escassez tem sido usado como recurso alternativo à abertura de poços tubulares (Mapa 55) realizada pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) ou por iniciativa privada que servem para suprir a falta de água. Este recurso, muitas vezes, não garante a segurança quanto à qualidade de água retirada dos poços.

Mapa 55 - Aquíferos Subterrâneos no município de Vitória da Conquista



Fonte: Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (p. 66) elaborado com base nos dados do Radambrasil (1981, p. Sd24), dados do IBGE, 2006 e dados da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), 2007 adaptado por Ribeiro(2017).

É importante citar que a bacia do rio Verruga sofreu com diversos fatos que prejudicaram os corpos d'água que funcionam como receptáculos de águas residuais. Isto provocou a perda da sua capacidade de potabilidade, principalmente na área urbana do município de Vitória da Conquista-Bahia interferido no fornecimento de água.

7.6.2 Domicílios atendidos pela rede geral de esgoto

A rede de esgoto de uma cidade é responsável pelo transporte do esgoto através de uma rede coletora e deve levá-lo até uma estação de tratamento e, somente depois, o efluente é lançado nos córregos, sem prejuízo ao meio ambiente. É responsável pela destinação dos resíduos sólidos e líquidos e é um dos mais importantes itens da infraestrutura de uma cidade. A sua qualidade é pré-requisito para garantir a saúde de todos que convivem no espaço urbano. A não existência ou precariedade do sistema pode provocar a contaminação do solo e

dos lençóis freáticos, promovendo o dano ambiental e a proliferação de doenças através dos vetores para toda a cidade, tornando o espaço urbano e a qualidade de vida insustentável.

7.6.2.1 Sustentabilidade para domicílios atendidos pela rede geral de esgoto

O Quadro 16 estabelece os critérios de sustentabilidade, segundo os critérios da escala do Barômetro, para os domicílios atendidos pela rede geral de esgoto que serão utilizados para embasar a avaliação. Segundo o Barômetro da Sustentabilidade, será considerado sustentável quando o percentual de domicílios atendidos pelo abastecimento for acima de 80% e, insustentável, quando abaixo de 20%.

O indicador de sustentabilidade mostrará o percentual da população com esgotamento sanitário (Quadro 16). Será considerado sustentável quando os domicílios forem atendidos com esgotamento em um percentual superior a 80%, porém o ideal é atingir 100% das edificações. Serão utilizados os dados censitários do IBGE e os critérios do Barômetro de sustentabilidade.

Quadro 16 - Critérios de Sustentabilidade para os domicílios atendidos pela rede geral de esgotamento sanitário

Fórmula	Escala do Barômetro	Nível de sustentabilidade
$\frac{[\text{Domicílios com esgotamento sanitário}] \times 100}{[\text{Total dos Domicílios}]}$	0-20%	Insustentável
	20-40%	Quase Insustentável
	40-60%	Intermediário
	60-80%	Quase Sustentável
	80-100%	Sustentável

Fonte: Barômetro da Sustentabilidade, Prescott-Allen (2001), adaptado por Ribeiro (2017).

Na Tabela 37, referente à quantidade de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto, para o 2010, alguns bairros como Boa Vista, Patagônia, Primavera, Zabelê, Jatobá e Campinhos possuem um atendimento precário. São bairros que habitam a população de baixa renda, na maioria, e se localizam na periferia.

Percebe-se que, no total geral de 86.460 domicílios, apenas 49,98% deles possuem rede de esgoto, ou seja, 43.214 domicílios.

Alguns bairros têm atendimento acima de 80%, outra parte abaixo deste percentual, entre 40% a 70%, e uma outra parte bem abaixo, entre 0% e 40%.

Pela tabela, pode-se perceber que existe um *déficit* significativo deste atendimento.

Para alguns bairros, como São Pedro, Distrito Industrial e Lagoa das Flores, não foram encontrados os dados para o ano 2010.

Tabela 37 - Total de domicílios com rede geral de esgoto e sua distribuição percentual, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Total de Domicílios	Domicílios com Rede Geral Esgoto	Distribuição Percentual
2933307001	Centro	3.669	3.601	98,15
2933307002	Guarani	2.271	2.213	97,45
2933307003	Cruzeiro	2.304	2.126	92,27
2933307004	Alto Maron	4.969	4.645	93,48
2933307005	Recreio	2.051	1.839	89,66
2933307006	Jurema	1.644	1.537	93,49
2933307007	Brasil	6.272	5.866	93,53
2933307008	Ibirapuera	4.083	2.756	67,50
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	960	778	81,04
2933307010	Primavera	562	99	17,62
2933307011	Candeias	4.390	4.260	97,04
2933307012	Boa Vista	2.674	541	20,23
2933307013	Felícia	853	521	61,08
2933307014	Patagônia	7.249	2.785	38,42
2933307015	Bateias	2.373	1.419	59,80
2933307016	Zabelê	6.201	272	4,39
2933307018	Espírito Santo	3.168	1.283	40,50
2933307020	Jatobá	1.758	26	1,48
2933307021	Campinhos	1.222	30	2,45
2933307022	São Pedro	404	-	-
2933307023	Distrito Industrial	255	-	-
2933307024	Lagoa das Flores	675	-	-
2933307000	Outros	26.036	6.603	25,36
2933307	Vitória da Conquista	86.460	43.214	49,98

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, Dados do Universo, 2010. Sistematizados em Dez/2016. Ribeiro (2017).

LEGENDA

	MAIOR ATENDIMENTO A REDE DE ESGOTO
	MENOR ATENDIMENTO A REDE DE ESGOTO
	MÉDIA DOS ATENDIMENTOS DE REDE DE ESGOTO



Na Tabela 38, de níveis de sustentabilidade em relação à rede geral de esgoto, fica demonstrado que quatro bairros foram classificados como insustentáveis e dois como quase insustentáveis. Nove bairros foram considerados sustentáveis correspondendo a 43,44% da população.

Tabela 38 - Nível de sustentabilidade em relação à rede geral de esgoto ou pluvial, por bairro - Vitória da Conquista, Bahia, 2010

Código	Bairros	Legenda	Coefficiente
2933307001	Centro	Sustentável	98,15
2933307002	Guarani	Sustentável	97,45
2933307003	Cruzeiro	Sustentável	92,27
2933307004	Alto Maron	Sustentável	93,48
2933307005	Recreio	Sustentável	89,66
2933307006	Jurema	Sustentável	93,49
2933307007	Brasil	Sustentável	93,53
2933307008	Ibirapuera	Quase Sustentável	67,50
2933307009	N. Sr. ^a Aparecida	Sustentável	81,04
2933307010	Primavera	Insustentável	17,62
2933307011	Candeias	Sustentável	97,04
2933307012	Boa Vista	Quase Insustentável	20,23
2933307013	Felícia	Quase Sustentável	61,08
2933307014	Patagônia	Quase Insustentável	38,42
2933307015	Bateias	Intermediário	59,80
2933307016	Zabelê	Insustentável	4,39
2933307018	Espírito Santo	Intermediário	40,50
2933307020	Jatobá	Insustentável	1,48
2933307021	Campinhos	Insustentável	2,45
2933307022	São Pedro	-	-
2933307023	Distrito Industrial	-	-
2933307024	Lagoa das Flores	-	-
2933307000	Outros	Quase Insustentável	25,36

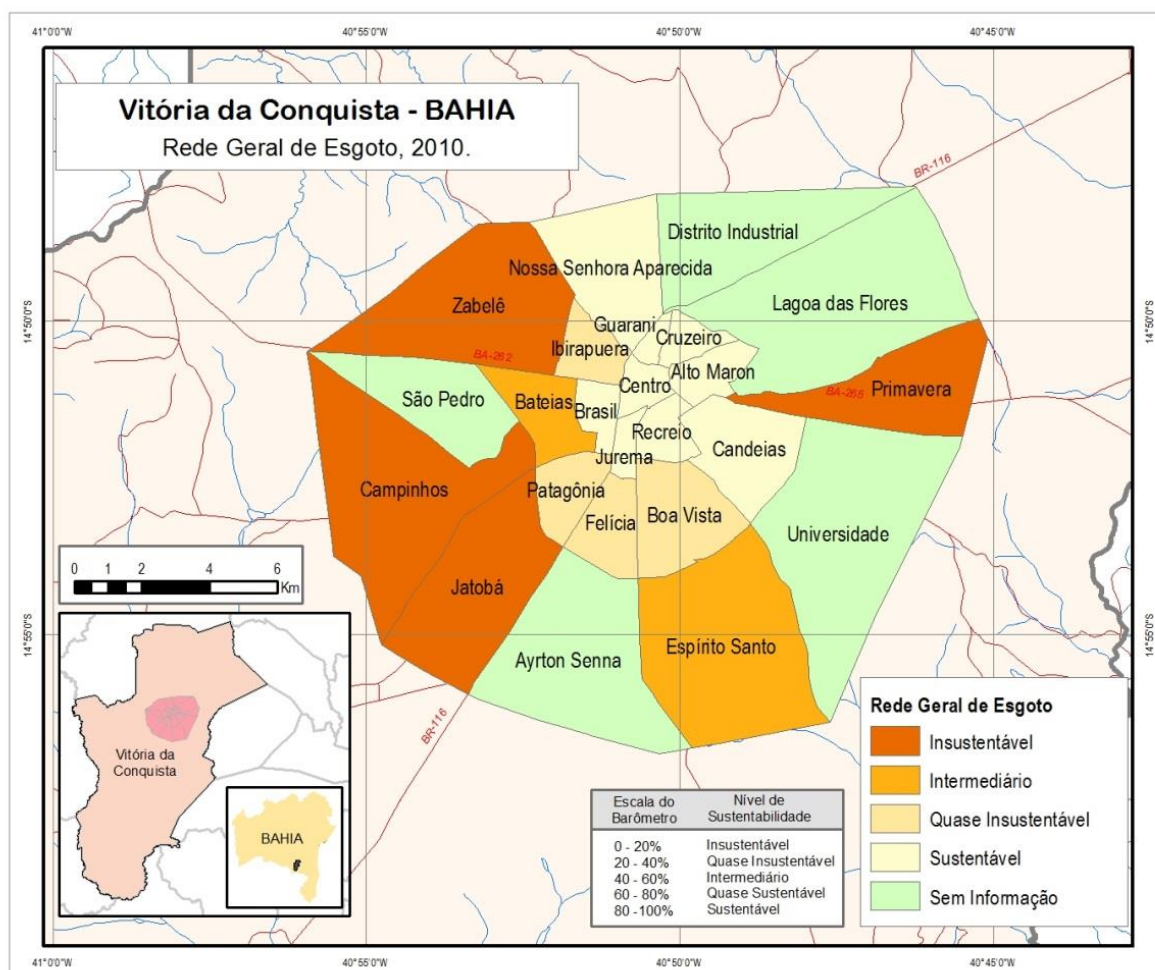
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, Dados do Universo (2010). Sistematizados em Dez/2016. Ribeiro (2017).

LEGENDA

	SUSTENTÁVEL
	INSUSTENTÁVEL

O Mapa 56 ilustra que, em 2010, o atendimento pela rede geral de esgoto acontece de uma maneira mais satisfatória nos bairros do centro e em torno dele, ou seja, quando mais distantes das áreas de maior valor comercial e onde mora a população de maior renda, pior o atendimento à rede de esgoto. Em direção à periferia, exceto o bairro Nossa Senhora Aparecida, a classificação vai de Insustentável a Intermediária. Para alguns bairros não foi possível encontrar as informações. Em termos de dimensão, a região considerada insustentável ocupa uma área significativa da cidade.

Mapa 56 - Nível de sustentabilidade em relação à rede geral de esgoto ou pluvial, por bairro — Vitória da Conquista, Bahia, 2010



Fonte: Ribeiro (2017).

De acordo com PDDU de 2006 o esgotamento sanitário deveria abranger toda a área urbana e ser ampliada quando necessário. De acordo com O Código Ambiental do Município todas as edificações somente serão licenciadas se comprovada à existência de redes de esgoto sanitário e de estação de tratamento capacitadas para o atendimento das necessidades de esgotamento sanitário a serem criadas pelas mesmas. Essas condições não foram cumpridas totalmente pelo poder público. A Prefeitura é a responsável pelo cumprimento da lei, o saneamento ambiental é um direito do cidadão.

Percebe-se que as áreas bem atendidas foram as centrais da cidade e os bairros mais antigos. O crescimento da cidade não foi acompanhado de investimentos em saneamento na proporção adequada refletido na sustentabilidade da cidade e na qualidade de vida da população.

Os lançamentos finais dos sistemas públicos e particulares de coleta de esgoto sanitário em corpos hídricos são precedidos de tratamento na cidade.

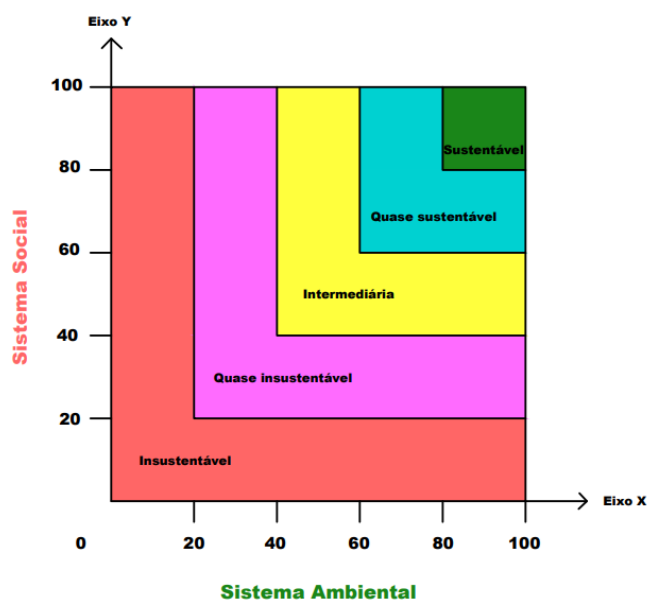
7.7 DIAGRAMA DO BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE

Nesta etapa, será construído o diagrama do barômetro da sustentabilidade a partir dos resultados dos indicadores de sustentabilidade dos aspectos analisados com o objetivo de encontrar um resultado conclusivo. Os resultados estão apresentados em um diagrama (Figura 5) por um único índice agregado obtido pela média aritmética somando-se os índices obtidos para cada aspecto de cada sistema analisado.

De acordo com a metodologia de avaliação escolhida foram selecionados os sistemas a serem trabalhados de acordo com a realidade, com o conhecimento sobre o local estudado e os dados encontrados. Os sistemas escolhidos foram o ambiental e o social, que compõem os pilares da sustentabilidade, e o resultado foi dado pelo cruzamento entre os subsistemas compondo as avaliações da sustentabilidade de forma integrada.

No método do barômetro o sistema ambiental se encontra no eixo “X”, na horizontal e o sistema social, na vertical no eixo “Y” e são representados em forma de um diagrama bidimensional de cinco cores, mostrando as condições em que se encontra o sistema em sua totalidade. Para cor vermelha, insustentável, rosa, quase insustentável, amarela, intermediária, azul, quase sustentável e a verde, sustentável.

Figura 5 - Diagrama do Barômetro da Sustentabilidade



Fonte: Siena (2002) e Ribeiro (2017).

Cada sistema foi trabalhado com os aspectos relacionados a cada dimensão. No sistema ambiental as variáveis foram quatro, a rede geral de esgoto, acesso à coleta de lixo e condições de habitação (domicílios sem banheiro) e a rede de abastecimento de água potável. No sistema social as variáveis foram três, densidade demográfica, renda domiciliar e educação (população alfabetizada).

Quanto ao nível de sustentabilidade urbana para o Meio Ambiente não foi possível obter um resultado numérico por falta de dados suficientes que viabilizasse um resultado satisfatório porém, foi feita uma análise com os dados disponíveis e através da observação local.

Os dados encontrados para cada dimensão dos sistemas foram:

Quadro 17 - Valores dos índices obtidos, para o sistema ambiental, distribuição percentual para a cidade de Vitória da Conquista segundo o Diagrama da Sustentabilidade

SISTEMA AMBIENTAL	RESULTADOS ENCONTRADOS
REDE GERAL DE ESGOTO	49,98
ACESSO À COLETA DE LIXO	89,10
CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO (domicílios sem banheiros)	94,12
ABASTECIMENTO REDE GERAL DE ÁGUA POTÁVEL	87,31

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, Dados do universo, 2010, Sistematizados em ago./2017. Ribeiro (2017).

Quadro 18 - Valores dos índices obtidos para o sistema social, distribuição percentual para a cidade de Vitória da Conquista segundo o Diagrama da Sustentabilidade

SISTEMA SOCIAL	RESULTADOS ENCONTRADOS
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	87,05
RENDA DOMICILIAR	53,66
EDUCAÇÃO (POPULAÇÃO ALFABETIZADA)	85,31

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, Dados do universo, 2010, Sistematizados em ago./2017. Ribeiro (2017).

Com os resultados obtidos para cada sistema foi possível observar que, no sistema ambiental (Quadro 19), o índice 49,98 para o atendimento a rede geral de esgoto foi o mais frágil classificado como intermediário para o nível de sustentabilidade. No resultado relativo às condições de habitação e rede de água potável, percebe-se que muitas casas têm banheiros e rede de água, porém, com rede de esgoto deficitária. No sistema social (Quadro 11), o índice 53,55 para a renda domiciliar foi a mais baixa classificada como quase sustentável próximo do nível intermediário. Mesmo sendo considerado o nível de alfabetismo para cidade sustentável a renda domiciliar é relativamente baixa.

Agregando os dados de cada sistema, através das médias aritméticas teremos:

Para o Sistema ambiental (Quadro 19) o resultado foi 77,73 (média aritmética da soma dos índices obtidos no sistema ambiental).

Quadro 19 - Valores dos índices obtidos, para o sistema ambiental, distribuição percentual para a cidade de Vitória da Conquista segundo o Diagrama da Sustentabilidade

SISTEMA AMBIENTAL	RESULTADOS ENCONTRADOS
REDE GERAL DE ESGOTO	49,98
ACESSO À COLETA DE LIXO	89,10
CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO	94,12
ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	87,31
RESULTADO (MÉDIA ARITMÉTICA)	80,12

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, Dados do universo, 2010, Sistematizados em ago./2017. Ribeiro (2017).

Para o Sistema Social (Quadro 20) o resultado foi 81,01(média aritmética da soma dos índices obtidos no sistema social).

Quadro 20 - Valores dos índices obtidos, para o sistema social, distribuição percentual para a cidade de Vitória da Conquista segundo o Diagrama da Sustentabilidade

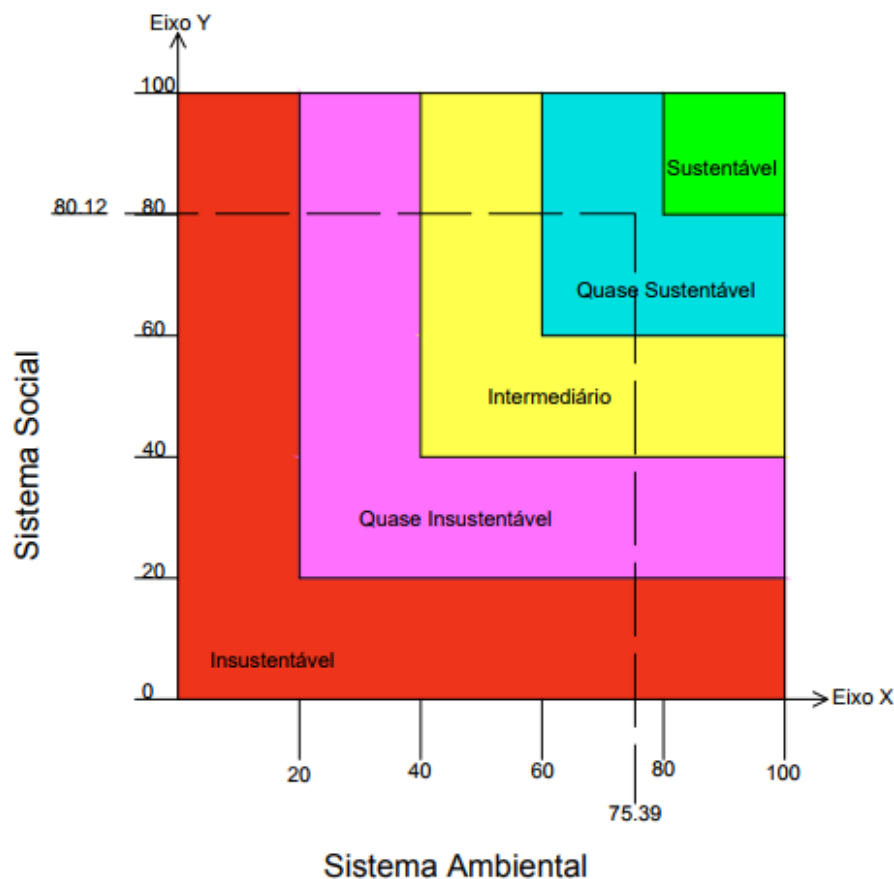
SISTEMA SOCIAL	RESULTADOS ENCONTRADOS
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	87,05
RENDA DOMICILIAR	53,66
EDUCAÇÃO (POPULAÇÃO ALFABETIZADA)	85,31
RESULTADO (MÉDIA ARITMÉTICA)	75,34

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, Dados do universo, 2010, Sistematizados em ago./2017. Ribeiro (2017).

Lançando os valores no Diagrama do Barômetro da Sustentabilidade (Figura 6) sendo no eixo X, o valor do Sistema Ambiental e no eixo Y o valor do Sistema Social teremos:

O resultado obtido para a sustentabilidade urbana na cidade de Vitória da Conquista relativo aos dois sistemas avaliados foi de quase sustentável (Figura 6). Com o diagrama é possível identificar as fragilidades da cidade e indicar o direcionamento de políticas públicas, ações, programas e projetos futuros.

Figura 6 - Diagrama do Barômetro da Sustentabilidade Urbana da cidade de Vitória da Conquista



Fonte: Siena (2002) e Ribeiro (2017).

7.8 INFERÊNCIAS PARA QUALIDADE DE VIDA URBANA

Esta etapa da pesquisa se propõe a fazer inferências a respeito da qualidade de vida urbana a partir dos dados encontrados. O objetivo é contribuir para o melhor planejamento urbano de Vitória da Conquista, para uma cidade mais sustentável e pela melhoria na qualidade de vida urbana. Esta contribuição poderá ser feita através de alterações das políticas públicas municipais urbanas e na forma de gerir a cidade.

7.8.1 Indicadores de qualidade de vida urbana

Nesta etapa serão expostos alguns indicadores com inferências sobre a situação atual da qualidade de vida urbana da população de Vitória da Conquista.

Não foi possível encontrar indicadores específicos em relação à qualidade de vida urbana. A escolha dos indicadores foi baseada na proximidade destes com a questão analisada.

Os indicadores utilizados foram o PIB (produto interno bruto), IDH (índice de desenvolvimento humano), IDH-M (índice de desenvolvimento humano municipal) nesta pesquisa e o IDS (índice de desenvolvimento social) e alguns dados do DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde) como as taxas de mortalidade infantil, até um ano de idade e as taxas de mortalidade, por causas externas.

O IQVU é um indicador capaz de fornecer um resultado mais preciso em torno da análise da qualidade de vida urbana, porém foi utilizado nesta pesquisa por não haver dados suficientes para compor o cálculo dos índices e encontrar um resultado seguro. Portanto, o resultado sobre a qualidade de vida urbana de Vitória da Conquista, será inferido pelas avaliações expostas na análise da sustentabilidade urbana e a partir dos índices a seguir.

Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* considera a dimensão econômica do desenvolvimento, é um indicador sintético da riqueza que era utilizado como medidor de qualidade de vida. Apesar de ser considerado um indicador pouco defendido, por alguns economistas, para medição de bem estar, é interessante para demonstrar a evolução da cidade no quesito econômico.

De acordo com a Tabela 39 da série histórica do PIB de 2002 a 2014, este indicador apresentou um significativo crescimento econômico. Em 2002 o PIB era de R\$ 1 bilhão, em 2014 passou para R\$ 5,39 bilhões, um aumento em cinco vezes.

Tabela 39 – Produto Interno Bruto (PIB) – 2012 a 2014

Ano	PIB (Bilhões)	PIB <i>per capita</i>
2002	R\$ 1,06	R\$ 3.927,80
2003	R\$ 1,19	R\$ 4.350,03
2004	R\$ 1,39	R\$ 4.924,57
2005	R\$ 1,71	R\$ 5.980,88
2006	R\$ 1,96	R\$ 6.766,54
2007	R\$ 2,28	R\$ 7.412,25
2008	R\$ 2,51	R\$ 8.009,65
2009	R\$ 3,10	R\$ 9.705,58
2010	R\$ 3,51	R\$ 11.446,22
2011	R\$ 3,94	R\$ 12.696,62
2012	R\$ 4,36	R\$ 13.787,66
2013	R\$ 4,99	R\$ 14.817,70
2014	R\$ 5,39	R\$ 15.843,31

Fonte: Ribeiro (2017).

Estes dados demonstram que o crescimento da cidade foi acompanhado do crescimento econômico favorecendo as possibilidades de melhoria de renda da população, o aumento de empregos, a melhoria de infraestrutura da cidade, etc.

A influência do crescimento econômico na cidade foi percebida através do aumento do comércio, dos estabelecimentos de saúde privados e das universidades privadas e públicas além da quantidade de novas construções destinadas ao comércio e as residências.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um indicador de dimensão social. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano e veio para aferir melhor o bem estar e a qualidade de vida em relação ao PIB. Este índice contempla as dimensões de renda, saúde e educação.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

A pesquisa foi elaborada a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O IDH Municipal varia de 0 a 1 (Figura 7) considerando indicadores de longevidade (saúde), renda e educação. Quanto mais próximo de zero, pior é o desenvolvimento humano do município. Quanto mais próximo de um, mais alto é o desenvolvimento do município. O IDH-M é um indicador do desenvolvimento humano municipal.

Figura 7 - Faixa de desenvolvimento humano



Fonte: <http://www.deepask.com>.

A Tabela 40 demonstra uma melhoria no IDH-M para renda entre 1991 e 2010 ainda que não muito significativa. Este dado pode demonstrar que mesmo com o crescimento econômico o aumento da renda não foi distribuído de uma maneira equilibrada.

Em relação ao IDH-M para longevidade houve um aumento significativo demonstrando que a população tem aumentado sua expectativa de vida em Vitória da Conquista e no Brasil como um todo. Isto se deve provavelmente a melhoria da saúde, o controle epidemiológico, e qualidade de vida em geral. Na cidade percebe-se que houve um

aumento de estabelecimentos de saúde como clínicas e hospitais que pode ter contribuído para esta melhoria além de campanhas de prevenção e avanço da tecnologia na medicina.

Em relação à educação as melhorias de 1991 para 2010 foram bastante significativas. O acesso à educação cresceu bastante neste período. Na cidade percebe-se que houve um aumento de estabelecimentos de educação como escolas e faculdades particulares e públicas.

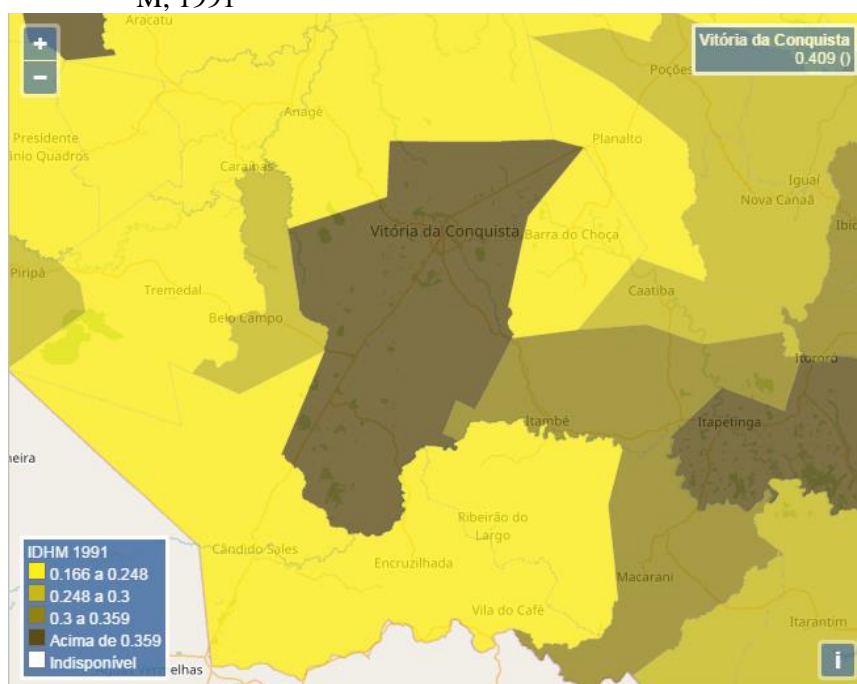
Tabela 40 - Índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM), segundo as componentes - Vitória da Conquista, Bahia - 1991, 2000 e 2010

Componentes	1991	2000	2010
Renda	0,574	0,633	0,681
Longevidade	0,555	0,679	0,788
Educação	0,214	0,362	0,581
Geral	0,409	0,538	0,678

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico. PNUD.

Através dos mapas (Mapas 57, 58 e 59) é visível à relação do IDH-M de Vitória da Conquista em relação às outras cidades próximas. Em 1991, o IDH-M apresentou o índice de 0,359, considerado muito baixo.

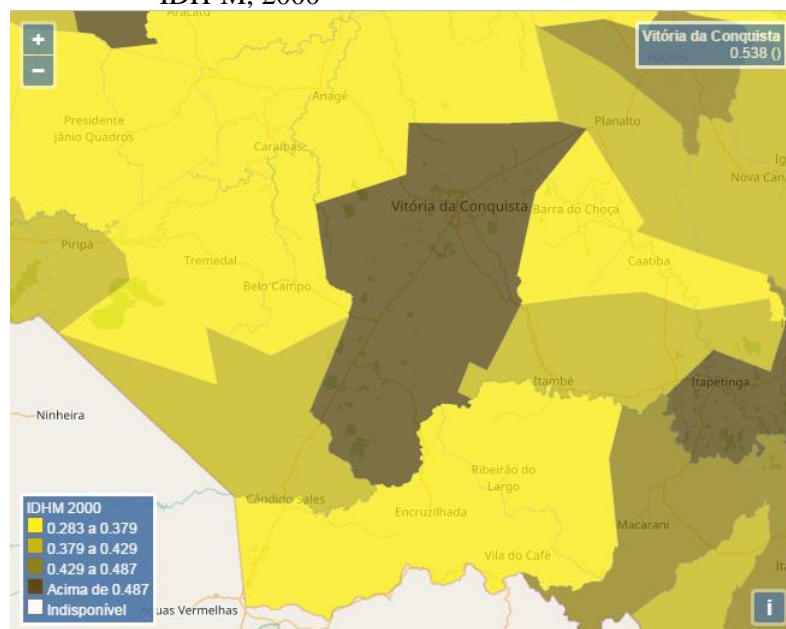
Mapa 57 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Vitória da Conquista- IDH-M, 1991



Fonte: IBGE (2016).

Em 2000 (Mapa 58) o IDH-M apresentou o índice acima de 0,487, demonstrando uma melhoria, porém, ainda considerado muito baixo.

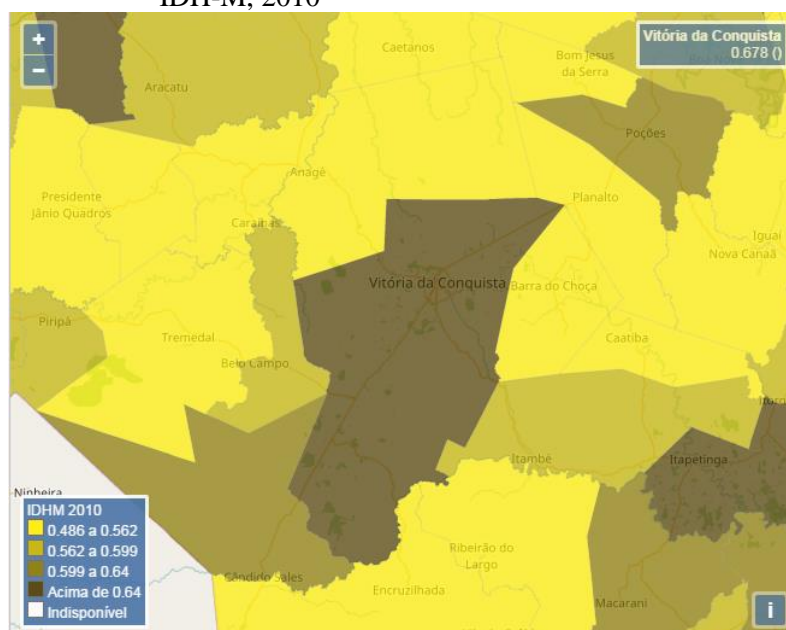
Mapa 58 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Vitória da Conquista-
IDH-M, 2000



Fonte: IBGE (2016).

Em 2010 (Mapa 59) o IDH-M apresentou o índice acima de 0,64 demonstrando uma melhoria, considerado médio.

Mapa 59 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Vitória da Conquista-
IDH-M, 2010



Fonte: IBGE (2016).

Índice de Desenvolvimento Social (IDS)

Este índice é baseado na esperança de vida ao nascer, no nível educacional, conforto e saneamento e se assemelha ao IDH. Segundo a Tabela 41 de índices de desigualdade e renda, pode-se perceber que de 1991 a 2010 o resultado para a variável extremamente pobre pulou de 22,33% para 5,60% demonstrando uma melhoria importante.

Tabela 41 - Índices de desigualdade de renda e fração da população extremamente pobre - Vitória da Conquista, Bahia - 1991, 2000 e 2010

Variáveis	1991	2000	2010
Índice de Gini	0,600	0,620	0,550
Índice de Theil – L	0,660	0,690	0,550
Extremamente Pobre	22,33%	14,01%	5,60%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico.

Dados da Saúde - Mortalidade Infantil (óbitos por 1000, até 1 ano)

A taxa de mortalidade infantil é um indicador que pode ser usado para medir a qualidade de vida da população por estar relacionada com saneamento, educação, saúde, renda, entre outros. Na medida em que a infraestrutura urbana, os programas de saúde e educação são melhorados há uma queda na taxa de mortalidade infantil.

As Tabelas 42 e 43, que demonstram dados de óbitos infantis até um ano de idade, comparando o ano de 2005 com 2015 percebe-se que houve uma queda, exceto em alguns anos como 2006, 2007 e 2011.

Em 2015, a quantidade de crianças que morreram, antes de um ano de idade, foram no total de 71, em 1000 nascidos vivos (Tabela 42), com taxa 12,82 (Tabela 43). O índice considerado aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 10 mortes para cada mil nascimentos.

Tabela 42 - Número de óbitos infantis anual, segundo a faixa etária (até 1 ano), 1000 nascidos vivos - Vitória da Conquista - 2005-2015

Faixa Etária – Inferior a 1 ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
0 a 6 dias	68	69	74	62	67	63	66	58	57	43	44
7 a 27 dias	16	21	18	15	15	19	22	11	9	13	10
28 a 364 dias	43	36	35	31	41	34	23	28	20	22	17
Total	127	126	127	108	123	116	111	97	86	78	71

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, Ribeiro (Org.), 2017.

Tabela 43 - Taxa de mortalidade infantil anual, segundo a faixa etária (até 1 ano), 1000 nascidos vivos - Vitória da Conquista - 2005-2015

Faixa Etária – Inferior a 1 ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
0 a 6 dias	12,04	12,88	13,93	11,48	12,50	11,96	12,22	11,05	10,87	8,01	7,95
7 a 27 dias	2,83	3,92	3,39	2,78	2,80	3,61	4,07	2,10	1,72	2,42	1,81
28 a 364 dias	7,61	6,72	6,59	5,74	7,65	6,45	4,26	5,34	3,81	4,10	3,07
Total	22,48	23,53	23,91	20,00	22,96	22,02	20,55	18,48	16,40	14,53	12,82

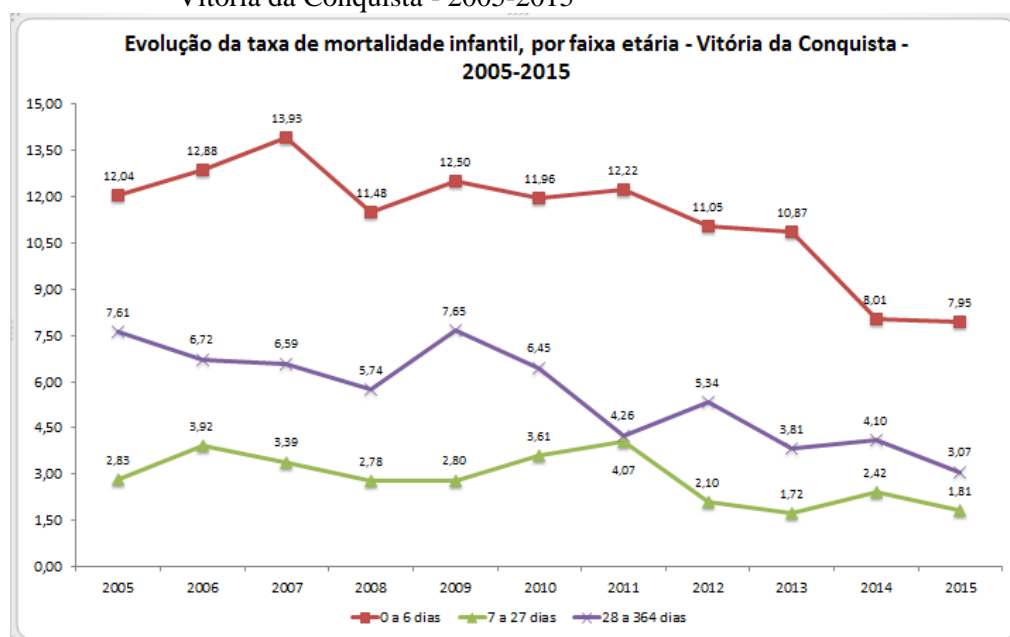
Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, Ribeiro (Org.), 2017.

O Gráfico 9 ilustra a evolução da taxa de mortalidade no período demonstrando melhoria geral entre 2005 e 2015 porem com períodos instáveis, entre quedas e aumento dos valores. Os dados demonstram descontinuidade no decréscimo.

A renda domiciliar, a educação e o saneamento interferem neste resultado. A melhoria da renda proporciona mais condições de compra de alimentos, remédios, etc. A educação proporciona a conscientização e o acesso à informação relativo aos cuidados da saúde. A rede de esgoto proporciona melhoria da saúde. A cidade não apresentou resultados satisfatórios nestes itens em alguns bairros.

A insustentabilidade urbana, mesmo de forma direta ou indireta, contribui na mortalidade de vida infantil. A qualidade de vida das crianças, ao nascer, depende do saneamento básico, da qualidade e existência de água potável, das condições de moradia, da renda de suas famílias, entre outros. Posteriormente, ao crescerem, iram depender de melhores condições na educação escolar.

Gráfico 9 - Evolução da taxa de mortalidade infantil segundo a faixa etária (até 1 ano) - Vitória da Conquista - 2005-2015



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, Ribeiro (Org.), 2017.

Dados da Saúde - Mortalidade por Causas Externas

No Plano Estadual de Saúde (PES) as causas externas apareçam entre os cinco problemas prioritários da saúde em Vitória da Conquista e se constitui na segunda causa de morte, superando inclusive as neoplasias, doenças infectocontagiosas e respiratórias como HIV/AIDS e Tuberculoses.

A taxa de mortalidade por causas externas é um indicador que pode ser usado para medir a qualidade de vida urbana de uma população por estar relacionado à violência urbana e as condições de transporte.

A taxa de mortalidade por causas externas pode ser classificada em baixa (0,00 e $\leq 35,99$ por 100.000 hab.), média (>36 e $\leq 52,99$ por 100.000 hab.), alta ($> 53,00$ e $\leq 73,99$ por 100.000 hab.) e muito alta (>74 por 100.000 hab.). No caso de Vitória da Conquista a taxa ficou em 104,30 considerada muito alta.

Nas Tabelas 44 e 45, que demonstram dados de mortalidade por causas externas, comparando o ano de 2005 com 2015, percebe-se que houve um aumento significativo da taxa de mortalidade causada pelos acidentes de transporte, lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídios) e agressões.

Em 2011, houve uma diminuição em relação à morte por agressão voltando a subir em 2015. As desigualdades sociais, educacionais e a exclusão social da população têm influenciado no aumento da mortalidade por violência.

No total foram 358 pessoas que morreram em 2015 por causas externas, uma melhoria em relação a 2010, com 415 mortes.

Tabela 44 - Número de óbitos anual por causas externas, segundo os grandes grupos (CID10) - Vitória da Conquista - 2005-2015

Grande Grupo CID10	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Acidentes de transporte	45	50	58	59	79	92	88	97	104	107	94
Outras causas externas de lesões acidentais	62	78	55	40	29	33	36	43	69	48	42
Lesões autoprovocadas voluntariamente	7	9	13	9	13	11	7	18	15	11	19
Agressões	87	94	114	130	184	251	158	192	148	177	170
Eventos cuja intenção é indeterminada	8	6	11	19	18	23	19	14	9	16	23
Intervenções legais e operações de guerra	2	1	1	1	6	-	2	4	6	8	1
Complicações na assistência médica e cirúrgica	1	9	3	1	4	3	-	-	6	6	4
Seqüelas de causas externas	3	1	-	-	-	2	-	3	1	3	5
Fatores suplementares a outras causas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	215	248	255	259	333	415	310	371	358	376	358

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, Ribeiro (2017).

Tabela 45 - Taxa de mortalidade (100 mil pessoas) anual por causas externas, segundo os grandes grupos (CID10) - Vitória da Conquista - 2005-2015

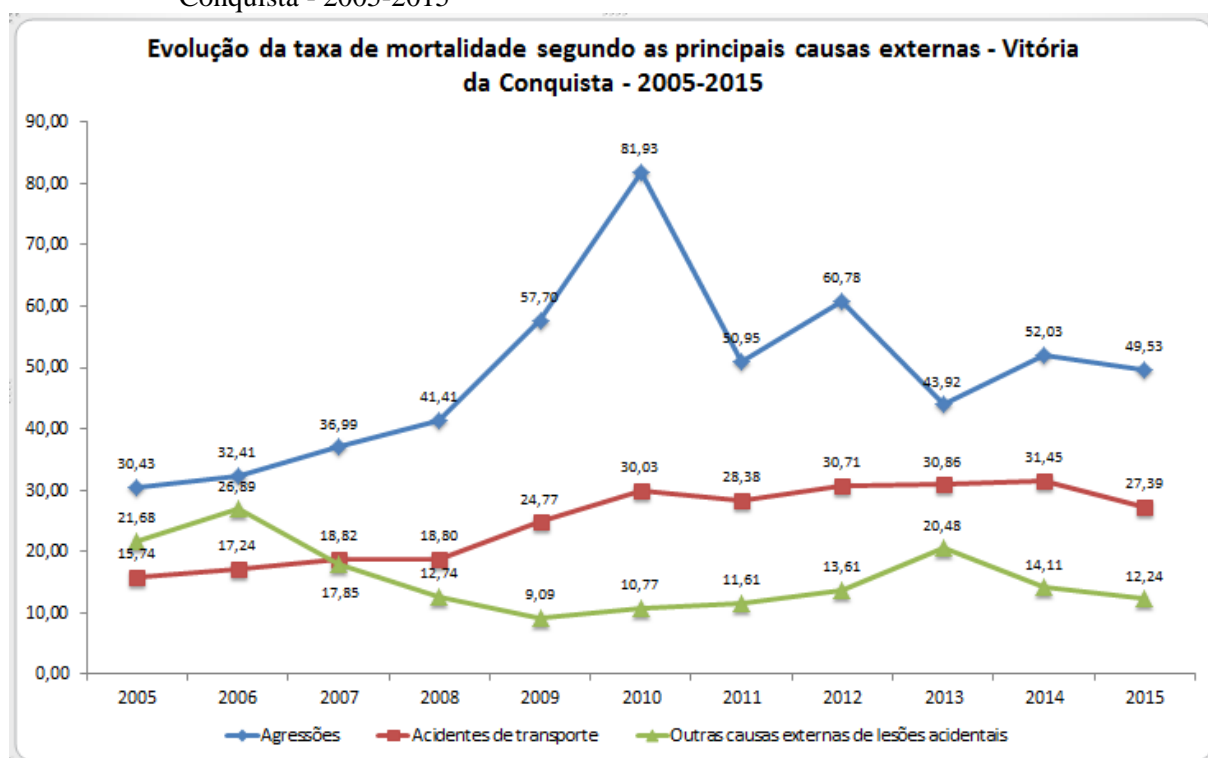
Grande Grupo CID10	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Acidentes de transporte	15,74	17,24	18,82	18,80	24,77	30,03	28,38	30,71	30,86	31,45	27,39
Outras causas externas de lesões acidentais	21,68	26,89	17,85	12,74	9,09	10,77	11,61	13,61	20,48	14,11	12,24
Lesões autoprovocadas voluntariamente	2,45	3,10	4,22	2,87	4,08	3,59	2,26	5,70	4,45	3,23	5,54
Agressões	30,43	32,41	36,99	41,41	57,70	81,93	50,95	60,78	43,92	52,03	49,53
Eventos cuja intenção é indeterminada	2,80	2,07	3,57	6,05	5,64	7,51	6,13	4,43	2,67	4,70	6,70
Intervenções legais e operações de guerra	0,70	0,34	0,32	0,32	1,88	-	0,64	1,27	1,78	2,35	0,29
Complicações na assistência médica e cirúrgica	0,35	3,10	0,97	0,32	1,25	0,98	-	-	1,78	1,76	1,17
Seqüelas de causas externas	1,05	0,34	-	-	-	0,65	-	0,95	0,30	0,88	1,46
Fatores suplementares a outras causas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	75,19	85,50	82,74	82,51	104,42	135,46	99,96	117,45	106,24	110,52	104,30

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, Ribeiro (2017).

O Gráfico 10 ilustra a evolução da taxa de mortalidade no período entre 2005 e 2015 para as causas agressões, acidentes de transporte e outras causas externas por lesões acidentais. O dado que chama mais atenção no gráfico é em relação à causa agressão, em 2010 houve aumento significativo com queda nos anos seguintes.

Os dados demonstram decréscimo em 2015 em relação ao ano anterior, 2014.

Gráfico 10 - Evolução da taxa de mortalidade segundo as principais causas externas - Vitória da Conquista - 2005-2015



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, Ribeiro (2017).

O aumento na taxa de suicídio pode estar relacionado com o bem estar que é influenciado pela insegurança urbana, condições de renda, falta de atenção à saúde mental, entre outros.

Percebe-se que, nos aspectos avaliados em relação ao urbano como saneamento, educação e condições de habitação, a cidade de Vitória da Conquista apresentou melhorias. A educação tem melhorado, porém, ainda existem bairros com índices de analfabetismo acima do desejável que se relaciona indiretamente com a violência urbana. Em relação à renda domiciliar, os resultados não são satisfatórios, pois cerca de metade da população vive com salários baixos, o que pode provocar aumento de crimes.

A melhoria na segurança policial, na infraestrutura de transporte e vias de acesso pode contribuir para diminuição das taxas de mortalidade por estas causas. Quando ocorre a melhoria nestes aspectos, a população passa a usufruir mais dos espaços públicos com mais tranquilidade, frequência, conforto e segurança, promovendo melhor qualidade de vida urbana.

A insustentabilidade urbana e a qualidade de vida, de forma direta ou indireta, interferem no resultado relativo à mortalidade por causas externas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da complexidade dos elementos que compõe o espaço urbano o estudo da sobre a sustentabilidade urbana e da qualidade de vida urbana da cidade de Vitória da Conquista, para 2010, a partir das políticas públicas urbanas municipais e nacionais, proporcionou a compreensão parcial da atual situação em que se encontra a cidade..

O processo de desenvolvimento econômico elevado nas últimas décadas aumentou a demanda por empregos, moradias e serviços públicos e a rápida expansão da cidade. Percebe-se, através dos resultados desta pesquisa, que o aumento da população e o crescimento urbano extrapolaram a capacidade da cidade de se sustentar, suportar-se, que refletiu direta e indiretamente na sustentabilidade urbana da cidade e na qualidade de vida urbana.

Os resultados encontrados para os níveis de sustentabilidade urbana variaram entre a insustentabilidade e a sustentabilidade, passando por níveis intermediários, quase sustentável e quase insustentável.

Os níveis de sustentabilidade urbana encontrados não garantiram adequada melhoria de qualidade de vida urbana da população nos aspectos sociais e ambientais por não ter sido adotado políticas distributivas, pela falta da universalização do atendimento às questões como habitação, saneamento básico, saúde, educação, ação e segurança.

Algumas necessidades foram observadas. O déficit habitacional foi percebido através da busca por habitações em terrenos ilegais que, conseqüentemente, trouxeram condições precárias de moradia, falta de saneamento básico e desigualdades socioespaciais, indo de encontro com o direito à moradia. Quanto à infraestrutura há falta de água, rede de esgoto, passeies e ruas pavimentadas em alguns locais da cidade, principalmente na periferia. Em relação à saúde os problemas vividos na cidade são os mesmo que atingem o Brasil, assim como as questões relacionadas à violência urbana. Em relação violência o indicadores mostram um aumento assustador. Relativo ao meio ambiente, os problemas de degradação ambiental e falta de arborização, nenhuma providência significativa foi tomada, contrariando o equilíbrio natureza e sociedade. Projetos de reciclagem de resíduos, por exemplo, não existem, apesar de haver aterro sanitário. Também não há projetos de iniciativa pública de energias alternativas.

O nível de sustentabilidade para a cidade foi considerado quase sustentável para 2010 porem a análise foi feita relativa aos aspectos básicos de sobrevivência da população

significando que para alcançar uma sustentabilidade urbana mais completa deveria haver melhoria em outros aspectos como segurança, áreas de lazer, educação, saúde, dentre outros.

A atual situação da cidade se contrapõe a teoria das cidades saudáveis, espaço promotor de bem estar individual e coletivo. Uma cidade não saudável, que não consegue atingir boas condições sociais, prejudica a saúde física e mental da sua população. Mesmo em momentos de elevado crescimento urbano é necessário que haja um crescimento estruturado e que toda população possa usufruir do seu desenvolvimento e não apenas parte dela. Percebe-se que, mesmo com o avanço econômico, os investimentos em infraestrutura não foram suficientes nem para promover uma cidade melhor, nem para aumentar a renda da população.

O espaço urbano, expressão dos processos econômicos e sociais que atuam em determinado território, no qual as políticas públicas estão inseridas, é o resultado da integração dinâmica entre a sociedade, planejamento e as ações dos gestores e os agentes. Percebe-se que a ausência de planejamento urbano adequado e algumas ações contidas nas propostas dos Planos Diretores de 1976, 2006 e demais políticas públicas municipais contribuíram para estes resultados. Algumas ações privilegiaram o lucro de empresas privadas, os interesses políticos e comerciais em vez de atender as necessidades de cada bairro.

O planejamento urbano da cidade baseado, principalmente, em planos diretores e diversas políticas públicas, poderia ter viabilizado uma melhor sustentabilidade urbana se houvesse comprometimento das autoridades e melhor distribuição dos investimentos públicos na cidade que proporcionaria maior equilíbrio dinâmico entre o ambiente natural, a sociedade, os interesses econômicos, políticos, institucionais e as inter-relações entre todos os aspectos de forma a obter amplo domínio do funcionamento da cidade.

Os direitos básicos devem ser proporcionados, tais como, o direito ao abastecimento de água, a rede de esgoto, aos espaços verdes para o lazer e para melhoria das condições do meio ambiente, à educação, entre outros. Porém, se o crescimento urbano não for acompanhado por investimentos em infraestrutura, em serviços urbanos e na manutenção dos equipamentos haverá um déficit que rebaterá espacialmente sob a forma de segmentação socioterritorial entre populações atendidas e não-atendidas por tais serviços e não será possível atender níveis satisfatórios de sustentabilidade urbana e qualidade de vida urbana

Como resultado desta pesquisa, nota-se a necessidade de um desenvolvimento urbano mais sustentável, diferente do desenvolvimento que aconteceu até o momento atual. É possível que a qualidade de vida, no espaço urbano de Vitória da Conquista, venha ser

melhorada através do desenvolvimento sustentável de cada bairro cujos projetos estejam direcionados a este objetivo. Para isso, seria interessante que as propostas que constam nas políticas públicas municipais da cidade sejam atendidas e acompanhem a dinâmica urbana de cada bairro e sua diversidade. A sustentabilidade urbana virá pelo resultado das alternativas propostas e das ações consolidadas com as políticas públicas municipais através do processo de planejamento urbano.

Como sugestão para as políticas públicas municipais que possam gerar uma cidade mais sustentável e proporcionar melhoria na qualidade de vida, é interessante conhecer cada bairro e suas peculiaridades para obter boas soluções, promover a participação da sociedade, criar propostas específicas, usar a criatividade e não somente a técnica, integrar as funções urbanas com a natureza com a cooperação de todos. Bairros sustentáveis em conjunto podem formar cidades sustentáveis.

A cidade de Vitória da Conquista tem possibilidade de se tornar referência no estado e no Brasil em relação ao desenvolvimento urbano, à sustentabilidade e à qualidade de vida urbana. A cidade possui as leis, os planos, o conhecimento técnico e a força econômica para isso se tornar real. É um grande desafio.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean P. Novas premissas da sustentabilidade democrática. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n. 1, 1999.

_____. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais –São Paulo**, n. 1, maio 1999.

AFONSO, C. M. **Sustentabilidade: caminho ou utopia?** São Paulo: Annablume, 2006.

ALLARDT, E. Having, loving, being: an alternative to the Swedish model of Welfare State. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (Orgs.). **The quality of life**. Osford: Clarendon Press, 1993.

ANDRADE, Carlos R. M. D. Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: traduções e transferências de ideias urbanísticas. In: RIBEIRO, Luís César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Kury, Brasília: UnB, 1989. 317p.

BARDET, Gaston. **O urbanismo**. Tradução Flávia Cristina S. Nascimento. Campinas: Papirus, 1990.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999-2003.

BIRKHOLZ, L. B. **O ensino do planejamento territorial**. 1967. Tese (Provimento de Cátedra) – FAUUSP, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1967.

BLOG DO ANDERSON. **Centro de Vitória da Conquista**. Disponível em: <<https://goo.gl/images/bRYr2j>>. Acesso em: 16 jun. 2016. 1 foto.

_____. **Comércio do bairro Brasil em Vitória da Conquista**. Disponível em: <<http://www.windimagensaereas.com.br>>. Acesso em: 16 jun. 2016. 1 foto.

BLOG DA RESENHA GERAL. **Praça Tancredo Neves em Vitória da Conquista.** Disponível em: <<https://goo.gl/images/nhjfA>>. Acesso em: 16 jun. 2016. 1 foto.

_____. **Avenida Olívia Flores em Vitória da Conquista.** Disponível em: <<https://goo.gl/images/kkomZI>>. Acesso em: 16 jun. 2016. 1 foto.

_____. **Avenida Olívia Flores em Vitória da Conquista.** Disponível em: <<https://goo.gl/images/FXdaZb>>. Acesso em: 16 jun. 2016. 1 foto.

_____. **Primeira fonte luminosa de Vitória da Conquista – Avenida Olívia Flores.** Disponível em: <<https://goo.gl/images/wrA98u>>. Acesso em: 16 jun. 2016. 1 foto.

_____. **Lagoa Bateias.** Disponível em: <<https://goo.gl/images/jCOCMF>>. Acesso em: 16 jun. 2016. 1 foto.

BRASIL. Ministério da Cidade. **Construção do Sistema Nacional de Indicadores para Cidades.** Belo Horizonte: Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável/PUC Minas, 2005. 268 p.

_____. Ministério DAS CIDADES. **Caderno do Ministério das Cidades.** Brasília: MCidades/Governo Federal, 2004.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Presidência da República. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91627/codigo-florestal-lei-4771-65>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 global.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. **Regimento Interno do Conselho das Cidades. Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006**. Disponível em: <<https://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRAVO, Maria Teresa de; VERA, Silva F. de. El concepto de calidad de vida: una revision de su alcance y contenido. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida: Universidad de Los Andes, v. 34, 1993.

_____. Consideraciones metodológicas: una operacionalizacion del concepto de calidad de vida. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida/VE, v. 34,n.1, 1993a.

BREHENY, M.; ROOKWOOD, R. Planning the Sustainable City Region. In: BLOWERS, A. (Ed.). **Planning for a Sustainable Environment**. Londres: Earthscan, 1996. 151p.

BRITO, Marialda da Silva; BLATT, Nadir; SILVA, João Genário da. Proposta de plano estratégico para a cidade de Vitória da Conquista-BA. As áreas verdes na qualidade de vida da população. ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.

BRUNDTLAND, G. H. et al. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BURGUESS, Ernest W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: PIERSON, Donald (Org.). **Estudos de ecologia humana**. São Paulo: Martins, 1970.

BURNETT, Frederico L. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: fetichização dos planos diretores participativos**. São Paulo: Annablume, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAMARGO, Aspásia. Governança para o século 21. In: TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Reinvente seu bairro:** caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Cidades brasileiras:** seu controle ou o caos - o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo: Nobel, 1999.

CANEPA, Carla. **Cidades sustentáveis:** o município como lócus da sustentabilidade. São Paulo: RCS, 2007.

CARRERA, Francisco. **Cidade Sustentável:** utopia ou realidade? Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. 160p.

CARTA DE Ottawa. In: PRIMEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A PROMOÇÃO DA SAÚDE, 1., 1986, Ottawa. **Anais eletrônicos...** 1986. Disponível em: <bvsms.saúde.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CASTELLS, M. **The city and the grassroots:** a cross-cultural theory of urban social movements. Berkeley: University of California Press, 1983.

_____. **A questão urbana.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Pensamento Crítico)

_____. **Ciudad, democracia y socialismo:** la experiencia de las asociaciones de vecinos en Madrid. 1. ed. Madrid: Siglo veintiuno de España, 1977a.

_____. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. M. L. Viveiros de Castro, Trans. In: POULANTZAS, N. (Ed.). **O Estado em crise.** Rio de Janeiro: Graal, 1977b.

_____. **The urban question:** a marxist approach. Cambridge, Mass: MIT Press, 1977c.

_____. **Movimientos sociales urbanos en América Latina:** tendencias históricas y problemas teóricos. São Paulo: Perspectiva. 1976.

_____. **La rénovation urbaine à Paris: structure urbaine et logique de classe.** Paris: Mouton, 1973.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Descentralização e política social no Brasil: as perspectivas dos anos 90. **Revista Espaço & Debate,** São Paulo, n. 32, 1991.

CASTRO, Everardo Públio de. **Jornal O Combate**, Vitória da Conquista (BA), p. 727, out. 1957.

CAVALCANTE, Marília; OLMOS, Susana A. (Org.). **Olhares sobre a paisagem: um estudo de caso**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003.

CHOAY, F. **O urbanismo**. D. N. Rodrigues, Trans. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. 67v.

CINTRA, Antonio Octávio. Planejando as cidades. Política ou não política. In: CINTRA, A. O.; HADDAD, P. R. **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Nota sobre os condicionantes políticos do planejamento urbano. **Caderno do Departamento de Ciência Política**, Belo Horizonte, n. 2, p. 115-138, dez. 1974.

_____. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. **Cadernos do Departamento de Ciência Política da UFMG, Belo Horizonte**, n. 1, p. 59-112, 1974.

COELHO, Maria Célia N. Impactos ambientais em áreas urbanas: teoria, conceito e método de pesquisa. In: GUERRA, Antônio J. T.; CUNHA, Sandra Baptista da (Orgs). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Tradução Our Common Future. 1. ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONGRESSO DO CONASEMS, 15., Rede Brasileira de Municípios Saudáveis. 1999. **Anais eletrônicos...** 1999. Disponível em: <observasaude.fundap.sp.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CONSTANZA, Robert. **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

COSTA, Valdelino Daniel Bomfim; GONSALVES, Júlia Gabriela. A relação entre programas estatais de habitação e promotores imobiliários na configuração do espaço urbano da cidade de Vitória da Conquista – Bahia. 2005. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1971.

DIÁRIO CONQUISTENSE. **Município de Vitória da Conquista**. Disponível em: <<http://diarioconquistense.com.br>>. Acesso em: 16 jun. 2016. 1 foto.

DUHL, L. J. The healthy city: its function and its future. **Health Promotion International**, Oxford/UK, n.1, p.55-60, 1986.

ENGELS, F. **Para a questão da habitação**. Lisboa: Avante, 1983.

FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. Disponível em: <<http://usgbc.org/ShowFile.aspx?DocumentID-2310>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O urbano em construção Vitória da Conquista: um retrato de duas Décadas**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001. 202p.

_____. **Mapa base no CPD/PMVC**, Vitória da Conquista (BA), 1998. 1 mapa. Sem escala.

FONSECA, Denise. Discutindo os termos de uma equação de congruência: cultura e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, L. C. (Ed.). Em Debate. **Revista Eletrônica do Departamento de Serviço Social, PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

FRIDMAN, Fania; REZENDE, Vera F. (Org.). **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**. Niterói: Editora da UFF; Intertexto, 2012.

GODARD, O. Le Développement Durable et le Devenir des Villes. **Futuribles**, Paris, maio 1996, p. 33.

GONÇALVES, T. M. **O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar: uma abordagem psico-sócio-ambiental do bairro Renascer/Mina Quatro de**

Criciúma-SC). 2002. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento)- Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

GONDIM, Linda M. de Pontes. **Planners in the face of power: the case of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, Brazil**. New York: Ithaca/Cornell University/ Latin American Studies Program, 1986. (Dissertation Series; n.92).

GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: MIRANDA, Mariana B.(Org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Maria Aparecida de Souza; SILVA, Jorge Augusto Alves da; SOUSA, Valéria Viana. **Pelo sertão da ressaca: Vitória da Conquista – nova cidade, um resgate histórico**. In: COLÓQUIO DA MUSEU PEDAGÓGICO, 10,. 2013, Vitória da Conquista. **Anais...** Vitória da Conquista: UESB, 2013.

HANCOCK, T. The evolution, impact and significance of the healthy cities/healthy communities movement. **Journal of Public Health Policy, Spring**, v.14, n.1, p.5-18, 1993.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. The right to the city. **New Left Review II**, v.53, p. 23–40, set./out. 2008.

_____. **Consciousness and the urban experience: studies in the history and theory of capitalist urbanization**. Baltimore, Md.: John Hopkins University Press, 1985a.

_____. Paris, 1850-1870. In: HARVEY, D. (Ed.). **Consciousness and the Urban Experience: studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985b.

_____. **Social justice and the city**. London: Edward Arnold, 1975.

_____. **A cidade e o urbano**. Disponível em: <jornalggn.com.br/notícia/a-cidade-e-o-urbano-por-david-harvey>. Acesso em: 10 de outubro 2015.

_____. **Lutas Sociais**. São Paulo, n.29, p.73, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico. Dados do universo**. Vitória da Conquista. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Município de Vitória da Conquista.** Disponível em:
<<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 jun. 2016. 1 foto.

_____. **Censo Demográfico 2010. Bahia, Vitória da Conquista.** Rio de Janeiro, 2002.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: FARRET, Ricardo L. et al. Maria Elaine. **O espaço da cidade, contribuição à análise urbana.** São Paulo: Projeto, 1985.

LEBRÃO, Maria Lúcia. O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. **Revista Saúde Coletiva**, Editorial Bolívia, São Paulo/SP, ano 4, v. 17, 2007.

LEBRET, Luís Joseph. **Lebret e o urbanismo da SAGMACS:** o Brasil no foco do Mouvement Économie et Humanisme. Disponível em:
<<http://docplayer.com.br/user/17708457/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

LEDRUT, R. Política urbana e poder local. Espaço e debates. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 3, p. 5-20, 1981.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital.** M. H. R. Ramos & M. Jamur, Trans. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999a.

_____. **A revolução urbana.** S. Martins, Trans. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999b.

_____. **The production of space.** Oxford, OX, UK; Cambridge, Mass., USA: Blackwell, 1991a.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno.** A. J. d. Barros, Trans. São Paulo: Ática, 1991b. 24 v. (Sociologia e Política).

_____. **De lo rural a lo urbano.** Buenos Aires: Lotus Mare, 1976.

_____. **O direito à cidade.** Tradução Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1968.

LUCENA, André Duarte; CAVALCANTE, Jaqueline Nunes; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Sustentabilidade do Município de João Pessoa: uma aplicação do barômetro da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR**, Taubaté, SP, Brasil, v. 7, n. 1, p. 19-49, jan./abr., 2011.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade Camargo.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Coleção cidades).

MANSILLA, S.L. Diferenciación socio-espacial em San Miguel de Tucumán. El paisaje urbano como indicador de calidad de vida. ENCONTRO GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8., 2001, Santiago-Chile. **Anais...** Santiago: Universidade de Chile, 2001. 1 CD-ROM.

MARES, Rizia Mendes. **Base Cartográfica Malha Municipal, 2011**. Vitória da Conquista: [s.n.], 2013. 1 mapa. Escala 1:1000.

MARQUARDT, Bernd. Historia de la sustentabilidad. Un concepto medioambiental en la historia de la Europa Central (1000-2006). **Historia Critica**, Bogotá, n. 32, jul./dic., 2006.

MARICATO, Ermínia. Dossiê: Conferências Nacionais — uma política urbana participativa. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 66, abr./maio 2006. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/dossie-conferencias-nacionais-uma-politica-urbana-participativa>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

_____. A construção histórica do projeto da reforma urbana. In: BURNETT, Frederico Lago. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos planos diretores participativos**. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **Nunca fomos tão participativos**. Divulgado em Carta Maior. Disponível em: <http://www.agencia-cartamaior.com.br/templates/colunaMostar.cfm?coluna_id=7140>. Acesso em: 5 out. 2016.

_____. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano**. Brasília: IPEA, 2006.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: MARICATO, Ermínia. Dossiê: Conferências Nacionais — uma política urbana participativa. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 66, abr./maio 2006. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/dossie-conferencias-nacionais-uma-politica-urbana-participativa>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

_____. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 1 v. 204p.

MARTINS, Ana Raquel Paiva; FERRAZ, F. T.; COSTA, M. M. Sustentabilidade ambiental como nova dimensão do Índice de Desenvolvimento Humano dos países. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 139-162, 2006.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. **Psychological Review**, Toronto, 50:390-6, 1943.

MEDEIROS, Ruy H. Aspecto urbano de Conquista através da história. **O Fifó**, Vitória da Conquista - BA, 11 out. 1977.

MELAZO, G.C. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MENDES, E. V. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONTE-MÓR, R. L. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. **Modernities in the Jungle: extended urbanization in the Brazilian Amazonia**. Unpublished Ph.D. Los Angeles (UCLA): University of California, 2004.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa et al. **Metodologia de construção do Índice de Qualidade de Vida Urbana dos Municípios Brasileiros (IQVU-BR)1**. Disponível em: <<http://www.ernestoamaral.com/docs/indsoc-122/biblio/Nahas2006b.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Carta da Terra**. Paris, 2000.

PECCEI, Aurelio; KING, Alexander. **The Club of Rome**. O clube de Roma. Disponível em: <<http://www.inbs.com.br/ead/Arquivos%20Cursos/ECAM/Capitulo%203/11%20-%200%20desafio%20do%20desenvolvimento%20sustent%23U00e1vel.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016.

PONTUAL, Pedro. Educação popular e incidência em políticas públicas. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu (MG): UFMG, 2010.

PORTAL AGENDE-SE. **Avenida Presidente Dutra em Vitória da Conquista**. Disponível em: <<https://goo.gl/images/CDaQh7>>. Acesso em: 16 jun. 2016. 1 foto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (PBH). Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento – Gerência de Indicadores, 2007. **Relatório geral sobre o cálculo do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU)**. Disponível em:

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=31787&chPlc=31787>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (BA). 2014. **Informações diversas sobre o município de Vitória da Conquista**. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Lei nº 1.385, de 30 de janeiro de 2006. **Institui o Plano Diretor de Vitória da Conquista**. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei_1385_06_Plano-Diretor-Urbano1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Lei nº 1.410/2007. **Código Municipal do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/CODIGOMUNICIPAL_MEIOAMBIENTE.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Lei nº 1.481/2007. **Institui o Código de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo e de Obras e Edificações do Município de Vitória da Conquista**. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei-1481-2007.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Lei nº 118, de 22 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Vitória da Conquista e dá outras providências. **Diário Oficial dos Municípios**, Salvador, 2007.

_____. **Município de Vitória da Conquista**. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br>>. Acesso em: 16 jun. 2016. 1 foto.

PRESCOTT-ALLEN, R. **The wellbeing of nations: a country-by-country index of quality of life and the environment**. Washington, DC: Island Press, 2001.

_____. **The wellbeing of nations: a country-by-country index of quality of life and the environment**. Washington, DC: Island Press, 2001.

_____. **Barometer of sustainability: measuring and communicating well-being and sustainable development**. Cambridge: IUCN, 1997

ROSS, Jurandy L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

SANTOS JÚNIOR, Alves; MONTADOM, Daniel Todtmann (Orgs). **Os planos diretores pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS, Antônio Luiz. **Produção de riqueza e pobreza na expansão cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça**. 1987. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 1987.

RIBEIRO, Luiz C. de Q; CARDOSO, Adauto L. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. Espaço & Debates: cidade brasileira, século XX. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, ano XIV, n. 37, 1994.

_____. Plano diretor e gestão democrática da cidade. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 196, p. 8-20, jul./set. 1990.

ROCHA, Altemar Amaral; FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **Atlas Geográfico de Vitória da Conquista**. 1. ed. Vitória da Conquista (BA), 2015. 1 atlas. Escala 1:1000.

_____. **Análise socioambiental da bacia do rio Verruga e os processos da urbanização de Vitória da Conquista – BA**. Disponível em:
<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/altemar_amaral.pdf>. Acesso em: 6 set. 2016.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

ROLNIK, Raquel. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios**. Ensaio, políticas sociais – acompanhamento e análise. São Paulo: ANPUR-HUCITEC, 1993.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente. **Revista Visões**, São Paulo, 4. ed., n. 4, v. 1, jan./jun. 2008.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável: ideias sustentáveis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SANTOS, Antonio Luiz. Produção de riqueza e pobreza na expansão cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça. 1987. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, Pernambuco, 1987.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EdUSP, 2005.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS JÚNIOR, Orlando A dos. **Democracia e governo local: dilemas da reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2000.

SIENA, Osmar. **Método para avaliar progresso em direção ao desenvolvimento sustentável**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)- Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, UFSC, 2002.

SILVA, José Afonso. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995.

SKYSCRAPERCITY. **Anel rodoviário no alto da Serra Periperi**. Disponível em: <<https://goo.gl/images/cV4StO>>. Acesso em: 16 jun. 2016. 1 foto.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. 1941. Salvador: Editoração Eletrônica CD Home Studio, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Territórios de Identidade da Bahia**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SUSTAINABLE SEATTLE. **Indicators of sustainable community: a status report on long-term cultural, economic, and environmental health for Seattle/King County**, Seattle, 1998. 73 p.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

_____. **Cidades Imaginárias**. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.

_____. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: LAVINAS, Lena; LIANA M. F.; NABUCO, Maria Regina (Orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR-HUCITEC, 1993.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. 1. ed. 2005. Disponível em: <www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/index.html>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999.

_____. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. A. A. et al. **Metrópole e globalização**. São Paulo: Cedesp, 1999.

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. **Dilemas do Plano Diretor. O Município no séc. XXI: cenários e perspectivas**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Dilemas_PD_Villa%C3%A7a1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

WESTPHAL, Márcia Faria; MENDES, Rosilda. Cidade saudável: uma experiência de interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, FGV, v.34, n.6), p. 47-61, nov./dez. 2000.

_____. **O movimento cidades/municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida**. The Healthy Cities Movement: a commitment with quality of life. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/o-Movimento-Cidades-Munic%C3%ADpios-Saud%C3%A1veis-Um-Compromisso/691443.html>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

_____. Movimento cidades/municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. ANGOTTI, T. Latin american urbanization and planning - inequality and unsustainability in north and south. **Latin American Perspectives**, Cidade, , v. 23, n.91, p. 21, fall 1996.

WHOQOL GROUP. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): development and general psychometric properties. **Soc. Sci. Med.** n.46, p. 1569-1585, 1998.

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817**. Tradução Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Pope de Figueiredo, refundida e anotada por Oliverio Pinto. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. 1 v. (Coleção Brasileira).

ANEXO A – ESTATUTO DA CIDADE, LEI N° 6.766

Arts. 1 e 2, Capítulo I, Estatuto da Cidade:

Na execução da política urbana, de que tratam os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

[...].

Art. 6, Capítulo II, Estatuto da Cidade:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 39, Capítulo III, Estatuto da Cidade:

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no Art. 2º desta Lei.

**ANEXO B – PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU) - LEI
Nº 118/76**

Art. 55. Capítulo I, Livro I, PDDU-1976:

As dimensões do leito e passeio das vias públicas deverão ajustar-se à natureza, uso e densidade da população nas áreas servidas, à juízo da Prefeitura.

Art. 81. Capítulo I, Livro I, PDDU-1976:

Para definir a orientação geral do loteamento, a Prefeitura considerará o terreno como parte integrante da Zona em que esteja situado de acordo com o planejamento previsto e estabelecerá:

I - Densidade máxima da população por setor;

Art. 2º, Capítulo I, Livro I, PDDU-1976:

A presente Lei disciplina o uso da terra, estabelece normas para construções, visando assegurar condições adequadas de habitação, circulação, trabalho e recreação, bem assim preservar monumentos e sítios notáveis pelos seus aspectos históricos culturais e paisagísticos.

Art. 70, Capítulo I, Livro I, PDDU-1976:

A classe e a categoria econômica do setor, as quais influirão sobre as dimensões dos lotes;

§1º-A) nos Setores residenciais, o lote mínimo será equivalente a 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), [...].

§2º-A) nos loteamentos localizados em bairros tidos como populares ou proletários, o lote mínimo terá uma área equivalente a 140,00m² (cento e quarenta metros quadrados) [...].

Art. 81, Capítulo I, Livro I, PDDU-1976:

VII - As obras que, desde logo, se considerem necessárias a tornar o terreno adequado à edificação tais como, as de saneamento, as de proteção contra inundação, erosão, desmoronamento de terra, etc.

VIII - O tipo de pavimentação e meio-fio das ruas de acordo com as características do bairro.

Art. 60, Capítulo I, Livro I, PDDU-1976:

A fim de assegurar a cidade conforto climático e condições de salubridade e proteção paisagística, fica criado um sistema de áreas verdes, constituído nos moldes desta Lei e nos limites fixados nas Plantas do Plano Diretor.

Art. 61, Capítulo I, Livro I, PDDU-1976:

As áreas verdes são basicamente destinadas:

- Educação e Esportes;
- Fins sociais;
- Recreio- todas as atividades recreativas nas suas diversas modalidades;

Art. 81, no Inciso VI, Capítulo I, Livro I, PDDU-1976:

VI - 5% (cinco por cento) da área total loteada será cedida obrigatoriamente e gratuitamente à Prefeitura, destinadas ao lazer sob forma de praças, jardins, arques, etc. e cuja declividade máxima não exceda a 10% (dez por cento);

Art. 138, Capítulo I, Livro I, PDDU-1976:

V - Possua em comum equipamentos urbanos, tais como água, luz, telefone, pavimentação e local para coleta de lixo;

Art. 2º, Capítulo I, Livro I, PDDU-1976:

A presente Lei disciplina o uso da terra, estabelece normas para as construções, visando assegurar condições adequadas de habitação, circulação, trabalho e recreação, bem assim preservar monumentos, sítios notáveis pelos seus aspectos históricos, culturais e paisagísticos.

**ANEXO C – O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU) -
LEI N° 1.385/2006**

Capítulo I, Art. 1º, PDDU-2007:

Fica aprovado e instituído o Plano Diretor do Município de Vitória da Conquista, instrumento normativo da política de desenvolvimento urbano, com abrangência de todo o território do Município.

Capítulo I, Art. 2º, PDDU-2007:

- I. Os princípios, diretrizes e instâncias de planejamento para o acompanhamento e controle social do Planejamento Urbano de Vitória da Conquista e, em especial, o Plano Diretor Urbano;
- II. O partido urbanístico e elementos estruturadores do espaço urbano;
- III. As diretrizes para a aplicação dos instrumentos de política urbana, previstos no Estatuto da Cidade;
- IV. Políticas setoriais e projetos estratégicos;
- V. As diretrizes para a política habitacional de interesse social.

Capítulo II, Art. 4º, PDDU -2007:

- II. Inclusão social, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas sociais a todos os municípios, particularmente às crianças, aos idosos e aos portadores de necessidades especiais;
- III. Estímulo ao desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, contemplando a equidade social e a melhoria da qualidade de vida da população, bem como a valorização dos recursos naturais e culturais;
- IV. Direito à Cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer;
- VI. Prioridade ao transporte coletivo público, adaptando-o para utilização pelos portadores de necessidades especiais;

Capítulo III, Art. 5º, PDDU -2007:

- a) O adensamento da ocupação do solo na malha urbana da Sede;
- b) O combate à degradação ambiental e a recuperação de áreas degradadas;
- c) A implantação de infraestrutura, em acordo com diretrizes de proteção ambiental, e a racionalização do uso da infraestrutura, em particular, a do sistema viário e de transportes, evitando sua sobrecarga ou ociosidade;
- d) A extensão dos serviços básicos de saneamento e a implantação de drenagem urbana, na Sede,
- e) A solução do problema da destinação final de resíduos sólidos;
- f) A inclusão social das áreas segregadas no meio urbano.

Capítulo V, Art. 18, PPDU -2007:

- I. Ocupação e densificação compatíveis com a qualificação da estrutura urbana local, com vistas à maior eficiência na distribuição dos equipamentos e serviços públicos;
- III. Melhoria da mobilidade urbana e da acessibilidade em nível regional;
- IV. Qualificação da estrutura urbana e consequente melhoria das condições de moradia da população.

Cap. V, Seção IV, Art. 34, PPDU -2007:

1º Constituem-se Áreas de Valor Ambiental Municipal as Unidades de Conservação e as Áreas de Preservação Permanente instituídas pelo Código.

Constituem-se Áreas de Valor Ambiental Urbano:

- I. Espaços abertos urbanizados da Cidade e núcleos urbanos;
- II. Áreas verdes da Cidade e núcleos urbanos.

Art. 81, cap. VII, PPDU -2007:

I. No Distrito Sede:

- a) atualização e acompanhamento do Plano de Gestão de Limpeza Urbana;
- b) execução de projeto do aterro sanitário, prevendo dispositivos de impermeabilização do solo, drenagem de águas pluviais, sistema de drenagem e tratamento de líquidos percolados (chorume), sistema de drenagem e tratamento de gases, processo de compactação e cobertura dos resíduos;
- c) execução de um plano de monitoramento do aterro sanitário, que permita a detecção, em estágio inicial, dos impactos ambientais negativos que possam vir a ser causados; e d) desenvolvimento de projeto de recuperação da área do atual lixão, contemplando, no mínimo, os aspectos eco-ambientais;
- d) destinação e monitoramento de resíduos provenientes de construção civil.

Art. 5º, PPDU-2007:

O Plano Diretor Urbano tem como objetivos:

I. Consolidar e projetar Vitória da Conquista como:

- a) pólo comercial e prestador de serviços, potencializando o desenvolvimento do setor industrial e do agronegócio;
- b) centro universitário, educacional e de ciência e tecnologia;
- c) centro regional de serviços de saúde, projetando-a como centro de referência estadual.

II. Orientar a política urbana para o atendimento das funções sociais da Cidade, promovendo:

- a) o adensamento da ocupação do solo na malha urbana da Sede;
- b) o combate à degradação ambiental e a recuperação de áreas degradadas;
- c) a implantação de infra-estrutura, em acordo com diretrizes de proteção ambiental, e a racionalização do uso da infra-estrutura, em particular, a do sistema viário e de transportes, evitando sua sobrecarga ou ociosidade;

- d) a extensão dos serviços básicos de saneamento e a implantação de drenagem urbana, na Sede;
- e) a solução do problema da destinação final de resíduos sólidos; e
- f) a inclusão social das áreas segregadas no meio urbano.

Art. 44, SUBSEÇÃO III, PPDU -2007;

O Plano de Urbanização de cada ZEIS será estabelecido por decreto do Poder Executivo e deverá prever:

- I. O diagnóstico da ZEIS, contendo, no mínimo, a análise físico-ambiental, a análise urbanística e fundiária e a caracterização sócio-econômica da população residente;
- II. As diretrizes, índices e parâmetros urbanísticos para o uso e ocupação do solo, inclusive o coeficiente de aproveitamento máximo;
- III. Os projetos e intervenções urbanísticas necessários à recuperação física da área, incluindo, de acordo com as características locais:
 - a) os sistemas de abastecimento de água, coleta de esgotos e drenagem de águas pluviais;
 - b) o sistema de coleta regular de resíduos sólidos;
 - c) a iluminação pública;
 - d) a adequação dos sistemas de circulação de veículos e pedestres;
 - e) as obras de eliminação de situações de risco, como a estabilização de taludes e de margens de córregos;
 - f) o tratamento adequado das áreas verdes e dos espaços públicos;
 - g) instalação de equipamentos sociais; e
 - h) os usos complementares ao uso habitacional.

Art. 82, Cap. VII:

I. No Distrito Sede:

- b) exigência, por parte da Administração Municipal, de que a concessionária do serviço de abastecimento de água elabore e entregue, para sua avaliação, estudos para a ampliação das redes de distribuição para as áreas de expansão da Cidade e implantação de linhas, em paralelo às existentes;
- c) exigência, por parte da Administração Municipal, de que a concessionária do serviço de abastecimento de água elabore e entregue, para sua avaliação, relatórios mensais de acompanhamento dos serviços prestados, no que tange aos seguintes aspectos:
 - 1. cobertura das redes de distribuição;
 - 3. regularidade na frequência do abastecimento a todas as áreas da Cidade.

Art. 85, Cap. VII, PPDU-2007:

- I. Todo cidadão tem direito à moradia digna;
- II. O direito à moradia pressupõe:
 - a) unidades residenciais de qualidade, em terra urbanizada;
 - b) níveis adequados de acesso;
 - c) serviços de infraestrutura básica;
 - d) equipamentos sociais, de educação, saúde, cultura, assistência social;
 - e) segurança;

- f) abastecimento;
- g) esportes, lazer e recreação, com espaços públicos valorizados; e
- h) situação fundiária, imobiliária e urbanística regularizada.

Art. 86, Cap. VII, PPDU-2007:

- I. Tornar acessível à moradia para todos os cidadãos de baixa renda;
- II. Reduzir o déficit habitacional, propiciando a oferta de moradia, em condições dignas;
- III. Propiciar a melhoria das unidades residenciais;
- IV. Assegurar a regularização urbanística, imobiliária e fundiária dos aglomerados de habitações ocupadas por populações de baixa renda; e V. Assegurar a alocação adequada de espaços, equipamentos urbanos e serviços públicos.

Art. 87, Cap. VII, PPDU-2007:

- I. O atendimento à demanda habitacional pelo mercado formal, em conformidade com a legislação de uso e ocupação do solo;
- II. O atendimento à demanda habitacional de interesse social, para os segmentos da população de baixa renda, não atendida integralmente pelo mercado, em acordo com as normas específicas de que trata este Capítulo; e
- III. A articulação com as instâncias governamentais estaduais e federais e organizações não governamentais, para atendimento das demandas de habitação popular.

Lei nº 1.186/2003, no Art. 5º, Capítulo I:

Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o Programa Municipal de Habitação Popular, com a finalidade de permitir o acesso à moradia, bem como de garantir infraestrutura urbana, equipamentos comunitários e condições de habitabilidade para a população de baixa renda residente no Município de Vitória da Conquista, desprovida de moradia ou que more em situação precária, ocupando áreas de risco, de preservação ambiental ou impróprias ao uso habitacional e espaços alugados ou cedidos de forma provisória.

Art. 84, Cap. VII, PPDU -2007:

I. No Distrito Sede:

a) implantação e consolidação:

1. De um novo aeroporto; de um Centro de Convenções e Feiras; de um Centro de logística; da Cidade universitária; do Eixo Industrial, Comercial e de Serviços Sul.

b) transformação da BR-116 em avenida urbana;

c) criação da Área de Proteção Ambiental/APA das Lagoas e Vales de Vitória da Conquista;

d) habitação de interesse social no Cinturão Panorama/Santa Cruz.

**ANEXO D - CÓDIGO DE ORDENAMENTO DO USO DO SOLO E DE OBRAS E
EDIFICAÇÕES – LEI N.º 1.481/2007**

Art. 1º, do Capítulo I, Código de Obras de Vitória da Conquista, Lei nº 1.481/2007:

Fica instituído o Código de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo e de Obras e Edificações do Município que estabelece as normas para o licenciamento de parcelamento, urbanização, edificação e de atividades, de observância obrigatória pelos agentes públicos e privados.

Cap. IV, Art. 11, Código de Obras de Vitória da Conquista, Lei nº 1.481/2007:

Os projetos de loteamentos e reloteamentos deverão ter reservadas áreas institucionais, verdes e de lazer.

Seção IV, Cap. V, Art. 36, Código de Obras de Vitória da Conquista, Lei nº 1.481/2007:

Os empreendimentos que impliquem em desmatamentos deverão observar as disposições previstas no Código Ambiental e também desta Lei.

Art. 15, Cap. IV, Item II, Código de Obras de Vitória da Conquista, Lei nº 1.481/2007:

A aprovação do projeto de loteamento estará condicionada à:

e) Rede de abastecimento de água potável;

**ANEXO E - CÓDIGO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE
VITÓRIA DA CONQUISTA, LEI Nº 1.410/2007**

Cap. IV, Art. 11, Código Municipal do Meio Ambiente, Lei nº 691/2007:

1º As áreas reservadas serão localizadas, na razão de 1/3 (um terço), em locais de declividade máxima de 10% (dez por cento), não devendo o restante ultrapassar a declividade de 20% (vinte por cento):

5º As áreas verdes e de lazer deverão ser localizadas, na razão de 1/3 (um terço) de seu total, por indicação do órgão municipal competente, do qual dependerá a aprovação das demais áreas, em especial se estiverem situadas em faixas contínuas ao longo de pistas ou em sua confluência.

Seção IV, Cap. V, Art. 36, Código Municipal do Meio Ambiente, Lei nº 691/2007:

2º Serão obrigatórias a preservação do recobrimento vegetal com função de sustentação de encostas e de proteção de nascentes e cursos d' água e a proteção das encostas desmatadas com tecnologias de fixação do solo apropriadas.

Capítulo I, nas Normas gerais, Código Municipal do Meio Ambiente, Lei nº 691/2007:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece as bases normativas para a Política Municipal do Meio Ambiente, cria o Sistema Municipal do Meio Ambiente - SIMMA, para a administração da qualidade ambiental, a proteção, o controle, o desenvolvimento e o uso adequado dos recursos naturais do Município de Vitória da Conquista.

Capítulo I, Seção I, Art. 4º, os princípios da Política Municipal do Meio Ambiente:

- I. Exploração e utilização racionais dos recursos naturais, de modo a não comprometer o equilíbrio ecológico;
- II. Desenvolvimento local fundamentado na sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III. Respeito aos acordos e convenções internacionais, de que o Brasil for signatário, sobre matéria ambiental;
- IV. Ação municipal na manutenção da qualidade ambiental, tendo em vista o uso coletivo, promovendo a proteção, o controle, a recuperação e a melhoria do meio ambiente;
- V. Proteção dos ecossistemas do Município e seus componentes representativos, mediante planejamento, zoneamento e controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras;
- VI. Controle da produção e da comercialização de substâncias e artefatos, do emprego de técnicas e métodos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e do meio ambiente.

Capítulo I, Seção II, Art. 5º, as diretrizes para a proteção e melhoria da qualidade ambiental são:

I. A compreensão do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade e o controle da qualidade ambiental, abrangendo todos os tipos de poluição, incluindo a sonora e a visual;

XI. A garantia de níveis crescentes da saúde através do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, vias e logradouros públicos.

Capítulo I, Seção II, Art. 6º, para os fins do disposto no art. 30 da Constituição Federal, consideram-se, em matéria ambiental, como de interesse local, dentre outros:

I. A proteção à vegetação e à fauna;

II. A criação de espaços protegidos e unidades de conservação;

XII. A garantia de níveis crescentes da saúde através do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, vias e logradouros públicos.

Capítulo I, Seção II, Art. 8º, são deveres do Poder Executivo, relativos à Política Municipal do Meio Ambiente:

I. Proteger, defender, e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

VIII. Promover, nas áreas urbanas da sede e dos distritos:

a) arborização, preferencialmente com espécies nativas regionais;

b) coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares;

c) coleta, tratamento e deposição final dos efluentes domiciliares.

Capítulo I, Seção III, Art. 22, integram os Espaços Protegidos, para fins de proteção ambiental e cultural:

I. As Unidades de Conservação;

II. As Áreas de Preservação Permanente;

III. As Áreas de Valor Ambiental Urbano;

IV. As Áreas de Proteção Histórico-Cultural.

Capítulo I, Sub-Seção I, Art. 23, são unidades de conservação:

I. O Parque Municipal da Serra do Peri-Peri, criado pelo Decreto nº 9.480 de 1999, com seus espaços especialmente protegidos:

a) a Reserva do Poço Escuro, criada pelo Decreto nº. 8.696 de 1996;

b) a área com 115.644 m², declarada de preservação de espécie endêmica dedicada à *Melocactus Conoideus*, pelo Decreto 10.999/2002.

II. O Parque Municipal Urbano da Lagoa das Bateias, instituído, oficialmente, por esta Lei; e

III. O Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema, instituído, oficialmente, por esta Lei.

Capítulo I, Sub-Seção II, Art. 26, em todo o território do Município serão consideradas áreas de preservação permanente os revestimentos florísticos e demais formas de vegetação naturais situados:

- I. ao longo dos rios ou outros quaisquer cursos desde o seu nível mais alto em faixa marginal, cuja largura mínima seja de 30 (trinta) metros para os cursos de menos 10 (dez) metros de largura;
- II. ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios de água natural ou artificial, desde o seu nível mais alto medido horizontalmente, em faixa marginal cuja largura mínima seja de 30 (trinta) metros;
- III. ao redor das nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos de qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio de 50 (cinquenta) metros de largura.
- IV. nas demais matas ciliares de todas as bacias e sub bacias existentes no Município.

Capítulo I, Sub-Seção III, Art. 30, as Áreas de Valor Ambiental Urbano e as Áreas de Proteção Histórico-Cultural serão definidas pelo Plano Diretor Urbano e sua criação obedecerá à classificação disposta neste artigo.

1º - As Áreas de Valor Ambiental Urbano compreendem:

- I. Os Espaços Abertos Urbanizados: praças, largos, campos e quadras esportivas e outros logradouros públicos, utilizados para o convívio social, o lazer, a prática de esportes, a realização de eventos e a recreação da população;
- II. As Áreas Verdes: áreas dotadas de vegetação, que permeiam as áreas de ocupação consolidada ou são designadas em parcelamentos do solo, tendo como funções ambientais contribuir para a permeabilidade do solo, a recarga dos aquíferos, o controle das erosões e dos alagamentos, o conforto climático, sonoro e visual, a qualidade do ar, e a imagem ambiental da Cidade e outras áreas urbanas, podendo servir para a recreação da população.

Art. 4º, Cap. I, Seção I, Código Municipal do Meio Ambiente do município de Vitória da Conquista, Lei nº 1.410/2007:

A Política Municipal do Meio Ambiente de Vitória da Conquista, para a consecução dos seus objetivos, observará os seguintes princípios:

- I. Exploração e utilização racionais dos recursos naturais, de modo a não comprometer o equilíbrio ecológico;
- II. Desenvolvimento local fundamentado na sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III. Respeito aos acordos e convenções internacionais, de que o Brasil for signatário, sobre matéria ambiental;
- IV. Ação municipal na manutenção da qualidade ambiental, tendo em vista o uso coletivo, promovendo a proteção, o controle, a recuperação e a melhoria do meio ambiente;
- V. Proteção dos ecossistemas do Município e seus componentes representativos, mediante planejamento, zoneamento e controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras;

VI. Controle da produção e da comercialização de substâncias e artefatos, do emprego de técnicas e métodos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e do meio ambiente;

Cap. I, na Seção I e II, os Arts. 89 e 91, Código Municipal do Meio Ambiente do município de Vitória da Conquista, Lei nº 1.410/2007:

Art. 89. Visando assegurar ao Município as melhores condições ambientais possíveis, fica determinado que a proteção, o uso, a conservação e a preservação das Áreas Verdes, situadas na Jurisdição do Município, serão reguladas pela presente Lei.

Parágrafo único - Nas áreas verdes de propriedade particular pode-se manter o direito de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e esta Lei estabelecem.

Art. 90. O Poder Executivo, compartilhadamente com os organismos estaduais e federais competentes, exigirá, pelos meios legais cabíveis, a reconstituição da cobertura vegetal dos morros, das matas ciliares e das drenagens na sede municipal, em áreas de cota abaixo dos 20 m (vinte metros).

Art. 22º, Seção III, Cap. I, Código Municipal do Meio Ambiente do município de Vitória da Conquista, Lei nº 1.410/2007:

Integram os Espaços Protegidos, para fins de proteção ambiental e cultural:

- I. As Unidades de Conservação;
- II. As Áreas de Preservação Permanente;
- III. As Áreas de Valor Ambiental Urbano;
- IV. As Áreas de Proteção Histórico-Cultural.

Capítulo IV, Art. 168, Código Municipal do Meio Ambiente do município de Vitória da Conquista, Lei nº 1.410/2007:

As edificações somente serão licenciadas, se comprovada a existência de redes de esgoto sanitário e de estação de tratamento capacitadas para o atendimento das necessidades de esgotamento sanitário a serem criadas pelas mesmas. Caso inexista o sistema de esgotamento sanitário, caberá ao incorporador prover toda a infra-estrutura necessária, incluindo o tratamento dos esgotos, e à empresa concessionária, a responsabilidade pela operação e manutenção da rede e das instalações do sistema

Cap. IV, na Seção I, Art. 89, Código Municipal do Meio Ambiente do município de Vitória da Conquista, Lei nº 1.410/2007:

Parágrafo único - Nas áreas verdes de propriedade particular pode-se manter o direito de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e esta Lei estabelecem.

Cap. IV, na Seção II, Art. 91, Código Municipal do Meio Ambiente do município de Vitória da Conquista, Lei nº 1.410/2007:

Parágrafo único - A espécie arbórea a ser plantada deve ser escolhida dentro das espécies mais representativas da flora regional, oferecendo condições biológicas de abrigo e alimentação à fauna.

Art. 171, Cap. V, Código Municipal do Meio Ambiente do município de Vitória da Conquista, Lei nº 1.410/2007:

É obrigatória a ligação de toda construção considerada habitável à rede pública de abastecimento de d'água e aos coletores públicos de esgoto, onde estes existirem.

Parágrafo único - Quando não existir rede pública de abastecimento de água ou coletora de esgoto, a autoridade sanitária competente indicará as medidas adequadas a serem executadas, que ficarão sujeitas à aprovação do CONDEMA, sem prejuízo das de outros órgãos, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos "in natura a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

Art. 133, Cap. III, Código Municipal do Meio Ambiente do município de Vitória da Conquista, Lei nº 1.410/2007:

Deverão ser incentivadas e viabilizadas soluções que resultem em minimização, reciclagem e/ou aproveitamento racional de resíduos, tais como os serviços de coleta seletiva e o aproveitamento de tecnologias disponíveis afins.

1 A minimização de resíduos será estimulada através de programas específicos, otimizando a coleta e visando a redução da quantidade de resíduos no sistema de tratamento e/ou disposição final.

2 A reciclagem e/ou aproveitamento de embalagens que acondicionaram substâncias ou produtos tóxicos, perigosos e patogênicos, estarão sujeitos às normas e legislação pertinentes.

3 As pilhas ou baterias utilizadas em celulares, quando substituídas em lojas e/ou magazines, deverão ser devidamente armazenadas e encaminhadas ao fabricante, ficando proibida a venda ou doação a sucateiros e/ou reciclagem de metal.

4 A Administração Pública deverá criar dispositivos inibidores para a utilização de embalagens descartáveis e estímulos.